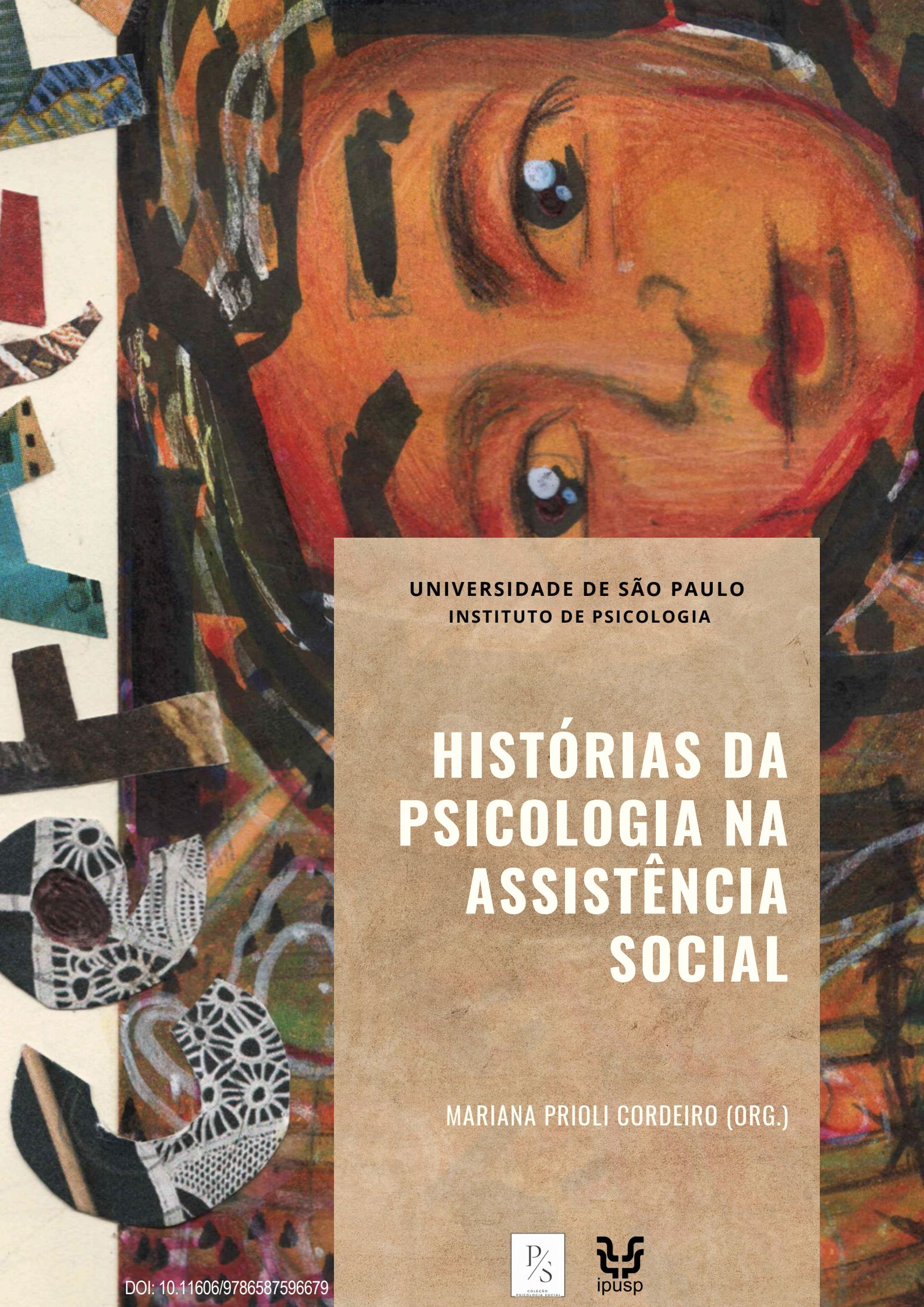




UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

HISTÓRIAS DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARIANA PRIOLI CORDEIRO (ORG.)

DOI: 10.11606/9786587596679



Mariana Prioli Cordeiro (Org.)

Histórias da Psicologia na Assistência Social

Coleção Psicologia Social

São Paulo
Instituto de Psicologia
2025

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Diretora Ianni Regia Scarcelli

Vice-diretora Patrícia Izar

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Zamora Bugueño

(Universidad de Viña del Mar, Chile)

Fábio de Oliveira

(Universidade de São Paulo, IP)

Laura Vilela e Souza

(Universidade de São Paulo, FFCLRP)

Lupicínio Iñiguez-Rueda

(Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha)

Maria da Graça Marchina Gonçalves

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Mary Jane Paris Spink

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Pedro Paulo Piani

(Universidade Federal do Pará)

Rafael Bianchi Silva

(Universidade Estadual de Londrina)

Simone Hüning

(Universidade Federal de Alagoas)

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES DO IPUSP

Ana Maria Loffredo

(Profa. Departamento de Psicologia da Aprendizagem,
do Desenvolvimento e da Personalidade)

Daniel Kupermann

(Prof. Departamento de Psicologia Clínica)

Gustavo Martineli Massola

(Prof. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho)

Jaroslava Varella Valentova

(Profa. Departamento de Psicologia Experimental)

Luciana Maria Caetano

(Profa. Departamento de Psicologia da Aprendizagem,
do Desenvolvimento e da Personalidade)

Maria Lívia Tourinho Moretto

(Profa. Departamento de Psicologia Clínica)

Patrícia Izar Mauro

(Profa. Departamento de Psicologia Experimental)

Rogério Lerner

(Prof. Departamento de Psicologia da Aprendizagem,
do Desenvolvimento e da Personalidade)

Wellington Zangari

(Prof. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho)

Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini

(Chefe Técnica, Biblioteca Dante Moreira Leite)

Gerson da Silva Mercês

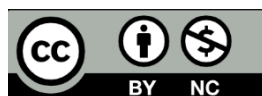
(Arte Finalista, IPUSP)

Projeto gráfico e diagramação

Marcos Vinicius Yoshisaki

Ilustração da capa

João Carlos Correa



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada. Licença Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional Creative Commons.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Cordeiro, Mariana Prioli (Org.)

Histórias da psicologia na assistência social. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2025.

217 p. (Coleção Psicologia Social).

ISBN: 978-65-87596-67-9 (digital)

DOI: 10.11606/9786587596679

1. História da Psicologia. 2. Assistência social. I. Título.

LC BF 81

Ficha elaborada por: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini: CRB 3995

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
Caridade, filantropia e assistencialismo: breve história das práticas assistenciais desde o Brasil Colônia até a Constituição de 1988	7
Cidadania, direitos e universalidade: primeiros marcos institucionais de estruturação da Assistência Social como política pública.....	10
A consolidação da Assistência Social como política pública: o SUAS e os desafios na sua implementação	13
A Psicologia na Assistência Social.....	15
ADRIANA DA CRUZ BARROZO.....	19
ALESSANDRA MARQUES ÁVILA	36
ANA BOCK.....	61
ANDREA ESMERALDO	70
CARLA ANDRÉA RIBEIRO.....	93
CARMEM SENRA.....	113
DEBORAH AKERMAN.....	137
IOLETE RIBEIRO DA SILVA.....	153
LÚCIA AFONSO	179
REFERÊNCIAS.....	200
ÍNDICE REMISSIVO.....	212
SOBRE AS AUTORAS.....	215

Introdução

Mariana Prioli Cordeiro, Camila Pereira Lisboa,
Maria Fernanda Aguilar Lara

Este livro é um dos produtos da pesquisa intitulada “História da Psicologia na Assistência Social: narrativas de profissionais que atuaram antes e depois da implementação do SUAS”¹. Tal pesquisa buscou problematizar a ideia de que a Psicologia “caiu de paraquedas” na Assistência Social, ao sustentar que psicólogas/os já estavam presentes na área antes da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como desempenharam um papel importante na sua construção e implementação.

Assim, esta é uma obra que busca falar de história. No entanto, cabe destacar que, seguindo as reflexões de Ana Jaco-Vilela (2000), não pensamos que a história seja uma série de fatos passados, mas algo que está em contínua construção. Desse modo, estudá-la torna-se fundamental porque possibilita a compreensão dos saberes e práticas atuais, iluminando assim nossas perspectivas futuras.... Investigar a história da Psicologia nos permite, portanto, proceder à desnaturalização de nossos atuais saberes e práticas. Esses não são a resultante de uma evolução contínua e ininterrupta em direção a um perfeito conhecimento científico, um desenvolvimento em uma singela linha reta. Antes, referem-se a alternativas que, em determinados momentos, foram escolhidas, venceram a batalha no jogo de forças e tendências diversas que caracteriza a ciência. (p. 33-34).

Escrever história é, portanto, ir em busca das raízes do presente (Patto, 2000). E há uma significativa lacuna na literatura acadêmica de trabalhos que se propõem a escrever a história da Psicologia na Assistência Social. Há alguns textos que falam da contribuição dos saberes “psi”, anteriores à regulamentação da profissão, para o trato da pobreza (Dantas, I. Oliveira & Yamamoto, 2010), que abordam o trabalho de psicólogas/os em regiões específicas (Mota & Scarpato, 2013) ou as intervenções voltadas a determinadas vulnerabilidades (Cruz & Guareschi, 2004). Há, ainda, trabalhos sobre outros temas que falam brevemente de experiências pessoais anteriores ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Senra, 2009).

Muitos caminhos são possíveis para construir uma narrativa histórica: podemos, por exemplo, recorrer a documentos, à literatura acadêmica, a materiais

1. Esta pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e contou com a participação de Mariana Prioli Cordeiro (coordenadora), Karoline Ruiz (bolsista de treinamento técnico da Fapesp), Camila Pereira Lisboa, Maria Fernanda Aguilar Lara e Taffarel Fernandes.

mediáticos etc. Na pesquisa que originou este livro, optamos por fazê-lo a partir das memórias de psicólogas/os que se consideram “pré-SUAS” e/ou que participaram ativamente do processo de construção da atual política de Assistência Social.

Falar das transformações na política de Assistência Social a partir das memórias de quem vivenciou “na pele” esse processo nos permitiu construir uma “história viva e vivida”, repleta de afetos e detalhes, que dificilmente encontraríamos em “fontes” oficiais. Não trabalhamos com amostragem, tampouco buscamos “captar” o passado tal como ele foi. Seguindo a sugestão de Ecléa Bosi (1994), buscamos “registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós” (p. 37), sem nos preocuparmos com as lacunas e distorções da memória, já que seus “lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial.” (p. 37).

Partimos do pressuposto de que o registro das memórias é sempre dialógico. Assim, não recolhemos lembranças, mas as provocamos. Contribuímos para sua criação por meio de nossa presença, de nossas perguntas, de nossas reações (Portelli, 2010). Deste modo, a história contada neste livro não é apenas de nossas entrevistadas, mas é a história produzida a partir de nossos encontros com elas. Afinal, consideramos que as “entre/vistas” (Portelli, 2010) que fizemos são momentos de troca de olhares, “um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo.” (p. 20).

Os capítulos subsequentes a esta introdução serão compostos pelas transcrições dessas entrevistas com psicólogas. Entrevistas que produzem narrativas históricas permeadas de personagens, acontecimentos, documentos, emoções. Narrativas que dependem de suas memórias, de suas vivências, de seus modos (sempre singulares) de falar sobre o passado. Mas antes de apresentarmos tais narrativas, consideramos importante contextualizá-las. Assim, neste capítulo, abordaremos de forma breve alguns dos eventos, instituições e personagens que marcaram a assistência social no Brasil, bem como discutiremos a inserção da Psicologia nesse campo.

Se, nos capítulos que seguem, as histórias são construídas a partir das memórias de algumas de suas personagens, neste, nossa narrativa se baseia na literatura acadêmica. E, como qualquer narrativa histórica, esta poderia ser formulada de diversas maneiras, dando destaque a certos eventos em detrimento de outros, seguindo diferentes sequências cronológicas e temporais. Optamos, aqui, por seguir uma estrutura cronológica linear, como uma estratégia didática para apresentar as transformações e eventos que levaram à estruturação da política de Assistência Social no Brasil². Assim, dividimos o capítulo em quatro seções. A primeira apresenta algumas considerações sobre as práticas assistenciais desde o Brasil Colônia até a Constituição de 1988. Na segunda, são apresentados os principais marcos institucionais que delimitam a “identidade” da Assistência Social

2. Partimos do pressuposto de que tal linearidade não passa de uma ilusão. Aqui, ela foi usada apenas para facilitar a leitura.

como política pública estruturada. A terceira sessão apresenta a consolidação do Sistema Único de Assistência Social e os desafios enfrentados para a sua implementação. Por fim, na quarta seção, abordamos a inserção da Psicologia nesse campo.

Caridade, filantropia e assistencialismo: breve história das práticas assistenciais desde o Brasil Colônia até a Constituição de 1988

Os primeiros registros de ações socioassistenciais no Brasil datam do século XVI, ou seja, foram produzidos durante o período de colonização do país. Em 1551, a Igreja Católica começou a implementar casas de recolhimento de crianças, confrarias e casas de educação infantil, tendo como principal objetivo a catequização e educação desse segmento da população de acordo com normas e regras sociais cristãs (E. Pereira, 2007). Segundo Lilian Cruz e Neuza Guareschi (2013), religiosas/os consideravam que o modo de vida da população indígena era “selvagem” ou “bárbaro” e a melhor maneira de “corrigi-lo” consistia em separar as crianças de suas famílias e enviá-las a instituições religiosas.

Também no século XVI, foram criadas as Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de ofertar cuidados em saúde e auxílio às pessoas mais pobres. Na tradição cristã da época, a “caridade” era uma das práticas associadas à salvação da alma da/o benfeitora/r, o que permitiu que as Santas Casas atraíssem muitos investimentos privados, expandindo o número de suas unidades. No século XVIII, elas continuaram a implementar ações de cunho caritativo, mas também passaram a administrar hospitais e cemitérios públicos, a intervir na liberação de presos e a administrar a “roda dos excluídos” (Franco, 2014).

A “roda dos excluídos” – também chamada “roda dos expostos” ou “roda dos enjeitados” – acolhia as crianças deixadas nas Santas Casas, que passavam a ser criadas sob preceitos cristãos na própria instituição ou eram cedidas a famílias adotivas. Tinha esse nome devido ao dispositivo giratório que era afixado nas paredes ou janelas das Santas Casas. Graças a esse mecanismo, alguém do lado de fora podia abandonar uma criança sem ser identificada/o: bastava colocá-la na roda e girá-la para fosse transportada para o interior da instituição. Marcilio (2001) considera a roda dos excluídos como a instituição de mais longa duração da história brasileira, sendo criada no século XVIII, atravessando o Brasil colonial e republicano e sendo apenas extinta na década de 1950.

A responsabilidade de acolher e oferecer apoio a crianças abandonadas era das Câmaras Municipais. No entanto, elas raramente assumiam essa função, alegando falta de recursos (Marcilio, 2001). Em 1828, a publicação da Lei dos Municípios eximiu as Câmaras de tal responsabilidade em cidades que tivessem a roda dos excluídos em suas Santas Casas, oficializando, com isso, a transferência de tal incumbência a instituições religiosas e dando início ao que Lilian Cruz e Neuza

Guareschi (2013) chamam de fase filantrópica da Assistência Social.

De modo geral, é possível afirmar que, até a década de 1930, o Estado brasileiro manteve a função apenas de apoio, fiscalização e financiamento eventual de instituições filantrópicas. Este cenário começou a mudar com a Constituição de 1934, e com a consequente criação de leis trabalhistas. Criadas no governo Getúlio Vargas, tais leis representaram um importante passo em direção à regulamentação de direitos sociais no país, ao estabelecerem a garantia de salário mínimo, jornada máxima de oito horas diárias, repouso semanal, férias remuneradas, dentre outros. Entretanto, é preciso lembrar que esses direitos beneficiavam apenas trabalhadoras/es que atuavam com carteira assinada – o que não era a realidade da grande maioria da população brasileira. Desse modo, essas leis acabaram ampliando as desigualdades que separavam trabalhadoras/es ditos “formais” e o enorme contingente de trabalhadoras/es “informais” (Jaccoud, 2019).

No ano de 1938, o decreto-Lei n. 525, assinado pelo ainda presidente Vargas, criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), considerado por Aldaíza Sposati (2004) a primeira regulamentação da Assistência Social no Brasil. Uma das atribuições desse Conselho era deliberar sobre auxílios e subvenções que seriam concedidos pelo Estado a organizações privadas que oferecessem assistência ao segmento mais pobre da população, especialmente nos campos da Saúde e Educação. As/os conselheiras/os eram indicadas/os pelo Presidente da República, que também era responsável por convocar suas Conferências. A participação não era aberta à população e contava apenas com representantes escolhidas/os pelos governos federal e estaduais. Tais representantes eram figuras ilustres da sociedade filantrópica e cultural da época, que substituíam

o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. Nesse momento, selam-se as relações entre o Estado e segmentos de elite: homens (e senhoras) bons, como no hábito colonial e do império, vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil.” (Mestriner, 2011, p. 58).

Outro importante marco desse período é a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Instituída em 1942, seu objetivo inicial era prestar assistência a famílias dos soldados da Força Expedicionária Brasileira que foram enviados para lutar na Segunda Guerra Mundial. A primeira-dama do período – Darcy Vargas – foi nomeada presidente da LBA e convocou “senhoras da sociedade” para trabalharem como voluntárias na instituição (Mestriner, 2011). A criação da LBA, seus objetivos, formas de participação e gestão ajudaram a consolidar o caráter assistencialista e filantrópico que até então dominavam as ações governamentais

voltadas para o campo social, bem como instituiu oficialmente o primeiro-damismo³ (Rodrigues, 2021).

Na década de 1950, foi criada a Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS), com o objetivo de efetuar um diagnóstico de ações governamentais existentes no campo social (previdência social, saúde, alimentação, assistência rural, habitação, dentre outras) para, assim, planejar políticas no campo da assistência social. Ela era constituída por empresários, além de intelectuais de diferentes formações políticas e acadêmicas, tendo como uma de suas principais interlocutoras a filha do presidente Getúlio Vargas - Alzira Vargas - que também era representante da LBA (S. Oliveira, 2019). Novamente, aqui, nota-se uma proposta do governo na área social sem a participação popular em sua construção.

A CNBS exerceu um importante papel na promoção de discussões e projetos na área social. Vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha como objetivo direto “promover os estudos e as providências indispensáveis à estruturação de uma política de bem-estar social, visando à melhoria das condições de vida da coletividade brasileira” (Decreto n. 30.020, 1951, Art.1). Nela, havia a previsão de assistência econômica e financeira às “classes menos favorecidas”. Suas atividades incentivaram a formação de técnica/os em assistência social no país, tendo ocorrido nas décadas de 1940 e 1950 a implementação de escolas de “assistentes sociais” ou “agentes sociais”, bem como a publicação de leis específicas que reconheciam essa atuação profissional, além da criação de um curso de ensino superior na área. Samuel Oliveira (2019) discorre sobre esse período, destacando que

a CNBS partilhou de um momento de avaliação da pobreza na América Latina, conectada aos debates internacionais de construção do Estado de bem-estar social, e estabeleceu um diagnóstico da “marginalidade social” em um país subdesenvolvido – esse foi o discurso que justificou a expansão dos serviços públicos de assistência social no pós-guerra (p. 149).

Outro evento que marcou a história da Assistência Social brasileira foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974. A ele, estavam vinculadas a Secretaria de Assistência Social e a Legião Brasileira de Assistência. Três anos depois, a Lei 6.439/1977 instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Tanto o Ministério quanto o SINPAS tinham como principal foco a regulamentação e organização de uma rede para concessão de benefícios previdenciários à classe trabalhadora. A responsabilidade pela “assistência social à população carente” é ratificada enquanto atribuição da LBA

3. A expressão “primeiro-damismo” refere-se a um fenômeno político composto por um conjunto de práticas exercidas pelas esposas dos governantes em exercício, na legitimação de seus projetos políticos (Rodrigues, 2021). No contexto aqui tratado, essa expressão traduz as práticas de cunho caritativo executadas por essas mulheres, que assumiam o protagonismo em projetos governamentais no campo da Assistência Social, mesmo sem conhecimento técnico, experiência prévia ou outro argumento que as habilitasse para tal, além do fato de serem esposas dos presidentes, governadores ou prefeitos em exercício.

(Lei n. 6.439, 1977).

Foi apenas na década de 1980 que essa história começou a ganhar contornos diferentes. Com o processo de democratização do Estado brasileiro, multiplicaram-se os grupos de reivindicação – contra a violência de Estado, o desemprego, as altas taxas de juros e os efeitos da crise econômica (Mestriner, 2011). Além disso, na esfera dos direitos sociais, representantes de diferentes grupos da sociedade civil exigiam a criação de políticas públicas que assegurassem, dentre outros, o direito à saúde, educação, moradia e assistência social – direitos entendidos como universais e gratuitos. A possibilidade do estabelecimento de uma nova Constituição estimulou a articulação desses movimentos sociais em prol da conversão de suas reivindicações em políticas públicas (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 196).

Cidadania, direitos e universalidade: primeiros marcos institucionais de estruturação da Assistência Social como política pública

Como vimos, o campo da Assistência Social foi tradicionalmente marcado pela atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC)⁴, além de caracterizado por um conjunto de ações dispersas, fragmentadas, realizadas sob o prisma do assistencialismo, do clientelismo⁵, da benevolência e da caridade. De acordo com Renata Bichir e Kellen Gutierrez (2019), a assistência social no período anterior à Constituição de 1988 possuía duas características principais: (1) se configurava mais como uma medida paliativa do que como uma resposta coordenada e permanente às questões sociais por parte do Estado, e (2) apresentava uma grande fragilidade institucional, pois não era considerada um direito e estava ligada a ações de caridade espontâneas. Ou seja, a assistência social tinha menor prioridade na agenda governamental, sendo suplementar em termos de recursos, fragmentada em termos de programas e atividades e pouco explícita quanto aos seus objetivos e públicos-alvo (Jaccoud, Hadjab & Chaibub, 2009).

A concepção da Assistência Social como uma política pública, sob responsabilidade do Estado – incluindo a provisão direta dos serviços e não apenas sua regulamentação – com parâmetros bem definidos e a criação de estruturas institucionais próprias – é uma conquista relativamente recente (Bichir & Gutierrez, 2019). Como indicamos anteriormente, no final na década de 1980, ocorreram transformações significativas no debate público sobre essa temática, transformações

4. Aquilo que, hoje, chamamos de Organizações da Sociedade Civil (OSC) teve outros nomes ao longo da história, tais como entidades socioassistenciais, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entre outros. O termo “OSC” passa a se tornar mais difundido apenas na década de 2010, com a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Lei n. 13.019, 2014).

5. A expressão “clientelismo” refere-se à troca de favores em que, no geral, um representante do poder público oferta benefícios econômicos, patrimoniais ou de poder em diferentes esferas, em troca de apoio político, lealdade e compromisso de algum indivíduo, grupo ou instituição (Bahia, 2003).

estas que ajudaram a definir a proteção social não contributiva⁶ na Constituição Federal de 1988 (Mestriner, 2011).

Essa Constituição representou um avanço significativo na conquista de direitos e garantias sociais. Ela marcou o início de uma nova era no sistema de proteção social no Brasil, ao assegurar o direito à assistência social a todas/os as/os cidadãs/os brasileiras/os, independentemente de sua posição no mercado de trabalho ou de contribuição prévia, permitindo a inclusão de pessoas anteriormente excluídas de serviços e benefícios (Arretche, 2018). Assim, o acesso à assistência social passou a ser um direito de toda/a cidadã/o brasileira/o que dela necessitar, sendo responsabilidade do Estado garantir a sua oferta. Com isso, a ideia de assistência social como caridade, benesse e ajuda começa a dar lugar às noções de direito, cidadania e política pública (Cordeiro, 2018; Cruz & Guareschi, 2013; Yamamoto & I. Oliveira, 2010).

Seguindo as diretrizes propostas pela Constituição Federal de 1988, em 1993, foi aprovada a Lei nº. 8.742 conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que estabeleceu normas e critérios para a organização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 14 de outubro de 2004 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005). Dentre as diretrizes regulamentadas por essa importante lei, podemos destacar: (1) a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com comando único das ações em cada nível de governo; (2) participação popular, por meio de conselhos paritários na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e (3) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo (Lei nº. 8.742, 1993).

A primeira dessas diretrizes prevê divisões de funções entre os três níveis de governo, cabendo ao governo federal, principalmente, a formulação, apoio, articulação e coordenação de ações da política. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, e municípios ficam a cargo da sua implementação e gestão em nível local⁷. A segunda diretriz diz respeito à criação de instâncias de controle social nos três níveis de governo. O controle social preconizado pela LOAS envolve a participação da sociedade civil, incluindo trabalhadoras/es e usuárias/os do SUAS na administração pública, por meio de espaços como conselhos, audiências e conferências. Seu objetivo é acompanhar e supervisionar as ações governamentais, não apenas na fiscalização do uso dos recursos públicos, mas também na formulação e execução das políticas públicas, avaliando seus objetivos, processos e resultados. Assim, podemos dizer que os objetivos dos Conselhos constituídos como espaços de controle social diferem,

6. O Artigo 194 da Constituição de 1988 estabelece que cabe à seguridade social brasileira garantir direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Destes, a previdência social possui caráter contributivo (é necessária contribuição financeira prévia para dela usufruir). A saúde e assistência social, por sua vez, constituem-se como “direito de todos” (Art. 196), de acesso “a quem delas necessitar” (Art. 203), não exigindo contribuição financeira prévia para fazer uso de seus programas, serviços e benefícios.

7. Informações extraídas de <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas>.

significativamente, daqueles que caracterizavam o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado no governo Vargas e extinto pela LOAS⁸.

Já a terceira diretriz indica que o Estado deve liderar e protagonizar o processo de construção da política de Assistência Social, coordenando ações entre os níveis federal, estadual e municipal e garantindo ampla participação popular em todo o processo. Além disso, a LOAS (Lei nº. 8.742, 1993) reconhece as entidades e organizações sem fins lucrativos como agentes importantes na consolidação da assistência social, destacando seu papel complementar à ação estatal, podendo atuar tanto na prestação de serviços quanto no controle social.

A despeito dos avanços conceituais trazidos pela legislação, a crise econômica e o direcionamento político dos governos democráticos da década de 1990 não permitiram amplas reformas que possibilitassem a materialização do que estava previsto na LOAS (Lei nº. 8.742, 1993). O avanço do projeto neoliberal no cenário internacional (Behring, 2006; Coutinho, 2006), que defendia a “diminuição” do Estado e a restrição de sua capacidade de intervenção na economia e na sociedade, combinado com o contexto econômico e político de instabilidade que caracterizou essa década, contribuiu para o limitado progresso na área. Dessa forma, a assistência social produzida na primeira década após a promulgação da LOAS colocava “em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentador para suas intervenções com medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia” (Yasbek, 2004, p. 12-13).

Além disso, legados históricos foram centrais nas disputas sobre a identidade da assistência social brasileira e se tornaram obstáculos significativos para sua consolidação como uma política pública nacional. Dentre esses legados, podemos citar a associação entre “assistência aos pobres” e filantropia ou caridade; a utilização dessa política para fins eleitorais pelos governos, a prática do clientelismo, a fragilidade institucional da área e a falta de prioridade nas agendas governamentais (Mestriner, 2011; Sposati, 2002). Ainda hoje, é comum associar essa política ao assistencialismo⁹, especialmente quando se fala da atuação de organizações da sociedade civil nesse campo.

8. Segundo Maria Carmelita Yasbeck (2004), o CNSS era um órgão clientelista e cartorial, objeto de grandes escândalos de corrupção. Os conselhos entendidos como espaços de controle social, por sua vez, caracterizam-se pela participação da sociedade civil e pela possibilidade de controle das ações públicas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006).

9. Assistencialismo é uma prática social que oferece ajuda pontual e imediata aos necessitados, baseada em caridade e filantropia, sem coordenação ou critérios estabelecidos, e muitas vezes sem a transparência pública necessária. De acordo com Potyara Pereira (2007), assistencialismo pode ser definido como o “uso distorcido e perverso da assistência – ou a desassistência... –, porque a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constituía o alvo dessas ações ditas assistenciais.” (p. 64). Em contraste, a Assistência Social é uma política pública permanente e coordenada, focada na promoção de direitos e cidadania, com ações planejadas pelo poder público para combater a pobreza e a vulnerabilidade de forma contínua.

A consolidação da Assistência Social como política pública: o SUAS e os desafios na sua implementação

Foi somente em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005), que essa realidade começou a ser mudada. A PNAS se contrapôs às políticas assistencialistas e, retomando os princípios e diretrizes propostos pela LOAS (Lei nº. 8.742, 1993), determinou a construção e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (Cruz & Guareschi, 2013).

O SUAS não é um programa, mas uma forma de gestão da Assistência Social como política pública (Sposati, 2006). Como o próprio nome indica, ele é um sistema único, portanto, está presente em todo o território brasileiro e atua de forma integrada. Além disso, ele é universal e não contributivo, ou seja, seus serviços podem ser acessados, de forma gratuita, por todas/os que deles necessitarem. Seu objetivo é organizar e coordenar a implementação da Assistência Social em todo o Brasil, integrando serviços, benefícios, programas e projetos destinados a assegurar a proteção social às/aos cidadãs/os. Para alcançar esse objetivo, o SUAS estabelece diretrizes nacionais, padrões mínimos e incentivos para os níveis estaduais e municipais, com o intuito de reduzir as disparidades regionais.

Por meio do SUAS, são detalhadas a organização e a oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos estabelecidos pela LOAS (Lei nº. 8.742, 1993) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica-NOB/SUAS, 2005). As normativas do sistema especificam onde esses recursos podem ser acessados, quem são as pessoas ou grupos sociais elegíveis e quais são os critérios de acesso. Além disso, estabelecem os padrões de atendimento à população, preveem o uso de estudos e diagnósticos para fundamentar as ações e definem métodos para monitorar e avaliar o sistema, bem como para analisar seus resultados e impactos (E. Pereira, 2007). No contexto da Assistência Social, o comando único é essencial para promover a integração e continuidade das ações, visando enfrentar as condições de vulnerabilidade social que afetam as/os cidadãs/ãos.

No que concerne às OSC, desde a LOAS (Lei nº. 8.742, 1993), o poder público reafirma o papel complementar das organizações na Assistência Social, destacando a sua importância na construção e consolidação da política, desde que se adequem e passem a ser regidas por suas diretrizes. Na PNAS (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica-NOB/SUAS, 2005), esta premissa é retomada, sendo reafirmado que o Estado deve assumir a primazia da responsabilidade, em cada esfera de governo, na condução do SUAS, já que somente ele “dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade” (p. 47). Por outro lado, a sociedade civil deve participar

“como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social.” (p. 47). Neste sentido, as organizações da sociedade civil vinculadas à Assistência Social continuam a ser reconhecidas como agentes importantes no processo de consolidação da política. Contudo, é ressaltado o seu papel complementar. As demais normativas, como, por exemplo, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) e a Norma Operacional Básica do SUAS (2012) avançam no detalhamento das atribuições do Estado e das organizações, criando diretrizes e parâmetros mínimos de atuação que norteiam a implementação dos serviços (Lara e Cordeiro, 2020).

Para Renata Bichir e Kellen Gutierrez (2019), o SUAS, tal qual o conhecemos hoje, não surgiu diretamente de leis e regulamentos isolados, mas de um longo processo permeado de reformas, disputas e conquistas. Nesse processo, a sociedade civil exerceu um papel fundamental na definição dos parâmetros gerais de atuação junto ao Estado (Bichir & Lara, 2023). O processo de implementação do SUAS envolveu a expansão gradual de equipamentos públicos em todo o país, a regulação da prestação de serviços indiretos e a implementação de fortes mecanismos para influenciar as agendas regionais. Além disso, a partir do SUAS, se intensificou a mudança de paradigma que vinha ocorrendo no campo da assistência social, ressignificando velhas concepções e assumindo a identidade de política de Seguridade Social.

Esta nova identidade inseriu-se gradativamente nos ordenamentos jurídicos, nos currículos das universidades, na consciência e nos discursos de intelectuais e políticas/os formadoras/es de opinião, nos debates parlamentares, na agenda de governos e de organizações da sociedade civil (E. Pereira, 2007). De modo gradativo, com altos e baixos, o SUAS foi se consolidando, equipamentos basilares da Assistência Social - como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) - foram se expandido, junto a demais serviços socioassistenciais.

Embora a área tenha feito avanços importantes, ainda enfrenta desafios significativos - sobretudo, em função do legado histórico apresentado no tópico anterior, que faz com que, ainda hoje, ela não seja considerada uma prioridade por muitos governos. Entre esses desafios, podemos citar a melhoria da infraestrutura física dos serviços; maior investimento em recursos humanos (novas contratações, melhores condições de trabalho, investimento em formação continuada etc.); aumento do percentual orçamentário destinado à área; fortalecimento da participação das/os usuárias/os da Assistência Social nos Conselhos; maior integração de serviços, benefícios, programas e projetos visando a oferta de um atendimento integral e melhor articulação intersetorial entre as políticas sociais (Bichir & Lara, 2023).

Esses desafios são cotidianamente enfrentados por profissionais que integram as equipes de referência de serviços de Assistência Social em todo o Brasil. Entre essas/es profissionais estão as/psicólogas/os. No próximo tópico, abordaremos a

inserção dessa categoria em tais serviços.

A Psicologia na Assistência Social

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS [NOB/RH - SUAS] (2006), prevê a contratação de psicólogas/os para trabalhar nas equipes de referência de serviços de Assistência Social. Com isso, o SUAS se tornou um importante campo de empregabilidade para a profissão. Apenas para citarmos um exemplo: em 2020, os 8.403 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) empregavam 50.710 profissionais de nível superior; destes, 10.802 eram psicólogas/os – número inferior apenas ao de assistentes sociais (Conselho Federal de Psicologia, 2022a). No mesmo período, a assistência social, juntamente com a saúde e a educação superior, eram as áreas do setor público onde havia maior inserção dessa categoria profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2022b).

Cabe destacar que, a despeito da implementação do SUAS ter provocado a entrada maciça de psicólogas/os no campo da Assistência Social, a atuação dessas/es profissionais na área não é algo novo. Afinal, há décadas, elas/es vêm trabalhando em instituições de acolhimento, serviços voltados à inclusão de pessoas com deficiência, a mulheres em situação de violência, ao trabalho infantil etc. Cabe destacar, ainda, que não há um evento, uma personagem ou uma lei que marque a entrada de psicólogas/os nesse campo. Afinal, ela foi processual e possibilitada por uma série de acontecimentos, interesses, materialidades e discussões. Entre eles, podemos citar o fortalecimento de movimentos no interior da profissão que questionavam seu caráter elitista e excludente, movimentos esses que problematizavam o uso dos saberes psi para adaptar sujeitos e submetê-los aos interesses de governos autoritários e violentos (Yamamoto, 2007; Yamamoto & I. Oliveira, 2014; I. Oliveira & Costa, 2018).

Uma série de textos foi publicada no final da década de 1970 e no início da década seguinte dando materialidade a esses movimentos (Yamamoto, 2007). Podemos citar, aqui, três exemplos. Um deles é de autoria de Sylvia Leser de Mello (1975/2010), que argumentava que a Psicologia deveria ser mais do que uma “atividade de luxo” ou uma “atividade supérflua”. Dizia que ela deveria ser uma autêntica ciência e não uma técnica para solucionar problemas íntimos de “uma escassa minoria, dotada de recursos” (p. 161).

Além disso, questionava as limitações de abordagens tradicionais centradas no indivíduo, que não consideravam os determinantes sociais da sua conduta. Já o texto de autoria de Silvio Paulo Botomé (1979/2010), cruzava dados referentes aos honorários cobrados por psicólogas/os clínicas/os com a distribuição de renda no Brasil e concluía que apenas uma parcela aproximada de 5 a 15% das famílias brasileiras podia pagar, mesmo que com dificuldade, por esse tipo de serviço. E indagava: os demais 85% não necessitam dele? Quatro anos depois, Regina Helena

de Campos (1983/2010), publicou um artigo no qual propunha discutir a função social da Psicologia e argumentava que as contingências do mercado de trabalho estavam levando os/as profissionais da área a refletirem sobre a insuficiência de seus modelos de interpretação da realidade.

Mas não podemos entender esse “abalo teórico” (Lallement, 2008) dentro da Psicologia sem considerarmos o contexto mais amplo. De acordo com Oswaldo Yamamoto (2007), as mudanças na conjuntura político-econômica internacional e o consequente colapso do “milagre brasileiro” fizeram com que a autocracia burguesa buscasse recompor suas bases políticas de apoio, dando brecha para a reorganização das forças populares.

É nesse contexto – contraditório – que os movimentos científico-profissionais se politizam... Não é diferente com a Psicologia. Do final da década de 1970 – mas com maior intensidade a partir de meados da década seguinte, por meio da criação ou da ocupação dos sindicatos por segmentos combativos dos psicólogos em diversos estados, e, posteriormente, do chamado “sistema conselhos”, a participação política da categoria ganha expressão (p. 31).

Tal participação política se efetivou, por exemplo, na participação expressiva de psicólogas/os na luta antimanicomial e nas Conferências Nacionais de Saúde da década de 1980, “que acabam definindo algumas das condições para a inserção da categoria, de forma mais extensiva, no campo público do bem estar social” (Yamamoto, 2007, p.31).

Além de questões de ordem político-profissional, a crise econômica que o Brasil enfrentou na década de 1990 e as consequentes mudanças no mercado de trabalho levaram milhares de psicólogas/os para o campo do bem estar social (Yamamoto, 2007). Ao mesmo tempo em que a recessão econômica apontava para a eventual falência do modelo de profissional autônoma/o; vagas de emprego eram abertas nesse setor – principalmente no recém criado Sistema Único de Saúde (SUS) e nas então chamadas ONGs.

Muitas dessas ONGs recebiam subsídios do Estado para prestar serviços que, hoje, são denominados de “serviços de assistência social”. Como mencionado anteriormente, com a implementação do SUAS, algumas delas se tornaram “parceiras” do Estado na garantia do direito à assistência social (Cordeiro & Sato, 2017). Ao se tornarem o “braço do Estado” na execução da PNAS (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica-NOB/SUAS, 2005), muitas dessas organizações tiveram de adaptar (ao menos no plano discursivo) seus objetivos, atividades e missões.

As ONGs - que posteriormente se converteram em “entidades de assistência social” e, mais recentemente, em OSCs – eram (e, em muitos municípios, ainda são) algumas das principais empregadoras das/os psicólogas/os que atuavam em serviços socioassistenciais. Mas não podemos deixar de considerar que, antes

da implementação do SUAS, também havia profissionais da área contratadas/os de forma direta pelo Estado – principalmente, pelas secretarias municipais de Assistência Social. Tampouco podemos deixar de considerar que as trajetórias dessas/es psicólogas/os contribuíram – direta e indiretamente – para a construção do que, hoje, chamamos de Assistência Social.

Apesar da relevância da história dessas/es profissionais, há poucos registros dessas experiências. Afinal, foi apenas após a implementação do SUAS – e o consequente aumento de psicólogas/os atuando na área – que a Assistência Social entrou, definitivamente, na pauta dos debates sobre a profissão. Hoje, ela está presente nos congressos, nas referências técnicas produzidas pelo conselho de classe, nos cursos de graduação.

O aumento no número de psicólogas/os na Assistência Social foi seguido, também, por um incremento no número de pesquisas sobre o tema. Apenas para citar um exemplo: ao digitarmos os descritores “psicologia” e “assistência social” na *Scientific Electronic Library Online – Scielo* (www.scielo.org)¹⁰, encontramos apenas dois textos “pré-SUAS” que abordam, ainda que de forma transversal, a questão (Ramminger, 2001; Sarriera, Câmara & Berlim, 2000). Já entre 2005 e julho de 2024, as revistas indexadas pelo *Scielo* publicaram 97 artigos sobre o tema.

Muitos desses artigos (bem como daqueles vinculados a outras bases de dados) abordam os desafios, conflitos e contradições que a entrada maciça da Psicologia na política de Assistência Social vem enfrentando. Dizem, por exemplo, que psicólogas/os afirmam ainda não ter certeza sobre seu papel nessa política pública (Zanella, Bousfield, & Moreira, 2015), que sua formação acadêmica não as/os prepara para atuar nesse campo (Macedo & Dimenstein, 2009; Cordeiro & Curado, 2017) e que se sentem impotentes diante dos limites de sua atuação (Dantas & I. Oliveira, 2015). Denunciam a precariedade do trabalho na área (Cordeiro & Sato, 2017; Senra & Guzzo, 2012), as dificuldades inerentes ao trabalho intersetorial e interdisciplinar (Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes & Fadul, 2012), a permanência de práticas assistencialistas (Andrade & Romagnoli, 2010), o viés clientelista e o abuso de poder das/os gestoras/es (Ribeiro & Guzzo, 2014).

Já os artigos publicados antes da implementação do SUAS abordam temas como o viés assistencialista de algumas práticas comunitárias (Ramminger, 2001) e um programa de inserção profissional para jovens desempregadas/os (Sarriera, Câmara & Berlim, 2000). É importante mencionar que outros trabalhos sobre a inserção da Psicologia no que hoje chamamos de Assistência Social foram publicados no período, ainda que não estivessem vinculados a esse descritor. Afinal, antes da aprovação da PNAS/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica-NOB/SUAS, 2005), o trato da pobreza

10. Usando os filtros “até 2004” e “Brasil” e excluindo os textos que não abordavam os temas “psicologia” e “assistência social”.

se dava, sobretudo, por meio de programas e projetos focalizados, fundos sociais de emergência e programas sociais compensatórios (Cruz & Guareschi, 2013) - muitos deles vinculados a outras secretarias, como as de Saúde ou Educação¹¹.

Assim, quando mudamos os mecanismos de busca, encontramos outros trabalhos que falam de ações específicas, que, hoje, considerariamos como sendo parte da assistência social. Há, por exemplo, textos sobre serviços voltados a mulheres em situação de violência (Neves & Nogueira, 2003), sobre o que então era chamado de “delinquência juvenil” (Siqueira, 1997), sobre grupos de convivência com mulheres idosas (Lamb, Pinto & Knop, 2000) ou ainda sobre crianças em situação de rua (Hutz e Koller, 1997). Mas são poucos textos que abordam o período e os que o fazem, falam de ações ou programas específicos.

A escassa produção acadêmica sobre a inserção da Psicologia no campo da assistência social “pré-SUAS” contribui para a manutenção da ideia, comumente difundida entre profissionais da área, de que tal inserção é recente ou que a Psicologia “caiu de paraquedas” na assistência social (Lima e Schneider, 2018; Miron & Guareschi, 2017). Como indicamos anteriormente, buscamos problematizar essa ideia neste livro, sendo que, para isso, recorreremos às memórias e vivências de nove psicólogas. Sete delas trabalharam em serviços socioassistenciais antes da implementação do SUAS: Adriana Barroso, de Londrina-PR; Alessandra Marques Ávila, de São Paulo-SP; Andrea Esmeraldo, de Maracanaú-CE; Carla Ribeiro, de Belo Horizonte-MG; Carmem Senra, de Campinas-SP; Déborah Akerman, de Belo Horizonte-MG e Iolete Ribeiro, que, na época, trabalhava em Brasília-DF. Contamos aqui, também, histórias de Maria Lúcia Afonso, responsável pela capacitação de muitas/os psicólogas/os que atuaram antes e nos primórdios do SUAS, tendo atuado também como consultora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Contamos, ainda, histórias de psicólogas que participaram da construção dessa política, por meio de suas atuações em instâncias de controle social e/ou no conselho de classe: Ana Bock e Iolete Ribeiro. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e foram realizadas de modo presencial, com exceção das que contaram com a participação de Andréa Esmeraldo e Iolete Ribeiro, que foram realizadas de forma remota. Os capítulos que seguem são constituídos pelas transcrições das conversas que tivemos com essas nove psicólogas que contribuíram para a construção da política de Assistência Social em nosso país¹².

11. Outro fator que pode ter contribuído para o pequeno número de publicações pré-SUAS é o fato de, a despeito de muitas revistas de Psicologia, terem sido digitalizadas, algumas podem não ter sido convertidas ao formato virtual, não aparecendo em nossas buscas. Além disso, alguns periódicos podem não estar indexados à plataforma pesquisada.

12. Partindo da premissa de que a dialogia é intrínseca a qualquer processo conversacional, nessas transcrições, optamos por manter as perguntas, bem como a estrutura das entrevistas.

ADRIANA DA CRUZ BARROZO¹

Para começar, gostaríamos que você nos contasse quem é Adriana Barrozo.

Bom, sou Adriana, londrinense de origem, psicóloga, trabalhadora da Assistência Social há quase 23 anos e mãe de dois filhos, a Isabela, de 13 anos, e o Vinícius, de oito.

Como foi sua entrada no campo da Assistência Social, há quase 23 anos?

Eu me formei no final de 1998, início de 1999. Naquele momento, comecei a atuar com clínica. Era uma grande paixão! Também trabalhei no Hospital Psiquiátrico de Londrina, por 11 meses, e logo acabei me desligando porque surgiu uma pós-graduação que coincidia com o horário. Ao mesmo tempo em que eu me desvinculei, surgiu a oportunidade do concurso público para a Saúde. Fiz nessa expectativa – embora não tivesse tanta clareza do que significava um concurso para a Saúde; era uma oportunidade de um trabalho mais fixo. E, na ocasião, os primeiros colocados foram, de fato, para a Saúde, e, na sequência, foi essa vaga para a Assistência. Para mim, foi um momento de muita alegria ter passado. Fiquei bem classificada. Não deixei de atuar com a clínica, mas foi um universo novo. Entramos em 15 profissionais: 10 assistentes sociais, 3 psicólogas, e dois educadores sociais – naquela época, chamava educador social de rua. O concurso foi resultado de um movimento dos trabalhadores, junto ao Ministério Público. Fizeram mobilizações para que se ampliasse o quadro da Assistência em Londrina – naquela época, ainda era Secretaria de Ação Social. Então, a gente entra nesse movimento da Assistência querendo ampliar os seus trabalhos. No momento em que entramos, tivemos uma semana de integração, os serviços eram poucos, então, foi possível conhecer todos. A gente podia escolher. Para as psicólogas, tinha duas opções, o acolhimento institucional – que naquela época, ainda era chamado de abrigo de criança e adolescente –, e abordagem de rua para criança e adolescente – que era um projeto. Eu iniciei, então, nesse projeto chamado Amigo, que atendia crianças em situação de rua no município.

E quando você fala que eram poucos serviços que existiam, em Londrina, naquela época, que serviços eram esses? Como era a Assistência Social naquele período?

1. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 10/04/2023, no salão de festas de um condomínio, em Londrina-PR. Além de Adriana, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista) e Karoline Ruiz (responsável pela captação audiovisual da entrevista).

Bom, nós tínhamos o grupo de assistentes sociais que se deslocava para os territórios, para alguns bairros mais vulneráveis. A história que a gente sempre ouve, do assistente social que atendia debaixo da árvore, de fato, era isso! Tinha uma escala de motoristas que podiam levar, mas tínhamos muitas situações de deslocamento de ônibus mesmo. Era esse trabalho diretamente nos territórios. Para a população de rua, tinha uma sala na rodoviária, voltada mais à concessão de passagem. Casa-abrigo para criança e adolescente: tinha uma municipal para meninos, uma para meninas, e existiam os lares que eram conveniados, mas o município tinha esses dois serviços municipalizados, na época. Existiam os abrigos para adultos, Albergue noturno e outras entidades. Tinha esse projeto que era para abordagem e atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Existiam as entidades com atendimento socioeducativo para criança e adolescente. Tinha um embriãozinho do Serviço de Convivência, que eram os Núcleos de Convivência. Então, em alguns territórios, existiam esses serviços que atendiam as crianças. E existia um trabalho com o PROVOPAR, de parceria para concessão de cestas básicas-

O que é o PROVOPAR?

O PROVOPAR é o Programa de Voluntariado do Paraná, que era um grande braço da Assistência, em vários municípios, e aqui, em Londrina, era muito próximo da Secretaria, no sentido ter um convênio, receber um repasse da Prefeitura e poder fazer contratação de pessoal, executar projetos e concessão de benefícios também.

Quando eu entrei, era fim da gestão de um prefeito que tinha acabado de ser cassado², então tínhamos um prefeito provisório, e já estava em período eleitoral – eu entrei em agosto, isso foi até dezembro. A partir de janeiro, temos uma mudança significativa. Mas o que marca essa minha entrada foi esse universo que me aparece. Sempre fui de Londrina, achava que eu conhecia a cidade e, de repente, descobri um outro universo! Quando a gente começou a ir para as comunidades mais vulneráveis, foi um choque! Ver como aquilo estava ali o tempo todo, e tão escondido. Um encantamento de ver tudo aquilo que eu não conhecia. Entrei nesse projeto que era de abordagem de rua, e vi que aquela kombi estava na cidade o tempo todo e eu nunca tinha percebido. Aquelas equipes, precarizadas na sua condição de trabalho, sabiam o nome de todas as crianças, de todos que estavam ali, na rua. Eu acho que o meu maior encantamento foi ver aqueles técnicos que se doavam para aquele trabalho, carregavam a cesta básica, iam para a comunidade. Aí eu falei: “Gente, como podem falar mal do servidor público assim? Que mundo é esse?” Então foi, para mim, um momento de encantamento, e um choque, em princípio. Eu trabalhava na abordagem de rua, aos finais de semana, à noite, e aquilo me motivava. Dizia para os colegas que o bom dali era que tudo você podia criar, você tinha espaço para pensar em propostas de intervenção das mais variadas, e um vasto campo de intervenção. Naquele momento, a gente tinha muitas crianças na rua,

2. No ano de 2000, o então prefeito de Londrina, Antônio Belinati (PFL e, hoje, PP) foi condenado por improbidade administrativa e teve seu mandato cassado. Com sua saída, Jorge Scaff (PSB) assumiu o cargo, após eleições indiretas.

existiam grandes mocós³, chegava a ter 25 crianças e adolescentes em um mesmo espaço. Bem no centro, no Moringão⁴, tinha o maior agrupamento. Além disso, tinha muita mendicância, criança no semáforo, e aquele desafio...

Na universidade, eu já estava vinculada – antes e depois de formada – a alguns grupos que estudavam Winnicott, com a *Privação e Delinquência* [Winnicott, 1987]. Eu já estudava aquilo, mas como eu podia transpor isso para a minha prática? O que era aquele trabalho de acompanhar as famílias? Também era vinculada a um grupo de terapia familiar, dentro da Psicanálise. Mas como eu pensava o trabalho com famílias ali? Então, era muito desafiador, mas era um vasto campo para pensar, para criar. Foram bons momentos.

Agora, o que marca esse período? Eu acho importante pontuar também a precariedade que existia de estruturas, as estruturas físicas eram muito precárias, muito improvisadas. Hoje eu penso: “Nossa! Como a gente aceitava aquilo?” Eram insalubres mesmo, a ponto de nos colocar muito em risco. Às vezes, você programava um trabalho com a família, mas aí, no outro dia, não tinha o carro, se tinha o carro, não tinha gasolina. Era um fim de gestão marcado pela ausência de muitas coisas, mas as estruturas físicas chamavam a atenção, assim como a precariedade dos vínculos dos trabalhadores. Porque nós estávamos chegando por meio de um concurso, mas grande parte da equipe, naquela época, era frente de trabalho: as pessoas eram contratadas por diárias, elas só ganhavam o dia trabalhado, elas não recebiam por final de semana, nem por feriado, não tinham nenhum tipo de registro em carteira, não tinham direito a atestado médico, não tinham nenhuma garantia enquanto trabalhadores.

E esses contratos eram firmados com a Prefeitura ou com as entidades?

Com a prefeitura. A maior parte dos trabalhadores da Assistência estava nessa condição. Mas mesmo estando nessa condição, eles nos acolheram. Fui com mais dois colegas para esse grupo e eles nos acolheram muito bem. Era uma equipe que valia a pena. Então, era um trabalho pesado, mas ficava leve com aquela convivência. A gente começou a trazer um olhar mais técnico para o trabalho. A equipe era formada por mim, por dois educadores sociais – os dois eram professores, com muita bagagem de conhecimento –, um sociólogo e uma pedagoga. Nós tentamos trazer um caráter mais profissional, espaços de estudo com aquele grupo, buscando dar mais qualidade para aquele atendimento.

Você se lembra se essa precarização do trabalho que você menciona era presente também em outras políticas sociais, ou era uma característica mais forte da Assistência?

Vou lembrar mais da parte de Saúde Mental, com a qual a gente tinha maior contato.

3. Mocós são imóveis ocupados de forma irregular por pessoas em situação de rua.

4. Nome popular do Ginásio de Esportes Professor Darci Cortez.

Demorou bastante para ter em Londrina uma estrutura melhor de CAPS III⁵, o CAPS Infantil é o mesmo até hoje. Lembro bem que, quando eu passei no concurso, ouvi a notícia de que o CAPS Infantil seria reformado. Era um prédio que estava ali recém-reformado, mas é o mesmo até hoje. E o CAPS Álcool e Drogas não existia, foi existir anos depois, mas muito precário também. Penso que agora, nos últimos dois anos, ganharam uma sede melhor. Então, era com esses serviços que a gente se relacionava mais.

E como foi para você prestar um concurso para a área da Saúde e ser chamada para atuar na Assistência Social?

Olha, essa não era uma grande questão, porque, de fato, eu não tinha muita clareza sobre o que significava isso: o que era estar na Saúde, o que era estar na Assistência, não tinha clareza sobre as Políticas Públicas... Acho que os trabalhos da Assistência – a abordagem de rua, o acolhimento – vinham ao encontro de coisas que eu já estava me debruçando, estudando, que iam para além da clínica. Quando eu pensava no concurso para a Saúde, eu não pensava que iria atender em consultório, eu entendia que era um trabalho também institucional. Então, não foi uma questão que me pegou. Até porque a própria Assistência Social ainda não tinha tanta clareza do que esperar desse profissional que estava vindo, né? Talvez, nesse sentido, as dificuldades tenham sido maiores.

Mas acho importante só demarcar que nós entramos nesse semestre mais precário, mas que com essa mudança de gestão, no ano de 2001⁶, vem um grande investimento para a Assistência, e as coisas começam a caminhar de uma forma diferente. Então foi um momento tenso, em que esses trabalhadores da frente de trabalho precisavam se desvincular, até por uma questão de intervenção do Ministério Público. E aí criou-se um mal-estar, porque eles tinham um *know-how*, eles tinham uma dedicação, mas eles não podiam continuar, e nem todos foram absorvidos pelos processos seletivos que vieram na sequência. E aí começaram as parcerias. A assistência social não se ampliou neste momento por meio de concurso, mas pelas parcerias. O PROVOPAR se tornou um grande braço da Assistência, as gestões eram híbridas. O PROVOPAR fez grandes contratações, fora outras parcerias. Mas ali onde eu estava, no trabalho com a pessoa em situação de rua, o número de kombis na rua aumentou, o número de equipes e de técnicos aumentou significativamente. E aí, nos outros serviços, também foi se ampliando, foi melhorando essa questão de estrutura e de investimentos.

5. A sigla CAPS faz referência ao Centro de Atenção Psicossocial. De acordo com o site do Ministério da Saúde (<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/caps>), o CAPS III atende pessoas de todas faixas etárias, com transtornos mentais graves e persistentes inclusive pelo uso de substâncias psicoativa, oferecendo até 5 vagas de acolhimento noturno e observação.

6. Em 2001, Nedson Luis Micheleti (PT) assumiu a Prefeitura de Londrina, onde permaneceu até dezembro de 2004.

E o que você acha que mobilizou essa mudança?

Mudou pela gestão mesmo, veio uma gestão municipal do PT, que tinha uma relação muito próxima com o Governo Federal. E a visão mesmo de política pública se modificou. Foi quando começou, em Londrina, o Bolsa Escola Municipal, o Programa Fome Zero... Fizeram um grande investimento na área social. Aí passou a chamar Secretaria de Assistência Social. Então, veio, de fato, um corpo técnico, uma secretária assistente social, professora da UEL, com uma gestão diferenciada. O trabalho foi se qualificando consideravelmente. E aí começaram as construções de fato, a questão deixou de ser mais assistencial, de atendimento a uma demanda mais política, para ser uma questão também técnica. Começamos a construir propostas de atendimento mais consolidadas, com orientações técnicas, que iam se modificando no decorrer do tempo com as vivências práticas.

Londrina sempre foi referência para a Assistência Social. Porque, quando o SUAS se consolidou, nós tínhamos muitas colegas daqui no Governo Federal. Eu me lembro claramente da reunião em que a nossa secretária, apresentou a proposta do CRAS⁷. Naquele momento tinha as assistentes sociais que eram referência de alguns bairros mais vulneráveis, e tinha um local centralizado, que atendia todos os outros bairros que não tinham assistente social referenciada. Não era uma gestão territorializada, era por “bolsões de pobreza”. E aí as outras demandas da cidade ficavam nesse grande centro, que estava junto com o atendimento à população de rua. E aí, quando ela traz essa proposta de territorializar, de ter unidades de referência em cada região, vem como uma proposta ousada. Por vezes, me questionei se daria certo, porque envolvia muitas mudanças, uma outra lógica no atendimento, mas por fim foi se consolidando no modelo que existe hoje. Então, quando o SUAS chega, ele chega de uma forma tranquila, porque algumas coisas já estávamos vivenciando, já estavam em processo.

E você acha que a ideia de propor esse novo modelo veio de movimentos que estavam acontecendo já, em âmbito nacional, ou começou primeiro aqui, e depois foi discutido em outros espaços, e contribuiu para inspirar a política nacional?

Não sei. Eu acredito que sim, né? Por elas estarem também com esse olhar mais macro, possivelmente, vinham acompanhando isso em outras esferas também, em outros municípios, em outros grandes centros. Para a gente, ficava esse recorte daqui. Não sei mesmo.

E, Adriana, você nos contou que, junto com você, entraram outras duas psicólogas. Já tinha psicólogas trabalhando no campo da Assistência Social antes de vocês?

Não. Tinha um psicólogo. Ele era um psicólogo que estava na Saúde, depois eu soube

7. A sigla CRAS faz referência ao Centro de Referência de Assistência Social.

que ele era da Assistência e estava cedido para o NAPS, que hoje é o CAPs Infantil. A gente tinha bastante contato, porque fazíamos algumas coisas juntos, no sentido de discussões de caso. Ele trazia algumas formações e, depois de um tempo, ele retornou para a Assistência, trabalhou em acolhimentos, mas infelizmente faleceu num acidente. Nós entramos na ocasião em 3 psicólogas, eu fiquei na abordagem de rua, e as duas colegas foram para os acolhimentos de criança e adolescente. Depois de um tempo, uma delas veio também para esse trabalho com a população de rua, e aí eu fiquei como referência para o atendimento a adultos e ela no atendimento de criança e adolescente, mas a gente estava ali na mesma área. Tinha também alguns psicólogos que eram contratados por entidades parceiras, mas ali, mais próximo, éramos nós três.

Eu acredito que, depois de 2005, 2006, com a implantação do SUAS, vieram outros colegas por concurso para compor as equipes de CRAS, e o quadro foi se ampliando.

E vocês foram contratadas em função da formação de vocês em Psicologia?

Sim, fomos contratadas como psicólogas.

E por que você acha que, naquele período, consideraram importante ter psicólogas atuando na Assistência Social?

O que a gente ouvia é que a atuação em serviços de acolhimento e com pessoas em situação de rua tinha chegado no limite, e aí precisava de algo mais. Em alguns momentos sentimos a expectativa de que seríamos as “salvadoras da pátria”, que conseguiríamos dar jeito nas famílias, fazendo com que fossem mais cuidadosas e acolhedoras, e que conseguiríamos mudar o comportamento das crianças acolhidas. Então, vem muito dessa concepção – que a gente ouvia também no âmbito do CRAS – que delega atendimento inicial do público para o Serviço Social, e aqueles que o Serviço Social não dava conta passavam para a Psicologia, né? Então, tem muito dessa ambivalência: “não é para ser clínico, mas a intervenção tem que ser voltada ao comportamento”. E, na medida em que a gente entra na Secretaria, eles vão percebendo que a gente não tem esse poder, e parece que vai caindo um pouco no descrédito. “Então, se vocês não dão conta disso, vocês fazem o quê?”. Eu penso que é aí que começam esses mal-estares: “Ah, tá. Não é isso, então, é o quê?”

E como vocês construíram uma resposta para a pergunta “já que vocês não conseguem salvar a pátria, vocês fazem o quê?”? Teve espaço de discussão, ou cada uma ia construindo uma forma de entender o lugar da Psicologia de um jeito?

Eu penso que sim. Eu acho que, historicamente, o nosso forte nunca foi muito a questão coletiva – ao contrário do que víamos no Serviço Social, que tinha um movimento de articulação política, enquanto categoria, mais organizado. A gente viveu a própria

questão da carga horária de trabalho, que foi uma conquista do Serviço Social⁸, mas aqui, em Londrina, a gente teve também uma questão salarial que foi o adicional de responsabilidade técnica, que aumentou em 70% o salário dos assistentes sociais, e isso aconteceu por uma articulação, uma mobilização delas, enquanto grupo. E nós, junto com outras categorias, demoramos alguns anos para ter esta conquista.

Avalio que as questões em que a gente conseguia atuar dependiam muito de quem era a nossa chefia. Tive chefias que reconheciam e valorizavam a Psicologia, e aí a gente conseguia debater, implantar, trabalhar com liberdade, e com valorização do resultado. Tive, na mesma medida, chefias que tinham muita dificuldade em dar esse espaço. Hoje, temos, no geral, apenas um profissional de Psicologia por CRAS, então acaba não tendo esse espaço para debater sua prática, para se fortalecer. Houveram muitos avanços, mas penso que a gente não conseguiu ainda se consolidar como uma prática.

E o que você acha que falta para que isso seja possível?

O nosso próprio fortalecimento. Acho que o momento que a gente viveu na semana passada, até você estar conosco lá⁹, foi muito significativo, pelo reconhecimento daquele grupo. Bom, no primeiro semestre em que eu entrei, lá em 2000, e estava com aquele grupo que ainda era frente de trabalho, a coordenadora saiu de licença e eu fiquei três meses como coordenadora daquele projeto. Então eu já comecei a me aventurar na gestão. E aí começou uma nova gestão municipal, eu voltei para minha função enquanto técnica. Mas, em 2005, eu assumi a coordenação do serviço de atendimento à população de rua, que também incluía o serviço de abordagem. Eu me distanciei desse grupo que foi entrando nos CRAS, quando começou a se consolidar o PAIF¹⁰. Eu não acompanhei muito essas discussões, da construção do papel do psicólogo, mas sei que tiveram alguns momentos em que a própria gestão indicou uma profissional para auxiliar nessa construção do trabalho da Psicologia, e aí se formou um grupo. Então mudou a gestão municipal, desfizeram esse grupo. E agora, no último ano, voltou a ter um grupo na Proteção Social Básica. Então retomamos o grupo este ano, agregando outras colegas que também estão na academia e com afinidade com os debates teóricos e eu acabei me afastando deste espaço. Tenho o relato de que elas têm conseguido caminhar, com a construção de um material teórico. Eu acho que o grupo está se fortalecendo.

Esse movimento de fortalecimento do grupo, de não esperar que venha de algo externo, tem feito a diferença. Bacana ver como tem vários colegas indo para a academia, fazer mestrado, doutorado, se aprofundar nessa área de conhecimento, coisa que a gente não tinha lá atrás. De fato, a nossa formação vem muito no viés da clínica. A Psicologia

8. Em 2010, a lei nº 12.317, estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais. Até o momento de realização da entrevista, na maior parte dos municípios, a carga horária para psicólogas(os) e outras(os) profissionais do SUAS era de 40 horas.

9. Na semana anterior à entrevista, Mariana Prioli Cordeiro participou de uma reunião com um grupo psicólogas(os) que atuam na política de Assistência Social em Londrina. Esse grupo reunia-se periodicamente a fim de produzir um documento que sistematizasse sua prática.

10. A sigla PAIF faz referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

Social perpassou, mas não fez uma marca. E aí é bacana, hoje, ver como o pessoal tem isso com mais facilidade no acesso e tem buscado este aprofundamento, ao mesmo tempo em que as políticas públicas já vêm compondo a formação básica. A gente recebe estagiários que já têm uma visão diferente, vêm com um outro olhar, mas eu acho que vai um tempo ainda para isso ir se reciclando. Ainda tem muitos profissionais com dificuldade em compreender o trabalho no âmbito das políticas públicas.

Que técnicas e conhecimentos importantes para atuação no campo da Assistência Social ainda não estavam presentes na formação, e onde vocês buscavam referências para a construção de suas práticas?

Naquele momento inicial, a gente buscou a universidade, o Departamento de Psicologia Social¹¹. Fizemos alguns diálogos com o professor do departamento, mas depois de um tempo ele colocou que não daria pra continuar sem formalizar o processo. Aí foi uma questão, porque não tínhamos na época recurso para isso pela Prefeitura. Na verdade, como a gente estava muito no âmbito do que hoje é da Proteção Especial, os espaços formativos em que eu participava me davam suporte para a atuação, já que o trabalho era de uma escuta mais individualizada. Eu participava também de um Núcleo de Terapia Familiar e buscava ali algumas ferramentas de intervenção com as famílias. Quando eu pensava na abordagem de rua, no atendimento à população em situação de rua, eu conseguia ter esse olhar, essa escuta diferenciada, mesmo que fosse na rua. Conseguia propor um espaço de fala e buscar compreender a condição daquele sujeito a partir dos referenciais teóricos que eu tinha na minha formação e que vinha estudando. Nós buscamos referenciais também sobre atendimento grupal. Conseguimos trazer uma formação em Grupos Operativos para pensar mais na lógica do atendimento grupal, mas o foco maior era mesmo a escuta mais individualizada, esse atendimento mais focado naquelas famílias, naquelas crianças, e posteriormente nos adultos.

Um momento que foi muito significativo para mim foi quando passei a atender a população adulta. Eu me identifiquei muito com aquele trabalho, era uma coisa que eu gostava muito de fazer. Quando você vai para uma abordagem, e você pode sentar onde ele está, e ouvir a história de vida dele, entender porque chegou ali e juntos pensar nas escolhas, você qualifica o atendimento. A psicologia vai consolidando o que é uma escuta, para além do que está no papel. O que é essa escuta qualificada? É ouvir além do que é dito, é pensar nas relações, nas escolhas, no porquê a família está naquela condição, quais os fatores sociais, culturais e subjetivos que interferem. E que pode ser que ela continue naquela condição, porque é o modelo que ela tem de vida, ou é a sua escolha. E aí a gente começou a garantir espaços para essa escuta mais individualizada, que, para aquele serviço, fazia sentido, que envolvia ouvir a pessoa em situação de rua, na sua subjetividade, e, a partir disso, começarmos a pensar no seu projeto de vida, fazer reflexões, outras escolhas. Eu acompanhava um grupo formado por pessoas que estavam em um processo de superação da rua. Eles começavam a fazer uma atividade

11. Aqui, Adriana Barrozo faz referência ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

laboral em algum local, aí tinha uma bolsa auxílio e eles saíam do abrigo e iam para uma moradia própria. A gente acompanhava o resgate da família e fazia interlocução com a Saúde Mental. Tínhamos claro que, ali, o nosso trabalho era fazer essa mediação. Mas conseguimos estabelecer o nosso espaço, enquanto um serviço da Proteção Especial. Então, foi uma época muito bacana. E também desenvolvemos um trabalho com a equipe, de escuta da equipe e de estudo conjunto de referenciais teóricos. Isso foi qualificando o atendimento das equipes no processo desde a abordagem nas ruas. Outra contribuição importante da Psicologia foi a de aproximar as discussões no âmbito da saúde mental, esclarecer conceitos, diagnósticos, romper um pouco com a lógica medicamentosa e apresentar outras formas de tratamento, estabelecer novos fluxos. Acompanhamos de perto as mudanças a partir da reforma psiquiátrica, a ampliação do CAPS 3, a inauguração do CAPS AD, a introdução da Política de Redução de Danos, em contraponto às instituições que trabalhavam com abstinência e com internações de longa duração. Participei da primeira Conferência Municipal de Política Antidrogas – na ocasião era assim que se chamava, e compus o primeiro Conselho Antidrogas de Londrina. Foi um aprendizado riquíssimo e fazia a mediação desta política com a Assistência Social. Quando entrei em 2000, existia um grupo de crianças e adolescentes que tinha estado anteriormente em situação de rua e que, na ocasião, estavam em uma Comunidade Terapêutica em Minas Gerais, em uma cidade bem distante de Londrina, algumas há mais de um ano, porque o município as enviou para lá e depois não tinham meios para trazê-las de volta. Estavam lá sem nenhum contato com a família ou com outras pessoas daqui. Acreditava-se, naquele momento, que este modelo de tratamento era bom. Então a psicologia pôde também contribuir com a discussão dessas temáticas.

Você falou do período em que conseguiram estabelecer um espaço enquanto serviço da Proteção Especial. Isso foi quando, mais ou menos?

Foi, entre 2000 e 2005. Em 2005, eu assumi a coordenação, e esse momento coincide com a vinda do SUAS. Acho que o grande marco desse período foi um grande recurso que recebemos para o desenvolvimento de um projeto de atendimento à população de rua. A gente foi para uma casa grande, onde eram desenvolvidos quatro projetos: atendimento geral à população adulta, atendimento à criança e adolescente, programa de atendimento a adultos em processo de superação de rua, e um projeto de inclusão produtiva para pessoas em situação de rua. O atendimento ao adulto e o atendimento à criança e adolescente eram atendimentos gerais, de entrada livre, e envolviam também concessão de passagem. Esse projeto de inclusão produtiva recebeu um mega recurso. A gente comprava cursos no SENAI e SENAC – era mais SENAI –, mas também montava grupos de produção na perspectiva da Economia Solidária: tínhamos um grupo de vassoura a partir de garrafa pet, um grupo de papel reciclado, de construção de instrumento de percussão, grupo de costura, uma estufa de plantas ornamentais... Mas a gente ainda garantia o lugar da Psicologia ali: no acompanhamento do grupo – às vezes de forma mais individual, mas também no grupal; no acompanhamento das atividades laborais, em muitos casos com interlocução com a Saúde Mental. No atendimento

às crianças e adolescentes abordados, a psicóloga fazia um acompanhamento bem próximo das famílias. Isso se preservou por esse tempo. Eu fiquei ali até 2010, e saí pela minha gestação. Depois disso, veio uma mudança de gestão municipal e isso foi se modificando, mas até então, isso se preservou ali.

Nessa época, vocês atuavam em equipes, ou as psicólogas atendiam de forma separada das assistentes sociais, ou de outras profissionais da equipe?

Não, era bem junto. Esse acompanhamento da população adulta era feito em equipe, pela assistente social, pela psicóloga, e também por uma terapeuta ocupacional – o que foi bem bacana. Fomos construindo juntas este trabalho com a terapeuta ocupacional, mas depois ficou muito instituído o grupo da TO¹². Tinha adesão pelo público, tinha uma frequência muito boa. E essa equipe elaborava um plano de atendimento: o atendimento da psico, da assistente social e o grupo da TO, além de atendimentos de CAPS. E os atendimentos de crianças e adolescentes também eram feitos por uma dupla de assistente social e psicóloga, tinha uma educadora social junto também. O trabalho delas era, todos os dias, pegar a ficha que chegava de manhã pela equipe de abordagem de rua, ou uma ficha da abordagem do dia anterior, se deslocar para as visitas e para o acompanhamento, na busca de outros encaminhamentos para aquela família.

E você fazia essas visitas e abordagens também ou o seu trabalho era mais dentro do equipamento?

Dentro do equipamento. O meu trabalho era a gestão, a coordenação disso tudo. Eu trabalhava com as supervisões das equipes, com a parte administrativa e com as articulações. Tinha o momento de reunião da equipe toda, das equipes técnicas, e das supervisões com cada equipe de abordagem e também tinha os espaços formativos. Além dessa organização, o trabalho exigia bastante articulação, porque a população de rua faz interface com muitas políticas. Com a Saúde: como trazer a Saúde, principalmente a Saúde Mental, para junto? A gente não tinha o Consultório na Rua, essa foi uma conquista. Mas era um desafio a construção de um fluxo com a Saúde para o atendimento a esta população. Nessa interface com os acolhimentos, o trabalho envolvia tratativas para alinhar fluxos e encaminhamentos com as políticas para mulheres; para idosos em situação de rua; para criança e adolescente; e com os próprios serviços da Assistência. Envolvia, ainda, interlocução com os territórios. Então, era um trabalho muito intenso, porque a abordagem funcionava todos os dias até às 11:00 da noite, inclusive nos finais de semana. Então, era até às 11:00 com aquele celular ligado. E as supervisões também tinham que se adequar aos horários e locais em que os profissionais estavam... Então, só deu certo antes de ter filho, depois não deu mais. Foi um trabalho muito marcante. Acho que a gente se reconhece ainda naquele grupo, quem passou por lá tem boas lembranças, tem afeto. Foi um trabalho que deu muito certo, sabe? Foi uma experiência muito boa.

12. A sigla TO faz referência à Terapia Ocupacional.

E por que você acha que deu certo?

Olha, eu tinha uma chefia, uma gerente e uma diretora, que bancavam isso, que permitiam esse trabalho e que permitiam que a gente pudesse criar em equipe e construir de forma coletiva. Organizamos esses espaços de participação: o espaço em que todo mundo sentava junto, o espaço de escuta da equipe. Foi um processo que nós construímos. Construímos uma ficha de abordagem, um projeto escrito falando sobre o que era aquele trabalho, um folder para distribuir para a comunidade... Era tudo muito coletivo. Eu penso que foi isso. As pessoas tinham, de fato, um sentimento de pertença.

Infelizmente, ainda não tínhamos os serviços tipificados, isto ainda estava em processo e, com a mudança de gestão municipal, muito do que foi construído se perdeu.

Isso foi em que ano mesmo?

Entre 2005 e 2009.

E esse período sobre o qual você está nos contando coincide com a construção dos principais marcos normativos da Política de Assistência Social que nós temos hoje, né? Como foi a implantação do SUAS no município de Londrina? Quando ela aconteceu de fato?

Olha, ali no trabalho com a população de rua – onde eu estava naquele momento –, acho que coincide com a vinda desse grande projeto e das normativas – as do Centro Pop¹³ vieram depois, eu já não estava mais ali. Mas a modificação que a gente teve foi no nome, que passou a ser CREAS I¹⁴, mas ainda se manteve o nome fantasia. Houve esta nova organização enquanto Proteção Social Básica e Especial. E ali, na parte operacional, a gente não sentia tanto, porque foi um processo que foi se consolidando aos poucos. Foi mudando a questão do Cadastro Único, que chegou para a população de rua depois de algum tempo, porque ainda tinha uma ampla discussão sobre como se contemplaria esta população. Ela ficou na invisibilidade por algum tempo. Acho que eu saí nesse momento em que o Cadastro Único estava chegando. Eu ainda participei de uma grande pesquisa sobre a população em situação de rua, em nível nacional. Foi um trabalho muito rico e que resultou em uma publicação também [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009]. Mas a gente não sentiu esse impacto, foi muito natural. Aqui em Londrina, os CREAS foram divididos de forma temática: o CREAS II, atendia as medidas socioeducativas¹⁵, e o CREAS III, era o antigo

13. A sigla Centro Pop faz referência ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

14. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

15. O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é um serviço da Proteção Social Especial de média complexidade, que “tem por finalidade prover atenção socioassistencial

Programa Sentinela¹⁶. Nestes locais, deu pra perceber um impacto maior, pois envolveu mudanças metodológicas e, depois, processos de municipalização – que foi um grande marco, porque um grande grupo foi demitido e vieram outras pessoas e outra proposta de atuação. Nos CRAS, começaram a chegar os psicólogos por concursos para compor as equipes, mas ainda se contratava muito por meio das parcerias. O grande grupo era contratado pelo PROVOPAR. O vínculo com o PROVOPAR se manteve por muito tempo, até que, aos poucos, foi acontecendo a municipalização. Até pouco tempo atrás, ainda tínhamos CRAS em que a equipe era contratada pelo PROVOPAR. Aí sempre que municipaliza é um marco um pouco traumático, né? Porque se demite um grupo grande de profissionais, com bastante know-how, com muito tempo de casa, e aí vêm outro do concurso público, às vezes com pouca experiência. E aí tem essa oferta de mão de obra que vai para outras OSCs, mas volta com salários menores. Então, a gente assiste esses colegas que vão pulando de convênio em convênio, nessa instabilidade. Isso é uma coisa ainda muito presente, o que impacta também na continuidade do trabalho. Ao mesmo tempo, eu acompanhei a ampliação e implantação de outras ofertas, outros serviços, que foram ampliando também as contratações de equipe, incluindo aí de psicólogos.

E você estava em um cargo de gestão quando começou esse processo?

Eu estava trabalhando com a população de rua, daí saí de licença. Quando eu voltei, em 2011, entrei no Programa Atitude, que era um programa do Estado que estava finalizando. Foi para fazer essa gestão de uma transição do que o Estado estava finalizando e o Município continuaria, mas logo isso já foi incorporado à gerência de criança e adolescente, que acompanha os Serviços de Convivência. E, nesse período de um ano, assumi essa gerência que acompanha os Serviços de Convivência e o Programa de Aprendizagem. Então, me introduzi na Proteção Básica, que era um outro universo para mim – isso foi em 2012. Nesse momento, acompanhei à distância a transição da municipalização dos CREAS. Na abordagem de rua, aconteceu um outro movimento, que foi sair da terceirização e fazer um concurso para orientador social. Foi bacana, porque fui chamada para auxiliar na formatação das questões para o concurso, e foi aí que eu tive contato com as orientações técnicas do Centro Pop [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011]. Fiquei encantada ao ver aquilo tudo escrito ali, pois antes não tínhamos nada. Foi legal perceber esse avanço na questão técnica, mas eu acompanhei à distância, enquanto tentava entender esse outro universo que era o Serviço de Convivência. Eu também não tinha tanto contato com o trabalho que estava sendo desenvolvido nos territórios.

E como era ser uma psicóloga em um cargo de gestão durante esse processo de

e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.” (*Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, 2014).

16. O Sentinela foi um programa criado em 2001, pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social, para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

transição para o SUAS?

Na verdade, hoje, vejo que minha contribuição se deu mais na organização dos serviços como um todo, enquanto gestão de equipes, construção de fluxos, garantia de um atendimento que atendesse às especificidades das demandas, e não tanto na configuração do trabalho da Psicologia. Quando chegava um grupo de novas psicólogas, algumas vezes, éramos chamadas para acolhê-las, para contar um pouco sobre o que a gente passou nos anos anteriores e dos locais em que estávamos atuando. Mas não conseguia contribuir muito com prática da psicologia no PAIF, porque não estava tão presente neste âmbito da atuação. Em 2017, eu fui para um CRAS, também em uma mudança de gestão municipal. Quando eu cheguei, fui me apropriar dos materiais e me indicaram as orientações do Conselho Federal [Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007] e os cadernos do PAIF [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012]. Daí percebi que isto ainda estava muito frágil, enquanto orientação da própria gestão, sem um material mais consolidado sobre o trabalho. Mas, depois de 3 meses, houve uma reorganização interna e fui chamada a assumir a coordenação daquela unidade. Fiquei insegura porque não tinha vivência das questões diárias do CRAS, mas a equipe era muito parceira, e auxiliou muito com as questões mais práticas, com as questões de concessão de benefício, sobre as quais eu tinha pouco conhecimento. A vantagem é que tinha mais uma psicóloga além de mim, então, nós tínhamos com quem dialogar. A gente pôde se debruçar um pouquinho no que a Psicologia poderia contribuir com o CRAS. E foi uma experiência rica, nós constituímos alguns trabalhos em grupos, fizemos uma articulação de rede para o desenvolvimento de grupos com alguns segmentos. Fazer essa articulação de rede nos permitiu conhecer os serviços do território. Eu acho que abriu muito o meu entendimento da política. Embora eu já estivesse na Básica, participando de várias formações e espaços de discussão, eu não tinha dimensão do trabalho. E aí eu voltei para gerência de criança e adolescente, que era onde eu estava antes, mas completamente diferente, com um outro olhar. Então, esses dois anos de CRAS foram fundamentais para entender como tem um campo ali para a Psicologia. Faltava essa organização, esta consolidação do que já foi construído.

E quando você volta para a Gestão de Crianças e Adolescentes e sai do CRAS?

Eu entrei no CRAS em 2017, fiquei de 2017 a 2019, aí voltei em 2019.

E nesses quase 23 anos de Assistência Social, por quanto tempo mais ou menos você esteve em cargos de gestão? Você se lembra?

Eu fiz a conta. Deu menos de cinco anos como técnica, então, os demais todos foram na gestão.

E por que você acha que você foi convidada ou indicada para cargos de

gestão? Você acha que tem a ver com a sua formação em Psicologia, ou com características mais pessoais?

Talvez tenha a ver com características pessoais, por habilidades que fui desenvolvendo durante o trabalho, mas não dá para dizer também que foi só por características pessoais. Penso que a formação em Psicologia contribuiu para a condução das equipes e dos atendimentos aos usuários de forma mais humanizada, pude contribuir na construção de documentos, de fluxos e na operacionalização de serviços com apontamentos e reflexões pertinentes à minha formação. Fiquei até refletindo um pouco sobre isso. Penso que quando a Política de Assistência traz o psicólogo – era um grupo dominado pelos assistentes sociais, então, eu vou dizer assim: “quando os assistentes sociais optam por trazer a Psicologia” – acho que o fizeram com muito receio, porque, embora tivessem esse olhar predominantemente da Psicologia Social, a Psicologia vem com o viés clínico, vinculado à Saúde – principalmente em Londrina, onde o curso da UEL está dentro do Centro de Ciências Biológicas. Então, parece que havia um receio: “Como assim? Estamos usando recurso da Assistência para pagar profissionais da saúde”. Isso existe ainda hoje em outras áreas. Diziam a todo o momento que não podíamos fazer terapia, que ali não era clínica, mas não diziam o que esperavam da gente. Como eu disse, era uma fala ambivalente, ao mesmo tempo que diziam que não era para fazer clínica, tinham uma expectativa de tratativa mais comportamental. Foi interessante que em um encontro recente com esse grupo das psicólogas, em 2020/2021, conforme fomos conversando, chegamos em um momento em que nos demos conta de que todas, em algum momento, fazem atendimentos mais individualizados, conscientes de que não estão fazendo clínica, entendendo que aquilo faz parte do trabalho, mas fazem de uma forma que tem que ser escondida, justificada. Quando fecha a porta, tem que dar satisfação à coordenação porque fechou a porta. Se marca para aquela pessoa voltar na semana que vem, em um horário agendado, é uma questão. Eu acho que isso ainda perpassa a nossa atuação, dependendo da coordenação da unidade. Mas é interessante como ouço, com alguma frequência, colegas assistentes sociais que valorizam e reconhecem o bom trabalho que desenvolvem com a psicologia no seu dia-a-dia.

E sobre o período pré-SUAS... Era comum ter psicólogas em cargos de gestão aqui, em Londrina?

Não. Não, porque também éramos três. Então, nem dava. Em 2005, quando eu fui para uma coordenação, acho que tivemos algumas experiências dentro do Serviço de Convivência. Até hoje são poucos, mas são espaços que a gente vem conquistando. Lembro-me de ter comentado no nosso primeiro contato que os psicólogos acabam não ficando. Mas foi interessante que, logo em seguida, em uma reunião da minha diretoria com os gerentes da Básica, me dei conta que, a cada reunião, a gente tinha uma nova configuração daquele grupo. Então a questão não é só da Psicologia, a dificuldade é permanecer nesses cargos que não são fáceis. Essa mediação da gestão maior com a ponta, é muito desafiadora. Então, não é só dos psicólogos. Mas eu posso dizer que

hoje temos uma psicóloga como presidente do Conselho Municipal de Assistência, uma psicóloga muito jovem, muito atuante, trabalhadora de uma instituição de acolhimento vinculada à uma OSC e que vem conduzindo muito bem essa gestão à frente de um conselho que é tão forte em Londrina. E, hoje, as gerentes de média e alta complexidade são psicólogas também e elas conseguem dar voz para essa equipe mais ampliada, e garantir esse trabalho da Psicologia. Faz muita diferença, sim. E três coordenações de CRAS também são feitas por psicólogas.

E esse pequeno grupo de psicólogas que já estava atuando na Assistência Social antes do SUAS participou, de alguma forma, da construção das normativas municipais, ou do desenho da política, aqui, em Londrina? Houve espaços, em que a sociedade estava organizada para discutir isso e que vocês puderam participar?

Enquanto Psicologia, não. Acho que às vezes, somos chamadas, mas não enquanto Psicologia. Eu acho que a gente precisa, sim, se organizar, e se colocar mais, porque até hoje não somos chamadas enquanto representantes da Psicologia para opinar na gestão. Embora a gente tenha os psicólogos aí em todos os locais, e tenha um discurso sobre a importância, no dia a dia, desses profissionais, isso escapa. A gente não vê movimento para contratação de mais psicólogos via concurso. A gente tinha mais psicólogos em unidades de CRAS, hoje, temos o mínimo, que é um. Alguns, pela extensão territorial, até conseguem dois, mas, no geral, é um só.

E, Adriana, com frequência, ouvimos pessoas falando que a Psicologia caiu de paraquedas na Assistência Social. O que você pensa sobre essa afirmação?

Talvez uma grande parte de nós, psicólogos, – não sei se a Psicologia, mas nós, psicólogos – entramos sem saber muito bem para o quê fomos chamados. Penso que, em alguns momentos, isso ainda não está muito definido, né? Parece que a gente vai construindo, e as expectativas às vezes são distintas. Mas penso que vem da formação, da concepção do senso comum de Psicologia. E aí a gente chega e é chamado para outra atuação, para outro nível de atuação, né? Então, talvez seja nesse sentido de um trabalho que precisa ter uma cara mais definida.

E qual você acha que é essa imagem que o senso comum tem da Psicologia? Que cara é essa que é preciso construir?

No senso comum ainda vem a imagem do atendimento individualizado e clínico, como aquele profissional que vai modificar comportamentos.

E a cara que precisa dar? Eu penso que não é só o trabalho da Psicologia, acho que a Política de Assistência ainda engatinha em alguns sentidos. Não é só a Psicologia que, às vezes, não tem ainda clareza sobre sua atuação – não sei se não tem clareza, ou se

tem algumas divergências. No Serviço Social isso também acontece. Ainda temos os profissionais que se identificam mais com a concessão de benefícios, com as práticas mais assistencialistas. E outros que compreendem sua prática mais voltada à garantia de direitos, à criação de espaços de participação do usuário e de superação das suas vulnerabilidades.

Aqui, em Londrina, eu venho acompanhando muito, com as colegas de CRAS, essa discussão: “Afinal, o que é o PAIF?” A gestão do Cadastro Único deixou de ser do CRAS e parte da gestão dos benefícios também. Então as equipes estão mais disponíveis para as ações de acompanhamento do PAIF, e isto gera angústia, porque o trabalho do PAIF ainda está em construção. Quando se pensa no trabalho grupal, de intervenção, de reflexão das temáticas que ali perpassam, cabem os dois profissionais e outros.

No âmbito dos CRAS, estamos com uma experiência riquíssima, que aqui se chama Movimenta CRAS, em que através de uma Termo de Colaboração com uma OSC, foram contratados pedagogos e educadores sociais para conduzir atividades grupais de uma forma mais lúdica. A partir de um diagnóstico de demandas do território são propostas temáticas para discussão. E aí o técnico pode fazer a sua intervenção, a partir desses conteúdos que surgem nesses espaços. Talvez, no momento em que a gente consiga dar uma limpada, e trazer mais o que é o PAIF, a gente consiga também dar essa cara do trabalho dos dois, mas dos dois juntos, nesse trabalho que se mistura e se complementa.

Quais outras contribuições você acha que a Psicologia traz para a Assistência Social?

Eu penso que essa outra compreensão, esse olhar por outro ângulo, né? A gente olha as coisas de um outro lugar. Penso que nós contribuímos com as equipes com quem a gente trabalha, quando a gente pode agregar, acolher de outra forma – mesmo não sendo essa a atribuição específica, a gente acolhe, né? Ao trazer conteúdos formativos, a gente contribui. A princípio, me vem isso.

Está ótimo, Adriana. E agora a pergunta feita ao contrário: você falou um pouquinho sobre como a Psicologia contribuiu para a Assistência, mas você acha que a entrada maciça de psicólogos e psicólogas nesse campo também contribuiu, de alguma forma, para mudar a Psicologia?

Ah, com certeza. Com certeza, porque é um dos grandes campos de trabalho hoje, e quebra esse olhar de que a Psicologia se dá só nos consultórios. Isso sempre foi muito marcante, e ainda é – acho que é um processo, mas que já traz isso para as formações, a Psicologia como um campo de transformação social, de intervenção, uma contribuição que vai além desse público mais elitizado que paga pelo atendimento, essa compreensão de que os fenômenos não são só individuais, subjetivos, mas estão inseridos em um contexto maior... Então, acho que faz repensar nossos próprios referenciais teóricos, abre uma outra concepção de mundo mesmo, como a gente tem que conciliar o que é do

macro com o que é mais particularizado, né? Então, com certeza, eu me sinto assim... eu acho que a transformação é constante, se dá a cada formação que a gente faz, a cada leitura. Quando penso no que pensava lá, quando comecei, eu falo: “Meu Deus! Eu não acredito que eu pensava dessa forma!” Mas a gente vai se revendo, se transformando. E agora eu vejo assim. E tenho atualmente um contato muito grande com a Pedagogia, que é uma área também que tem muito a contribuir.

Ah, sim! Eu acho que uma grande contribuição da Psicologia é que ela – assim como a Pedagogia – tem ferramentas de intervenção importantes.

Adriana, para finalizar, queria só te perguntar se tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar, que eu não tenha perguntado, ou que você acha que seria importante comentar?

Acho que não.

Está ótimo. Eu queria te agradecer pela sua disponibilidade, sua generosidade, por compartilhar um pouquinho da sua história conosco. Super obrigada mais uma vez.

Eu quem agradeço, é uma honra, acho que é um reconhecimento também, né? E confesso que, na semana passada, quando me dei conta do que era, fiquei bem emocionada. Falei: “Nossa! Que legal, que valorização desse lugar”. Então, eu quem agradeço. Parece que eu pude me olhar, me rever. Então, eu acho que isso vai fazer muita diferença.

Obrigada.

ALESSANDRA MARQUES ÁVILA¹⁷

Para começar, gostaríamos que você se apresentasse. Quem é Alessandra Marques Ávila?

Mari, estar aqui é uma alegria, é uma emoção, inclusive. Alessandra Marques Ávila é uma mulher, psicóloga, trabalhadora da política de assistência social desde 2002, que atuou ora na gestão do SUAS, ora com equipes trabalhadoras do Sistema em processo de educação permanente. É uma militante dessa política importantíssima de proteção social, uma defensora intransigente dos direitos humanos, sobretudo sociais, e é alguém que tem respeito pela trajetória profissional da Psicologia nesse campo. Acho que é isso.

Você falou que entrou na Assistência Social em 2002. Como foi essa entrada?

Eu me formei em julho de 2001, eu fiz graduação em Psicologia na Universidade São Marcos – a extinta São Marcos, né? Me formei no meio do ano, mas, nos três últimos anos da graduação, fui estagiária de Psicologia, na Secretaria Municipal de Saúde de Taboão da Serra, município em que eu morei por 45 anos. Eu fui a primeira estagiária de Psicologia da Secretaria Municipal de Saúde. Então, eu atuava em unidade básica de saúde e trabalhava especialmente no campo da saúde mental. Quando me formei, eu tinha clareza de que o lugar que eu queria ocupar, enquanto trabalhadora psicóloga, era na política pública, essa era alguma coisa muito forte para mim, muito cara. Como eu me formei em meados de 2001, peguei um tanto da virada do currículo de Psicologia, então o trabalho da Psicologia em políticas públicas foi bastante presente no curso. Eu me formei em meados de 2001 – a gente se forma meio sem saber o que vai ser –, e eu fiz o processo seletivo para aprimoramento profissional, na Faculdade de Saúde Pública da USP. A minha ideia era esperar um concurso público para atuar na saúde mental.

E aí, no começo de janeiro, em 9 de janeiro de 2002, eu recebo uma ligação telefônica do, à época, secretário municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo, Evilásio Farias. Evilásio Farias, do PSB, foi o primeiro secretário de Assistência Social da gestão Marta Suplicy e ele tinha uma relação afetiva com a minha família, especialmente com a minha avó e com o meu avô. O Evilásio já tinha sido vereador, em Taboão da Serra, e

17. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 24/09/2022, no Instituto de Psicologia da USP, em São Paulo-SP. Além de Alessandra Ávila, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista) e Karoline Ruiz (responsável pela captação audiovisual da entrevista).

fazia reuniões, inclusive políticas, na casa da minha avó. E aí, nessa ligação telefônica, o então secretário Evilásio me informou que estava me nomeando para um cargo de livre provimento, um cargo em comissão, na Secretaria de Assistência Social, para eu trabalhar na Supervisão de Assistência Social – a sigla é SAS – Campo Limpo. Eu fiquei completamente surpresa, para dizer o mínimo. Comecei, então, a trabalhar na SAS Campo Limpo. À época, a SAS Campo Limpo era responsável pela gestão de todo o território do Campo Limpo e M'Boi Mirim. Eu queria contar que eu fui aprovada no processo seletivo do aprimoramento, mas a possibilidade de trabalhar como psicóloga era uma coisa que me alegrava. Esse foi o meu primeiro trabalho como psicóloga.

E, na época, o que era Assistência Social? Era a gestão dos Centros de Educação Infantil, das creches. São Paulo, se não foi a última, foi uma das últimas capitais a transferir a gestão das creches para a Secretaria de Educação. Além disso, São Paulo tinha uma rede de serviços, que hoje a gente chama de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que tinha outras nomenclaturas: os Espaços Gente Jovem, que a gente chamava EGJ, os QPs, que eram serviços de Qualificação Profissional, serviços que hoje a gente entende como serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos e o Plantão Social, que a gente quer acreditar que se transformaram no que hoje são os CRAS¹⁸.

Então eu cheguei em Campo Limpo e logo fui lotada em uma equipe distrital, que era a equipe do Jardim Ângela e do Jardim São Luís, que são dois distritos da Zona Sul da capital, distritos populosos, distritos bastante vulneráveis, né? O Jardim Ângela tinha toda uma história de mobilização social e movimentos sociais. Na época, e até hoje, a gente tinha grandes organizações sociais, que eram responsáveis, de fato, por entregar alguma proteção social para as pessoas. Então, em alguns dias da semana, eu trabalhava junto com assistentes sociais no Plantão Social – e o Plantão Social atendia muitas pessoas por dia, muitas, eu estou chamando mais de 80 por dia. Além desse trabalho, tinha a supervisão técnica dos convênios: convênios de organizações da sociedade civil – que, à época, eram chamadas de entidades sociais – com a Prefeitura. Além disso, nós tínhamos uma escala de emergência – todos os técnicos e as trabalhadoras de Ensino Médio e Fundamental ocupavam uma escala de emergência junto à Defesa Civil. Então a nossa carga de trabalho diária era de seis horas e meia e, durante quatro semanas por ano, ficávamos de plantão das 18:00 até às 8:00 da manhã, por uma semana. Então, eram quatro plantões de uma semana. Esse era o trabalho concreto, né?

No Campo Limpo, eu trabalhei por nove meses – de janeiro a, aproximadamente, setembro. Logo que cheguei, me foi passada a supervisão técnica do CEDECA, que era o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, do Jardim Ângela, que estava sendo implantado com recursos do FUMCAD, que é o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Então, à época, era tido como um projeto, não era um serviço, porque tinha previsão de começo, meio e fim. Além disso, eu também era responsável pela supervisão técnica da Casa Sofia, que era um importantíssimo serviço para proteção e defesa de mulheres em situação de violência – que acho que ainda existe hoje. E era responsável

18. A sigla CRAS faz referência ao Centro de Referência de Assistência Social.

também por algumas creches. Na época, a gente chamava as creches conveniadas de creches indiretas – o que significava que o prédio era da prefeitura, mas a gestão era operacionalizada por entidades sociais –, e de creches diretas as que eram geridas pela Prefeitura.

Eu tinha começado, desde a faculdade, a estudar a Psicanálise Winnicottiana. Como eu já disse, eu me formei no segundo semestre de 2001 e, em seguida, fiz alguns concursos públicos, na época, para a FEBEM de São Paulo. As referências bibliográficas desses concursos tinham muito Winnicott. Eu já tinha lido a biografia de Winnicott, escrita por Brett Kahr [1977], na faculdade, então, já era uma referência pra mim. Na supervisão técnica das creches, eu entendia que o que Winnicott trazia era de muito valor, e continuei estudando o autor. Até ser transferida... Na verdade, eu fui exonerada da SAS Campo Limpo, e fui exonerada em função de que parte do trabalho era a fiscalização e acompanhamento da prestação de contas desses convênios com a Prefeitura e, na minha inocência – vamos chamar assim, né? –, eu identifiquei o que era uma irregularidade – e continua sendo uma irregularidade – a organização social apontava que estava recolhendo os encargos sociais, inclusive os trabalhistas, mas não tinha nenhuma trabalhadora com registro em carteira, e isso era uma incoerência. Isso trouxe bastante mal-estar. É importante dizer que eu fui nomeada para um cargo que pertencia à SAS Penha, e não à SAS Campo Limpo, então, imagina: a SAS Penha tinha um cargo que estava voando – a gente falava assim, o cargo voou, né? –, e a justificativa que me foi dada é que a supervisora da Penha estava precisando do cargo. Eu fui exonerada e a supervisora de Campo Limpo me indicou para a supervisora, à época, do Butantã, que era Eutália Guimarães Gazzoli, que era assistente social aposentada. A Eutália tinha sido exonerada nos primeiros meses da Gestão Marta Suplicy, pelo Evilásio, pelo secretário, e, nesse meio tempo, o Evilásio deixou de ser secretário, e a Eutália voltou como supervisora do Butantã. A Maria Norma, que era supervisora de Campo Limpo, me indicou para a Eutália. Eu fui conversar com a Eutália e a primeira coisa que ela me perguntou foi sobre a minha ligação com o então secretário Evilásio, e ela contou que ela tinha sido exonerada em uma condição muito ruim.

Eu fiquei no Butantã por muito tempo, fiquei no Butantã ainda com o cargo da Penha. Então, continuei a ocupar o cargo do qual fui exonerada, né? A minha sensação é que quando a gente trabalha na periferia, a gente trabalha em qualquer lugar, e, à época, o Butantã tinha uma dinâmica de trabalho – e tem ainda hoje – muito diferente da do Campo Limpo. O Butantã ainda não tinha se dividido territorialmente, e eu cheguei no Butantã junto com a chefia, com a coordenadora dos distritos. Lá, eu comecei a trabalhar no que se constituiu os distritos Rio Pequeno, Morumbi e Butantã, e tinha uma outra equipe técnica que trabalhava no distrito de Raposo Tavares, e mais um – não vou me lembrar agora. E eu fiquei no Butantã por alguns anos...

Por quantos anos, mais ou menos? Você se lembra?

Acho que eu fiquei no Butantã até 2005. Em 2006, eu fui para Pinheiros, porque até então a supervisão era Butantã/Pinheiros juntos. Só que, com a reforma administrativa que

ocorreu na Prefeitura de São Paulo, mais para o finalzinho da Gestão Marta Suplicy, as dezessete supervisões de assistência social que existiam até então foram transformadas em trinta e uma supervisões, para coincidirem com as trinta e uma subprefeituras. Então, parte da equipe que estava no Butantã também foi para Pinheiros. Nisso, foi preciso acontecer um processo de remoção, um processo que é quase um parto com fórceps por eclâmpsia e diabetes, porque, por exemplo, quem morava no Butantã, às vezes trabalhava no M'Boi Mirim, e quem trabalhava no M'Boi e morava no Butantã, queria vir para o Butantã, né? Então, foi um processo bem doloroso, eu diria, que estava em nome de um projeto maior, que era cobrir os territórios, né? Quando acontece essa reforma administrativa, o meu cargo passa a ser de Pinheiros, e com a criação da nova estrutura das subprefeituras, foram criadas as Coordenadorias de Assistência Social e Desenvolvimento, cuja sigla era CASD. A Assistência Social, junto com Esportes, junto com Cultura, junto com Segurança Alimentar, compunha essa CASD, essa coordenadoria, dentro das subprefeituras, ou seja, o comando único – se a gente pode chamar assim – da Assistência deixou de ser da Secretaria, e as equipes passaram a responder à subprefeitura. Foi um período delicado, por vezes tenso.

Eu acho que é importante dizer que durante todo o tempo em que eu ocupei um cargo público, como técnica, eu tinha clareza de que eu ocupava um mandato social. Isso, pra mim, sempre foi muito importante; eu dizia que eu tinha tomado posse de um cargo, mas eu não tinha tomado posse do cargo. Eu sabia que era um cargo de livre provimento, de confiança, e eu entendia que quem tinha me nomeado era a Eutália, e que, enquanto ela permanecesse, eu poderia permanecer, porque eu tinha clareza que eu ocupava uma função técnica, eu acho que disso nunca abri mão. Mesmo quando, mais para o fim da minha trajetória na Prefeitura de São Paulo, eu passei a ocupar um cargo de gestão, que foi um período muito curto, eu nunca abri mão da defesa do técnico. E o que significava ocupar um cargo técnico, como uma profissional psicóloga na Assistência Social? Eu acho que eu fui construindo esse lugar, né?

Eu comecei a dizer isso porque Eutália passou a ser supervisora de Pinheiros, na subprefeitura, na construção de um lugar... A gente está falando de 2005, ano de instituição do Sistema Único de Assistência Social, né? Mas quando Evilásio deixou a Secretaria, quem assumiu a pasta foi a Aldaíza Sposati. Nesse período em que ela atuou como secretária, na minha avaliação, ocorreu uma mudança paradigmática na Assistência Social da capital, não só do ponto de vista da criação de regulamentações e normativas, mas na compreensão própria do que vingou, em 2005, como Sistema Único de Assistência Social. Então, São Paulo foi um grande laboratório, em um curto espaço de tempo. A gente costumava dizer que cada mergulho era um flash. A gente chegava para trabalhar e a primeira coisa que a gente fazia era abrir o Diário Oficial para ver que portaria estava sendo publicada, eu diria que em uma corrida contra o tempo mesmo, né?

Esse período em que a Aldaíza Sposati foi titular da pasta da Assistência Social aqui, em São Paulo, foi um período de muito vigor, um período de muitas transformações, especialmente na concepção do que era a Assistência Social. Me lembro que a estrutura hierárquica da Secretaria foi dividida em algumas seguranças sociais, porque São Paulo

foi um laboratório do que depois, com o SUAS, se transformou nas Seguranças Sociais de Acolhida, Convívio, Renda e, em 2009, de Autonomia, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Então, São Paulo, na Gestão Aldaíza Sposati, foi dividida... acho que não vou lembrar de todas as seguranças, mas tinha Provê, Acolhe, Defende e Convive. Veja, foram feitas mudanças tão importantes, em um espaço de tempo muito pequeno – uma das primeiras providências que a secretária fez foi acelerar o processo de transferência de gestão das creches indiretas e conveniadas para a Educação. Se eu não estou enganada, as creches diretas já tinham ido, ou estavam no final da transição. A gente tinha, nas nossas equipes, pedagogas, sociólogas e grande parte dessas trabalhadoras foram para a Educação; a gente tinha uma comissão responsável por fazer um processo, que eu costumava chamar de transferência de gestão, e não de “prefeiturização”, né? Eu uso esse termo “prefeiturização” em contraposição ao que depois se tornou um processo de municipalização, quando serviços, por exemplo, de gestão estadual passaram para a gestão municipal, que é uma coisa muito atabalhoada, mas isso foi mais para frente.

E o que seria essa prefeiturização?

Seria a ausência de cuidado nesse processo, ausência de diálogo com as equipes que faziam a gestão desses serviços, por exemplo, em nível estadual – no órgão gestor estadual, na SEDS, na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social –, com os serviços e com as equipes da Prefeitura. A Região Oeste foi bastante impactada por isso, né? Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, cuja sigla é SAICA, eram serviços em grande número aqui, na Zona Oeste, especialmente no Butantã. No Butantã, a gente tinha, só de uma organização social, nove serviços desse tipo – no Educandário Dom Duarte, sob gestão da Liga Solidária (à época, Liga das Senhoras Católicas) –, além de outros serviços na Vila Olímpica Mário Covas. A gente também teve processo de municipalização de serviços que atendiam a pessoas com deficiência. Em Pinheiros, nós tínhamos um serviço que atuava eminentemente no campo da saúde. É um desafio construir junto com uma organização social que nasceu a partir de uma demanda própria do campo da deficiência. Por exemplo, nós temos organizações sociais que foram fundadas por famílias que tinham seus filhos em uma determinada condição e não encontravam serviços que as atendessem. Elas falaram: “Então, a gente vai fundar uma associação” e, tempos depois, passaram a contar com repasse público. E a lógica do repasse estadual é muito diferente da lógica do repasse público municipal, né? Então, eram serviços que complementavam o que a gente entendia que cabia à política de saúde. E construir proteção social junto com esses serviços era um desafio – entendendo que proteção social é mais do que guarda, é mais do que amparo, é mais do que retaguarda; proteção social inclui prevenção.

Mas eu quero voltar um pouco, se for possível, a esse período pré-SUAS, no qual São Paulo foi, na minha avaliação modesta, um grande laboratório para o país. A gente tinha grandes profissionais e pesquisadoras na Secretaria. Tínhamos a Abigail Torres, por exemplo, que trabalhou, nessa época, na SAS (Secretaria de Assistência Social) –

porque ainda não era Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, passou a ser SMADS a partir da Gestão Serra, com Floriano Pesaro como secretário. Outros grandes nomes, como o Tuto (Beat Wherle), como a saudosa Dirce Koga. Então a gente tinha a possibilidade de dialogar muito diretamente com quem estava construindo essa política pública. Foi quando começamos a fazer a discussão de que Plantão Social não era só para concessão de cesta básica. Na época, o Plantão Social concedia cesta básica, órtese, prótese, medicamentos e óculos, ou seja, os benefícios eventuais mais órtese, prótese e medicamentos, que são próprios do Sistema Único de Saúde. Essa foi uma importante mudança que aconteceu, que, hoje, não sei se a gente consegue dimensionar. O Plantão Social, de fato, era um lugar para onde as pessoas iam para solicitar coisas, e nós, trabalhadoras, não tínhamos a dimensão de que o que protegia as pessoas eram as relações. A construção do princípio de que as relações são a matéria-prima do trabalho na Assistência Social é de um tempo depois. E eu acho que a gente pode falar disso talvez um pouco mais, né? Mas, na época, a gente tinha mais dúvidas do que certezas, porque eu acho que estamos falando de um período de construção mesmo, de uma mudança paradigmática.

Quando eu trabalhei no Butantã, a gente não tinha essa divisão entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, mas eu sempre trabalhei com o campo da Criança e do Adolescente. Eu não tenho experiência e acúmulo com serviços que atendem, por exemplo, idosos. Quando eu vou para Pinheiros, depois dessa reforma administrativa, Pinheiros tem – tem e tinha, né? – uma necessidade importante de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua e em situação de trabalho infantil (mais tarde, a gente forjou a ideia de Trabalho Infantil Informal Urbano: aquele trabalho infantil realizado por crianças e adolescentes nos faróis, nos sinais da cidade, com venda de produtos, em geral, bala, ou mesmo com a mendicância). Isso era algo que, em Pinheiros, gritava, e a gente não tinha os serviços especializados de abordagem, esse trabalho era feito pelas equipes técnicas em geral, e, em Pinheiros, era uma equipe técnica bem pequena.

Eu fui para Pinheiros pouco tempo antes do fim da Gestão Marta Suplicy¹, mas um tempo suficiente para conhecer uma realidade de um território, no distrito Itaim Bibi, onde havia duas comunidades pobres, que a gente chamava de a Favela da Funchal, que era atrás da Daslu (uma loja de gente milionária). Essa favela era em uma rua sem saída, que dava na rua Funchal, mas que fazia fundos com o muro da Daslu. Então, havia essa favela e uma outra favela grande, a favela do Jardim Edith, que a gente chamava de Favela da Globo, porque ficava ali no cruzamento da Avenida Água Espraiada com a Luiz Carlos Berrini. Claro que a ideia de que a Assistência Social não era só para pobres já estava sendo colocada, especialmente quando a gente desenvolve a ideia da proteção social, e a proteção social era para quem dela necessitasse. Isso envolve, inclusive, a condição de dependência e de independência relativas – parafraseando uma máxima da Teoria do Amadurecimento de Winnicott –, ou seja, todas, todos e todes nós podemos,

1. Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo entre 1º de janeiro de 2001 e 1º de janeiro de 2005.

em algum momento da nossa existência, demandar assistência social, demandar proteção social, muito referido ao ciclo de vida, né?

Mas eu estava falando dessas favelas porque a demanda por proteção era gritante. Algumas crianças e adolescentes da favela da Funchal tinham atividades de trabalho infanto-juvenil nos bares da Vila Olímpia, nas baladas ali do entorno da Rua Funchal; e algumas crianças da favela do Jardim Edith trabalhavam no farol do cruzamento da Berrini com a Avenida Jornalista Roberto Marinho. Nos cruzamentos todos da Avenida Juscelino Kubitschek, a gente encontrava crianças nos faróis, em trabalho infantil, mendicância, ou venda de produtos. Mas eram crianças que não moravam no território de Pinheiros, eram crianças que vinham eminentemente do Jardim Ângela. Por que vinham do Jardim Ângela? A gente tinha uma linha de ônibus, Jardim Aracati-Itaim Bibi. Eram crianças que vinham cedo, né?

Então, quando eu saio do Butantã e vou para Pinheiros, tinha um espaço que ainda hoje fica no final da Avenida dos Bandeirantes, no cruzamento com a Luiz Carlos Berrini, que, na época, se chamava Espaço Cancioneiro, e o que era isso? Era um grande galpão que a construtora que fez o Túnel do Itaim Bibi precisou, como compensação pela obra, entregar para a Prefeitura de São Paulo, mas que veio a se tornar um elefante branco. Na época, eu tinha um sonho, que era montar um CRAS lá – porque aquelas famílias não iam até a subprefeitura para buscar atendimento –, ou um posto avançado, mas isso acabou não vingando. E aí eu comecei, sozinha, a fazer plantões no Espaço Cancioneiro – espaço que, mais para o fim da Gestão José Serra², foi entregue para a Secretaria Municipal de Esportes, e acho que hoje é um lugar que tem pista de skate. Eu não sei muito bem o que virou aquilo. Eu comecei a acolher, inclusive, para atividades lúdicas, essas crianças que vinham do Jardim Ângela e que ficavam naqueles faróis, e também algumas famílias dessa favela da Funchal. E aí, eu e mais uma colega de trabalho, que já faleceu, Ana Maria Sampaio Leite Guedes, que também era psicóloga, falamos: “A gente precisa entender um pouco mais como é isso, né? De trabalho infantil noturno aqui”. E, para a nossa surpresa, a gente tomou conhecimento, com a prática, de que não eram só crianças e adolescentes da Favela da Funchal que trabalhavam à noite ali, na balada, mas que vinham peruas de outras regiões da cidade com crianças para venderem flores nas baladas. E aí a gente falou: “Olha, eu acho que a gente está pondo a mão em um negócio que é muito grandioso, né? Então, vamos chamar o Conselho Tutelar aqui”. E aí o Conselho Tutelar começa a se mobilizar, e o Conselho Tutelar fala assim: “Gente, acho que não é só aqui, tem os bares da Vila Madalena...”. E aí um mundo se descortina. Então, o trabalho infantil passou a ser o meu objeto de trabalho, né? E aí mudou a gestão. Estávamos na Gestão Floriano Pesaro, com José Serra prefeito. Marta Suplicy, então, não se reelege...

E, nesse período, já havia o SUAS, o comecinho do SUAS...

Estávamos no comecinho do SUAS. Porque o SUAS demora a começar aqui em São Paulo.

2. José Serra foi prefeito de São Paulo entre 1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2006.

Acho que é importante dizer isso: quando muda a gestão, São Paulo sofre um impacto, né? Aquela efervescência da Gestão Aldaíza Sposati foi sucedida pelo Floriano Pesaro, que toma o trabalho infantil como mote da sua gestão. Eu trabalhava em Pinheiros, então eu trabalhei muito, fui muito feliz, nessa época, do ponto de vista profissional, pois pude construir práticas pelas quais, de fato, eu tenho bastante respeito, por exemplo, pela luta do que mais tarde se tornou a Casa de Acolhida Harmonia e Arte. Nessa época, a gente já estava em um processo de municipalização do SOS Criança, que tinha começado com Aldaíza, com as Estações Cidadania, né? Então, a Aldaíza tinha implantado quatro Estações Cidadania – acho que norte, sul, leste, oeste, se eu não estou enganada –, e elas se tornaram, mais tarde, os CRECAs (Centros de Referência da Criança e do Adolescente), que eram serviços de acolhimento institucional para crianças em situação de rua. Enfim, foi um período de muita turbulência, de muitas disputas.

E acho que eu sempre estive nesse limiar do eixo Criança e Adolescente na interface com a Assistência Social, ou seja, do sistema de garantia de direitos na sua interface com o Sistema Único de Assistência Social. Mas acho que eu preciso dizer que sempre fui muito cônica acerca da importância de construir o lugar da proteção social de Assistência Social, né? Acho que isso é alguma coisa que diz de mim, quando você pergunta quem sou eu. Por exemplo, eu penso que, mais para a frente – vou dar um salto temporal –, quando, em 2009, eu ocupo um cargo técnico na Coordenadoria de Proteção Social Especial, no eixo Criança e Adolescente, no Gabinete da Secretária Alda Marco Antônio, na gestão Gilberto Kassab³, eu vou com uma grande amiga para a Secretaria, que é a Miriam Tronnolone, assistente social, e a gente vai com alguns compromissos. Nós fomos chamadas pela Zilah Daijó, que tinha sido nossa supervisora em Pinheiros. A Zilah Daijó era muito próxima da Alda Marco Antônio, né? Ela já tinha trabalhado como pessoa de confiança da Alda Marco Antônio, quando a Alda foi secretária na Gestão Maluf/Pitta⁴. Ela tinha sido supervisora da Sé – e não é pouca coisa ser supervisora da Sé, em São Paulo. A Sé, à época, era uma unidade orçamentária, assim como Campo Limpo, quando eu trabalhei, também era, então, tinha um orçamento próprio, era alguma coisa não só de grande poder, mas de muito valor, né? A Zilah então nos chama para ir para a SMADS e Miriam e eu vamos com alguns compromissos: com o compromisso de, de fato, produzir uma mudança importante no que tinham sido os CRECAs⁵ e na defesa de que os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes deixassem de ser serviços especialistas, que atendessem a especialidades. Vou dar um exemplo: um convênio de um SAICA que atende só a crianças de zero a seis anos, ou um serviço que atende só crianças soropositivas, um serviço que atende só mães adolescentes. Eu

3. Gilberto Kassab assumiu a prefeitura de São Paulo em 2006, quando José Serra renunciou o cargo para concorrer ao governo do Estado. Kassab permaneceu como prefeito até 1º de janeiro de 2013.

4. Celso Pitta foi prefeito de São Paulo entre 1º de janeiro de 1977 e 1º de janeiro de 2001. Durante sua gestão, Alda Marco Antônio esteve à frente da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social de São Paulo entre 3 de março de 1999 e 31 de dezembro de 2000. Posteriormente, voltou a comandar a pasta – que passou a ser chamada Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2013, na gestão de Gilberto Kassab.

5. A sigla CRECA refere-se ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente.

acho que é importante dizer que a gente estava vivendo o período em que descobrimos que os serviços de acolhimento institucional poderiam ser os manicômios de crianças e adolescentes.

E quando, mais ou menos, foi isso?

Eu fui para a SMADS em 2009, mas a gente vinha construindo isso desde 2005, por quê? Porque teve o processo de municipalização dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do estado, na Gestão Floriano Pesaro – 2005, 2006, 2007 e 2008, né? O Floriano ficou até sair para concorrer a vereador. Além do Floriano ter criado os CRECAs, com muitas dificuldades, ele enfrentou a prefeiturização do serviço de acolhimento institucional, e isso estava muito perto. Ao trabalhar com trabalho infantil, se não tomamos cuidado, a gente criminaliza as famílias. Eu lembro de ter tido conversas, na Secretaria, nesse período de 2005 a 2008, sobre o primeiro slogan: “Não dê esmola, dê futuro”. Eu questionava essa ideia, né? Eu brincava assim: “Quem o poder público acha que é, para dizer o que o cidadão deve ou não fazer nesse campo?”, que é um campo com muitas questões. E aí depois mudou: “Dê mais que esmola, dê futuro”. Nesse período, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente angariou muitos recursos – acho que é importante dizer –, mas, do ponto de vista da Assistência Social, na minha modestíssima avaliação, foi uma catástrofe. Ao não implantar os CRAS e ao implantar, por exemplo, o Programa Ação Família: viver em comunidade, Floriano Pesaro não só perdeu uma oportunidade, mas nós, da capital, perdemos o bonde da história.

E o que era esse programa?

O Programa Ação Família eram convênios da prefeitura com organizações sociais que ficavam responsáveis por determinados territórios, pelo atendimento do que seria próprio dos CRAS, a mil famílias, com visitas de agentes comunitários, com o levantamento das necessidades dessas famílias. O que ele poderia ter feito com esse recurso? A implantação dos CRAS, e não fez. Então, eu falo isso com muito lamento, porque, na minha avaliação, na Gestão Floriano Pesaro, se a gente teve um avanço nas discussões e no campo da proteção social para crianças e adolescentes, a gente perdeu o bonde da Assistência Social, no que dizia respeito àquela efervescência... 2005 é o ano em que, na Conferência Nacional, a gente aprova o Sistema Único. São Paulo poderia ter puxado esse bonde e me parece que o perdeu, né? Ainda assim, fui muito feliz, nesse período, na prefeitura. Trabalhei muito, muito, e trabalhei com muita alegria. O Floriano Pesaro tinha uma característica de ouvir muito a área, de ouvir quem fazia, quem punha a mão na massa – acho que é importante deixar esse registro –, mas deixou desguarnecido um campo importante e perdeu o bonde, eu diria.

Esse foi um período em que tivemos muitos processos de educação permanente, o Espaço Público do Aprender Social, um legado da secretária Aldaíza Sposati, que a sigla é ESPASO, de fato, ofereceu muitas “capacitações” – entre aspas, né, tenho questões com

esse termo, questões de concepção mesmo: “Como assim? A gente não tem capacidade? A gente precisa ser capacitado?” Me agrada a ideia da educação permanente, mais do que continuada. A gente teve muitas formações nesse eixo criança e adolescente. Paralelo a isso, em Pinheiros, a gente recebeu serviços de acolhimento institucional que foram municipalizados do Estado, que atendiam, por exemplo, só adolescentes grávidas e seus bebês. Eu costumo dizer que eu não acreditei quando eu cheguei em um serviço desses, que funcionava na Vila Madalena, ali perto da Rua Luminárias: era uma casa que tinha cadeirões de bebês iguais aos que a gente via no livro da Irene Rizzini [Ir. Rizzini & Irm. Rizzini, 2004]. Cadeirões de bebê de madeira. Eu vi – eu vi, ninguém me contou –, que a alimentação dos bebês era uma colher aqui, outra aqui, outra aqui, outra aqui. Eu não acreditava que estava vendo aquilo! Imagina a minha surpresa, eu era mais nova – isso tem muitos anos, né? Sou uma mulher de quase 50 anos hoje –, mas eu fiquei muito surpresa, porque eu via a impessoalidade no cuidado, né? Imagina, eu estava estudando Winnicott, pensa como eu fui impactada por isso. Então, me parece que era “tudo ao mesmo tempo agora”, sabe?

Eu queria contar que eu fazia abordagem das crianças e adolescentes, especialmente nos cruzamentos da Avenida Juscelino Kubitschek, eu ainda tenho guardada a sacolinha em que eu levava jogos. Especialmente, eu ia aos sábados, eu tenho lembranças vivas de sábado de manhã: eles chegavam por volta de 11:00 da manhã, eu levava dama, levava ludo, né? Fazia de fato um trabalho de educação social de rua, e a minha ideia era me aproximar, para saber quem eram aquelas crianças. E foi a partir dessa experiência que a gente conseguiu trazer para Pinheiros uma das primeiras equipes do que, hoje, se chama Serviço Especializado em Abordagem Social, mas, na época, era PSR, Presença Social nas Ruas. Era uma equipe e a gente batia muito pé. Eu era tida, na prefeitura, como muito briguenta, implacável. Na época, a Secretaria queria fazer um convênio único para abordar adultos em situação de rua e criança e adolescente em trabalho infantil, e eu falava que não, que não podia ser, que eram questões que demandavam dos agentes – Agentes de Proteção Social, os APSs – habilidades e competências diferentes das de quem abordava adulto e tal. A gente conseguiu manter uma equipe para atuar com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. E outra equipe para pessoas em situação de rua, na região da Henrique Schaumann e da Baixada do HC⁶. Foi um período muito importante, pessoal e profissionalmente, porque eu pude me debruçar, ir atrás, estudar sobre isso. Miriam e eu formamos uma dupla lá.”

Miriam é assistente social?

Miriam é assistente social. A Miriam foi coordenadora de Planejamento, durante uma época, mas era técnica, então, nós éramos dupla de supervisão de serviços.

Essa prática de trabalhar em dupla com as assistentes sociais começa com o

6. A sigla HC faz referência ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP).

SUAS aqui, em São Paulo ou, na sua experiência, ela já existia antes?

Não, existia antes, existia antes para a gente sobreviver, né? São Paulo tinha poucas psicólogas. No cargo de psicóloga, eu conheci uma, que é a Jacira Sarzedas Lopes, aposentada hoje; por quê? Porque esse era, e continua sendo, um cargo que pertence à Secretaria de Saúde, então, é só a Saúde que pode lançar um edital para contratar psicólogo. A gente tinha profissionais com formação em Psicologia, mas com a nomenclatura de outros cargos, como supervisor de curso, que, em geral, eram profissionais admitidos. O que são admitidos? São profissionais que estão há muitos anos na prefeitura, mas que não foram contratados via concurso público, e sim por um contrato que, a partir da Constituição Federal de 1988, ganham estabilidade, mas eram os “admitidos”. Com esse tipo de vínculo, a gente tinha muitos profissionais com formação em Psicologia. E havia os comissionados, como eu. O meu cargo, desde sempre, se chamou Assistente Técnico I e, para assumi-lo, precisava ter diploma universitário de Psicologia, Pedagogia ou de Serviço Social. Então, a gente não tinha muitos psicólogos, quase não havia. Por exemplo, no Butantã, tinha eu e mais uma, a Eleni Micheletti, que era supervisora de curso. Em Pinheiros, tinha eu, e veio, na remoção para criar a SAS Pinheiros, a Jacira Sarzedas Lopes, que entrou pela Saúde e veio para a Assistência – que era agulha em palheiro, né? Ainda hoje, a legislação não mudou em São Paulo, e esse é um dos argumentos usados quando se pergunta por que não tem psicólogo nos CRAS. O gestor fala: “Ah, é porque, pela legislação municipal, para abrir um edital de concurso público, tem que ser para especialista em Assistência e Desenvolvimento Social, e aí precisa ser ou assistente social, ou psicólogo”. Às vezes, a pessoa presta um concurso para a Saúde e, na hora de assumir, falam: “Não, só tem vaga para a Assistência Social”. Não dá, né? Então, São Paulo não caminhou nisso. Esse foi, por exemplo, um dos bondes que o Floriano Pesaro perdeu, e, depois dele, é só ladeira abaixo, inclusive na gestão Fernando Haddad⁷, que também poderia ter feito e não fez. Eu lembro de ter feito alguma gestão no Sindicato de Psicólogas do Estado de São Paulo, com a Fernanda Magano, porque é gravíssima essa situação aqui, e se não houver mobilização de psicólogas para que mude a legislação do município, não teremos mudanças. Tanto é que, hoje em dia, nos CRAS também não tem psicólogos e psicólogas, né?

Alessandra, eu queria só voltar um pouquinho para a questão da pouca presença de psicólogas e psicólogos na Assistência Social. Você comentou que, no período pré-SUAS, tinha algumas pessoas, algumas psicólogas e psicólogos, em outros cargos e que para o cargo que você assumiu, entre os diplomas exigidos, estava o de Psicologia. Então, por mais que não tivesse cargo para psicólogos, tinha cargos em que psicólogos poderiam estar presentes. Por que você acha que a Psicologia foi considerada importante para estar na Assistência Social, pensando nesse período em que você entrou?

Que é pré-SUAS, né?

7. Fernando Haddad foi prefeito de São Paulo entre 1º de janeiro de 2013 e 1 de janeiro de 2017.

Isso, pré-SUAS.

Na época, eu penso que foi em função de que as creches ainda compunham a Assistência Social, e tinha-se um imaginário de que psicólogas tinham algum conhecimento que poderia contribuir com o desenvolvimento infantil. A minha fantasia é que dizia respeito a isso. Mas é interessante, importantíssima essa pergunta, porque eu penso que eu sempre me reconheci como psicóloga social, mesmo estudando Psicanálise Winnicottiana. Por que eu me reconheço como psicóloga social? Porque eu penso que para ocupar este lugar e compreender a proteção social faz muito sentido dialogar com a Teoria do Amadurecimento Emocional, de Winnicott, especialmente a partir da Ética do Cuidado, né? Então, eu penso que, para a Assistência Social, o Winnicott traz um grande legado. E é importante dizer que ele foi profundamente marcado pela sua experiência como psiquiatra e consultor de um programa de evacuação, por ocasião da II Guerra. Ele foi contratado pelo governo inglês, como consultor, para atuar em alguns lares de crianças que tinham sido evacuadas de Londres, da capital. As crianças que não podiam ficar em famílias foram para esses lares da zona rural da Inglaterra, em Oxfordshire. Winnicott e Clare – Clare, que veio a se tornar sua segunda esposa, era assistente social – ficaram responsáveis por cinco lares. Só como curiosidade: de acordo com o biógrafo da Clare, o Joel Kanter⁸ [2004], há registros de que depois da experiência deles, na II Guerra, Winnicott não analisou mais nenhuma criança pela chamada Análise Padrão. Winnicott criou outras coisas: criou Análise Modificada, criou a Psicanálise Compartilhada – Psicanálise Partagée, como é chamada –, Psicanálise sob Demanda, que foi o que ele fez com a Piggie, com Gabrielle – aliás, Gabrielle é viva ainda hoje. Em 2015, ela deu uma entrevista para uma psicanalista lacaniana estadunidense. Gabrielle é uma assistente social que fez formação em Psicanálise e atua com Psicanálise sob Demanda junto à população de rua, em Londres. Estou contando isso porque eu penso que, na época em que eu entrei na Prefeitura de São Paulo, tinha-se a fantasia de que psicólogo tinha um campo, tinha um lugar, especialmente com as crianças de creche, e não tinha um lugar enquanto psicóloga social, mas eu penso que eu busquei esse lugar, sabe? Eu nunca tive problemas quando me confundiam com assistente social, porque eu nunca me confundi com assistente social, e isso nunca foi um problema para mim, porque eu acreditava que era possível trabalhar junto sempre. Digo isso não porque eu trazia um olhar para o indivíduo, não era por isso, não era porque eu trazia alguma teoria psicanalítica, ainda que winnicottiana. E eu demorei muito tempo para entender isso, mas eu penso que é porque eu buscava o lugar de profissional de cuidado. Para mim, o cuidado é a contribuição da Psicologia para o campo da Assistência Social. Estou falando da Ética do Cuidado, da dignidade humana, um cuidado muito semelhante

8. A entrevistada faz referência, aqui, ao livro de Joel Kanter *Face to Face with Children: The Life and Work of Clare Winnicott* (2004) e à sua fala no evento Clare e Donald Winnicott: O trabalho em instituições de cuidado e a psicanálise, promovido pelo Instituto de Psicologia da USP em 2021. O registro audiovisual do evento pode ser acessado em https://www.youtube.com/live/7t_AsR7XOyY.

àquele cuidado que a gente só pode dar a partir de ter tido e de ter sido bem cuidada. Penso que é aquele cuidado que uma boa cuidadora – que pode ser a mãe, mas não necessariamente é só a mãe – pode oferecer para alguém se tornar viável.

Quando a gente chega à ideia de que as relações são a matéria-prima do trabalho na Assistência Social, eu não tenho dúvida e problema nenhum em encontrar o meu lugar como psicóloga na Assistência Social. Mas eu penso que nós, psicólogas, psicólogos e psicólogues da Assistência Social talvez ainda não tenhamos alcançado essa máxima, de que as relações são a nossa matéria-prima, porque Assistência Social é uma política pública de desenvolvimento humano. Aliás, em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social, é forjada a ideia das seguranças sociais. Então, tem todo um campo da proteção social que diz respeito às seguranças imateriais. Na minha modestíssima avaliação, talvez nós, psicólogas, ainda não tenhamos alcançado essa máxima – falando como quem, hoje, tem contato com outras equipes, não só na Cidade de São Paulo –, o que pode, por exemplo, gerar algum desconforto com outras categorias socioprofissionais, o que me parece muito pouco, ou nada estratégico, né? E tenho muita clareza de que a defesa é da política pública, e não de um lugar que se ocupa. Então, eu acho que quando a gente pode se deslocar, se desprender desse lugar “do que o psicólogo faz, lugar que enfraquece muito a discussão da política pública. Para mim, o que norteia a construção desse lugar é: “O que pode a proteção social, com a psicóloga, com a assistente social, com a socióloga, com economista, com advogado?”

Enfim, acho que eu falei de tudo isso porque queria contar que, durante todo o período em que eu compus, como psicóloga, o SUAS em São Paulo, ou mesmo antes, eu sempre estudei muito, e eu considero que isso me salvou, me permitiu encontrar um lugar, mesmo estando longe, do ponto de vista de um vínculo institucional, mais formalizado com o SUAS – eu fui exonerada em 2017, em setembro de 2017; aliás, vai fazer cinco anos... Fez, ontem, cinco anos, dia 23, né? Estudar me salvou, porque eu acho que eu sempre fui em busca, eu nunca aceitei a realidade que a gente tinha, nem mesmo a das nossas precariedades enquanto instituição, nem mesmo a ausência de resposta; não ter resposta, nunca me satisfiz. E eu penso que a gente tem um lugar quando a gente tem clareza do mandato social que a gente ocupa com o cargo público, que diz respeito a certa discricionariedade mesmo, que está longe de ser algo que é voluntarista, não é disso que eu estou falando, eu estou falando de que se não tem ninguém lá que fez, então, você vai lá e faz. Faz e luta. Foi estudando um tanto de proteção social que eu me aproximei da Abigail Torres, quando ela ainda trabalhava na Assistência Social. E quando ela lançou o livro dela *Convívio, Convivência e Proteção Social* [Torres, 2016] – que é a tese de doutorado dela – ela foi ao ESPASO para lançar o livro, e aí eu entro em contato com a sua tese de doutorado, com o seu livro e com a Teoria do Reconhecimento, do Axel Honneth – aí pareceu que eu tinha descoberto o Brasil. Foi um feliz encontro! Abigail, de forma muito brilhante, faz uma junção entre a Teoria do Reconhecimento do Axel Honneth e a Teoria dos Vínculos do Serge Paugam, que é um sociólogo francês – o Axel Honneth é um filósofo alemão. Abigail Torres tinha sido consultora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, junto à Maria Júlia Azevedo, que é psicóloga, e elas duas constroem a concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Na

concepção, não fica muito clara essa vinculação com a Teoria do Reconhecimento – e ela conta que isso foi depois –, mas o Axel Honneth vai citar, como um dos vínculos, os vínculos de filiação, e ele vai falar de Winnicott. Vai falar especialmente do estágio da dependência absoluta, que é um estágio da Teoria do Amadurecimento Emocional – em geral, a gente está falando da “primeira mamada teórica”, vamos chamar assim –, que diz respeito ao cuidado que um adulto – que, em geral, é a mãe, mas não necessariamente –, absolutamente identificado com as necessidades daquele bebê, vai atuar a partir das necessidades dele, quando tudo dá certo, e esses vínculos iniciais vão dar condição para que, mais para a frente, esse pequeno ser venha a se tornar alguém viável. Depois ela vai falar dos vínculos eletivos, que são os que a gente escolhe; depois dos vínculos de cidadania, que estão diretamente relacionados com a Assistência Social. Porque me parece que, no Brasil, a gente tem uma cultura, meio que natural, de achar que o serviço público precisa ser impessoal, e a ideia desses vínculos de cidadania – que são os vínculos que as pessoas estabelecem com serviços públicos –, vai estar muito presente na concepção de convivência e fortalecimento de vínculos; e a segurança social de convívio, e também de acolhida, passa a ser um grande mote de estudo da Abigail Torres. E eu vou acompanhando isso, encontro o lugar como psicóloga, especialmente a partir destes elementos, na segurança social de convívio, porque a aposta é a de que quanto mais vínculos as pessoas tiverem, mais protegidas elas estarão, e de que o alargamento de vínculos é uma função da política de Assistência Social. Alargar e adensar vínculos – entre nós, trabalhadoras da Assistência Social, e as pessoas, e delas com o seu campo maior de relações – é proteger; é uma aposta nisso, é o que está na concepção de convivência e fortalecimento de vínculos; e vou percorrendo isso, até hoje.

É muito interessante você trazer essa discussão como algo que foi importante para você se reconhecer enquanto psicóloga na política de assistência social. E voltando um pouquinho, eu queria entender se sua formação em Psicologia também trouxe contribuições para isso?

Ainda que, na graduação, eu tenha pego o rescaldo da mudança de currículo do ensino de Psicologia, à época, eu lembro que a gente teve muito conteúdo para atuar em política pública, né? Eu lembro que a Ana Bock foi falar sobre a tese de doutorado dela para a minha turma, sobre o Barão de Munchausen [Bock, 2000], mas a formação em Psicologia ainda era... Eu costumava brincar... Sou muito brincalhona, né? Eu costumava brincar que a gente ainda se formou para abrir um consultório na Avenida Morumbi e achar que fazer Psicologia é só fazer Psicologia Clínica. E Psicologia Clínica a partir de um lugar “modo indivíduo”, desconsiderando que este indivíduo é forjado, é atravessado por uma realidade social.

Mas eu quero contar também que, logo que eu comecei a atuar na Secretaria de Assistência Social, em janeiro de 2002, no segundo semestre daquele ano, comecei a atuar também na Saúde. Eu comecei contando que eu tinha sido estagiária em Taboão da Serra, né? E o assessor de saúde mental da Secretaria de Saúde de Taboão da Serra tinha me indicado para cumprir um contrato de emergência, de um ano, como psicóloga da Saúde. Então,

por um ano, eu tive dois trabalhos: na Assistência Social, na Prefeitura de São Paulo, e na Saúde com contrato de emergência, na Prefeitura de Taboão da Serra, em unidade básica de saúde. E aí me dou conta que uma das grandes demandas para a Saúde, em Taboão, eram as crianças com dificuldade escolar, dificuldade de aprendizagem, e isso me mobiliza a entrar na única turma que teve de um curso de especialização em Psicologia Escolar aqui, no Instituto de Psicologia, coordenado pela professora Marilene Proença. O curso se chamou *Psicologia e Educação: processos de aprendizagem e escolarização*. Eu tive aulas com a Marilene Proença, com a Adriana Marcondes Machado, que foi a orientadora do meu trabalho de conclusão de curso, com a Elenita de Rício Tanamachi, e com tantas outras. Esse curso foi fundamental para mim. A Elenita Tanamachi supervisionou meu estágio, então, eu ia nas escolas... Imagina, a Elenita Tanamachi tinha acabado de defender o doutorado dela, não sei se acabou de defender, mas tinha muita interlocução com o Nilton Duarte, que a gente costumava brincar aqui que a gente espremia e saía sangue, né? Então, as bases do materialismo histórico dialético foram fundamentais. Mesmo entendendo que, no curso, eram aplicadas ao campo da Psicologia Escolar, foram fundamentais. Eu não tive, na graduação, Psicologia Social com rigor. E, na época em que eu me formei, no último ano, a gente precisava escolher entre clínica, educação ou social, e aí todo mundo escolhia clínica, e eu também escolhi clínica, né? Então, eu penso que a minha formação na graduação, ainda que tenha trazido muitos elementos para a incursão na política pública, ainda foi uma formação que formava para atuar como psicólogo clínico, né? Mas eu penso que, na Assistência Social, eu nunca trouxe elementos da Psicologia Clínica. Eu sabia que era outra coisa, e se eu tinha dúvida de que coisa era, eu fui buscar, né?

E foi buscar onde?

Eu fui buscar na Psicologia Social. Eu fui estudar Materialismo Histórico-Dialético, eu fui estudar os livros da Maria Helena Souza Patto, eu fiz a disciplina dela aqui, na pós-graduação. Eu fui estudar o que, por exemplo, na Argentina, falavam da Psicologia Social. Tive oportunidade de ir a alguns congressos de saúde mental e direitos humanos – eu acho que eu fui a umas três edições –, que é um congresso promovido pelas Mães da Praça de Maio. Em um dos congressos, eu expus o trabalho com crianças em trabalho infantil, falei da experiência com as crianças que trabalhavam e residiam em Pinheiros, e das grandes interlocuções que foram feitas, por exemplo, com a SAS M’Boi Mirim, porque muitas crianças eram de lá – tenho até um artigo publicado sobre isso [Avila, 2006]. Acho que fui procurar os textos mais sociais de Winnicott – eu acho que dá para dizer isso –, pois considero que a Teoria do Amadurecimento Emocional me ajuda a ler o mundo, os textos mais sociais de Winnicott sobre a democracia também me ajudam a ler o mundo. Eu fiz também a sua disciplina de Psicologia Social, nem lembro em que ano foi isso, que também me ajuda a ler o mundo. Acho que é isso.

Alessandra, você entra na Assistência Social um pouquinho antes da aprovação

da Política Nacional de Assistência Social, que resultou no Sistema Único de Assistência Social. Você já trouxe alguns elementos para pensarmos isso, mas queria que você retomasse alguns pontos. Por exemplo: já tinha debate, no campo da Psicologia, sobre Assistência Social, antes do SUAS? Você se lembra se houve participação de psicólogas e psicólogos na construção, na implementação da política aqui, no município de São Paulo?

Que boa essa pergunta! Eu penso que eu sempre me reconheci psicóloga – no SUAS, e antes do SUAS – e sempre me reconheci psicóloga social. Em São Paulo, a gente tem conferências regionais e a municipal – e da municipal, são tirados delegados para a estadual. Eu sempre participei de todas as conferências. E lembro-me que, na conferência municipal que sinalizou para o SUAS – que aconteceu no ano de 2005, na Faculdade São Camilo, no Ipiranga –, foi preciso forjar a ideia de que psicólogo compunha uma categoria socioprofissional importante para essa política pública – o que, para mim, era muito óbvio, mas não era óbvio para todos. Tanto que, no começo – e, infelizmente, de algum modo, ainda hoje –, se entendia a política de Assistência Social como sendo um campo próprio, exclusivo de assistentes sociais, inclusive a ponto de ter assistentes sociais que achavam que psicólogas invadiriam o campo, né? Lembro-me que, se eu não estou enganada, em 2005, o CREPOP, do Conselho Federal de Psicologia – que nasceu a partir do Banco Social⁹ – criou uma consulta pública sobre a construção de um documento que se chamava *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas e Psicólogos no CRAS/SUAS* [CREPOP, 2007]. Lembro-me que ficou em consulta pública por um tempão e eu cheguei a fazer uma contribuição modesta para o texto. A partir dessa contribuição, a Maria Ermínia Ciliberti, que era conselheira do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo, à época, entrou em contato comigo, perguntando se eu não tinha interesse em compor a Comissão de Assistência Social que tinha no Conselho. Quem coordenava essa comissão era a Lilihan Martins da Silva, que era uma psicóloga de Jacaré. Além da Lilian, estava a Rita de Cássia Assunção, de Campinas; e mais para a frente, a gente foi tentando ampliar um pouco essa comissão.

E aí sai a normativa do SUAS, dizendo que psicólogas compõem o Sistema Único de Assistência Social¹⁰. Com isso, o SUAS passa a ser o foco da atenção do Conselho. Então, o Conselho começa a realizar os seminários estaduais de atuação de psicólogas no SUAS. Lembro de ter participado do primeiro e acho que de dois outros. Nesse período, a partir de 2005 – aí não vou lembrar quando – a partir de demandas do Conselho, a gente cria o Fórum de Psicólogas que atuam em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, e eu era uma das coordenadoras. A gente fazia encontros mensais no CRP-São Paulo, presenciais, e a gente reunia um grande número não só de psicólogas, mas de trabalhadoras e trabalhadores em geral, todos de serviços de

9. A sigla CREPOP faz alusão ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, do Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais). Já o Banco Social de Serviços em Psicologia foi uma iniciativa do CFP que, de acordo com o site da instituição (www.cfp.org.br) funcionou entre os anos de 2003 e 2005, com “o objetivo de reforçar a presença social da Psicologia por meio da ampliação de seu espaço nas políticas públicas, oferecendo serviços aos órgãos públicos em projetos sociais construídos em parceria”.

10. A entrevistada refere-se, aqui, à [Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS](#), de 2006.

acolhimento institucional. E preciso dizer que a gente, inclusive, enfrentou alguns tensionamentos, à época, porque havia a Comissão de Criança e Adolescente, no CRP, e a gente fazia a coordenação dos encontros junto com a Comissão de Assistência Social e com a Comissão da Criança e do Adolescente.

Quando eu estive na SMADS, em 2009, lembro-me que o CMDCA¹¹ estava querendo construir uma resolução conjunta, que veio a ser a Resolução 001/COMAS (Conselho Municipal da Assistência Social)/CMDCA, relacionada à questão do acolhimento institucional. Eu era representante da SMADS nessas reuniões. Era nesse momento que, como eu disse lá atrás, Miriam, eu e um grupo de profissionais fazíamos uma defesa intransigente da ideia de que os serviços de acolhimento institucional eram da política de Assistência Social, eram serviços de proteção social, e que, se a gente não tomasse cuidado, esses serviços poderiam se tornar os manicômios de crianças e adolescentes. Defendíamos que quanto mais a gente atendesse a públicos especializados, mais a gente estaria se distanciando da doutrina de proteção integral. Essa foi uma briga boa, boa mesmo, que a gente comprou. A gente tinha representantes não só do Ministério Público, mas do Tribunal de Justiça, tínhamos representantes do NECA¹², que era contrário e foi convencido a não sustentar o atendimento por especialidades. E eu tenho orgulho de ter feito parte disso.

E por que vocês pensaram nessa imagem do manicômio?

Acho que pelas cenas que eu via em alguns serviços: essa dos cadeirões para os bebês e da impessoalidade; essa ideia desconectada do que é cuidado. É fundamental para que o cuidado se efetive, a relação humana. Não é só o alimento, o seio ou a mamadeira, que alimenta um ser humano, são as trocas afetivas que acontecem entre aquele adulto, que, absolutamente identificado com aquele pequeno ser, age para atender às suas necessidades. Tinha, também, a ideia de que há “crianças-problemas”, vamos chamar assim. O que eram crianças-problemas? As crianças que apresentavam alguma necessidade mais “especializada”, por exemplo, as crianças que saíam do que restou da Febem, né? A gente precisa dizer que, no início, a Febem São Paulo foi um lugar para onde iam as crianças de quem ninguém podia dar conta. As crianças e adolescentes que não tinham lugar, ou que apresentavam o tal do transtorno opositor – o que, infelizmente, depois se tornou até uma nosologia diagnóstica. Eu costumo dizer que eu sofro disso, e eu não precisei ir para nenhum serviço de acolhimento institucional. Mas eram crianças que eram alvo de medicação psicotrópica; e se a gente não tomasse cuidado, os serviços de acolhimento institucional iam se tornar mini manicômios.

Tem um evento importante que aconteceu em 2009, em que um dos principais nomes da luta antimanicomial da Itália¹³ veio fazer um seminário a convite da Secretaria Estadual de Saúde, pela área técnica de saúde mental, e eu fui uma das pessoas que fez uma

11. A sigla CMDCA refere-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

12. A sigla NECA refere-se à Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente.

13. O palestrante ao qual a entrevistada se refere é Franco Rotelli.

questão para ele sobre os abrigos correrem o risco de serem pequenos manicômios. Ele não tinha entendido a pergunta porque, para ele, era muito absurdo que a gente tivesse um local para criança pequena nessa condição. Precisou de um tradutor para que ele entendesse (que, na época, foi a Dra. Edith¹⁴, uma psiquiatra que foi assessora de saúde mental aqui, do Butantã). Então, por exemplo, os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação na Fundação Casa saíam e não tinham para onde voltar, e voltavam para os CRECAs. Por que voltavam para os CRECAs? Porque os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes não queriam recebê-los, né? Lembro-me que, no Butantã, antes da municipalização, ou seja, pré-SUAS, começamos a fazer uma discussão com o Educandário Dom Duarte, na época, da Liga das Senhoras Católicas – foi então que eu conheci o Mário Martini –, porque o educandário era um lugar que tinha muitas crianças e adolescentes. O educandário já teve mais de 300 crianças e adolescentes ao mesmo tempo. Na época, eles ainda estavam sob gestão estadual e, no Butantã, a gente começou a fazer reuniões com a Fundação Travessia. Os abrigos, à época, falavam que não tinham como acolher um adolescente que saía da Fundação Casa – obviamente que não, né? E eu lembro do Max perguntar para o Mário Martini e para o Júlio César Guimarães (acho que Júlio é do NECA hoje): “Mas se esses meninos não podem ir para o abrigo, eles vão para onde?” Então, esse foi um enfrentamento importante no campo da Criança e do Adolescente, nessa questão do acolhimento institucional.

Eu também fiz a disciplina de pós-graduação da Maria Cristina Vicentin, na PUC-SP, se eu não estou enganada, em 2007 – não foi a de Análise Institucional que eu fiz, foi a que ela trabalha um pouco o campo da infância e juventude. Entrei em contato com *A Vida em Rebelião* [2005], que é o livro dela. Nossa! Estou desdobrando coisas! Na época em que eu trabalhei aqui, no Butantã, eu conheci muito de perto o pessoal da Saúde Mental: a Maria Cecília Galletti, que é uma terapeuta ocupacional que foi a coordenadora do CECCO Previdência, do Centro de Convivência e Cooperativa Previdência. E, a partir desse contato com ela, eu entendi que tinha um grupo que se chamava Clínica Transdisciplinar, que se reunia uma vez por mês. Eram os profissionais que se organizavam e traziam a Maria Regina Benevides e o Eduardo Passos, do Rio. A gente passava uma manhã inteira com eles, falando sobre clínica transdisciplinar; isso também foi muito importante para mim. O grupo durou muito tempo, mas eu acho que eu me reuni com eles por uns três ou quatro anos. Tinha muita gente bacana: o Ricardo Teixeira, Maria Ângela Santa Cruz, Maria Luiza Santa Cruz, e só eu da Assistência, né? E o Eduardo Passos estava orientando, na pós-graduação, na UFRJ, alguém na Assistência Social, então, eu tive uma interlocução bem bacana com ele. É assim que a gente vai se formando, né?

Alessandra, logo no começo da nossa conversa, você falou sobre a sua experiência no Plantão Social, aí você comentou que gosta de acreditar que o Plantão Social é aquilo que, depois, virou o CRAS. Eu queria que você contasse para a gente como era o trabalho no Plantão Social e em que medida esse

14. A entrevistada faz referência, aqui, à Edith Lauridsen Pinheiro.

trabalho se diferencia, ou se aproxima, daquilo que hoje são os CRAS.

A gente atendia muitas pessoas por dia, então era um atendimento individualizado. Em geral, as pessoas que procuravam o plantão iam em busca de benefícios eventuais materiais e, não raro, a gente – digo a gente, porque eu trabalhava em dupla, com uma assistente social – dizia que era quase um festival de miséria, que era muito duro ouvir histórias difíceis. E não se tinha a perspectiva de que a pessoa que nos procurava se vinculasse ao serviço, tendo ou não algum benefício concedido. Era quase um serviço de dispensação de benefícios eventuais, e os benefícios eventuais como algo de uma prerrogativa própria de assistentes sociais. Lembro-me que essa era uma questão, como algo que era uma prerrogativa poderia ser realizado por uma outra trabalhadora, que não a assistente social? E desde que eu comecei a atender no Plantão, mesmo para dispensação – vamos chamar assim –, para concessão de benefícios eventuais, eu ficava pensando que algo poderia acontecer ali, para que fosse possível uma relação social; então, eu comecei a agendar algum retorno para as pessoas. Eu lembro que a minha colega na época, assistente social, falou assim: “Mas a pessoa vem aqui fazer o quê, se ela não vem buscar nada?” Lembro-me de ter atendido poucas pessoas, mas algumas voltavam porque eu estava interessada em escutá-las, e isso ia além da busca por algum benefício material, né?

Eu atendia duas vezes na semana no Plantão Social, em geral, de manhã. E comecei a deixar outra manhã para acolher as pessoas que vinham sem estarem relacionadas à concessão de benefício eventual. Tinha práticas, no Plantão Social, que eram gravíssimas, por exemplo, concessão de passagem interestadual – a gente chamava Concessão de Passagem de Retorno para a Origem, que, em geral, eram famílias que pediam passagem para retorno, ou para o Norte, ou para o Nordeste do país –, e a funcionária administrativa do Plantão Social, à época, carimbava – ela tinha um carimbo grande assim, que estava escrito “cancelado” –, ela carimbava aquele carimbo no prontuário da pessoa, isso significava que, se essa pessoa tivesse ido para o seu local de origem, e voltasse para o Plantão para requerer qualquer outra coisa, ela não poderia ser atendida. Eu falo com essa cara porque é tão absurdo isso, né? Quando a Aldaíza assume a Secretaria, uma assistente social, a Dirce Barbosa, assume a coordenação do Plantão, toma conhecimento disso e se surpreende. A Dirce tinha defendido o mestrado exatamente problematizando essa coisa do Plantão, né? Então, ela tinha algum acúmulo nisso.

Penso que, do Plantão para o CRAS, muitas transformações podem ter ocorrido, especialmente se a gente tomar o campo das relações – das relações entre as equipes do CRAS e as famílias, e/ou entre as beneficiárias e beneficiários desta política pública –, no que diz respeito à segurança de convívio. Veja, costume dizer que a Assistência Social é uma política tão importante, tão notável, que ela tem um campo, que é o campo das seguranças materiais, e outro campo, tão importante quanto, que é o das seguranças imateriais, leia-se das relações sociais. Então, o vínculo de cidadania que pode ser – e eu diria que deve ser – estabelecido entre as equipes (profissionais de curso superior, de nível médio, ou de ensino fundamental) e os beneficiários (famílias e indivíduos)

é o diferencial dessa política pública. Então, eu penso que um olhar detido para o que hoje podemos fazer com o PAIF¹⁵ é algo de grande relevância. Tomar a máxima de que as relações têm potencial protetivo para as pessoas; isso me parece fundamental, né? Na cidade de São Paulo, que é onde eu tenho um acúmulo um pouco maior, parece que a gente está um pouco mais distante disso, primeiro porque, em São Paulo, não temos um grande número de psicólogas – não que afiançar a segurança de acolhida seja exclusivo do psicólogo, mas me parece que o psicólogo pode contribuir muito com isso, junto com outras categorias socioprofissionais. O risco que se tem é a gente transformar o CRAS em um posto de busca por benefícios e cadastramento.

E outra dimensão dessa política pública refere-se ao fato de que a gente ainda está lutando pela profissionalização. Acho que é bem importante tomarmos a profissionalização como um modo de materializar direitos dos usuários. É para isso que a gente profissionaliza, né? Eu costumo dizer que nós, psicólogas e todos os demais profissionais, estamos na Assistência Social para atender as pessoas, é isso que sustenta a nossa prática. Porque, às vezes, a gente pode correr o risco de pensar que é ao contrário, e querer que os serviços socioassistenciais se tornem uma estrutura do Estado para sustentar os trabalhadores, né? Então, quando a gente fala em profissionalizar o que é próprio da Assistência Social, falamos em radicalizar esta ideia de que nos importa saber quem são as pessoas com quem você conta, e quando você não tem com quem contar, você saber que o CRAS é um serviço com o qual você pode contar, né? Acho que essa é uma mudança, eu diria, brutal, que me parece que, talvez, não tenhamos alcançado ainda. Não sei se te respondi.

Respondeu, sim. E você também comentou que, quando começou a trabalhar na Secretaria de Assistência Social de São Paulo, você assumiu o cargo de supervisora de Assistência Social, um cargo que você permaneceu exercendo durante muitos anos, no pré e no pós-SUAS. O que mudou no seu cotidiano de trabalho com essa transição? E como foi esse processo de transição?

Eu penso que o que muda no cotidiano de trabalho, para além das habilidades do cargo de assistente técnico I, é me reconhecer como psicóloga e acompanhar o desenvolvimento dessa política pública, acompanhar as discussões e a mudança paradigmática do rompimento com o assistencialismo. Eu lembro que, a partir de 2005, eu comecei a fazer alguns diálogos com profissionais pelo Conselho Regional de Psicologia, e ia para algumas regiões do Estado de São Paulo, a convite das sedes do Conselho Regional de Psicologia. A gente tinha um filme que era o mote de discussão, chamava-se *BMW Vermelha*. É um filme que conta com um ator que, na época, era um global, o Otávio Augusto. A gente conversou até com o diretor do filme algumas vezes; a gente discutia preconceito em relação às classes populares, e me parece que, se a gente, na formação em Psicologia, não radicalizar esta máxima de que pobreza não é natural, de que as profissionais psicólogas precisam saber de que lado do balcão elas estão, a gente não vai romper, com séculos da nossa história social, inclusive enquanto civilização. Eu penso que o advento do SUAS traz essa mudança, a qual eu acho que eu me esmerei a

15. A sigla PAIF refere-se ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

acompanhar. Essa mudança, que eu diria que é uma mudança civilizatória, né? Tomar os direitos sociais como direitos não é pouca coisa em uma sociedade que eu diria reacionária. E termos clareza de que lado estamos, e sustentar esse lugar, também não é.

Me parece que é inegável o avanço da política de Assistência Social, especialmente na primeira década do nosso milênio, eu diria que de 2003 para cá, né? A Política Nacional de Assistência Social, anterior à de 2004, é de 1998, e ainda é a política que fala das comunidades solidárias, ainda é a política pública da então primeira-dama Ruth Cardoso, pautada no modo em que a então social-democracia compreendia o que era a política de Assistência Social, mesmo tendo a LOAS¹⁶ desde 1993, né? A gente não pode negar o estrago que foi feito, especialmente na Gestão FHC¹⁷, pelo Comunidade Solidária, o impacto que teve aqui, no estado de São Paulo.

Então, me parece que a academia, mas não só – havia, também, os núcleos de pesquisa, como o NEPSAS, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social – teve um papel importantíssimo ao forjar esse campo da proteção social pública nesse curto espaço de tempo (a gente está falando de 2003 a, talvez, 2015, 2016, pouco antes do golpe¹⁸ sofrido em 2016). Então me parece que, ainda que a gente esteja falando de uma política pública vigente desde 2004, a gente não tem 20 anos, né? Quando a gente lê, por exemplo, o balanço do SUS, do Sistema Único de Saúde, de 20 anos, talvez eles tivessem desafios ainda maiores do que os que nós temos hoje, né? Eu penso que avançamos muito, e penso que a gente tem um compromisso, enquanto sociedade, na formação de profissionais, na graduação, mas especialmente na formação permanente.

Você fala que nós avançamos muito nesses quase 20 anos. Como você vê o SUAS hoje?

Eu penso que, de quatro anos para cá, a política de Assistência Social está tentando manter a cabeça fora d'água, eu diria. Eu espero que, inclusive, no próximo domingo, a gente vire o jogo, elegendo o Presidente Lula e que a gente possa retomar o que foi interrompido, jogado ladeira abaixo, em 2016. A gente teve um corte de recursos para a continuidade de serviços socioassistenciais de grande monta, né? A gente não precisa ir muito longe, no Estado de São Paulo, para ver que passou a ser considerado natural que comunidades terapêuticas passem a receber recursos da Política de Assistência Social. Comunidade terapêutica não é, e nem nunca foi, serviço socioassistencial, tampouco de saúde. Isso é um arranjo que o lobby – especialmente o lobby proibicionista, o lobby manicomializante, de partes reacionárias da nossa sociedade – têm feito, inclusive incidindo nos Poderes Legislativo e Executivo, para receber recursos públicos da Assistência Social. Eu penso que a gente avançou muito, quando a gente tomou a ideia de que o campo da proteção social é de responsabilidade estatal, isso me parece uma

16. A sigla Loas refere-se à Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93).

17. A sigla FHC refere-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

18. A entrevistada refere-se, aqui, ao impeachment da então presidenta da república, Dilma Rouseff.

mudança societal muito relevante, só que a gente não muda por decreto: o decreto é necessário, mas a gente não muda a mentalidade por decreto, né? Acho que a gente tem muitos desafios a serem transpostos.

Quando o Estado toma o convívio como objeto de uma política pública e como algo que é estratégico para proteger as pessoas, ele aceita e reafirma que a gente vive em uma sociedade muito desigual. Eu diria que é no combate à desigualdade que está o maior ganho, mas a gente encontra muitos desafios para que isso aconteça. Por que isso acontece? Porque esse combate não é natural, especialmente em uma sociedade tão desigual quanto a nossa – eu não sei os dados deste ano, mas até o ano passado, o Brasil era o sétimo país mais desigual do mundo, nós estávamos atrás somente de países como a Namíbia. Isso não é pouca coisa. O fato de mais de 50% das mulheres que sofrem violência obstétrica serem negras não é pouca coisa, né? O Estado tomar para si a responsabilidade de proteger os seus cidadãos, especialmente reconhecendo que a gente vive em uma sociedade desigual, é bastante coisa. Temos muitos desafios, por exemplo, cortes no orçamento do SUAS que impactam diretamente na continuidade dos serviços socioassistenciais. A gente não pode aceitar nunca que um serviço socioassistencial feche por não ter recurso. Quando eu estava na Secretaria, a gente teve o Programa Ação Família, aí se tornou o SASF, que é o Serviço de Assistência Social às Famílias e Proteção Social Básica no Domicílio. Eu lembro que, no Butantã, a gente teve o encerramento de um SASF que atendia a mil famílias porque a organização social executora entregou o convênio. Sabe o que aconteceu? Nada. Penso que o que a gente tem de desafio é – e isso é parte do trabalho nosso, na Assistência Social, como psicólogas –, a ideia de que o direito socioassistencial é inalienável, e contar para as pessoas que elas portam direitos, inclusive que elas portam direitos que, por vezes, são violados. Então, me parece que esse é um trabalho importante, nos próprios CRAS. Mas me agrada a ideia de que a gente faz isso através de relações, e isso é muito caro para nós.

Ao falar de sua longa trajetória na Assistência Social, você ressaltou, em vários momentos, uma mudança paradigmática, uma mudança na concepção de Assistência Social, que passou a ser entendida como um direito. Você acha que a Psicologia participou desse processo de transformação da concepção e de implementação de um outro jeito de fazer a política de Assistência Social?

Eu penso que houve um esforço para isso, especialmente, através do nosso conselho de categoria, que eu reconheço ser um esforço valioso, de grande monta, eu diria. Mas me parece que a gente está falando de uma mudança que também precisa acontecer no ensino de Psicologia. Penso que corremos o risco de naturalizar o sofrimento psíquico, e de aceitar a ideia de que a solução para ele é a psicoterapia. A gente tem muitos cursos de graduação em Psicologia, o curso de Psicologia está bombando, mesmo na pandemia. Então, me parece que a Psicologia participou, especialmente com o esforço do nosso conselho de categoria, mas me parece que esse esforço que a Psicologia faz, se ele não alcançar a formação, correremos o risco de permitir que o queixume de parte das psicólogas que entra no campo de Assistência Social – sob um discurso de “Eu não

estou preparada”, ou “Eu não me formei para trabalhar na Assistência Social” – faça com que a Psicologia perca o seu lugar. Então, eu penso que a gente está falando de um projeto político de uma sociedade, do reconhecimento de uma sociedade desigual. E a Psicologia, com os seus saberes sobre relações humanas, com os seus saberes sobre o que significa portar um direito humano, é muito bem-vinda na Assistência Social. Eu penso que é essa Psicologia que, inclusive, você, Mari, defende, e que ocupa um papel de muita relevância para a Psicologia e para a Assistência Social, no país, né? Então, eu penso que a gente tem profissionais psicólogas, no SUAS, que eminentemente são profissionais novos, não raro recém-formados, e que chegam com um discurso que fragiliza a Psicologia. Qual discurso? O discurso de que “Eu caí de paraquedas, na política pública”. Se caíste de paraquedas na política pública, então, por favor, ocupe-se de abri-lo, ocupe-se de abri-lo para defender não apenas a Psicologia e o seu espaço socioprofissional, mas especialmente a defesa intransigente do direito de todas as pessoas.

Eu acho que eu não disse isso, mas eu me formei em uma faculdade privada, e eu me formei para ser uma trabalhadora, eu não me formei para ser, por exemplo, uma pesquisadora. Na segunda metade da década de 1990, que foi quando eu estudei, a ideia era que a gente fazia faculdade para trabalhar, especialmente, porque sou filha de classes populares, né? Eu sou filha de mãe cozinheira, de pai comerciante. Então, como você pode perceber, eu sou uma militante dessa política pública, porque eu acredito que ela tem um potencial de mudança de sociedade, e acredito que se a Psicologia – especialmente na graduação, mas também na produção de pesquisa, na pós-graduação e na extensão – não abraçar essa política pública, a situação vai ficar muito delicada. A Assistência Social é a política pública que mais emprega psicólogas, psicólogos e psicólogues. Por que permanece esse discurso de que “Ah, eu não estou preparada para atuar...” Por que a gente naturaliza isso? Imagina se alguma categoria socioprofissional cai na Saúde e fala que não foi preparada, imagina! Não precisa ir muito longe. Que absurdo foi esse que a gente viveu, de que parte dos serviços de Assistência Social fecharam no início da pandemia? Eu sei que isso é polêmico, mas é absurdo. Como um serviço de Assistência Social pública fecha, em um momento em que a gente não sabe nada? Essa dúvida, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, por exemplo, nunca tiveram. Então, me parece que tem a ver com reconhecer-se, e reconhecer o que é esse campo, o campo da assistência social.

Você falou um pouquinho sobre a contribuição da Psicologia para a construção da política de Assistência Social. Agora, eu queria te perguntar o inverso: você acha que o fato de termos entrado massivamente no campo da Assistência Social também mudou a Psicologia? Ou impactou, de alguma forma, aquilo que a Psicologia, no Brasil, é hoje?

Eu acho que fez com que a Psicologia se coçasse. Eu acho que criou um tensionamento, criou um tensionamento não só em termos de produção acadêmica, mas no fato da Psicologia também reconhecer-se não apenas como uma Psicologia eminentemente

clínica, ou do esporte, ou escolar. Eu acho que sim, eu acho que tem um impacto, tem um potencial, e penso que nós precisamos nos debruçar ainda mais sobre esse campo, com mais rigor e com mais afinco. E isso tem a ver com ensino, tem a ver com pesquisa, tem a ver com extensão, e tem a ver também com mobilização de trabalhadoras e trabalhadores. Eu penso que, se caiu de paraquedas, então, que abra e que se coce, né? Mandato público é um mandato social, e acho que isso é importantíssimo: o que significa ser um representante do Estado, que concepção de Estado você tem? Enquanto técnica supervisora, eu penso que eu pude construir pontes. Tem muitos modos de ser técnico supervisor – eu estou falando até o advento do marco regulatório, das organizações da sociedade civil, em 2017, que é quando eu saio da prefeitura –, mas eu tenho experiências pelas quais tenho muito respeito, de construção, de defesa de direitos, de bancar a ideia de que se trata de um serviço público, embora não estatal, de construir relações de confiança com as equipes. Porque a gente está falando disso: relação demanda confiança, relação demanda uma intimidade, que precisa ser construída, né? E penso que a Psicologia também foi-se vendo... não sei se obrigada, mas foi-se vendo com necessidade de olhar para isso.

Você falou agora da importância da mobilização de psicólogas e psicólogos na defesa do SUAS. E voltando para 2002, 2003, quando você estava chegando nessa área, tinha alguma mobilização da categoria para pensar a Assistência Social? Tinha um espaço de debate ou de reflexão sobre a prática, ou um espaço de militância?

Olha, se tinha, eu não tomei conhecimento, e lamento. Isso, em 2002, quando eu entrei, mas é muito possível que tenha tido, até porque não foi de presente que a Psicologia foi reconhecida como uma categoria socioprofissional do sistema, né? Eu penso, e quero acreditar, que o próprio Sindicato, que o próprio Conselho, mobilizaram, sim, incidiram sobre o Executivo para que isso se conformasse, mas, no meu miúdo do trabalho, na cidade de São Paulo, eu não entrei em contato com isso. Eu venho a tomar contato com psicólogas na Assistência Social através da formação de um grupo no CRP, no Conselho Regional de Psicologia, que foi muito importante para mim, inclusive para a formação, para sustentar um lugar, para sustentar um fazer, né? Então, acho que também é disso que se trata, não é uma categoria profissional que recebeu de presente a possibilidade de ocupar uma política pública, né? Especialmente na década de 1990, início dos anos 2000, a gente vê, no nosso conselho de categoria, uma mudança bastante considerável. A Psicologia Social, através de seus grandes nomes – e aí fazendo menção à Ana Bock –, teve uma importância notável, né? Agora, eu, pessoalmente, não tive experiências, quando entrei na prefeitura, com grupos de psicólogas que discutissem Assistência Social, e aí eu me enfiava, como psicóloga, em grupos de assistentes sociais que discutiam Assistência Social. Para mim, não tinha problema nenhum. Pedagogas, tinham uma certa... porque acho que entendiam que o campo da Educação era delas, tanto é que, como eu disse, muitas foram para a Secretaria de Educação quando as creches então passaram a ser gestão da Educação.

Queria saber se, antes de a gente encerrar, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa.

Eu acho que os desafios estão postos para esses dezessete anos de SUAS, né? Muitos desafios estão postos, especialmente em relação a uma mudança que a sociedade precisa tomar para si, que tem a ver com reconhecer o modo como a nossa desigualdade se reproduz à brasileira, com a necessidade de abandonar a naturalização da desigualdade, e com a possibilidade de a Psicologia se apropriar disso, se apropriar dos modos de produção da desigualdade. E que a gente possa lutar juntos pela política pública de proteção social, e menos pela manutenção de cargos, menos pela conquista de atribuições exclusivas, porque isso enfraquece a política. E que a gente reconheça a necessidade de combatermos a desigualdade, e que nos vejamos nesse lugar. Que possamos nos dar conta de que temos um fazer que é caro a nós, enquanto psicólogas, psicólogos e psicólogues. Acho que é isso.

Está ótimo, Alessandra. Agradecemos imensamente a sua generosidade ao compartilhar sua experiência com a gente.

Sou eu que agradeço. Acho que poder olhar em retrospectiva a trajetória profissional é bacaníssimo. Acho que dá sustança. Obrigada, viu, obrigada mesmo.

Bom, para começar, gostaríamos que você se apresentasse. Quem é Ana Bock?

Bom, Ana Bock? Eu tenho uma pessoa Ana Bock, e eu tenho a marca Ana Bock, né? [risos], modéstia à parte. Vou começar pela marca, porque é mais curto. Eu fui para o Conselho Federal de Psicologia, e, naquele momento, éramos um grupo bastante interessante, um grupo com uma proposta muito boa para a Psicologia. Nós conseguimos, a partir do Conselho Federal, estender aquilo para o Brasil todo, todos os Conselhos Regionais, à época acho que eram 18, trabalharam conosco. Era muita gente, sabe? Até a oposição que a gente tinha naquela época trabalhava junto, porque a gente tinha um projeto para a Psicologia brasileira. E isso estendeu o reconhecimento da Psicologia na sociedade brasileira. Nossos espaços sociais, nossos espaços profissionais, se estenderam muito, e tudo que acontecia era assinado. Resolução 1/99²⁰: Ana Bock. Mudança do código de ética: Ana Bock. E quem saía nas Páginas Amarelas da *Veja*: Ana Bock. E eu sempre, nestas situações, me sentia representante. O “Ana Bock” é como se fosse uma representação de um coletivo muito grande, de pessoas que se dedicaram a um novo projeto para Psicologia brasileira.

Ana Bock pessoa: sou professora na PUC²¹ de São Paulo, fiz seis anos de Psicologia na PUC – naquela época, eram seis anos. De 1970 a 1975. Depois, em 1976, me tornei professora da Universidade, e, desde então, estou aqui, dando aula na PUC de São Paulo. Eu dou aula de Psicologia Social e de Psicologia da Educação, que são as minhas duas áreas. Eu fiz mestrado e doutorado em Psicologia Social, mas o meu trabalho, a minha inserção, era na Psicologia da Educação, e eu acabei indo para o Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação. Então, ainda dou aula na graduação – depois de tantos anos, muita gente larga a graduação, principalmente aqui, na PUC, onde não tem muito esse vínculo, e o pós é um pouco desligado da graduação. Mas eu fiquei, faço questão de ficar, adoro trabalhar na graduação da Psicologia, e, hoje, coordeno um programa de pós-graduação. E é isso. Eu sou essa psicóloga.

Eu fui do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo; eu fui a primeira presidente da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi). Depois, eu fui do Conselho Federal [de Psicologia] e do Conselho Regional de São Paulo. E quando nós saímos dessas

19. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 7/06/2022, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Além de Ana Bock, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista) e Karoline Ruiz (responsável pela captação audiovisual).

20. Resolução nº. 01, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

21. A sigla PUC faz referência à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

instituições, nós abrimos um Instituto – até a Silvia Lane ainda estava viva, quando nós tivemos a ideia – que chama “Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social”. É lá onde a gente reúne esses amigos, essas pessoas que fortaleceram vínculos nesse trabalho, e mantivemos o nosso projeto, procurando desenvolver nosso projeto para a Psicologia brasileira. É desse lugar, então, que a gente faz o nosso trabalho, nossas malcriações, né? Nossas desobediências civis. A gente faz um bocado de coisas, a partir do Instituto Silvia Lane. Mas continuo na PUC, que é o meu lugar de sustento e de prazer também no trabalho. Tenho um casamento de 47 anos – nem sei mais, chega uma hora que a gente para de contar, né? –, e sou mãe de três filhos e avó de nove netos.

E, Ana, a gente ouviu algumas pessoas falarem que a Psicologia “caiu de paraquedas” na Assistência Social. A partir da sua trajetória na Psicologia, o que você diria a esse respeito?

Olha, eu jamais ia cair de paraquedas, a não ser que a gente estivesse no comando do avião que levou o paraquedas, porque muitas psicólogas começaram a se dedicar àquele trabalho... A gente da Psicologia sempre teve uma relação muito grande com a infância, né? E muitas pessoas mais críticas, ou que eram da área social e que buscavam um campo, uma preocupação, uma temática, acabaram desenvolvendo um esforço, uma dedicação, uma responsabilidade, um empenho, uma contribuição, na construção do ECA²². Então, éramos profissionais... A professora Maria de Lourdes Trassi Teixeira é uma dessas pessoas que se dedicaram com empenho à construção do ECA, e isso deu um lugar diferente... Tanto que, por exemplo, a Maria de Lourdes foi fazer pós-graduação no Serviço Social, ela foi orientanda da Aldaíza [Sposati]. Então, começou esse cruzamento, né? Aqui, na PUC, não era difícil esse cruzamento, porque as pessoas mais críticas buscavam campos mais críticos, e o campo do Serviço Social, da formação em Serviço Social, era um campo onde estavam professores críticos, e ainda é onde muitos estão. Nós estamos começando agora a viver sem a Aldaíza. Ela se desligou da universidade agora, neste ano. Então, muita gente foi em busca do Serviço Social e da Assistência Social, porque era uma ponte com o pessoal formado em Serviço Social. Você ia cair lá, não obrigatoriamente, mas era onde estavam essas pessoas, porque, em especial em São Paulo, o ECA e todas as medidas socioeducativas eram aplicadas pela Secretaria de Assistência Social. Então, isso foi formando uma junção, um casamento, que fez com que nós começássemos a reivindicar esse espaço, esse reconhecimento nesse campo da Assistência Social. Esse reconhecimento de que nós, da Psicologia, tínhamos contribuições a dar, né? Então, pensávamos: vamos, primeiro, cavar nosso espaço no CNAS²³, nós vamos cavar nosso espaço no CONANDA²⁴ – com dificuldade, no começo, a gente fazia arrazoados para justificar e eram indeferidos. “Como indeferido?” Aí nós íamos conversar, pedíamos audiência, porque nós tínhamos certeza de que nós tínhamos uma parcela – claro, era uma parcela talvez pequena, mas competente –

22. A sigla ECA faz referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, 1990).

23. A sigla CNAS faz referência ao Conselho Nacional de Assistência Social.

24. A sigla Conanda faz referência ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

de profissionais de Psicologia que se dedicavam à Assistência Social e às questões da infância e da adolescência. Então, nós começamos essa relação, reivindicando esses espaços no CNAS, no Conanda, e isso foi permitindo, devagarzinho, um reconhecimento.

Tudo isso que eu estou contando deve ter acontecido no começo do século XXI, porque nós começamos discutindo o texto do ECA e aí, no início dos anos 2000, nós começamos essas reivindicações. No ano de 2005, eu volto para o Conselho Federal, para a minha última gestão (2004 a 2007), e a gente, então, fortalece esse empenho. E, em 2006, nós resolvemos procurar o CFESS¹: “Vamos atrás do CFESS, nós somos do Conselho Federal de Psicologia, nós vamos atrás do Conselho Federal do Serviço Social”. E fomos recebidos pela plenária do CFESS. Nós até nos assustamos, porque elas eram muitas, e nós éramos poucas, acho que éramos três ou quatro nesse encontro, mas fomos gentilmente acolhidos por aquela plenária. Claro que falaram, de vez em quando, assim: “Vocês têm certeza de que entendem desse negócio?” E nós levamos conosco uma pessoa – que é a última presidente do Conanda (quando Bolsonaro assumiu e desativou os Conselhos) –, a Iolete Ribeiro. Fomos duas ou três pessoas da diretoria do Conselho Federal e levamos conosco a Iolete, que era da plenária. Nós tínhamos a Malu (Maria Luiza Moura), que assumiu, logo no início de nossas inserções, a presidência do Conanda. Depois disso, nossa história melhorou muito, né? Mas, naquele momento, nós fomos lá para dizer assim... Elas não sabiam o que a gente queria, nós não sabíamos muito bem também, mas nós dissemos assim para a Elizabeth Borgianni, que nos recebeu: “Olha, nós viemos aqui porque achamos que vamos trabalhar juntos em toda a Assistência Social, em especial nos CRAS², nos CREAS³, nós vamos trabalhar juntas. Então, nós temos uma tensão entre as nossas profissões, como tem a Psicologia com a Pedagogia, nós temos uma tensão, e nós estamos nos órgãos máximos dessas categorias; então, nos cabe colaborar para que essas relações se tornem acolhedoras, cómodas, parceiras, né?” O CFESS adorou a proposta e nós fizemos uma campanha juntas, que dizia – se eu não me engano –: “Psicólogas e assistentes sociais constroem juntas o SUAS”⁴. Então, nós queríamos batalhar pelos espaços. Nós tínhamos já um certo espaço nos CREAS, mas nós queríamos os CRAS, nós queríamos estar nesse lugar, que é o lugar de acolhimento da população, da garantia do direito, e de acesso a quem precisar dele, né? Nós queríamos estar nesse espaço. Então, nós tivemos essa batalha, mas foi só em 2011, que conseguimos nos tornar parte da equipe obrigatória, né? Então, acho que foi uma coisa muito acertada, foi bom do lado da Psicologia, foi bom do lado do Serviço Social. A gente fazia um evento, fazíamos uma mesa sobre a questão, convidávamos o CFESS; eles faziam um evento, participavam de um evento, chamavam o Conselho Federal de Psicologia. Nós tivemos nas aberturas dos principais eventos do CFESS, e elas estiveram nas aberturas dos principais eventos da Psicologia. Isso é importante, porque você mostra ao mundo que você está unido, está parceiro, está construindo junto. Então, isso foi muito importante.

1. A sigla CFESS faz referência ao Conselho Federal de Serviço Social.

2. A sigla CRAS faz referência ao Centro de Referência de Assistência Social.

3. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

4. A sigla SUAS faz referência ao Sistema Único de Assistência Social.

Você comentou que, no início, existiam certas tensões. Que tensões eram essas?

Olha, eu acho que nós temos histórias nas profissões, e temos aí no campo duas profissões femininas, duas profissões que tinham a possibilidade de disputar o mesmo espaço. Nós estávamos, diferente do Serviço Social, mais ligadas à saúde, mais ligadas aos médicos, especificamente. Muitas de nós, pioneiras, trabalhávamos auxiliando médicos. Então, por exemplo, a professora Mathilde Neder – que ainda está viva, é uma das pioneiras vivas, a gente tem um super orgulho disso – começou a trabalhar com médicos, porque eles eram ortopedistas, traumatologistas do HC⁵, e diziam assim: “Eu preciso de uma ajuda, acho que da Psicologia, porque o sujeito entra aqui todo ferrado, e aí ele perde um pedaço da perna, ele perde uma perna, perde um braço e, quando ele descobre isso, ele se descontrola. Então, eu preciso de alguém que ajude no trabalho com essa pessoa para que ela possa aceitar seu novo corpo”. E a Mathilde Neder inaugura isso. Depois, nós vamos ter um reconhecimento estrondoso, quando vamos para o Incor⁶ para fazer esse mesmo tipo de trabalho com os transplantes de coração. Então, a gente tem essa história mais ligada à saúde, a esse atendimento médico. Mas trabalhávamos, também, com as crianças que os médicos não queriam. O pediatra atendia e dizia: “Ah, está dando trabalho de comportamento? Vai para o psicólogo”. E aí você tinha aqueles psicólogos, psiquiatras às vezes, que atendiam as crianças em trabalhos grupais. Então, nós tínhamos esse campo com as crianças. E eu acho que a Assistência Social não é uma política para crianças, é uma política de direitos para quem precisar dela, mas como o ECA é a formalização de um trabalho que vinha acontecendo há muitos anos com as crianças de rua, crianças abandonadas, menores infratores – os nomes que a gente abandonou, mas eram os nomes utilizados –, e que tinha a preocupação dos profissionais do serviço social, e nossa também, porque a infância é o lado crítico da Psicologia, dizíamos: “Nós precisamos atender a população pobre, nós não podemos ficar no atendimento só da elite, né?” E aí você tem pesquisas, você tem gente para trabalhar na rua, você tem gente que vai buscar, gente que vai pra FEBEM⁷ – nós tivemos cargos altos na FEBEM. A Maria de Lourdes, que eu citei, foi uma das pessoas que ocuparam a direção de uma unidade da FEBEM. Então, isso começa a imbricar. É uma história que eu estou contando... Eu não seria capaz de jurar, não fui fazer um estudo dessa relação, mas me parece que há essa imbricação. Por que eu estou deduzindo que a história poderia ser essa? Porque as perguntas que nós recebíamos por parte das profissionais do Serviço Social, quando as pessoas se incomodavam com a nossa presença, tinham a ver com isso: “Ah, não, mas vocês só sabem fazer clínica, vocês só sabem atender quando tem algum distúrbio. Nós, não... Nós trabalhamos com a normalidade, com as crianças que estão bem, que estão aprendendo, que têm família, ou que não têm família, mas que estão aí na vida”. Porque a Psicologia tem uma tradição, que ela precisa sempre lembrar

5. A sigla HC faz referência ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP).

6. A sigla Incor faz referência ao Instituto do Coração da USP.

7. A sigla FEBEM faz referência à Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor.

e criticar, de patologizar a vida, né? Se nós não cuidarmos, nós patologizamos a vida, então, as crianças não são normais, as crianças não são adequadas, as crianças são indisciplinadas, as crianças não aprendem... E isso criou resistências para a Psicologia, tanto na Assistência Social, por parte dos profissionais do Serviço Social, quanto na Educação, por parte dos pedagogos. Eu diria até que a gente resolveu melhor o nosso caso com as assistentes sociais do que com as pedagogas, porque não tem um conselho de Pedagogia, então, a gente tinha mais dificuldade nessa relação, Até hoje nós temos tensões com o pessoal da Pedagogia, mas acho que com o Serviço Social, pode ser que existam tensões lá, na prática do trabalho, claro, devem existir, mas eu acho que, do ponto de vista macro, a gente hoje tem orgulho de ter parceria, de estar juntos no SUAS, né?

E como foi possível construir essa parceria e, de certa forma, desfazer a imagem da Psicologia como algo que patologiza?

Desenvolvendo uma crítica no campo da Psicologia. Isso foi fundamental. A Psicologia precisou dizer assim: “Não quero mais! Não é isso que eu quero fazer”. Por que eu não quero fazer isso? Por que eu não quero olhar para a pessoa e ver só patologia? Nós temos que acabar com isso, de olhar para o indivíduo de forma isolada. Nós temos que trabalhar com as relações. Acho que a Sílvia Lane tem enorme contribuição nesse campo. Ela traz para toda a Psicologia Social uma frase, que é do Freud, que dizia assim: “Isso significa que o indivíduo não pode ser lido no seu isolamento, que, aliás, não existe”. É preciso quebrar essa ideia de que há um isolamento. O indivíduo tem que ser lido nas suas relações, ele tem que ser lido na sua cultura, na sociedade. Se está em uma sociedade de classes, é importante considerar isso; se ele é negro, isso é importante; se ele é homem, se ele é mulher, isso é importante. Todas essas questões são importantes no sentido macro, de uma cultura que é machista, de uma cultura que é homofóbica, de uma cultura que é racista. Então, tudo isso, aos poucos, a gente foi trazendo para dentro da Psicologia.

Eu acho que tem uma perspectiva crítica construída por um conjunto muito grande – talvez, hoje, ela seja até hegemônica na Psicologia – que a gente às vezes apelida – nem todo mundo gosta, mas a gente apelida – de “Projeto do Compromisso Social da Psicologia”, que é esse compromisso com a sociedade, com olhar toda a sua população, partir da ideia de direitos. Eu diria que o Serviço Social já tinha superado isso, já tinha feito essa crítica para sair daquele assistencialismo, da primeira-dama. Já tinham feito essa crítica, José Paulo Netto, por exemplo... E isso permitiu um avanço muito grande no campo do Serviço Social, na formação em Serviço Social, e, portanto, na Assistência Social. E nós ainda não tínhamos feito essa crítica, mas eu diria que foi uma onda e a gente foi puxado por essa onda, né? A gente precisou provar (risos) que a gente tinha outra perspectiva, que a gente tinha interesse em uma perspectiva crítica, que superasse a patologização que a nossa profissão costumava fazer – era um hábito patologizar, né? Dificuldade de aprendizagem: “isso é patologização”. Porque você não fala assim: “a dificuldade que há no processo de ensino e aprendizagem”. Não! É a pobre a criatura

que está lá, que tem dificuldade de aprender, né? Então, essa redução ao individual é uma patologização, e permite a patologização. Então, eu acho que foi o movimento crítico da Psicologia que permitiu esse novo momento.

Você falou sobre a batalha que vocês travaram para conquistar um espaço dentro da proteção básica, já que a Psicologia, no início do SUAS, já estava no CREAS, mas precisou conquistar um espaço na proteção básica. Como foi esse processo? O CFP foi convidado a participar da construção da PNAS⁸ e de outras normativas do SUAS?

Nós fomos em tudo que tinha. Às vezes íamos disfarçados, nós íamos como um outro conjunto, não nos apresentávamos como a Psicologia, mas como profissionais dela, e íamos junto. Nós participamos de todas as construções dos planos. Até a gente chegar, em 2011, na possibilidade do reconhecimento da presença da Psicologia nos CRAS. Então, eu acho que tudo partia do Conselho Federal de Psicologia, não que ele fosse a única entidade. A gente tinha apoio, porque, naquelas alturas, nós já tínhamos criado o FENPB, que é o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, e as iniciativas e possibilidades de negociação eram muito do Conselho Federal, porque é quem tem, oficialmente, o direito de negociar pela profissão. Mas nós levávamos junto com a gente... Eu me lembro que a ANPEPP⁹, por exemplo, tinha, na época, na sua diretoria, um professor do Rio Grande do Sul, que trabalhava com meninos e meninas de rua, e ele mostrou um enorme interesse nessa discussão, e foi conosco. Aconteceu de outras entidades que ficaram sabendo que a gente tinha o espaço do FENPB, e que apoiavam, e iam conosco. É importante você ir como Conselho Federal de Psicologia, mas é muito mais importante você ir como Conselho Federal, e ter a ANPEPP, que é uma associação de pesquisa, e outras entidades mais, como a da Psicologia Jurídica, né? Então, nós fizemos de tudo para estar em todos os espaços. O Conselho Federal recebia essas notícias... Porque as psicólogas que estavam conosco na plenária, representando esse campo, ficavam sabendo que ia ter isso, ia ter aquilo, que estavam agora redigindo o documento tal, e nós metíamos as caras e dizíamos assim: “Nós queremos estar aqui, queremos contribuir”. E tivemos a enorme sorte de ter a Malu, que foi para o Conanda, e mostrou sua competência, sua possibilidade de aglutinar, se tornou presidente do Conanda, a Iolete a mesma coisa. Então, isso tudo vai produzindo reconhecimento e vai fazendo com que se aceite a presença daquele profissional tanto no trabalho do cotidiano, no chão de fábrica, como a gente diz, mas que se aceite também na construção da política, na redação de documentos, de planos e de projetos, né?

Você falou um pouquinho sobre os primórdios do SUAS. E antes disso, já tinha alguma discussão mais sistematizada sobre a inserção da Psicologia no campo

8. A sigla PNAS faz referência à Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

9. A sigla ANPEPP faz referência à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

da Assistência Social?

Bom, nós tínhamos essas pessoas que trabalhavam, que tinham essa relação com o ECA, com essa infância a quem era negado o direito... Essas pessoas escreveram coisas que se tornaram referência, mas uma das coisas que a gente fez com o CFESS – eu falei da campanha, mas nós fizemos também um acordo com o CFESS de produzirmos referências técnicas para atuação, e nós fizemos um caderninho. O CFESS deve ter feito o dele e nós fizemos o nosso, com referências técnicas para atuação na Assistência Social, das psicólogas na Assistência Social. Isso foi interessante porque foi um primeiro caderninho que depois foi reelaborado, aí já dentro do CREPOP¹⁰. Porque essa experiência nos levou à produção, primeiro, de um projeto que se chamava Banco Social de Serviços. Quando Lula vence as eleições presidenciais em 2003, batemos na porta dele e ele disse: “Não, não. Vocês venham depois, porque a gente ainda não está organizado”. E respondemos: “Não, não. Nós vamos oferecer”. “Como? Oferecer?” Todo mundo ia pedir, né? E nós fomos oferecer. Nós fomos oferecer ao Governo Lula a possibilidade de apresentar campos da Psicologia que eram desconhecidos, e onde a Psicologia tinha acumulado uma competência. Ele abriu então para nós muitos Ministérios, alguns deram certo e outros não... Até por conta de que, às vezes, a gente não conseguia configurar exatamente o projeto. Então, junto com o Ministério do Trabalho, nós fomos trabalhar no aconselhamento de trabalhadores em situação de desemprego. Eram seis projetos; um deles era medida socioeducativa, né? Então, nós fomos para trabalhar na aplicação das medidas socioeducativas, aquelas de meio aberto. Nós tínhamos uma psicóloga, em Minas Gerais, que tinha feito um trabalho maravilhoso de aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, e ela coordenou esse trabalho. Então, nós oferecemos isso à Secretária – eu me lembro até que era a Aldaíza Sposati –, e nós fizemos também junto...

Bom, a história é assim, a gente liga uma coisa com outra coisa; porque tinha a Marta Suplicy, que era prefeita de São Paulo, e abriu para nós as escolas, e nós também fomos fazer, nos CEUs¹¹, um trabalho com a juventude. Quando nós encerramos – porque durava dois anos só, já que era trabalho voluntário, para que as pessoas conhecessem o que é a Psicologia – vimos que uma coisa estava ligada à outra, né? Isso foi em 2003, 2004. Aí, em 2006, nós estávamos com o CFESS. Em 2005, nós estávamos com o SUAS. Então, quando fechamos o Banco Social de Serviços, abrimos o CREPOP, Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, isso tem a ver com a experiência da Assistência Social, porque nós fomos percebendo que nós tínhamos um campo pela frente de políticas públicas promissor, mas a gente não tinha formação para isso. Então, era preciso contribuir para que as universidades comesçassem a colocar disciplinas de políticas públicas, debates sobre as políticas públicas, era preciso produzir caderninhos com referências, com análises, que não fossem uma coisa assim “pá!, pá!”, “Faça isso, faça aquilo”. Que não fosse uma receita, né? Então, nós tivemos o CREPOP; que publicou a Psicologia na Assistência Social... Acho que são dois ou três

10. A sigla CREPOP faz referência ao Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas.

11. A sigla CEU faz referência ao Centro Educacional Unificado.

caderninhos – caderninhos, influência mineira –, eles têm um peso, uma importância muito grande, mas eles são como se fossem cartilhinhas, né? Pequenas, com pouco texto, são grandinhos até para serem cartilhas mesmo, mas eles têm pouco texto.

Você se lembra se quem participou da construção desse primeiro documento, de 2007, “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social”?

Foi a Iolete Ribeiro que coordenou. Porque nós não tínhamos ainda a metodologia do CREPOP. Porque, depois, o CREPOP vai ter uma metodologia super sofisticada: “Você trabalha nisso? Então, conta pra mim o que você faz”, aí aquilo é sistematizado, vai para a mão de uma equipe que formula, que retira, aí vai para a mão de um grupo, de gente que trabalha e refaz, até que chega no chamado grupo de especialistas, e aí dá o formato final. Nós não tínhamos isso, era Iolete pedindo ajuda para a Malu, pedindo ajuda para não sei quem que ela conhecia, e fomos fazendo esse primeiro caderno. A Iolete que coordenou, ela era da plenária do Conselho Federal.

E voltando um pouquinho no tempo: você estava no Conselho Federal de Psicologia na década de 1990, uma década antes de o SUAS ser criado. Você se lembra de outras experiências, desenvolvidas naquele período da Psicologia na Assistência Social? Ou de espaços em que essas experiências tinham algum tipo de visibilidade ou eram objeto de discussão?

Nós tivemos a área da Psicologia Comunitária. A Psicologia Comunitária tem uma origem aqui, na PUC-SP. Quando a PUC e o *Sedes Sapientiae* se fundiram como PUC, Faculdade de Psicologia da PUC, nós recebemos do Sedes alguns professores mais clínicos, um deles era o Alberto Abib, que vinha com uma experiência clínica, mas era um padre que tinha um trabalho pastoral, então, ele tinha preocupações, dentro da clínica, diferentes das dos outros psicólogos clínicos. Ele chegou aqui e encontrou a professora Odette Pinheiro. A professora Odette Pinheiro era uma psicóloga clínica, trabalhava com testes psicológicos, e sempre foi inquieta e procurava renovar seu pensamento. Inclusive, ela foi orientanda da Mary Jane Spink – ela é bem mais velha que a Mary Jane, mas foi orientanda dela. A Sílvia Lane já estava aqui e era a dona do pedaço. Essas três pessoas se encontraram um dia e produziram o que é o germe da chamada Psicologia Comunitária – uma trazendo o pensamento da Psicologia Social, as outras duas da Psicologia Clínica, sendo um com uma experiência de sindicalismo, com os operários de Osasco, e a outra com a preocupação de fazer a Psicologia se voltar para rua, para as pessoas comuns, para os trabalhadores. Nós não tínhamos o campo de atuação, no mercado de trabalho, mas nós tínhamos os estágios. Então, por exemplo, quando estudei na PUC, entre 1970 e 1975, a gente ia para a rua, a gente ia para o sindicato, a gente ia para a comunidade. Eu fiz trabalho na favela do Rio Bonito, porque era isso: “Vai pra vida, gente”.

Acho que esse campo da Psicologia Comunitária teve diferentes desenvolvimentos: no Nordeste, no Norte, ele se mantém até hoje como Psicologia Comunitária; em São Paulo,

ele virou Psicologia de Políticas Públicas. Por que isso aconteceu? Porque nós falávamos de emprego. No Nordeste, eles tiveram empregos de outras formas. Então, nós temos caminhos diferentes, mas eu acho que a origem era chamada Psicologia Comunitária, e isso nos pôs em contato com os sociólogos e com todos aqueles profissionais preocupados com população mais pobre, tanto que a Psicologia Social, a partir disso, vai ficar conhecida como a “Psicologia de pobre”, a Psicologia que se dedica à pobreza. “Não, nós não somos Psicologia de pobre, nós somos Psicologia para todos. Como a Psicologia não é para todos, a gente se dedica àquele segmento social que não tem o atendimento da Psicologia”. Então, nessa experiência – imagina, eu estou falando de 1970, né? –, nós fomos nos aproximando desses outros profissionais, e encontrando interlocução com eles.

Não sei de experiências de inserção na Assistência Social, mas pode ser. Na Educação – a minha área é mais a Educação –, nós fomos nos misturando e, de repente, nós começamos a ocupar o cargo de orientadores educacionais. Na verdade, existiam profissionais especializados em orientação educacional, mas nós começamos a ocupar aquele cargo na escola, né? Nós éramos da equipe da escola, principalmente, das escolas privadas. Na escola pública, a gente ocupou lugares de coordenação, lá já tinha uma legislação mais rigorosa, mas a gente ocupou, por exemplo, lugares junto àquela disciplina de orientação e informação profissional – acho que se chamava formação para o PIP¹². Então, nós fomos nos misturando com as pessoas que estavam no campo das políticas públicas, que era um campo que não existia para a Psicologia. Como campo de atuação, não existia, e eu acho que é aí que a gente vai encontrando a Assistência Social, a Educação, a Saúde Pública. Nós sempre estivemos na Saúde, sempre estivemos nas indústrias. Nós nos inserimos, no Brasil, nas indústrias e nas escolas, mas a gente fazia o quê? A gente fazia seleção de pessoal. E aí a Saúde do Trabalhador, a Psicologia Social, do Trabalho, elas nascem de todas essas experiências. Então, eu acho que foi nos anos 1970, 1980, 1990 que se forjou, no campo da Psicologia, um compromisso da Psicologia com a sociedade brasileira, com aqueles que não tinham os seus direitos respeitados, e isso nos pôs nas políticas públicas.

Gostaríamos muito de agradecer a sua participação.

12. A sigla PIP faz referência ao Programa de Informação Profissional.

ANDREA ESMERALDO¹³

Andrea, para começar, nós gostaríamos que você nos contasse quem é Andrea Esmeraldo?

Que pergunta difícil! Mas vamos lá: sou psicóloga (eu acho que é uma coisa que me define), mulher, feminista, mãe, irmã, filha, libriana (então, adoro gente); sou militante do SUAS e de algumas pautas de Direitos Humanos – eu acho que isso vem da nossa história, mas vai sendo forjado também no nosso cotidiano. A dinâmica da nossa vida acompanha a nossa subjetividade, então essa militância está atrelada a esse cotidiano e ao trabalho que eu venho desenvolvendo também. Não tem como a gente separar o sujeito do trabalho, nessa sociedade capitalista, né? Então, eu acho que tem a ver com isso. Sou uma pessoa que não tem muitas habilidades artísticas e, um dia desses, eu descobri que eu tenho: a minha arte é fazer amigos e conservá-los; eu fiquei muito feliz em descobrir isso. E é isso, eu acho que essa é a Andrea. Cearense, nascida em Natal, no Rio Grande do Norte, mas me considero cearense.

E como foi a sua trajetória profissional até aqui?

Talvez não seja uma trajetória muito linear, mas eu acho que muita gente que hoje está em políticas públicas também fez movimentos diversificados, ondulares para chegar nas políticas públicas. Eu venho de uma geração de psicólogos e psicólogas entre os quais a atuação em política pública ainda era muito incipiente: eu me formei em 1996, então faz um bocadão de tempo; e a gente não discutia necessariamente essa atuação na graduação. E a nossa graduação era muito voltada para clínica, sobretudo, uma clínica individual, pautada nos conhecimentos principalmente de Psicanálise, Gestalt-terapia, Psicologia Analítica – digamos assim, as correntes mais conhecidas da Psicologia nessa época. E o pouco que tinha na minha graduação sobre políticas públicas vinha da disciplina de Psicologia Social. A gente tinha duas disciplinas no início do curso. Eu estudava em uma universidade privada, em que não existia – naquele período, hoje já tem – o investimento tanto em pesquisa como em extensão. Então, quando eu saí da faculdade, por gostar de trabalhar com grupos, por gostar de fazer outras coisas para além da clínica, fui trabalhar na área organizacional. Eu fiquei alguns anos trabalhando na área organizacional, tive muita sorte, inclusive, porque uma das minhas experiências foi muito interessante, no sentido de que eu podia soltar minha imaginação, propor coisas. Inclusive, na época, fui trabalhar com adolescentes de uma rede de supermercado, que eram empacotadores. A gente chamou, na época, de

13. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 15/02/2023, pelo Google Meet. Além de Andrea Esmeraldo, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução e captação audiovisual da entrevista) e Maria Fernanda Aguilar Lara (responsável pela condução da entrevista).

orientação profissional, mas era meio que de ressignificar a impossibilidade deles de estar em outros lugares, de poder sonhar com outras coisas.

Eu segui na organizacional, mas nem sempre os espaços profissionais dão essa possibilidade, né? E aí eu já tinha, vamos dizer, uma orientação marxista, então, trabalhar na organizacional, em empresas, era difícil. Fui gerente de Recursos Humanos e isso foi entrando em conflito com essas minhas perspectivas ideológicas, o trabalho estava se tornando sofrimento, nesse sentido. E aí uma colega disse assim: “Andrea, tem uma oportunidade de trabalho na Casa da Família, e eu acho que é a tua cara”. Eu já falava com ela que estava querendo sair. Aliás, antes disso, eu tive uma oportunidade na política de Assistência, bem antes do SUAS, em 2002: fui trabalhar no interior, uma amiga também me chamou, porque eu já não estava satisfeita na empresa em que estava. Quando eu saí de lá, naquela crise da Bolsa de Nova Iorque, com o 11 de setembro, acabei ficando com algumas consultorias. As pessoas diziam assim: “Ah, Andrea, mas tu tens mais a ver com a Social”, e aí eu fui. Fui trabalhar no interior do estado, em uma cidade que, na época, tinha acho que 18 mil habitantes, e na verdade, nunca tinha trabalhado nenhuma psicóloga nessa cidade. Era para ser contratada pela Secretaria de Ação Social – não era Assistência Social –, mas era uma demanda que vinha do Poder Judiciário e do Ministério Público para trabalhar com crianças e adolescentes, em um viés bem normativo. Eu acho que – mais intuitivamente do que a partir de uma preparação técnica –, eu percebia que esse não era o trabalho que deveria ser desenvolvido. Então não tinha muitos estudos sobre Assistência Social, mas eu trabalhava com uma assistente social muito bacana, que é minha amiga, e a gente dividiu apartamento e trocou, obviamente, alguns textos, e eu também já fazia algumas leituras, em relação aos direitos da criança e do adolescente. Eu fiquei cerca de uns oito meses só, nesse município, porque eu tinha uma filha pequena, e não estava sendo possível conciliar. Mas aí a certeza de que eu não voltaria para uma grande empresa ficou mais nítida para mim. E aí foi que essa outra amiga disse que tinha essa oportunidade na Casa da Família, e isso foi mais ou menos em fevereiro ou março de 2004; e aí eu já tinha feito alguns concursos públicos, estava meio descrente, e não enviei o meu currículo para esse espaço de trabalho, mas ela insistiu, então eu acabei enviando. Quando eu fui para o que achei que seria uma entrevista e tudo, eu estava sendo contratada para fazer uma prestação de serviços no CRAS.¹⁴ Na época, a normativa dizia que deveria ter quatro profissionais – dois psicólogos, dois assistentes sociais – e uma equipe de suporte, que era serviços gerais e recepção. Era uma equipe muito mínima, diferente da que a gente tem hoje e, dentre esses quatro profissionais, um deles seria a coordenação. E aí a gente foi. A gente passou uma semana estudando os textos que tinha, no momento, sobre o que era a Casa da Família, e foi para o território, que é o território do Alto Alegre, no município de Maracanaú, mesmo território em que agora eu estou. Foi uma experiência muito desafiadora, mas, ao mesmo tempo, muito incrível, porque, naquele momento, a gente começava o trabalho.

Naquele momento, existia uma diretriz que dizia que a gente ia ter trezentas famílias. Embora o CRAS referenciasse um quantitativo maior de pessoas, tinha trezentas

14. A sigla CRAS refere-se ao Centro de Referência de Assistência Social.

famílias que a gente iria meio que “cadastrar” – não se usava essa palavra, porque o Cadastro Único ainda não era descentralizado, mas que a gente teria que conhecer, e fazer um certo acompanhamento dessas famílias. A gente selecionou essas pessoas no bairro a partir das informações do Cadastro Único: a gente solicitou ao município que nos fornecesse informações sobre as trezentas famílias que tinham situações de maior vulnerabilidade descritas lá, na base do Cadastro. Naquele momento, o critério de vulnerabilidade foi a renda – hoje a gente tem meios, uma vigilância socioassistencial com condições de fazer outras leituras –, mas foi muito bacana. Foi uma decisão acertada instalar o primeiro CRAS nesse bairro, porque era um bairro afastado do município. É um município da região metropolitana, com caráter industrial e urbano, por onde passa uma rodovia, que separa esse bairro do acesso aos demais bairros do município. E ele é mais próximo de Fortaleza do que do centro do município, e com barreiras de acesso, como falta de ônibus, de transportes, enfim... Hoje, a situação melhorou um pouco, mas, na época, era muito, muito mais precária. Então, era uma população completamente desassistida: tinha duas escolas, um posto de saúde, e, naquele momento, ia chegar o CRAS. E aí a gente conheceu realmente, a gente fez um vínculo muito bacana com essas famílias. Até hoje, tem umas que a gente encontra que lembram de mim, eu fico impressionada, ao saber que lembram – hoje, eu conversei com uma delas, por sinal. E o nosso trabalho foi primeiro com essa aproximação, que demorou alguns meses e aí, em seguida, a gente disse: “Sim, o que que a gente faz?”

A gente tinha certeza de que o nosso trabalho ali não era de escuta clínica, mas a gente ouvia muito das pessoas: “Ah, que bom que chegou uma psicóloga aqui no bairro”. Então, a ideia que a gente tinha da nossa formação, de que as pessoas dizem: “Ah, todo mundo tem preconceito com psicólogo, que psicólogo é coisa para doido”, não era bem isso que a gente via na comunidade. A comunidade queria ser ouvida por psicólogos. Pode parecer bobo, mas um dos primeiros impactos que eu tive foi perceber que, sim, tem muita gente que acredita que precisa de um contato com a Psicologia. Eu não estou nem fazendo avaliação do que eles demandavam, mas dizendo que, por diversos motivos, eles simplesmente não tinham acesso. Então veio aquela coisa de dizer assim: “Como a nossa profissão é elitizada”. Hoje, isso já está constatado, mas, para mim, naquele momento, era quase uma descoberta, porque o que se falava muito era que as pessoas não acessavam a Psicologia porque as pessoas não queriam, não viam necessidade. E aí o meu confronto existencial era: “Essa profissão precisa chegar em outros lugares. Nós não estamos preparados, né? A gente considera que as pessoas pobres não precisam de psicólogo; por quê? Por que a nossa teoria, o que a gente estuda, não considera as pessoas que estão na situação de pobreza?” Então, isso foi um incômodo. Na época, eu não tinha resposta, mas já achava que nós precisávamos ter outros acessos.

Foi também a partir daí que eu fui tendo a certeza de que para trabalhar com a Psicologia na Assistência Social – mas não só na Assistência –, não tinha que saber só de Psicologia, mas saber agregar outros conhecimentos era fundamental. Já que a gente já tinha conversado, conhecia as famílias, ia na casa delas, tomava café, sabia como estava, o que a gente poderia fazer mais? Qual era o papel do CRAS? Que referência era essa de Assistência Social que essa comunidade precisava? Então, sem saber muito o que fazer,

a gente resolveu perguntar. E aí a gente reuniu algumas lideranças comunitárias que, na época, estavam postulando a existência de uma feira livre para o bairro. Nosso bairro fica próximo à Ceasa¹ e muitas pessoas viviam do trabalho de coletar alimentos que não estavam mais servindo para venda para as grandes empresas, mas que eram passíveis ainda de comercialização, ou então fazendo carga e descarga; era um bairro que tinha muito trabalho infantil. E aí a gente começou a emprestar a sede do CRAS. A gente fazia algumas reuniões com eles, com as lideranças, com as pessoas mais próximas, durante o dia, e a gente começou a emprestar o CRAS para que eles organizassem um movimento para fazer a feira livre. Acho que foi uma coisa meio que a gente foi Tateando. E, a partir dessa escuta, a gente passou a fazer outras, a ouvir outras demandas, como necessidade de trabalho, necessidade de habitação – é um bairro que fica às margens do Rio Maranguapinho e que, em determinados períodos, as pessoas ficam desalojadas das suas casas. A gente não sabia o que fazer, aí fomos acessar as outras políticas públicas, né?

Eu era coordenadora desse CRAS. Foi feita uma eleição – como a coordenação tinha que sair de dentro da equipe, a gente fez uma eleição e acabei ficando coordenadora, e aí eu fazia essas articulações com a Defesa Civil, com outros órgãos da prefeitura. Ninguém da equipe tinha trabalhado anteriormente na Política de Assistência. Éramos duas psicólogas e duas assistentes sociais, as duas assistentes sociais eram recém-formadas, a outra psicóloga e eu vínhamos de outros espaços, né? Acho que, de alguma forma, a falta de conhecimento técnico e teórico – não estou dizendo que foi bom, mas – nos deu essa atenção à necessidade de escutar as demandas e de tentar atendê-las. Não atender diretamente às demandas, mas propor um trabalho que tivesse relação com as demandas desses usuários e usuárias, dessa comunidade. Então, eu acho que ali a gente já fazia um pouco de vigilância socioassistencial, que não estava estruturada ainda.

Eu fiquei dois anos lá, e esse trabalho foi interrompido porque eu fui trabalhar em um CRAS, em Fortaleza. Eu já tinha feito concurso para a cidade em que eu estou hoje, mas ainda não havia sido chamada, então fui para Fortaleza, para trabalhar também em um bairro em que a demanda era de famílias atingidas por chuvas, por alagamentos. Também estava começando, eu disse: “Ai, meu Deus! Eu vou para lugares que estão começando!” Eram os primeiros CRAS também. E aí eu fiquei só três meses em Fortaleza, porque logo fui chamada para o concurso desse município de Maracanaú, só que aí eu não voltei mais para o CRAS, eu fui lotada no CREAS² – e fiquei seis anos no CREAS. Acho que foi uma experiência que me definiu como profissional; eu acho que ali apareceu a psicóloga que eu sou hoje, né? Desses seis anos em que eu fiquei no CREAS, eu trabalhei tanto como técnica como na coordenação. O CREAS também não tinha ainda diretriz, norma. Depois de algum tempo, apareceu o Guia de Acompanhamento no CREAS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005] – era ainda em PDF, sem capa, sem ficha catalográfica... Era quase um bilhete. Mas foi muito legal,

1. A sigla Ceasa faz referência à Central Estadual de Abastecimento.

2. A sigla CREAS refere-se ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

porque o que havia antes do CREAS, era o SOS Criança, que atendia crianças em situação de violência sexual. E aí a gente foi vendo, naquele papel, que o CREAS era mais do que isso; a gente, a equipe de então, disse: “Não, não tem porque a gente não começar com todos os serviços. Vamos começar com todos os serviços, vamos atender idoso, vamos atender todas as situações”. Tem umas blusinhas bem fuleirinhas, que eu guardo até hoje, [mostra as camisetas] que são essas blusinhas da campanha de enfrentamento à violência sexual; tem essa que é do Carnaval, essa é bonitinha.

O que está escrito na camiseta?

“Fique atenta. Denuncie. Proteja as nossas crianças e adolescentes da violência. Disque 100”.

Que legal.

Era início do SUAS e o Governo Federal e os governos estaduais estavam imbuídos, com muito mais afinho do que o que a gente vê hoje, nas formações, na qualificação desses serviços. Então, a gente fazia muitos cursos, estabelecia muitas relações com outras instituições. Em 2006, que foi o primeiro ano do CREAS, nós participamos de muitas formações – tanto no que dizia respeito à violência contra crianças e adolescentes quanto ao tema da violência contra mulheres. Ainda não existia a Delegacia da Mulher no município, mas existia um movimento para que existisse essa delegacia. E aí a gente fazia um trabalho muito intenso, sobretudo com esses dois públicos, do mais básico até a questão da notificação. Então, internamente, era um serviço muito novo, todo mundo, mesmo quem já tinha experiência na Assistência, se envolveu em estudar esse serviço, ver o que era possível, pensar em posturas, limites que às vezes não estavam descritos nesses textos de orientação. Então a gente fez um trabalho muito bacana em relação à questão da notificação compulsória: qual é o papel do psicólogo? Não é notificar, mas fortalecer as mulheres, para que elas saibam que existe uma rede de suporte e que, dentro dessa rede, elas possam fazer essa denúncia. E a partir desses acordos que a gente ia desenhando um fluxo de trabalho e tentando pactuar esse fluxo com outros entes. No início, a gente recebia demandas do Conselho Tutelar e das escolas dizendo assim: “Ah, o menino tá muito danado”, ou então: “Precisa de uma palestra”. A gente, no começo, dizia: “Não vamos negar, vamos dar essa palestra”, mas tinha que ter o conselheiro tutelar para que, um dia, ele pudesse fazer essa bendita palestra, né? E acho que, no meio de acertos e erros, a política foi crescendo e se consolidando.

Eu fui do SEAS³, nesse período, e fui do Conselho da Criança e do Adolescente. Eu digo que a gente vai se forjando como militante, né? Fui também do Conselho da Mulher... E, em 2012, saí do CREAS e fui para a equipe de alta complexidade, onde eu fiquei por um ano. Nesse período, eu já tinha resolvido fazer a faculdade de Direito. Entre uma crise existencial, misturada com crise da Psicologia, misturada com a necessidade de

3. A sigla SEAS faz referência ao Serviço Especializado em Abordagem Social.

saber como dizer não para certas coisas, eu resolvi fazer curso de Direito. E aí foi legal estar na alta complexidade, conhecer um pouco da linguagem jurídica e dos trâmites. É engraçado. Não estou dizendo que quem é psicólogo tem que fazer Direito para trabalhar com alta complexidade, mas, a mim, ajudou. Eu acho que acabei fazendo melhor Psicologia porque estudei Direito, por mais paradoxal que possa ser. Foi um período em que a gente fazia o acompanhamento com muitas dificuldades, nós não estávamos preparados para atuar como o Estatuto da Criança e do Adolescente orienta. E digo “nós” me referindo a nós, profissionais; nós, sociedade; nós, enquanto rede, sistema de garantia de direitos. E digo isso porque, na alta complexidade, o meu trabalho era mais especificamente com crianças e adolescentes; enquanto no CREAS, a gente tinha um olhar mais geral sobre uma série de violações – que também perpassam as crianças e os adolescentes. Na alta complexidade, a gente também se depara com essas violações, mas não diretamente; já que, muitas vezes, é o direito da criança e do adolescente à proteção integral que está em jogo. E o que o Psi verificava, muitas vezes, era a culpabilização das famílias. Não existia proteção integral. Então, esse olhar ficou mais apurado com o meu trabalho no Direito, só que aí eu saí da alta complexidade – mais uma mudança –, porque fui convidada para montar a Proteção Social Especial, organizar uma coordenação de proteção social especial que, até então, não existia no município. Era Proteção Social, estávamos juntos, era uma coordenação só, e depois foi dividida, e eu fiquei com a Especial. E aí foi outro universo, dissabores e dores.

Nós tínhamos um município com altos índices de violação de direitos. Hoje, ele tem mais de 220 mil habitantes, naquela época, tinha cerca de 200 mil. E é distrito industrial. Como tem muito entreposto da Ceasa no estado, vem gente de todo lugar do país; acreditando que vai ter oferta de trabalho. E o município é cercado por rodovias. Então tem um caldo ali que facilita que algumas violações estejam presentes com mais intensidade. E nós tínhamos um CREAS, um abrigo conveniado e um abrigo – na época o nome ainda era abrigo, né? – para crianças e adolescentes, que era municipal. Já estava sendo implantado o Centro Pop⁴ e uma outra instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, e também foi feito um convênio para acolhimento de adultos e famílias. Não vou dizer que a rede era pequena para a realidade do município, mas tinha que lidar com situações muito complexas. E a equipe de profissionais que trabalhava na PSE⁵ era muito reduzida: para atender a esses três abrigos, a gente não tinha equipe técnica para cada uma das unidades, então a gente teve que centralizar a equipe técnica, na unidade gestora, para que ela pudesse atender às três unidades. Hoje já existe equipe técnica em todas as unidades, mas isso tudo foi um processo. E aí acabou que eu, além das atividades de gestão administrativa, tinha que fazer um pouco o trabalho de supervisão técnica dessas equipes todas, fora o trabalho de articulação com a rede de proteção – tanto de mulheres, quanto de crianças, quanto de pessoas em situação de rua.

Acho que foi esse trabalho, tanto de supervisão como de articulação, que me levou para o mestrado. Foi em um encontro, lá, com uma demanda que a gente ficou: “Meu

4. A sigla Centro Pop refere-se ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

5. A sigla PSE faz referência à Proteção Social Especial.

Deus! Como a gente dá conta?” Era uma mulher que vinha de um outro município, era migrante, e ficou em situação de rua – ela, o companheiro e a filha bebê. Eles frequentavam o Centro Pop e, com o atendimento, ela passou a mencionar que sofria violência doméstica na rua por parte desse companheiro. Também aí a gente fez todo um planejamento para que ela pudesse estar participando de mais atividades, inclusive dando condições para que alguém ficasse com a bebê para ela participar do atendimento, dos grupos. Eu sei que ela acabou denunciando esse companheiro, em uma das situações de violência, e ele foi preso pela Lei Maria da Penha. E a ocasião, que parecia ser uma vitória para nós – mulheres brancas, burguesas e profissionais – se tornou também um motivo de apreensão e medo, porque ela disse: “Sim, e agora? Como eu vou me proteger, ou proteger esse bebê, estando nas ruas?”. E nós que trabalhávamos para não acolher crianças, ou para evitar o acolhimento, pois tínhamos muito nítido a excepcionalidade do acolhimento de crianças a fim de evitar a fragilização dos vínculos com a família, nos vimos diante do pedido dessa mãe para acolher essa criança – pelo reconhecimento, muito sofrido da parte dela, de que ela não dava conta de proteger a filha. E aí, de imediato, a nossa ideia era dizer assim: “Ai, meu Deus! Vamos evitar esse acolhimento”. Temendo o prolongamento do acolhimento, a gente tentou fazer um acordo prévio com o Conselho Tutelar e com o Poder Judiciário, a gente fez um estudo do caso com o juiz, que, na época, foi muito aberto, muito acolhedor, e aí a gente fez um plano – que é o que eu acho que toda vida deveria ser feito, né? A gente fez um plano de intervenção para essa família, no qual a criança foi, sim, acolhida em uma unidade institucional, mas, ao mesmo tempo, a gente conseguiu fazer uma articulação com a Habitação, para que ela tivesse prioridade em aluguel social. Na época, a lei de aluguel social do município estava muito voltada para o acolhimento de famílias em situação de emergências e desastres, mas, a partir daí, a gente foi conseguindo, e hoje a gente já tem respaldo para inserir algumas famílias que estão em situação de rua no aluguel social. A partir dessa situação, então, a gente fez essa articulação com o aluguel social, a gente fez uma série de articulações institucionais... Infelizmente, até hoje, situações assim ainda são exceção, nas quais a gente tem toda a rede tentando atender, mas a gente conseguiu. E aí, com poucos meses, a criança foi desacolhida, e ficou a mãe e a criança morando neste apartamento.

Ali foi quando eu resolvi fazer a prova do mestrado e estudar essa questão das mulheres em situação de violência nas ruas. Porque eu atendia muito, desde o CREAS, as mulheres em situação de violência doméstica, mas você não imagina que a rua é um lugar desse tipo de violência, você pressupõe que existem outras. E, no caso ali, a gente via: “Não, tem violações que são entrecruzadas: as violações para as pessoas em situação de rua, em geral, mas também as violações para a mulher”. E aí foi que eu, no mestrado, estudei os modos de vida de mulheres em situação de rua. Nesse período, eu estava na coordenação, no mestrado, eu era também do Conselho Federal de Psicologia, do Fórum de Trabalhadores do SUAS... então, era muita coisa, e aí eu disse: “Não, não quero mais ficar nessa coordenação, isso não vai dar certo, eu estou sofrendo”. Acabei sendo transferida para a coordenação do Centro Pop, e pude conviver, mais ainda, com as histórias das mulheres em situação de rua, das pessoas em situação de rua, de um

modo geral. Depois do mestrado, eu embarquei direto no doutorado, agora para estudar as violências que as mulheres sofrem nas ruas.

O dia da defesa da minha dissertação foi o dia em que o Centro Pop fechou, infelizmente, e aí eu pedi para não ficar mais na Especial. Eu fui para a Proteção Social Básica, e, desde então, eu estou em um CRAS. Eu acho que é isso. É comprida a história, mas eu tentei resumir ao máximo.

Está ótimo, Andrea. É uma história cheia de caminhos e de experiências extremamente interessantes. Eu queria só voltar a uma coisa que você falou lá no comecinho: você comentou que, quando estava trabalhando na Casa da Família, você percebeu que as pessoas da comunidade queriam que a Psicologia estivesse presente no território, e elas queriam ser ouvidas pela Psicologia. O que você acha que elas esperavam da Psicologia naquele momento?

Então, eu acho que ainda existe um pouco a ideia de que a Psicologia trabalha em uma perspectiva individual e clínica e eu acho que, em alguns momentos, eles queriam isso; mas, em outros momentos, não era só isso. É muito doido, porque eu estou falando com o meu pensamento de hoje de uma situação que aconteceu há muito tempo, mas a minha percepção é que as demandas vinham desse lugar de ser sujeito, né? De dar conta da vida, e de uma vida que não é tão fácil. Então, muitas vezes, tinha as questões relativas ao filho que não estava se dando bem na escola e a escola já tinha um diagnóstico para esse filho – mas como é que ela ia lidar com esse diagnóstico, se ela não concordava com ele? Ao mesmo tempo, vinham questões de trabalho, vinha a vontade de conversar... E quando a gente começou a fazer os grupos, a gente percebia que, às vezes, elas tinham mais que conversar entre elas do que ouvir o que a psicóloga tinha a dizer, né? Então, as trocas entre elas eram muito interessantes. Eu acho que era desse lugar de entender que a Psicologia poderia ter uma resposta para elas – eu falo elas porque a maioria das pessoas que nos procuravam, como ainda hoje, eram mulheres –, mas que, ainda que elas não soubessem tudo o que essa psicóloga, que vinha de fora, podia dizer ou podia proporcionar, elas sabiam que podia dizer alguma coisa. Primeiro, elas sabiam de uma coisa: era um espaço em que podiam se expressar, eu acho que elas tinham essa convicção: de que com a psicóloga elas podiam conversar sobre qualquer assunto. E eu acho que foi o que possibilitou também a gente poder conversar, criar outras estratégias.

São muito engraçadas essas coincidências da vida. Na época, uma amiga me trouxe uma apostila do professor Cezar Wagner⁶ que falava sobre rodas de conversa e Psicologia, a partir da Psicologia Comunitária. Quando eu comecei a ouvir isso, eu disse assim: “Tá, como é que nós vamos trabalhar?” Eu não queria só entender o processo grupal; eu queria que, de alguma forma, essa intervenção que pudesse ser conduzida pelo CRAS, por esse equipamento, produzisse uma relação entre essas mulheres. E foi a partir das rodas de conversa que a gente organizou esse trabalho, e era muito, muito interessante. Onde a gente faz um trabalho sobre o SUAS, a gente sempre pergunta: “E qual é a

6. Andrea Esmeraldo refere-se, aqui, a César Wagner de Lima Góis.

diferença entre o trabalho da assistente social e da psicóloga?”. Eu acho que a maioria das *lives*, palestras, mesas de que eu participei foram para responder essa pergunta, e uma das usuárias disse assim: “Ah, o que eu noto é que a gente senta aqui, e cada uma tem o mesmo papel, tem a mesma cadeira, mas o que eu acho é que vocês veem a gente de um jeito diferente”. Então, assim, para mim, já estava ali a resposta, o olhar que a gente tem, que a nossa formação nos dá – que aí não é o olhar da pessoa, né?, que eu acho que às vezes é o que a gente confunde; porque o olhar parece uma coisa muito subjetiva... “Ah, é só a assistente social querer que ela olha igual a mim”, e não é por aí. A gente tem uma formação que vai fazer com que a gente perceba categorias, perceba relações que não são objeto de estudo das profissionais do Serviço Social, e eu acho que foi essa usuária que me deu essa primeira resposta. Então, eu acho que é isso que elas meio que demandavam da Psicologia: esse outro olhar.

E vocês, naquela época (ainda pré-SUAS), já trabalhavam sempre em duplas, como hoje?

A gente se organizava em duplas, sempre com duas categorias profissionais. Eventualmente, se não fosse possível – assim, “Ah, fulana adoeceu, não está aqui hoje” – duas psicólogas atendiam juntas. Mas acho que em 99% do nosso tempo, a gente atendia uma psicóloga e uma assistente social.

Voltando um pouco à questão das expectativas, você comentou conosco um pouquinho sobre as expectativas que a comunidade tinha em relação ao trabalho da Psicologia. Mas você foi contratada por dois municípios diferentes, sendo que ambas as contratações aconteceram antes do SUAS e eram para cargos de psicóloga. O que você acha que era esperado da Psicologia? Hoje em dia, está nas normativas da política, está na NOB-RH⁷, que tem que ter psicólogo, mas, na época, não existia isso. Por que você acha que, naquele momento, os gestores, ou gestoras, dos dois municípios acharam que era importante ter psicólogas na Assistência Social? Ou o Judiciário? Você comentou que, em um dos casos, foi uma demanda do Judiciário. O que você acha que eles estavam esperando?

No primeiro, que foi uma demanda do Judiciário, eu acho que eles esperavam uma atuação no campo da Psicologia Jurídica, mas também em um campo que eu vou te dizer que seria de moralização, né? Existia, dentro do Conselho Tutelar do município, uma espécie de creche, um lugar para as crianças mais danadas, e não dava 15 crianças, gente! É tão surreal pensar isso. Eu acho que vinha das instituições muito uma demanda dessa moralização, mas, ao mesmo tempo, a gente percebia que alguns setores tinham expectativas diferentes, né? Então eu fazia muito, assim, eu ia participar da reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais... E fazia parte do meu plano de trabalho, né?, porque

7. A sigla NOB-RH faz referência à Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (Resolução nº 269, 2006).

eu precisava entender a realidade do município. Então, eu acho que isso ajudou, na época, a não cristalizar esse olhar sobre a Psicologia, de que a Psicologia vai normatizar as pessoas, sobretudo as crianças. O maior problema eram as crianças danadas; era como se nós, da Psicologia, o nosso saber tivesse o condão de prevenir que as crianças fossem ter problemas futuros com a lei. E era uma visão muito reacionária sobre o que é a criança, sobre o papel da política pública, sobre o papel da Justiça, inclusive. Eu acho que tem um pouco dessa visão reacionária, mas tem um pé no... “Não, não é tão assim”, né? Então, a demanda de quem contratou foi essa. Ainda bem que não era essa a minha, né? Porque quando eu fui contratada, eu fui cheia de medo, mas com outros sonhos.

Lá, na segunda cidade em que eu fui contratada, ainda era pré-SUAS, não era essa a visão, já era para ação social. Como tinha profissionais da Psicologia trabalhando em outras atividades na Assistência Social, já se tinha uma ideia diferente, não tanto de normatização – embora algumas políticas tivessem muito nitidamente essa ideia; o próprio Conselho Tutelar tinha muito: “Vamos chamar a psicóloga aqui na delegacia para escutar o menino”, ou “para orientar a família, que não está cuidando direito da criança”, né? E não era “Vamos chamar a psicóloga para escutar, para a gente pensar quais são as possibilidades”. Mas eu acho que essa mudança também veio com a mudança das normativas. Estar no início do SUAS deu a possibilidade de ver esse crescimento, de que mesmo o Judiciário, hoje, já tem uma ideia do que se faz na política de Assistência; ele não sabe, mas tem uma ideia – mesmo que, de vez em quando, ainda tenha algumas demandas que são mais do campo da normatização, da cristalização de comportamentos.

Querida que você contasse também um pouquinho para a gente o que era a Casa da Família, o que você fazia lá, quais eram as suas funções. Você trouxe já alguns elementos, mas o que a Casa da Família tinha de diferente do que o que a gente tem hoje no SUAS, ou o que tinha de parecido? Quais eram as dificuldades, os desafios e as potencialidades do trabalho na Casa da Família?

Eu acho que, no campo da estrutura física, a gente trabalhava em um lugar que era uma casa que foi alugada para executar aquilo, então, tinha essa cara de casa, e não tinha algumas coisas porque eram serviços, mas a interação que a gente tinha era muito próxima. Como havia 300 famílias que a gente acompanhava – e eram as mesmas, em um universo bem menor do que temos hoje –, a gente tinha condição de estabelecer vínculos. Eu não me lembro de todas, mas tem famílias de quem eu lembro até hoje: da história, de onde elas moravam, quais eram suas demandas. Eu lembro que eu fiquei muito assustada, na época, quando eu estava conversando com uma mulher cuja renda vinha de pegar graveto, e descascar o graveto para transformar em palito de churrasquinho. A residência, a moradia, não tinha muita estrutura, então o que a gente tinha de potência também, naquela época, era: como não tinha uma normativa que estabelecesse processos de trabalho, do mesmo jeito que isso é uma dificuldade, é também uma potência, na medida em que a gente ia buscar as soluções, e dialogava sobre as soluções com essas famílias. Então, a gente descobriu que já existia, na comunidade,

uma associação que trabalhava no sentido de fortalecer a moradia. E aí, a gente ficou pensando: “como uma pessoa que vive de descascar graveto vai ter uma estrutura para dar conta de suas condições de moradia, de ter um banheiro, por exemplo?”. Ela não tinha banheiro porque não tinha como construir um banheiro. Eu sei que articular um banheiro, uma caixa d’água, uma fossa, não revoluciona. A gente não vai mudar a estrutura que produz a pobreza, mas, para a gente, foi vital para que pelo menos algumas daquelas famílias tivessem mais dignidade, porque aquilo era indigno para elas. Então o fato de a gente não ter tantas normativas, não ter tantos processos já determinados – porque, hoje, eu estou no CRAS, eu sei que, dia tal, eu tenho que fazer o relatório tal, dia tal, tenho que fazer o relatório tal, e tem as crianças não sei de onde que a gente tem que mobilizar, e tem que ter ficha PAIF⁸, etc. Meio que já dá uma amarração para o serviço. No início, quando isso não estava determinado, o serviço era mais solto, mas a gente tinha mais brechas para buscar essas outras possibilidades. Então não é que fosse melhor, mas tinha essa diferença, tinha protocolos que não estavam estabelecidos, e por não estarem estabelecidos, alguns poderiam ser criados, alguns poderiam ser executados.

No dia a dia, além desse contato periódico, a gente, uma ou duas vezes na semana, visitava essas famílias; como era no bairro, algumas vezes até a gente ia a pé mesmo, porque era próximo, ia à escola, ou conseguia fazer um curso. Às vezes, não era por não ter uma estrutura, por não ter uma política pública que nos subsidiasse de forma tão efetiva que não conseguíamos fazer coisas – não vou dizer que é tão efetiva, porque, hoje em dia, também não é, mas assim, hoje, nós temos um outro parâmetro. Então a gente, às vezes, conseguia cursos básicos, como de corte e costura, de culinária, de doces, e aí a gente emprestava o espaço do CRAS para fazer o curso. A gente também participava dos cursos, também ia fazer os doces, e aproveitava esse momento para ficar conversando, e conhecer as famílias. Então, eu acho que essa rotina deixava a gente mais próxima da comunidade do que a rotina que a gente tem hoje.

Certo. E você acha que a Casa da Família se assemelha ao que hoje é o CRAS? Não pela estrutura, que você falou que há várias diferenças, mas pelo objetivo?

Eu acho que sim, porque já tinha o objetivo de tentar dar suporte, inclusive nesse campo da proteção social. Na própria Casa da Família, algumas normativas do PAIF já estavam lá – não eram nem normativas, porque era muito pouco de PAIF que a gente tinha, mas já tinha o serviço PAIF na Casa da Família, isso já existia. A gente não tinha o Serviço de Convivência ainda, mas já tinha essa coisa de ter o objetivo da proteção social. Agora, os meios, o formato, eu acho que foram sendo burilados ao longo do tempo.

E em Maracanaú, tinha outros serviços da Assistência Social com psicólogos e psicólogas nos seus quadros?

8. A sigla PAIF refere-se ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

Tinha o abrigo, que é anterior à Casa da Família, e tinha o SOS Criança.

E vocês tinham algum espaço de discussão ou de debate sobre a Psicologia nesse campo?

Não. Assim como a comunidade, a gente ficava completamente isolado.

E você entra em Maracanaú em um período quase de transição para o SUAS, né? Conta para a gente um pouquinho como foi essa transição.

Ah! Foi bacana, porque essa transição também aconteceu dentro da gestão municipal. Quando eu entrei, tinha um contrato de prestação de serviços. Foi só em 2006 que o concurso me convocou – então, eu fiquei quase dois anos como prestadora de serviços, e aí, em 2005, houve uma mudança de gestão municipal, e foi criada a Secretaria de Assistência Social. Até então, quando eu entrei, era uma Coordenadoria de Ação Social, dentro da Secretaria de Saúde. Em 2005, é instituída a Secretaria de Assistência Social, então a gente começa a perceber esse nascimento do SUAS no próprio município – não só no campo do trabalho dos outros entes federados, mas lá, no município mesmo. A partir de 2005, foi criado outro CRAS, porque não tinha, né? Em 2006, é criado o CREAS, eu acho que são inaugurados outros CRAS. Até 2012, aproximadamente, a gente teve uma expansão desses serviços, tanto de proteção básica, como de média e alta complexidade, principalmente de básica. A gente tem hoje 11 CRAS, tem um CREAS, tem um Centro Pop – assim como em outros municípios, eu acho que a PSE é um campo de intervenção do SUAS que é mais lento, no sentido de ampliação dos serviços; é um serviço mais caro também, então, normalmente, tem menos investimento e menos repasse. A gente sabe que a questão do financiamento é fundamental para execução das políticas públicas, então a PSE cresceu menos, nesse aspecto, mas ela foi sendo estruturada. Ao longo desse período, a gente também teve a estruturação de um setor específico, uma gerência de gestão do SUAS. Ela tem tanto Cadastro Único, Vigilância Socioassistencial, gestão do trabalho organizada, uma gestão financeira organizada dentro da Secretaria; então, isso tudo foi dando corpo para esse SUAS que vinha nascendo.

De 2005 a 2012-2013, mas principalmente de 2005 a 2009, nós tivemos muitas, muitas e muitas formações, para todos esses profissionais que vinham chegando. Eu entrei por concurso no município, ele convocou todo mundo que havia passado no concurso, inclusive os classificáveis, porque a opção da secretária – na época, a Ieda Castro – foi de dar esse tom de profissionalização para o SUAS. Isso fez com que nós tivéssemos um quadro em que, naquele momento, todos os técnicos eram concursados; eu acho que isso faz muita diferença. Então, existia um olhar sobre a necessidade de profissionalização do SUAS, exatamente um rompimento com o olhar que se tinha antes do SUAS. Às vezes eu brinco que é a Era Pré-SUAS: um rompimento com a ideia da caridade, do não-direito. Então, o fortalecimento de fluxos de processos também caminha no sentido de criar parâmetros para que o serviço seja prestado no campo do direito. Por mais que eu diga assim: “Olha, na Casa da Família, a gente não tinha muito

parâmetro” e isso era uma vantagem; acho que esses parâmetros trazem um ganho, na perspectiva do direito. E eu acho que isso foi sendo percebido ao longo desses anos. E também foram sendo criadas as normativas. No campo da própria Psicologia também: as referências técnicas do CREPOP⁹ foram sendo lançadas, a do CRAS [2007], a do CREAS [2013]; agora, a gente já tem uma revisão da do CRAS [2021], tinha a de atendimento a mulheres em situação de violência [2012]... Então isso foi dando subsídios para nós, que estávamos nessas políticas. Inclusive foi aí, nessas pesquisas, que eu me aproximei do Conselho; primeiro, eu me aproximei porque eu estava indignada com a história do depoimento sem dano, e também porque eu fui convidada a participar da pesquisa sobre o CREAS, na época, e aí eu vi no espaço do Conselho uma possibilidade de dialogar. Lá, em 2008, eu entrei para a Comissão de Direitos Humanos, fui conselheira, saí, depois voltei como conselheira federal, fui da Comissão de Direitos Humanos, enfim, aí foi um outro percurso, no campo da Assistência Social, da militância na Assistência Social, que também estava muito vinculada a esse trabalho – tanto com crianças, como com mulheres em situação de violência. Às vezes as coisas parecem que estão separadas; quando eu olho, eu digo: “Não, não estava tão separadinho assim”. De 2017 a 2019, eu fiquei em Maracanaú, eu fui do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS; em 2010, fui do Fórum Estadual; e lá, de 2017 a 2019, eu fiquei na Secretaria Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, que é como uma espécie de coordenação das atividades do Fórum. E aí a gente pôde acompanhar também o outro lado, que foi o lado do desfinanciamento do SUAS. Eu comecei vendo todo o processo de construção e de consolidação do SUAS, um investimento em profissionalização; hoje, infelizmente, eu vejo uma outra realidade.

Andrea, conte mais para a gente sobre os seus questionamentos em relação ao depoimento sem dano, e como esses questionamentos te levaram ao CRP, e como a sua entrada no CRP potencializou esses questionamentos.

Na verdade, eu entrei meio que para pedir socorro a alguém. No CREAS, éramos eu e uma outra psicóloga, e existiam muitas demandas. Como eu falei para vocês, o CREAS era o único na cidade, e ele executava outros serviços, então, no início, tinha aquela confusão com o SOS Criança, queriam que a gente participasse de audiências... Só que tudo era muito frágil, porque não havia um protocolo, e não havia uma lei que dissesse que a gente não estava ali para fazer audiência com criança – nem na delegacia, e nem no Poder Judiciário. Foi feito um acordo, na época, que o CREAS fazia, inclusive, o atendimento das medidas de penas alternativas; então, acabava que tudo vinha para o CREAS. As penas alternativas, como tinha sido um convênio, era uma coisa que estava estabelecida, a gente até fazia: “Tá, nós faremos”. Era um trabalho muito parecido com o das medidas socioeducativas, de acompanhamento dessas pessoas. Mas começaram a chegar demandas do Sistema de Justiça como um todo, não só do Poder Judiciário, e aí a gente viu, em alguns outros estados, sendo consolidado o depoimento sem dano e

9. A sigla CREPOP faz referência ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

iniciadas algumas discussões. Quando a gente começou a olhar, eu disse: “Eu não vou fazer isso”, e o outro psicólogo disse: “Não, muito menos eu”. Mas a gente tinha isso pelo o que nós acreditávamos, pelas nossas discussões, pelo que a gente tinha lido, mas não porque a gente tivesse um material contundente. Então a gente disse “Não”. Aí a gente viu, em algum lugar – acho que foi ele que viu em algum lugar – que o CRP do Rio Grande do Sul estava fazendo um trabalho, questionando o depoimento sem dano e, logo em seguida, também o CRP daqui, e aí a gente falou: “Ah, nós vamos participar!”. Porque, na época, muitos psicólogos ficaram sem saber, achando que iam conduzir um trabalho protetivo com essas crianças. Quando a gente começava a olhar, não tinha nada de trabalho protetivo, né?

Então, foi a partir daí, desse medo, desse pavor de ter que fazer isso, que a gente disse: “Não, a gente não pode ficar nós dois aqui sozinhos. Vamos buscar outros profissionais, vamos ver o que o nosso conselho diz, que respaldo a gente tem para poder se posicionar, inclusive com a secretária, com o Poder Judiciário, com os outros atores dessa rede”. E, a partir daí, a gente foi participando de ações do Conselho, eu e ele; e aí fui sendo convidada. Como eu era uma das poucas que já estava há mais tempo na assistência, outros psicólogos do estado sabiam que eu trabalhava em CREAS, porque também foi de um dos primeiros CREAS – fui eu, e a Katiana¹⁰ (Katiana está até hoje em Eusébio, que é um outro município da região metropolitana de Fortaleza). Então, a gente mantém relação até hoje com esses primeiros psicólogos; tinha outros que eram de outro município, vou até citar o Glauberson e a Lília¹¹, a gente sempre conversava. E aí o próprio CRP, por saber: “Ah, não, aquela psicóloga tem um grupo com mulheres em Maracanaú, e lá, eles já estão com a Delegacia da Mulher”; então, eles me convidavam para fazer uma mesa, e, nessa história, eu fui me aproximando e fazendo parte da Comissão de Direitos Humanos. Nessa de defender Direitos Humanos; acabei sendo convidada, e aceitando, e fui para o Conselho.

Legal, Andrea. Agora eu queria só voltar um pouquinho à discussão que a gente estava fazendo antes, sobre o momento de transição para o SUAS. Você falou bastante sobre a importância da profissionalização, das normativas e referências técnicas, mas como tudo isso impactou no seu cotidiano de trabalho?

Então, isso foi mais nítido quando eu já estava no CREAS. Essas normativas não vêm de uma hora para a outra. Foi como se a gente fosse tendo pequenos ganhos: é uma formação, é a pactuação de alguma coisa... No CREAS – e eu já ouvi pessoas falarem que em outros municípios também era assim –, tinha muito: “O que o CREAS faz mesmo?”, “E o CREAS vai fazer o quê?” E havia uma cobrança muito intensa sobre o trabalho que se fazia no CREAS – não só da Psicologia, mas de todos os profissionais, era quase ir para a berlinda, né? Então, a gente já fazia algumas reuniões, pactuações. Um trabalho bacana que o Governo do Estado tinha eram reuniões periódicas com todos os psicólogos. Não,

10. Andrea Esmeraldo refere-se, aqui, a Katiana Moura.

11. A entrevistada refere-se, aqui, a Clauberson Rios e Lília Teles

primeiro foi só com psicólogos? Já nem me lembro mais, mas a gente se encontrava periodicamente – a cada dois, ou três meses – para discutir questões dos CREAS. Aí a gente via que tinha muita coisa em comum. Então a gente ia conversando e tentando fazer pactuações, nos nossos municípios, né?

Teve o Guia do CREAS, mas eu acho que a normatização que teve mais impacto, pelo menos para esse trabalho, foi a Tipificação [Resolução 109, 2009], pois ela nos permitiu saber: “Olha, o CREAS faz isso, e não é aquilo que ele vai fazer”... Porque tinha muito assim: “Ah, não tem? Bota para o CREAS. Não tem psicólogo não sei onde? O CREAS faz”. A Proteção Social Básica teve normatizações muito antes do que a Proteção Especial, então era mais fácil delimitar seu campo de atuação. Então, acho que o que deu uma reviravolta no nosso cotidiano foi a Tipificação, em 2009. Na verdade, a Ieda Castro, que era secretária à época, fazia parte da CIB¹², então, ela também já vinha conversando com a gente sobre o trabalho do CREAS, o que o CREAS fazia, e aí muito do que estava na tipificação já era o que a gente fazia. Então, aquilo que a gente vivia dizendo, tentando gritar para todo mundo ouvir, a tipificação disse. Isso deu um certo alívio, no sentido de você poder estabelecer parâmetros, isso mudou o nosso cotidiano, porque aí a gente poderia se focar mais naqueles trabalhos que a gente estava desenvolvendo. Não é que a gente não fizesse, a gente já fazia, só que a gente gastava um tempo enorme dizendo o que a gente não fazia, o que não era papel do CREAS, né? Então, eu acho que, dos documentos, a Tipificação foi o que trouxe o maior impacto. E eu acho que isso serve para todos os serviços, porque ela traz um detalhamento importante da relação e dos fluxos que se tem entre as referências e contrarreferências. Além disso, a gente vai tendo as normas: a NOB-SUAS [Resolução 130, 2005], que também foi muito importante para a gente poder reivindicar algumas coisas, a composição das equipes, ter – vou dizer de novo – parâmetros e limites para o volume dessa atuação, para a necessidade dessa ampliação, quando isso extrapola, né? Então, a NOB também foi bacana. E a Resolução 17 [2011] – aí eu vou falar como profissional de nível superior –, que estabelece quem são os profissionais do SUAS; eu acho que também é uma norma que abre um espaço de afirmação de profissionais no SUAS, inclusive para não cometermos alguns erros. Não foi no município em que eu trabalho, mas eu já vi uma proposta de um profissional, de um secretário, que queria implementar um tipo de assistência materna no SUAS, como se fosse um posto de saúde para mulheres, né? E uma normativa que diz que médico, enfermeiro, não é profissional do SUAS é um dos argumentos que a gente tem para balizar o tipo de intervenção que é feita nessa política de assistência. Eu acho que o dia a dia foi sendo mudado aos poucos, mas algumas dessas normas tiveram impacto mais direto, até na construção dos nossos instrumentais.

Andrea, quando você diz que vocês queriam gritar para todo mundo ouvir o que vocês faziam, o que é isso que vocês queriam gritar?

É porque vinham aquelas coisas assim: “Ah, o menino danado”, “A casa caiu”, “O

12. A sigla CIB faz referência à Comissão Intergestores Bipartite.

pai bateu na criança, e agora a gente precisa acolher a criança”. Aí você diz: “Olha, o acolhimento é importante, mas isso é um trabalho que não é do CREAS, o CREAS não faz; quem vai fazer esse trabalho, nesse momento, é o Conselho Tutelar”. Mas parecia que, sem um papel para dizer isso, a gente estava com preguiça de trabalhar. A gente dizia assim: “Não, nosso trabalho é outro. Essa criança, esse adolescente, esse idoso, que já está nessa situação, ele precisa de um olhar, esse olhar tem que ser do CREAS”, né? Uma das coisas que tinha muito na época – e que era uma das coisas de que eu tinha ódio – é a história do depoimento sem dano, essa história de você querer que o profissional da Assistência vá produzir uma prova, em um processo judicial, ou em um processo ainda de investigação. Eu dizia: “Olha, isso é incompatível. Como a gente vai estabelecer um vínculo com aquela família e criar espaço para que ela possa ampliar sua capacidade protetiva em relação à criança, em relação ao idoso, em relação a qualquer pessoa da família, se nós estamos em um lugar que pode ser o lugar do algoz dessa família?”. Então, isso era uma coisa que a gente tinha que estar o tempo todo dizendo, e que as pessoas tinham dificuldade de entender, ou talvez a gente não soubesse como dizer isso, né? Mas a gente fazia... A gente tinha mil estratégias, desde pensar um relatório (fundamentado com autores), até chamar alguém para fazer uma palestra, uma campanha – a gente inventava qualquer coisa, para tentar abrir espaço de diálogo –, fazer estudos de caso... Às vezes, a gente pedia apoio de outra política. Eu lembro que quando tiveram as mudanças na lei dos crimes sexuais, eu disse: “É uma linguagem que o povo do Judiciário vai gostar, vamos pedir apoio a eles”. A gente fez um curso de três dias lá, no Fórum, para tratar dessas questões do fluxo de atendimento da rede em casos de violência sexual, e aí a gente chamava desde o hospital até a Educação, todo mundo para se posicionar. Então, a gente tentava com essas múltiplas estratégias. Algumas coisas foram bacanas. Por exemplo, no começo, chamavam a gente para participar de audiência com os idosos: os idosos estavam sofrendo violência, muitas denúncias contra os idosos; depois das crianças, os idosos eram os que a gente mais recebia. Inclusive, a gente dizia: “Olha, aqui não é...”... primeiro tinha um 0800, quando a gente chegou, e era para ter, né, mas aí deixou de ter e eu dizia: “Nós não somos órgão de recebimento de denúncias. Vocês vão ligar para o Disque 100, Disque 180, vocês vão ligar para o Conselho Tutelar”; então esse foi o primeiro grito, o de não ter esse 0800.

Mas voltando para a história dos idosos: então, tinha essa participação em audiência, e aí tinha – é isso que eu acho frágil, né? – um promotor, que era aberto a ouvir, e aí a gente conversou com ele, fez um projeto, disse: “Olha, a gente está percebendo que muitas famílias vêm aqui porque é uma questão que está sendo tratada como uma violação de direitos, e tem muitos casos em que a família não tem a informação, a família não sabe como fazer e, muitas vezes, ela não tem a condição de fazer aquilo que está no Estatuto do Idoso [Lei nº. 10.741, 2003], porque requer uma estrutura econômica, financeira, cultural, de saúde, de suporte, que ela não tem. Vamos fazer o seguinte? Ao invés de vocês chamarem a gente para audiência, quando vocês fizerem audiência, aqueles casos que não forem realmente de violência contra o idoso, vocês estabelecem no processo que uma das atribuições da família vai ser participar do grupo com as famílias dos idosos lá no CREAS”. A gente conseguiu estabelecer esse pacto, ele disse que era possível – desde

que não houvesse um processo judicial, e fosse apenas no campo administrativo – e aí a gente foi... Em vez de ficar ali, trabalhando no individual, no enxugar o gelo... Porque, às vezes, o tempo que a gente tem para problematizar, em uma audiência, é ínfimo. E aí a gente tinha reuniões para apresentar essas problematizações, trazer um olhar menos culpabilizador para a família, a gente conseguiu fazer isso com esse promotor e, ao mesmo tempo, conseguia fazer um trabalho de fortalecimento dessas famílias, conseguia encaminhar essa família para outras políticas públicas – sobretudo para a política de saúde. Muitas vezes, elas não tinham noção de que caminhos percorrer para dar suporte a esse idoso, que às vezes estava acamado, e só tinha uma pessoa, não tinha BPC¹³, a gente começava a ter um olhar mais integral sobre essa família. Então, era isso que a gente gritava, que a gente precisava fazer o atendimento, o acompanhamento, mas não nesse campo do individual, do apagar incêndio.

E, Andrea, acho que você trouxe uma série de exemplos e relatos muito interessantes sobre esse momento de transição. Eu queria te perguntar se os psicólogos e psicólogas de Maracanaú participaram, de alguma forma, da construção ou da implementação do SUAS, no município. Participaram dos espaços de debate com a comunidade, ou dos conselhos? Teve alguma participação – não só atuando na ponta, porque isso você está nos contando que sim – mas nos espaços de discussão, de deliberação do que seria o SUAS no município?

Hoje, nós não temos mais o quadro de profissionais concursados que a gente tinha antes, e temos uma carência enorme de profissionais de Psicologia no município, mesmo não concursados. Profissionais de Serviço Social e profissionais de Pedagogia, a gente já tem mais, tanto com vínculos precários, como concursados, mas houve um esvaziamento dos psicólogos da Política de Assistência, tanto pelas condições de trabalho, como por demandas particulares – eu acho que as condições de trabalho impactaram muito –, outros passaram em outros concursos, enfim. Mas houve um tempo em que a gente tinha encontros, nossos, dos psicólogos e assistentes. Também não éramos muitas; éramos umas 10, mas a gente se encontrava, periodicamente, e conversávamos, então, a gente já se articulava. Teve um período em que muitos dos coordenadores de unidade eram psicólogos, e alguns de nós participaram de conselhos: eu fui do Conselho da Mulher, fui do Conselho da Criança e do Adolescente, fui do CEAS¹⁴, outras amigas também foram de outros conselhos, e do Fórum de Trabalhadores – nós tivemos bastante psicólogas no Fórum de Trabalhadores municipal. Hoje, a gente não tem mais essa realidade, porém, no município, a gente conseguiu, através da articulação, principalmente desse colega, que dividiu o trabalho comigo lá, no CREAS – hoje, ele trabalha com Psicologia Hospitalar, e conseguiu organizar lá, no hospital, o primeiro encontro... Olha, depois de tanto tempo, a gente fez o primeiro encontro de psicólogos e psicólogas de Maracanaú, e aí de várias políticas: Educação, Saúde, Assistência, a própria Saúde Mental, Educação;

13. A sigla BPC faz referência ao Benefício de Prestação Continuada.

14. A sigla CEAS faz referência ao Conselho Estadual de Assistência Social.

o primeiro foi neste ano.

Olha só! E quando você fala que antes tinha um quadro maior, e tinha mais participação, e que a realidade é diferente hoje, quando mais ou menos é esse antes? A que período você está se referindo?

Eu acho que a gente tem alguns momentos, né? Nós tivemos dois concursos lá: um em 2004, que convocou os psicólogos a partir de 2006 (foi quando eu entrei), e outro, que foi realizado em 2011, que passou a convocar em 2012. Nesse primeiro concurso, foram chamados cinco psicólogos, e depois mais alguns classificáveis; em 2007/2008, foram mais uns três. Desses primeiros oito convocados, a gente teve algumas pessoas que, já de início, em pouco tempo, saíram, porque o concurso não foi feito para a Assistência, foi para o município. Alguns entraram imaginando que poderiam ser chamados para outras políticas públicas, sobretudo para a política de saúde; acho que uma ou duas pessoas já saíram. Em seguida, em 2012, foram convocados mais, mas não foi a mesma quantidade. Eu acho que a partir de 2013 – mas sobretudo depois de 2016 – muitos psicólogos foram saindo. Alguns até para licença de interesse particular, mas eu acho que a saída desses últimos tem mais a ver com as condições de trabalho do que com interesse no local de trabalho. A gente teve uma precarização muito intensa, e muitos dos profissionais que foram saindo, desses primeiros oito que foram convocados, foram sendo substituídos por pessoas que vieram por seleção pública, né? Então, há uma rotatividade muito maior e, em seguida, também, quando esses, que eu vou dizer que foi, acho que, sobretudo em 2015, 2016 e 2017 foram saindo, não foram mais sendo substituídos, e, de lá para cá, não teve mais concurso.

Mas foi nesse período de entrada de um número maior de psicólogos que houve mais participação, no fórum dos trabalhadores, nos conselhos...?

Exatamente, exatamente.

Certo. E, Andrea, com frequência a gente ouve pessoas falando que a Psicologia caiu de paraquedas no campo da Assistência Social. Essa é uma ideia que está presente em textos, em falas de colegas, de estudantes. Queria te perguntar o que você pensa, quando você ouve essa frase?

Então, eu acho que é contraditória, porque, se a gente for olhar, nós já estávamos no SUAS antes dele ser SUAS. O que eu acho é que nós estávamos pouco instrumentalizados como profissionais do SUAS, porque a gente não se percebia como profissional do SUAS, né? Eu mesma fui educadora social da antiga FEBEMCE¹⁵, que é um serviço que tem uma relação com a Política de Assistência. Aqui, no Ceará, mesmo as medidas protetivas de internação estavam no campo da Assistência Social estadual. Então, já

15. A sigla FEBEMCE faz referência à Fundação do Bem-estar do Menor do Ceará.

existiam psicólogos nas unidades de acolhimento, sobretudo na Especial, existiam profissionais; já existiam projetos, como o Projeto Sentinela, que eu acho que é do final de 1999, início dos anos 2000, que atendia crianças em situação de exploração sexual, de violência sexual, e que estava vinculado à Política de Assistência Social. A minha percepção é que talvez a gente não se identificasse como profissional do SUAS, parecia que a gente estava à parte, que nós éramos um satélite daquele sistema. E o que me entristece é que muitas vezes não produzíamos, teórica e tecnicamente, para atuação nesse sistema. Aí eu acho que uma coisa muito importante do SUAS foi que ele estimulou uma produção teórica sobre a atuação profissional nesse sistema. Vocês estão fazendo isso, tem outros colegas que estão nesse trabalho, e eu acho que isso dá um outro olhar, uma outra condição para esses espaço de trabalho, né?

Eu sou daquelas pessoas que ficam malucas quando as pessoas dizem que teoria e prática são coisas diferentes, porque eu não consigo compreender uma prática sem a teoria, e uma teoria que seja só para ela mesma, que não esteja olhando para a prática, não esteja olhando para a realidade. A meu ver, “cair de paraquedas” é: a gente não tinha ferramentas pensadas para atuação naquele sistema; a gente olhava, por exemplo, para o desenvolvimento da criança e do adolescente, mas não olhava para o desenvolvimento da criança e do adolescente que estava em uma unidade de acolhimento, e nessa realidade especificamente. Então, eu acho que é isso. Eu nem estava em Conselho, nessa época, mas foi um trabalho bacana do Conselho Federal, de marcar essa posição no SUAS, que ele conseguiu, inclusive, eu acho que a gente tem isso muito mais exequível no SUAS, do que até na própria Saúde, a existência de um psicólogo em todo município desse país. Onde tem um CRAS, tem – é para ter – um psicólogo. Então, você fez com que essa família que olhou para mim e disse que “Ah, que bom que tem uma psicóloga”, essa família pode estar lá no Amazonas ou em Santana do Livramento, ela pode ter um psicólogo. Então, a gente também conta com um outro olhar, que é o olhar do processo de interiorização da nossa intervenção, né? Porque é isso, eu acho que para trabalhar no interior do Ceará, a gente tem que entender qual é o impacto da seca, o que é não ter água, que sofrimento isso provoca; eu acho que era isso que faltava. Dizer que a gente caiu de paraquedas, para mim, é um pouco dizer que a gente não tinha a nitidez desse lugar, mas a gente estava lá.

E quando você fala que o CFP teve uma importância no reconhecimento da Psicologia como uma profissão do SUAS – que acho que depois, inclusive, é legitimado pela inclusão da Psicologia na NOB-RH como uma das categorias que compõem as equipes de referência – você chegou a acompanhar esse processo de criação desse lugar? Se não, por que você acha que o CFP foi importante nesse processo?

Eu não cheguei a acompanhar de perto. Eu cheguei um pouco mais tarde, quando já estava sendo discutida a Resolução 17, mas a minha percepção, pelas leituras que eu fiz, inclusive do histórico de como foi esse ingresso, é dessa necessidade de diálogo entre

o Conselho Federal, inclusive com o próprio Ministério, o MDS¹⁶. Até antes do CREPOP, teve o Banco Social¹⁷, eu acho, e teve uma Mostra de Práticas em Psicologia¹⁸, então essas ações davam elementos sobre o fazer da Psicologia. Eu acho que o diálogo com esses entes foi importante para consolidar isso aí, no sentido de que “Já tem psicólogo no trabalho, já tem psicólogo aí, mas o que mais pode ser feito?” A gente fala do SUAS, mas já existia também um movimento na Saúde, já existiam psicólogos na luta dos meninos e meninas de rua; eram produções que estavam sendo feitas, que não estavam necessariamente captadas pela política pública, mas que eram ações que poderiam ser executadas pela política pública. Eu acho que o trabalho do CFP foi esse, de expor essas possibilidades para a gestão da época – a gente está falando aí, eu acho, do Governo Lula, então, o primeiro e segundo Governo Lula. E aí a gente tem que contar com o processo histórico, a gente teve uma abertura desses dois governos para ouvir essas categorias, para essa ampliação. Essas coisas não acontecem separadas, elas acontecem em um determinado momento histórico, onde a dinâmica torna possível essas interrelações.

Andrea, você nos contou uma trajetória riquíssima em que você passou pela gestão de serviços de Assistência Social, você trabalhou na ponta, você esteve em instâncias de controle social, na academia, enfim, tem uma experiência vasta e riquíssima, nesse campo. A partir dessa sua experiência, o que você considera que são as principais contribuições da Psicologia para a Assistência Social?

Eita! Então, eu acho que, hoje, a gente está conseguindo trazer para a Política de Assistência uma série de questionamentos, inclusive do fazer cotidiano, do olhar para o que é o território, do olhar para um território que não é limitado somente pelas fronteiras geográficas. Eu não sei como está por aí, mas acho que também tem grandes impactos das facções. Aqui, no Ceará, isso é muito, muito, muito forte: esse CRAS em que eu trabalho já foi incendiado por uma facção, e nós ficamos três anos em outro território, porque precisou reformar, porque foi incendiado, e tinha gente no local de trabalho. Então, existem fronteiras que não são fronteiras exclusivamente geográficas, mas que são determinadas por relações de poder, são determinadas por relações de outra ordem, relações políticas inclusive – não só da política formal, mas de uma política informal –, e eu acho que a Psicologia tem conseguido olhar para isso. Eu vou puxar sardinha para minha brasa, e dizer que principalmente a Psicologia Social, a Psicologia Comunitária, tem conseguido produzir com mais intensidade sobre esses temas – eu também não dou conta da Psicologia toda –, mas tem conseguido produzir mais, e a gente tem conseguido trazer essas discussões para o campo da política, né? Produtos da academia

16. A sigla MDS faz referência ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

17. Andrea Esmeraldo faz referência, aqui, ao Banco Social de Serviços em Psicologia, uma iniciativa do CFP que funcionou entre os anos de 2003 e 2005. De acordo o site do Conselho (<https://site.cfp.org.br/>), tinha o “objetivo de reforçar a presença social da Psicologia por meio da ampliação de seu espaço nas políticas públicas, oferecendo serviços aos órgãos públicos em projetos sociais construídos em parceria.”

18. A 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia aconteceu no Centro de Convenções Anhembi, em São Paulo-SP, entre os dias 5 e 7 de outubro de 2000.

estão no dia a dia da política também, o próprio conceito de sofrimento ético-político, hoje, está na boca da Assistência Social. Então, são contribuições que eu acho que são importantes, e não só no campo teórico, mas no fazer, na forma, quando você traz, por exemplo, a necessidade de uma caminhada comunitária, como uma apropriação desse território. São outras relações, outros instrumentais de trabalho, que não eram apropriados como sendo da Assistência, porque muitas vezes nós, individualmente, não estávamos vinculados a essa política, mas é uma das políticas, que por ter em todo território nacional, mais acolhem os profissionais recém-formados. E aí o profissional vem de uma formação que é, eminentemente, individualizante e psicologizante, e entra para trabalhar no CRAS, no CREAS, na unidade de acolhimento, nisso, existe esse pequeno “cair de paraquedas”, mas nesse sentido, do despreparo individual – não estou dizendo que a pessoa não tenha conhecimento de Psicologia, mas não tem para esse lugar –, e aí, ao longo dessa atuação, ela vai sentindo essa necessidade de se preparar. Foi o que aconteceu comigo também: essa preparação, eu não tinha, mas eu acho que a gente consegue ir agregando novos fazeres. Porque, até então, existia um jeito de fazer, que era muito o do profissional de Serviço Social, e que a gente achava que tinha que copiar. Acho que, hoje, a gente consegue trazer a nossa cara, eu não vou dizer que em todo o canto do Brasil, mas eu acho que a gente tem mais elementos, a gente tem espaços de discussão, para conseguir fazer essa cara.

Mas que cara é essa?

Eu acho que, no campo da teoria, a gente traz categorias que ajudam a olhar para o cotidiano dessa família, para as necessidades dessa família, que elas passavam ao largo até então. Por exemplo, qual é a rede de suporte social que essa pessoa conta para enfrentar essa dificuldade? Porque não é só encaminhar para um outro serviço público, é trazer essa rede para o cotidiano dessa pessoa, e pode não ser necessariamente em um serviço público que ela vai encontrar o apoio. Que sofrimento é esse que esse cotidiano está trazendo para essa família? Como ele produz esse próprio cotidiano? São questões que a gente precisa, inclusive, discutir com a nossa equipe profissional, para que isso tenha visibilidade, e consiga também – aí eu vou usar um termo do Martin-Baró – desideologizar determinados processos. Isso porque essa família incorpora a culpa de ser uma família negligente, essa família, essa mulher sofre porque ela não dá conta desse filho que tem Transtorno do Espectro Autista, e ela se culpa, se fragiliza. E aí eu não posso entender isso só como uma ação de “Vou encaminhar para o CAPS, vou encaminhar para isso”, porque isso é importante, mas não é só isso que é importante; ela precisa entender que existem processos estruturantes. Por que eu, como uma mulher negra, tenho mais dificuldade de conseguir trabalho formal, do que a minha vizinha? Se a gente não pautar o racismo, no cotidiano dos nossos atendimentos, sejam particularizados, sejam atendimentos coletivos, nós não estamos sendo nem sinceros com essa comunidade. Então, como estão sendo as relações de conjugalidade? Pensar as relações de conjugalidade é pensar no próprio patriarcado, é pensar que existem estruturas que prendem essa mulher. Você chama um encontro com a rede, e a escola

diz que é papel da mãe educar o filho, e essa mãe? Quantas mães sozinhas nós temos? Então, são questões que eu acho que a Psicologia traz para a problematização, mas não fica só no campo das ideias, né?, elas passam para o cotidiano dessas famílias, como possibilidades de pensar o enfrentamento daquela situação. Eu não sei se eu consegui explicar.

Conseguiu sim, está ótimo. E você falou que a Assistência Social é uma das políticas que mais acolhem psicólogas e psicólogos, atualmente. Você acha que essa entrada maciça da Psicologia no campo da Assistência Social mudou também a Psicologia?

Vou falar do campo da formação da Psicologia. Eu acho que mudou o campo da formação da Psicologia. Até o semestre passado, eu dava aula em um curso de ensino superior, e hoje a gente já tem disciplinas que tratam, tanto da saúde coletiva, como da Política de Assistência Social; os alunos sabem que a Assistência Social é um campo de trabalho, eles já se interessam em conhecer, querem estagiar. Então, eu acho que, de alguma forma, mudou. E eu acho que aí a gente tem que olhar também o tempo histórico. Ai, gente, desculpem, eu não consigo ver diferente. Por exemplo, nós tivemos, na formação superior, os programas de ampliação de acesso – o FIES¹⁹, o PROUNI²⁰ e a implementação das cotas –, eu acho que isso trouxe uma outra cara para a nossa formação em Psicologia, e para os profissionais, né? Hoje, nós vemos profissionais que não tem apenas o perfil da mulher branca que estudou em boas escolas, que teve acesso... A gente tem uma diversidade muito maior na Psicologia, por conta também desses ingressos. E aí eu vou trazer uma coisa que a Donna Haraway [2009] fala, que é a política de afinidade. Eu acho que a política de identidade é fundamental, é importantíssima, mas ela tem que vir ao lado também de uma política de afinidade; não é porque eu sou uma mulher de classe média que eu não vou me sensibilizar, que eu não vou olhar para as vicissitudes que a pobreza traz; não é porque eu, profissional de Psicologia, tive acesso a determinados direitos, que eu vou desconsiderar a falta de acesso aos direitos do outro. Então, eu acho que a política de afinidade é importantíssima no nosso campo profissional. E aí eu não estou falando daquela empatia romântica, de flores para todos os lados, eu estou falando da necessidade de termos aliados no enfrentamento dessas opressões, que estão todo dia na nossa frente.

Está ótimo, Andrea. Só para a gente finalizar, queria saber se tem alguma coisa que você gostaria de contar sobre a sua história dentro da Política de Assistência Social, que a gente não tenha perguntado, que você não tenha

19. A sigla FIES faz referência ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, criado em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, para concessão de financiamento à estudantes de cursos superiores não gratuitos.

20. A sigla PROUNI, por sua vez, faz referência ao Programa Universidade para Todos, criado em 2004, durante o primeiro governo Lula. Diferentemente do FIES, que é um programa de financiamento, o PROUNI envolve a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em universidades privadas do país.

comentado.

Então, acho que a gente falou um bocado, e vocês pegaram uma pessoa que fala, né? Eu falo bastante.

É assim que a gente gosta.

Pesquisador adora, né? Na hora de degravar que é o problema. Mas agora a gente já tem alguns instrumentos que ajudam. Mas eu sou meio apaixonada, então, acho que eu sou muito suspeita para falar. Já surgiu oportunidade de sair da Política de Assistência. Esse meu amigo, que está no hospital, vive me chamando, mas eu: “Não, vou ficar mais um pouco. Dá para aguentar, mesmo com essas condições. E agora a gente tem um novo governo, dá para aguentar”²¹. Mas assim, é um trabalho que, apesar desse afeto, ele também gera sofrimento. Eu não sou uma pessoa que está negando, que em todos esses anos não teve desespero, choro, vontade de sair correndo, vontade de matar. Eu até brinco: “Gente, eu era tão da paz, sempre fui da paz, mas agora eu sou tão briguenta”. Já fiquei com medo de sair presa de lugar várias vezes. Eu digo: “É hoje que eu vou ser presa”, sempre pensando quando é que eu vou ser presa, e agora que diploma de nível superior não vale mais nada, né? [risos].

Mas eu acho que é isso, a gente saber que a intervenção em Psicologia não é do campo do romantismo, e que todas as populações têm direito à escuta. Eu acho que ainda não existe uma política, mas eu acho que esse espaço de escuta para todas as populações precisa ser encarado como um direito, assim como a cultura é, assim como o esporte é. Acho que deveria ser dessa forma, sabe? Não supervalorizando a Psicologia, mas entendendo que nossa construção foi tão elitista, que a gente negou a subjetividade de outras pessoas e, ao fazer isso, a gente estava sendo violento, enquanto teoria, enquanto prática profissional, ou enquanto epistemologia, e eu acho que a gente precisa se atentar para outras epistemologias. Eu valorizo a ciência – não sou negacionista –, mas eu acho que a gente tem que ultrapassar a nossa barreira, a nossa superioridade, enquanto conhecimento científico, e conhecer outros saberes que vêm da comunidade. Aqui tem os profetas da chuva, e às vezes eles acertam mais do que a FUNCEME²², que é a fundação de meteorologia. E aí eu fico sempre inquieta: por que a gente não valoriza esse conhecimento? Por que a gente não valoriza o conhecimento da rezadeira? Então, meu sonho é poder trazer a rezadeira para uma festa da chuva, todo mundo para dentro do CRAS fazendo a Política de Assistência.

Andrea, muitíssimo obrigada mais uma vez pela sua disponibilidade, sua generosidade em compartilhar um pouco da sua história com a gente. Foi uma entrevista riquíssima!

Um cheiro, gente.

21. A entrevista foi realizada no início do terceiro governo Lula.

22. A sigla FUNCEME faz referência à Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

Bom, Carla, para começar, gostaríamos que você nos contasse quem é Carla Andréa Ribeiro.

Sou Carla, vou fazer 52 anos daqui a pouquinho, em fevereiro, sou mãe de dois filhos já adultos, formada em Psicologia, fiz mestrado em Ciência da Informação – fiz uma trajetória um pouco desviante da Psicologia. Sou servidora pública do Município de Belo Horizonte, assumi o cargo após ter passado em um concurso público para Psicologia, que eu fiz logo após a minha formação. Sou formada na UFMG²⁴, foi uma formação longa, vamos dizer assim, que durou um período um pouco maior do que o esperado, porque eu tive algumas interrupções, inclusive a maternidade (talvez a principal interrupção durante esse período). Fiz o mestrado também na UFMG, o que me engatilhou para uma trajetória na área da gestão pública.

Você falou que você teve uma trajetória um pouco desviante. O que você quis dizer com isso? Como você descreveria essa trajetória profissional?

Então, a formação na Psicologia aconteceu em paralelo com um período em que eu estava descobrindo um ativismo político, inicialmente religioso – eu não vou chamar de ativismo, mas a minha formação na adolescência, pré-adolescência, foi uma formação muito próxima à Igreja Católica, então, a formação de valores, de visão de mundo, da minha capacidade de ler e ser no mundo vem da Igreja Católica. Nesse período, a vertente da Teologia da Libertação estava muito presente, e eu aderi ao movimento da Pastoral da Juventude. Este movimento me ajudou a pensar em projeto de vida, o que eu queria para a minha vida, para o mundo, enfim. E aí a Psicologia apareceu como uma boa perspectiva para manter uma atuação na área social.

Naquele momento, final da década de 1980 e início da década de 1990, teve um tensionamento – talvez o ápice do tensionamento – do ativismo político agregado à organização da Igreja Católica. Houve uma grande intervenção da hierarquia da Igreja para o desmonte dessas pastorais vinculadas à Teologia da Libertação. Então, eu chego mais ou menos com 18, 19 anos nessa transição: de sair do ativismo religioso e migrar para o ativismo político partidário, com o qual os movimentos das pastorais já tinham grande proximidade.

23. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 25/01/2023, em uma sala da Livraria Portal Psic, em Belo Horizonte-MG. Além de Carla Ribeiro, participaram presencialmente da sessão André de Menezes e Karoline Ruiz (responsáveis pela captação audiovisual da entrevista) e, remotamente, via Google Meet, Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista).

24. A sigla UFMG faz referência à Universidade Federal de Minas Gerais.

Não foi uma coisa muito difícil de ser feita. Na época, era quase natural você sair da Pastoral e entrar para as organizações do PT²⁵. Quando eu fiz essa transição, ainda no período de formação na Psicologia, tive oportunidade de participar do primeiro governo do Município de Belo Horizonte, na gestão do PT²⁶. E aí eu já entro em uma condição de trabalho na gestão pública. Então, eu concluí a minha formação também trabalhando nesse lugar.

Isso foi quando, Carla?

Isso foi no início da década de 1990. A gestão municipal começou em 1993, eu já estava na Psicologia desde 1991.

E quando você foi trabalhar nessa primeira gestão do PT, você foi trabalhar com o que exatamente?

Eu trabalhava em uma administração regional – na lógica de subprefeitura. Ela tinha uma estrutura administrativa descentralizada na área de desenvolvimento social, mas com um objeto muito impreciso ainda. Nesta época, a Assistência Social como política pública praticamente não existia, estava em uma formatação inicial. E, nas regionais, esse setor de Desenvolvimento Social, tinha um pouco de tudo, né? Tinha atuação com a embrionária rede socioassistencial, como as redes de creches, de serviço de acolhimento à pessoa idosa, demanda de habitação, tinha um pouco de tudo... E eu trabalhava nessa área, em um território onde eu já tinha uma história de atuação religiosa e partidária.

Esse período sobre o qual você está nos contando foi logo após a LOAS²⁷...

Sim.

Então, imagino que deva ter tido algum tipo de reverberação no seu cotidiano de trabalho, o fato da Lei Orgânica da Assistência Social ter sido aprovada.

Sim.

Querida que você contasse um pouquinho para a gente sobre isso.

Logo quando a LOAS foi sancionada, de fato, a gente já tinha uma consolidação melhor desse objeto. Nesse período, a gestão municipal divulgava, capacitava e fazia muito material informativo sobre o que era a LOAS, o que era a Assistência Social, o que era o

25. A sigla PT faz referência ao Partido dos Trabalhadores.

26. O primeiro prefeito de Belo Horizonte vinculado ao PT foi Patrus Ananias, que esteve no cargo entre 1º de janeiro de 1993 e 1º de janeiro de 1997.

27. A sigla LOAS faz referência à Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8.742, 1993).

direito garantido na Constituição (que foi regulamentado por essa Lei Orgânica). Eu me deparei com a LOAS neste momento, um pouco pré-sanção e, com a sanção, começamos o que a gente nomeou de implantação inicial da LOAS, que era constituir o Conselho Municipal, o Fundo (para o financiamento) e o Plano Municipal de Assistência Social – os três principais instrumentos para se constituir esse primeiro arcabouço da política pública. Eu participei muito da mobilização para a constituição do Conselho: a gente fez um modelo de conferências prévias, regionalizadas, desenhamos uma distribuição territorial para implantar comissões locais...

Fizemos um desenho mais descentralizado, mais capilarizado, com a formação de comissões locais de Assistência Social, com territórios menores de mobilização de entidades existentes. As demandas de usuários eram representadas por usuários da Assistência, então, a gente organizou uma estrutura bem participativa, e eu atuei muito na mobilização dessa estrutura. Aproveitava os meus contatos religiosos, fazia até participação em homilia de missa de Igreja Católica, domingo de manhã, sábado, divulgando a LOAS, falando sobre a importância dela se constituir no município como política pública e, principalmente, sobre o acesso ao BPC²⁸. Buscava instruir quem tem direito sobre como acessá-lo e, nessa época, isso foi muito importante.

Eu participei deste momento, e aí aconteceu a primeira conferência, que constituiu o primeiro conselho. Fui conselheira do primeiro Conselho de Assistência Social, participei das primeiras atividades que regulamentaram o funcionamento da política pública. E, logo no início desses trabalhos, foi concluída a gestão do município, não houve reeleição. Aí eu deixei de realizar essa atividade específica e migrei para uma outra atividade, mais acadêmica, na PUC-Minas²⁹, com um instrumento de pesquisa sobre exclusão social. Eu continuei no campo da Assistência, porque, na época, eu também participei um pouco da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, que ainda era uma peça muito teorizada, com dados estatísticos e dados já existentes, né? E, no ensejo da avaliação desse Plano, a gente, de fato, constatou que precisávamos ter instrumentos diagnósticos mais qualificados para dar visibilidade à demanda da população por direitos da Assistência Social – os instrumentos ainda eram, vamos dizer assim, os mesmos utilizados pelas políticas, de forma geral, nada muito detalhado. E a PUC se dispôs a fazer o primeiro mapa da exclusão social, seguindo um pouco o modelo da Aldaíza Sposati, de São Paulo. O mapa de São Paulo [Sposati, 1996] tinha sido publicado um pouco antes, então, a gente vai na carona dessa metodologia, com algumas diferenças, mas em uma concepção muito parecida – Aldaíza, inclusive, nos apoiou aqui. Migrei para a área de pesquisa, pós período de gestão, para trabalhar com esses instrumentos.

E aí eu estava no período de conclusão do curso de Psicologia, já com uma criança, concluindo essa participação na gestão do município, dando essa passada pela academia, como pesquisadora na área de informação, até que fiz o concurso, já como psicóloga, e retorno para o município, na condição de psicóloga concursada.

28. A sigla BPC faz referência ao Benefício de Prestação Continuada.

29. A sigla PUC faz referência à Pontifícia Universidade Católica.

Em que ano foi isso, Carla? Você se lembra?

Da minha posse no município, lembro: foi em 2000.

E você entra no concurso para atuar como psicóloga exercendo qual função, em que cargo?

Então, quando eu fui nomeada, eu deveria ter tomado posse na Assistência Social, mas eu já estava trabalhando com essa parte de informações técnicas, e aí a minha posse foi concretizada na Secretaria de Planejamento, porque a avaliação era que eu deveria concluir o que eu estava trabalhando. Então eu continuei nessa atividade talvez por uns dois anos, alguma coisa assim. Quando concluí, fui para a Secretaria de Assistência Social, já na área meio da Assistência, em uma gerência de monitoramento, avaliação e informação. Comecei a trabalhar com os instrumentos diagnósticos de território, o que coincidiu com meu ingresso no mestrado – eu já entro no mestrado em Ciência da Informação. Nesse período do mestrado, eu consolido um pouco essa prática no campo de gestão – início dos anos 2000.

E você falou sobre várias experiências de trabalho – em gestão, em pesquisa – que aconteceram quando você ainda era estudante de Psicologia. Você vê alguma relação entre as aulas que você tinha na faculdade e o que você estava fazendo no seu cotidiano de trabalho?

Eu gostava muito da Psicologia Social, era onde eu me identificava e era o campo teórico que conseguia fazer sentido para as coisas que eu estava fazendo.

E, na época, teve uma mobilização específica aqui, em Belo Horizonte – eu não sei se ela ganhou muita relevância nacional – da Psicologia Comunitária. William Castilho, que era um professor da PUC, e que, se eu não me engano, se formou na UFMG, tinha um grupo que conseguiu fazer um Congresso Brasileiro de Psicologia Comunitária, e parte dos pesquisadores e professores que contribuíram com esse congresso, publicaram livros, apresentaram trabalho oral eram da UFMG. Participei muito das atividades desse congresso, tinha uma pegada com a minha passagem pela Igreja, reencontrei vários padres e conheci vários psicólogos que atuavam nas CEBs¹. A identificação com a mesma trajetória histórica e o link com a Psicologia me deixava muito à vontade. Me permitiu explorar o que eu conseguia adquirir de conhecimento, nessa época, como estudante, em atividades que eu fazia nas comunidades. Essa relação atribuiu sentido para a minha formação em Psicologia.

Como eu atuava/militava em grupos sociais – comunitários, temáticos, como por exemplo, de Direitos Humanos, gênero e outros, e o ponto central da reflexão era o lugar de sujeitos de direito ou o exercício da cidadania –, reconheci a utilidade dos

1. A sigla CEBs faz referência às Comunidades Eclesiais de Base.

instrumentos da Psicologia.

Queria que contasse um pouquinho para a gente por que você acha que, no período em que você voltou para a Assistência, já como psicóloga concursada, a Prefeitura de Belo Horizonte considerava importante ter psicólogos atuando na área de Assistência Social.

Eu acho que houve um primeiro concurso, no início da década de 1990, que formatou dois cargos: um cargo de educador social de nível superior, e um cargo de educador social de nível técnico, nível médio. Esses educadores sociais foram direcionados, principalmente, para a rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua – foi a primeira grande ação da gestão do PT. Nesse período, foi constituída uma rede, predominantemente, estatal, mas também tinha a participação de ONGs². Neste concurso não tinha uma definição precisa de qual profissão ocuparia esse cargo de educador social, e isso abriu um leque muito grande de profissões do campo social. Foi um concurso muito disputado e muito convidativo, permitiu um ingresso grande de psicólogos. Eu não fiz esse concurso, eu ainda era estudante. Mas, lembro-me que teve um ingresso grande de psicólogos nessa época, como educador social. E eles entraram para atuar nos serviços ofertados pelas redes que estavam em construção. Em destaque, a rede que ofertava ações para crianças e adolescentes em situação de rua.

Essa rede foi revista, foi diminuindo a oferta de serviços, porque teve uma crítica à proposta de serviços voltados para a redução de danos para criança e adolescente em situação de rua, já que, na verdade, estava contribuindo para a manutenção dessas crianças nessa condição. Então, houve uma grande revisão desse modelo e esses educadores foram realocados em outros serviços. O período dessa revisão coincidiu com a gestão do Fernando Henrique³, que começou a desenhar uma proposta de sistema descentralizado de Assistência Social, mas a coisa não emplacou muito bem, até o desenho do SUAS. O SUAS passa a ganhar esse formato no início da gestão do Lula. Mas, o debate estava posto em pauta.

Então, eu entro na prefeitura, ainda sem o SUAS, nessa transição da rede de assistência social no município, que buscava tirar o foco da redução de danos de crianças e adolescentes que viviam nas ruas, e pensar outras ofertas de serviços, melhor organizados, estruturados, descentralizados. Quando eu vou para a Assistência Social, para área de informação, monitoramento e avaliação, esse desenho começava a ficar mais definido, e aí já tinha o PAIF⁴, né? – O PAIF é anterior ao CRAS. Esse programa de atendimento integral às famílias já começava a se organizar. Já existia o PAEFI⁵,

2. A sigla ONGs faz referência às Organizações Não-Governamentais.

3. A gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência foi de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Já a de Luiz Inácio Lula da Silva foi de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. Em 2023, ele voltou a assumir o cargo, onde permanecia no momento de realização da entrevista.

4. A sigla PAIF faz referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

5. A sigla PAEFI faz referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos.

que também começou a ser estabelecido enquanto oferta. Então, a Assistência passou por essa transição, e começou a nuclear alguns ensaios do que poderiam ser serviços públicos, estatais, territorializados. Belo Horizonte começou a experimentar essas possibilidades, antes um pouco da migração da equipe para o MDS⁶, né? Eu fiz parte deste momento, estava no município quando o Lula foi eleito e parte da equipe da secretaria de Belo Horizonte passou a compor a equipe do MDS.

Você nos conta que o concurso não era necessariamente para psicólogos, mas para um leque de profissões diferentes. Por que você acha que a Psicologia era uma dessas profissões? O que você acha que se esperava de psicólogas e psicólogos que iam atuar no campo da Assistência Social, naquele momento?

Eu acho que tinha uma clareza da gestão pública de que os fenômenos sociais que, naquela época, eram identificados como objeto da ação estatal – em um primeiro momento, criança e adolescente em situação de rua, e depois foram incluídos outros fenômenos – não eram simples, e que a oferta de serviços não poderia ser limitada à capacidade de ofertar materialmente redução de danos, que os fenômenos, em questão, requeriam equipes técnicas, com capacidade de lidar com todos os aspectos subjetivos, inclusive o desenvolvimento psíquico pelo ciclo de vida, crianças, e adolescentes, idosos, grupo social, como famílias... Então, essas discussões estavam presentes o tempo inteiro.

E o corpo técnico de psicólogos que ingressaram como Educadores Sociais – conheço alguns que estão até hoje na prefeitura, se aposentando, ou aposentados – contribuía muito com a discussão dessas demandas, trazendo elementos dos aspectos psíquicos e do sujeito, das manifestações individuais e coletivas... Os psicólogos contribuíram muito, teve um lugar de saber que foi construído coletivamente com outras profissões, mas que a Psicologia contribuiu de forma importante, né? E aí se construiu uma legitimidade.

Por mais que o cargo nivelasse todos na mesma condição de educador social, a Psicologia tinha algo a agregar, e, a partir desse reconhecimento, e dessa ocupação legítima, vamos dizer assim, os cargos começaram a ser específicos por profissão: esse educador social genérico deixou de existir, foi um cargo extinto, e o concurso que eu fiz, que foi o seguinte, já era direcionado para a Psicologia, assim como para o Serviço Social. Os números de vagas começaram a ficar mais equiparados; então, vamos dizer assim, a gestão municipal reconheceu esse lugar da Psicologia, destinando vagas, e tendo interesse em recrutar, no concurso, o profissional de Psicologia. Estávamos lá, meio que naturalmente também.

Estavam onde? Além dos serviços voltados a crianças e adolescentes em situação de rua, que outros serviços da área de Assistência Social contratavam

6. A sigla MDS faz referência ao então chamado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

psicólogas e psicólogos?

Os serviços ofertados pelas creches, que na época era uma oferta sob à gestão da Assistência Social, e que envolviam a oferta de cuidado de crianças de zero a seis anos. As psicólogas compunham as equipes de supervisão dos convênios, apoiavam o esforço de planejamento dessas entidades com a elaboração do Plano Político Pedagógico que norteava as ações, fazendo uma passagem da oferta centrada no cuidado para uma oferta de serviços que estimulavam o desenvolvimento psicomotor e social. Nestas equipes estavam presentes algumas profissões, mas em destaque pedagogos e psicólogos. Estávamos bem presentes.

Tinha um outro serviço, na mesma lógica do apoio às famílias, que era a oferta de contraturno escolar para criança e adolescente na faixa etária de 7 a 14 anos, também ofertado por entidades não-governamentais. Neste serviço, assim como nas creches, os profissionais de Psicologia faziam parte da equipe de supervisão com as mesmas atribuições. É interessante reconhecer que o profissional de Serviço Social ‘migrou’ para as ofertas de serviços para os idosos. Em todos os serviços as equipes eram multiprofissionais, mas com predominância da psicologia nos serviços para crianças e adolescentes e do serviço social para idosos. Creio que essa dinâmica se deu pela acomodação das profissões na evolução dos serviços... Criança e adolescente era um público que mobiliza a agenda governamental e, que neste processo evolutivo, foi abarcando fenômenos mais complexos, como a violação de direitos – que hoje são os serviços que compõem o CREAS⁷. Os profissionais de Psicologia estavam presentes nestes serviços.

Então, vamos dizer assim, nos serviços que tinham especificidades de desenvolvimento, criança e adolescente, a Psicologia se fez presente por essa trajetória anterior da rede, crianças e adolescentes em situação de rua. Ela conseguiu também se legitimar nos serviços de violência intrafamiliar. A Psicologia também contribuiu muito para pensar metodologias e instrumentos dos serviços de forma geral. Lembro-me dos psicólogos trazendo contribuições da psicologia social, do desenvolvimento, da psicanálise e até da sistêmica. Ocorreram, na época, várias atividades de capacitação e interlocução com a academia. Vários professores da psicologia eram convidados para dialogar com a realidade dos serviços.

E tinha algum tipo de comunicação, troca ou espaço de debate entre essas psicólogas e psicólogos que estavam alocados nesses diferentes serviços? De discussão para pensar o lugar ou as contribuições da Psicologia para esse campo?

Nessa época, não. Com essa organicidade, não. Existia uma identidade profissional, existia um diálogo em uma equipe multiprofissional, a construção de saberes interdisciplinares, multidisciplinares... E começa a ter um sentimento de demanda para construir esse lugar específico da Psicologia, quando a gente começa a perceber uma

7. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

hegemonia do Serviço Social orientando o lugar de fazer da psicologia. A percepção desse movimento ficou clara quando em um determinado momento, início de um ciclo de gestão municipal, nenhum cargo de gestão, de primeiro nível hierárquico, foi ocupado por psicólogo. A gente tinha tido vários momentos em que psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais ocupavam vários cargos de gestão, inclusive, tivemos secretário psicólogo. E teve esse momento em que a secretária era do Serviço Social, e todos os cargos abaixo dela eram do Serviço Social. Foi uma decisão e uma postura de retirada da Psicologia da ocupação do *staff* da Secretaria. Esse foi um momento em que os psicólogos começaram a olhar uns para os outros e falar: “O que aconteceu para a gente não ocupar mais esses cargos?”

Acho que isso, de fato, acirrou uma tensão – se ela já existia, eu, pelo menos, não percebia, não lidava com ela como uma questão. Não sei se outros psicólogos tinham essa mesma vivência, mas o Serviço Social tinha, porque, quando eles decidem não mais colocar psicólogo no primeiro nível da Secretaria, exoneraram todo mundo, e reconstituíram só com assistentes sociais. Literalmente, todas as funções eram exercidas por assistente social, ali foi um marco da relação conosco, um importante marco.

E por que você acha que tomaram essa decisão?

Não sei, Mariana. Tenho impressão de que a Psicologia estava ocupando um lugar legitimamente, estava ocupando com saberes, né? Tinha conhecimentos do arcabouço teórico da Psicologia que estavam contribuindo para estabelecer instrumentos, metodologias de trabalho... Era uma contribuição ampla, que passava por várias abordagens possíveis no campo da teorização e nas práticas da Psicologia. A gente trazia muita discussão teórica, muita gente nova, recém-formada, muitos instrumentos da Psicologia Social e Comunitária – porque a gente tinha essa história da Psicologia Comunitária aqui, em Belo Horizonte, meio “guetizada”, tanto a PUC, quanto a Federal [UFMG], tinham uma formação muito boa nessa área. E eu acho que a gente foi ocupando a cena. Não era possível atuar nos serviços sem dialogar com conteúdos originados na Psicologia. Mas, também, não existia uma organização política direcionada para ‘banciar’ essa ocupação da cena. Éramos muitos, estávamos em todos os lugares e contribuíamos com as formulações necessárias.

E o que que tinha assim, visivelmente? O Conselho Regional de Psicologia já vinha nessa trajetória de adesão ao PT, então, era um braço meio instrumentalizado, focado na política de saúde mental, na luta antimanicomial. O PT já estava na cena como uma orientação superior, acima dos conselhos profissionais, dos sindicatos e imanando orientação para todos. O Serviço Social também com a mesma história, o Serviço Social, enquanto corporação, conselho de profissão, aderido ao projeto de esquerda, do PT, e constituindo também gestões aderidas a esse projeto.

O Serviço Social tinha ferramentas internas partidárias muito mais consolidadas que a Psicologia. A Psicologia foi para a Saúde, vamos dizer assim, essa militância da luta antimanicomial reivindicava atuar na área da Saúde, e o Serviço Social reivindicava

atuar na Assistência Social. Então, a luta da Psicologia, a partir dessas instituições de representação, não se fez presente na cena da Assistência, apesar dos profissionais estarem lá. E o Serviço Social, de fato, se fortaleceu, instrumentalizado pelo Conselho Regional de Serviço Social e pelo partido. Então, era um grupo politicamente muito melhor colocado na cena do que a Psicologia.

Então, nós, na Assistência Social, ficamos lá meio a reboque dessa crescente hegemonia do Serviço Social, né? E essa disputa que aconteceu aqui, em Belo Horizonte, nesse cenário que eu presenciei, assisti, foi transferida para a União, quando essa mesma equipe nucleia também o *staff* do Ministério de Desenvolvimento Social, então, foi para lá a mesma constituição, sabe? A impressão que eu tenho é que a gente perdeu elementos constitutivos de um empoderamento nessa disputa com o Serviço Social, porque o Serviço Social se constituiu enquanto um grupo de um interesse, e se instrumentalizou muito melhor do que a gente para poder estar lá, entendeu?

E você acha que isso mudou com o tempo?

Acho que o que mudou foi a representação dos interesses corporativos na cena da política pública. A psicologia não tinha uma representação bem formatada, apenas contribuía e atuava no avanço da política pública e “perdeu” na disputa corporativa. Na minha avaliação, nem chegou a entender que houve uma disputa e quando começou a entender algo, foi no momento que houve a delimitação do exercício profissional. O que o profissional de psicologia podia ou não fazer nos serviços socioassistenciais. Essa elaboração se deu no MDS, no ensejo do regramento dos serviços. A experiência iniciada em BH⁸, de limitação da atuação dos profissionais de Psicologia, ganhou a proporção de um ministério da União. Era uma disputa velada, pois não se podia vetar a Psicologia, mas podiam fazer restrições à Psicologia por meio da formatação dos serviços...

E qual era a grande dificuldade? Eu acho que, quando se desenha as metodologias da Política Nacional, se desenha o arcabouço dos serviços socioassistenciais e lá se desenhavam possibilidades metodológicas. Acho que a tentativa de produzir essa padronização no Ministério é o ápice das questões teóricas, desses campos epistemológicos, sabe? Porque a tentativa era estabelecer um não reconhecimento de especificidades profissionais, para se ter arcabouços abrangentes. Ao mesmo tempo que era necessário definir a composição mínima das equipes para orientar a constituição dos serviços e o cofinanciamento da União. Neste momento, foi estabelecido a indicação do profissional da psicologia em uma lógica numérica desfavorável – a relação é de 2 assistentes sociais para 1 psicólogo, sempre. Então se faz uma orientação quantitativa clara de hegemonia do Serviço Social, na relação com a Psicologia –, e se faz um veto aos instrumentos, às abordagens teóricas da Psicologia. Assim, não se explicita nada que tenha um saber que pudesse ser interpretado como específico da Psicologia. Aí tem um veto explícito, Mariana. Eu acho que o auge dessa disputa é neste momento.

8. A sigla BH refere-se a Belo Horizonte.

Quando você fala desse veto, você está se referindo às referências técnicas, às normativas...?

Exatamente. Foi estabelecido que, ali, não entrava nada específico do campo da Psicologia. O máximo que eles permitiram na interlocução conosco foi Paulo Freire, esse foi o limite: “Se a gente vai conversar com campos da Psicologia, o autor que nós elegemos como aquele que vai fazer a interlocução com vocês é Paulo Freire.” Esse foi o máximo. Toda a construção que referenciava a autoria, no campo da Psicologia, foi tratada como “Não vamos colocar essa especificidade, senão, a gente vai achar dificuldade no exercício interdisciplinar, de uma equipe que também tem o Serviço Social”. E a gente transitava com os autores do Serviço Social sem crise, sabe? Era tranquilo para a gente debater e construir instrumentos, a partir da reflexão deste campo, mas eles se recusavam a fazer a mesma tentativa de interlocução com o campo da Psicologia, e nos diziam isso, entendeu? “A gente não quer discutir Psicanálise, a gente não quer discutir Psicologia Social, a gente não quer saber desses teóricos de grupos operativos” – a Lucinha Afonso contribuiu muito aqui, em Belo Horizonte, trazendo esses instrumentos de manejo de grupo para pensar essa atuação com famílias. A Lucinha era uma super mentora de um grupo grande de psicólogos aqui, ela era chamada para o debate, e ela deve ter sentido esse veto mais do que a gente até, porque acho que, para ela, isso também deve ter sido mais direto, mais escancarado do que para a gente. Mas a gente percebia, e ela, que estava muito diretamente contribuindo para a produção de conhecimento, deve ter sentido também, né?

A partir do momento em que vocês perceberam que, na Secretaria, não tinha mais psicólogos, e que a Psicologia estava sendo empurrada para “escanteio”, começou a ter alguma forma de mobilização ou de discussão? Como esse debate surgiu dentro da categoria?

Então, eu tenho algumas lembranças de grandes amigos que foram fazendo escolhas de saída, não de resistência, do tipo: “Não dá mais para ser psicólogo aqui, vou pensar em outras opções de concurso onde a Psicologia talvez tenha um lugar melhor definido, institucionalmente”. Então, nessa época, eu acho que teve uma debandada de alguns, e eu me lembro de outros terem tentado forçar um pouco o Conselho Regional de Psicologia. Então, teve uma primeira Comissão de Psicologia na Assistência Social – eu e outros colegas fomos bater na porta do Conselho, e o Conselho, na época, abriu as portas, foi uma gestão intermediária, então, a gente conseguiu fazer isso. Eu lembro que foi realizado um primeiro encontro desta comissão em Minas, em 2008 ou 2009, no auditório da PUC, que é para 800 pessoas, lotou de psicólogos que atuavam na Assistência Social.

Então, o Conselho Regional de Psicologia foi um caminho, mas foi só durante a gestão desse conselho, no período de 2007 a 2009 que foi possível constituir uma comissão específica de Assistência Social, e forçar uma representação na cena política. Na gestão seguinte, já voltou a ser Psicologia e Políticas Públicas. Nesta mudança a política pública de escolha para a representação política da Psicologia voltou a ser a de Saúde.

Esse modelo dentro dos Conselhos de Psicologia, essa representação ampla, não especificando as políticas públicas, mas direcionando a força política para a Saúde, dificultou muito a construção, nessa instituição, de uma comissão/agenda voltada à atuação específica na Assistência Social.

Então, Belo Horizonte teve uma oportunidade, Minas Gerais teve uma oportunidade: culminou em um período de uma gestão específica do CRP, que fez um acolhimento e se constituiu uma comissão. Então, o CRP foi um instrumento – um dos – para que a gente conseguisse criar algum corpo de identidade profissional e fazer uma discussão. E isso só foi aumentando a tensão com o Serviço Social, porque eu lembro perfeitamente que quando a gente fez esse evento na PUC e encheu um auditório só de psicólogos, a equipe do Serviço Social que trabalhava aqui, em Belo Horizonte, já estava no Ministério e foi convidada para fazer abertura, encerramento, e eles se espantaram com o auditório lotado de psicólogos discutindo a atuação na Assistência Social, entendeu? Lembro-me claramente de ter me aproximado das pessoas e ouvir comentário: “Nossa! Vocês encheram um auditório”. E esses eventos foram ocorrendo... Acho que essa demonstração de força possível só agravou a tensão, pois introduzimos na cena uma instituição de representação, fazendo o jogo da institucionalidade das forças políticas, e isso foi uma demonstração de potencial para o fortalecimento político na disputa. Mas, ao mesmo tempo, era também uma apresentação de fragilidade, pois nacionalmente, apenas o CRP de Minas se dispunha participar dessa cena, abrindo esse espaço. Os principais conselhos nos outros estados não tinham essa pauta específica, e o Conselho Federal de Psicologia também não.

O sindicato dos psicólogos de Minas era muito instrumentalizado pelo Conselho Regional de Psicologia, então, não faria nada muito diferente. E a gente teve uma janelinha, uma janelinha pequena, que foi justamente nesse tempo, nesse período histórico. E daí, dessa janela, aqui, em Belo Horizonte, até a NOB-RH⁹, a gente foi em um movimento de resistência, de manutenção, e chegou um momento em que a gente conseguia fazer interlocução. Era uma interlocução mediada pelos autores do Serviço Social. Eu me peguei, em uma época, fazendo isso: para conversar e para conseguir chegar em alguma discussão, no campo da Psicologia, eu tinha que citar e passar pelo campo teórico do Serviço Social, entendeu? Para conseguir abrir possibilidades de diálogo, tamanha era a dificuldade, a ponto de ouvir claramente assim: “Você nem parece ser psicóloga”. E tinha que falar disso para me legitimar, para poder conversar. Era nesse nível.

A constituição dessa comissão e esses eventos sobre os quais você nos contou são posteriores ao SUAS, ou anteriores?

Posterior, logo depois do SUAS.

9. A sigla NOB-RH faz referência à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução nº 269, 2006).

Então, esse movimento vai do começo ali do SUAS até a NOB-RH...

Isso. Exatamente. Eu acho que foi um período aqui, em Minas, em que a gente teve muitas possibilidades de estar na instituição fazendo alguma discussão. Foi até a NOB-RH.

E nacionalmente, você via acontecer também essa discussão ou era uma coisa mais do CRP de Minas?

Nacionalmente, era um modelinho clássico: era Psicologia e Políticas Públicas, a Assistência não ganhava o debate nacional com alguma relevância; não ganhava, não. Era um foco de resistência muito específico. Nacionalmente, a gente só recupera essa possibilidade, em 2014, mas aí já foi um pouco mais adiante da NOB-RH. Aí a gente ganha uma possibilidade de criar, no Conselho Federal de Psicologia, a Comissão Nacional¹⁰, mas até lá, a gente ficou meio fora das instituições, ainda participando, ainda fazendo pressão, mas não ganhando relevância.

Carla, eu queria voltar agora a uma coisa que você falou no começo de nossa conversa. Você nos contou que a sua primeira entrada no campo da Assistência Social, como psicóloga já formada e concursada, foi trabalhando com informação, avaliação e monitoramento. Conta para a gente como era o seu trabalho, o que exatamente você fazia, que dificuldades e potencialidades você encontrava na sua atuação nessa área específica.

Quando foi criada essa área de informação, monitoramento e avaliação, no campo da Assistência, a gente tinha processos informacionais muito, muito precarizados, vamos chamar assim, né? Não tínhamos padronização de informação, de conceitos, de instrumentos de coleta, constituição de bases de dados – aquilo que a Saúde avançou enormemente com a epidemiologia. A gente estava muito longe de pensar modelos informacionais para o campo da Assistência, que passava pela lógica de padronização conceitual, de representação da informação, até a aplicação disso para fazer análise dos fenômenos. Quando eu fui para essa área, o desafio era esse, e o meu objeto de trabalho era a produção de padrões informacionais de coleta de dados, que tinham como propósito instrumentalizar desde o fazer profissional – um instrumento de trabalho de fato –, até tratativas de dados para uma tomada de decisão estratégica, passando por indicadores – indicadores de eficácia de serviços e indicadores de resultado de um conjunto de serviços, de resultados da política pública, que incluíam desde resultados mais objetivos até resultados mais substantivos de impacto. Então, a gente começou a discutir, desde o início, desde como a gente mensura e registra coisas básicas, até a definição conceitual do que era um atendimento.

Então, buscávamos definir esses conceitos, e o que que a gente mensura, e porque a

10. Carla Ribeiro faz referência, aqui, à Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS).

gente mensura, tentando não reproduzir uma lógica de produção da Saúde. A Saúde tem uma lógica produtiva, porque ela vinculou o modelo de faturamento à produção, a nossa lógica não é de financiamento pela produção, e não faz sentido, porque a gente não tem os procedimentos tão objetivados, como a Saúde tem. Mas a gente tem que pensar o que a gente faz, né? O que que a gente produz de atividades, e em que medida esse conjunto de atividades culmina em um processo de produção de resultado, ou não – e essa discussão foi muito intensa.

Quando eu fui para este lugar, da Assistência Social, eu já estava terminando o mestrado, já com muita reflexão sobre os instrumentos de sistemas de informação, agregando o instrumental da gestão pública de monitoramento e avaliação. Já tinha vários autores que faziam, de uma forma geral, essa discussão, e tentei trazer esses autores para ajudar a gente a pensar a especificidade da Assistência. A gente fez até articulação com professores da UnB¹¹, Ipea¹², com a própria Aldaíza Sposati, e tudo mais. A gente conseguiu ter um apoio de consultorias, de bons professores neste campo, o que ajudou a gente a formatar. E eu saio desse lugar justamente nessa intervenção: psicólogo não ocupa essa cena, em primeiro plano. Então foi uma atuação interrompida. Não sei nem quanto tempo eu fiquei, talvez uns três anos, eu fiquei muito pouco tempo nesse lugar. Apesar da intensidade do trabalho, a gente não conseguiu colher frutos disso de uma forma mais direta. Mas, naquele momento, a discussão da padronização conceitual foi muito relevante, e eu acho que a Psicologia contribuiu muito para ajudar a pensar os conceitos. Tinha um psicólogo específico que coordenava essa atividade, ele era o coordenador do que a gente chamou de *Dicionário da Assistência Social*. E aí foi quando eu saí dessa cena, e fiquei um período na Saúde, e aí eu acho que o meu refúgio foi na Saúde, fui muito bem acolhida na Saúde, nesse período, e depois retorno.

Você retorna quando, em qual equipamento ou em qual instância do SUAS?

Fiquei um período pequeno na Saúde, de dois anos, aproximadamente – 2002 e 2003. Eu saio da Assistência Social, de forma definitiva, no município, em 2010, 2011, mais ou menos; faço uma breve passagem pela área da cultura, e continuo fazendo a discussão da Assistência, no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, mas o meu vínculo profissional com a Assistência não estava mais estabelecido, no município. Era um incômodo enorme para mim ter sido convidada a apoiar a discussão da Psicologia na Assistência Social, tendo essa trajetória de ruptura, não estando mais, em Belo Horizonte, nesse lugar. Apesar de ter um acúmulo e de poder contribuir a partir desse acúmulo, eu não me sentia legítima, era algo que me incomodava profundamente, né?

No período em que eu participei da CONPAS, eu fiquei em um lugar de desconforto, e, apesar de todo desconforto, eu estava justamente no lugar da resistência dessa representação, né? Foi a contradição que me moveu para esse lugar, talvez.

11. A sigla UnB faz referência à Universidade de Brasília.

12. A sigla Ipea faz referência ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Conta um pouquinho para a gente sobre a tua experiência na CONPAS, e sobre essas estratégias de resistência que vocês encontravam.

Pois é, a CONPAS, eu acho que foi o ápice da institucionalidade dessa identidade. E não precisou fazer muitos movimentos para uma adesão gigantesca, porque a CONPAS entra na cena com a NOB-RH já dizendo da participação da Psicologia em equipe mínima, com um número grande de psicólogos sendo contratados pelas prefeituras e com parte dos profissionais reafirmando essa estranheza, desse fazer profissional que não foi ensinado na faculdade – essa era a fala, né? “Então, tem alguma coisa que eu tenho que fazer aqui, que é muito diferente do que eu aprendi na faculdade”, e essa fala ganhava ressonância neste ambiente hegemônico do Serviço Social, vamos dizer assim: “Psicólogo não sabe o que faz, não tem instrumento para fazer, a gente tem que ensinar a trabalhar”. Ao mesmo tempo, parte dos profissionais de Psicologia reafirmava: “O que que a gente está fazendo aqui? O que que a gente vai fazer? A gente não pode atender”, isso era dito, né? Não podia falar a palavra clínica, porque as palavras clínica e atuação terapêutica eram proibidas. Entender o proibido e o permitido era uma questão difícil de manejar e potencialmente fragilizadora da psicologia no SUAS. Mas, altamente mobilizadora dos profissionais.

Então não foi difícil mobilizar. Quem estava trabalhando tinha muito interesse em discutir isso. Então, a gente conseguiu fazer uma mobilização muito grande. O Conselho Federal era irradiador, potencializador dessa organização nos conselhos regionais, muitos conselhos regionais com resistência de reproduzir esse modelo de especificidade, mas muito constrangidos com a entrada em massa dos psicólogos na cena; aderiram a agenda específica da Assistência Social. A gente chamava reuniões regionais, fazia eventos do Conselho Federal, lotava. Então, os conselhos regionais ficavam constrangidos de não fazer o acolhimento também. Eu acho que foi um momento muito importante, que deu uma “arrombada de porta”, nessas comissões de políticas públicas, e os psicólogos entraram. E, na época, começou a ampliar a oferta de cursos e especialização voltados para esse campo. Por repercussão, essa área de atuação específica foi mais bem compreendida e formatada para ser abordada na graduação

Eu acho que foi um grande facilitador abordar essa política pública durante a formação, o que, de fato, a gente não tinha. Na minha formação, a única política pública que eu estudei foi a de Saúde e Saúde Mental, muito especificamente, mas nenhuma outra política pública era abordada.

Lembro que a Lucinha Afonso dizia assim: “A gente tem todos os instrumentos e a formação teórica para forjar nosso exercício profissional em qualquer área das políticas públicas”. E eu acho que esse momento, na CONPAS, foi um momento em que a gente queria abrir as portas para dar uma arejada, para dizer para o Serviço Social: “Tem espaço de acolhimento, os conselhos regionais podem ser espaço de acolhimento, a gente pode fazer um trânsito com vários centros de formação, para nos ajudar a pensar esses instrumentos”. E eu lembro que no Brasil inteiro teve uma oferta grande dessa condição, e a gente trabalhou muito no eixo formativo, nos debates, para abrir essas questões para a discussão.

Como você descreveria esse projeto? E quais são as contribuições da Psicologia para ele?

Se a gente entender o objeto da Assistência como a oferta de proteção socioassistencial a uma população que está privada de acessos, e se considerarmos a construção subjetiva que essa privação produz – porque a gente não está falando só de uma materialidade para vida, obviamente que essa materialidade escassa, não disponível, não acessível, é extremamente danosa, mas tem uma construção subjetiva para a vida a partir desse dano, a partir desse não acesso –, a Psicologia apoia a compreensão desse fenômeno, e a instrumentalização dessa política pública.

Além dessa camada mais abrangente, que é a pobreza, a exclusão, a apartação social, a gente tem todos os outros elementos que levam as pessoas, principalmente os grupos, aos processos de violação de direito. Então, no campo do atendimento sociofamiliar e das famílias violadoras de direito, a Psicologia, com certeza, contribui muito para a compreensão dos fenômenos e a instrumentalização dos serviços, porque não bastava só estabelecer instrumentos para acessar materialmente aquilo que poderia dar suporte às famílias, as questões estão para além da capacidade ou do que seria a reparação de dano, ou o que seria o provimento dos acessos.

Acessar renda, acessar alimentação, acessar serviços públicos de saúde, de educação, não era e não é suficiente para capacitar famílias para o exercício protetivo. A compreensão dessa função social da família, e da relação dessa família, enquanto grupo e indivíduos, com os acessos necessários é mediado pela subjetividade, inevitavelmente. O arcabouço teórico com condição para apoiar a compreensão dos fenômenos subjetivos, e de apoiar as famílias em uma reflexão, na elaboração de uma compreensão sobre esses sujeitos, os que precisam ser protegidos, os sujeitos que violam os direitos dos mais vulneráveis, a compreensão da vulnerabilidade enquanto condição humana, que envolve ciclos de desenvolvimento, pode ser encontrado na Psicologia. Por essa razão a Psicologia está presente nesta política pública e apoiou muito o avanço dos instrumentos de atuação dos diversos profissionais.

E eu não tenho dúvida de que os instrumentos do Serviço Social, nesse momento, não eram suficientes, precisava, de fato, da Psicologia na cena. E ela entrou e ocupou. E ocupou muito bem ocupado, com esse saber, só não podia citar um autor da Psicologia, mas estávamos falando de processos subjetivos, sim. Essa reflexão a gente fazia, não podia falar que a ação era terapêutica, não podia falar que era uma visão clínica de uma situação, e a palavra subjetivo tinha que ser aplicada muito bem contextualizada, mas nosso objeto era esse, e a gente sabia que era esse.

Você acha que isso mudou, hoje?

Eu não consigo opinar, Mariana. Já tem algum tempo que eu não faço mais a interlocução com a Assistência Social. Minha última passagem nesse campo foi uma aula, na PUC de

Poços de Caldas, e ali eu, de fato, encerrei – isso já deve ter uns quatro anos ou mais. Porque eu ainda tinha interlocução com os alunos, mantive uma interlocução com os alunos nas especializações em que eu fui convidada a dar aula, e eles estavam na prática, trabalhando, e a gente fazendo as reflexões, em sala de aula. Até esse momento da aula, eu mantinha ainda alguma capacidade de fazer uma leitura do campo, hoje, eu não sei mais como está a situação atual. Essa, eu não vou poder te ajudar, não consigo opinar.

Imagina! Está ótimo. Carla, eu queria só voltar a uma questão que você trouxe lá no começo da sua fala, quando você nos conta que começa sua atuação na área de Assistência, como psicóloga concursada, no começo dos anos 2000, mas logo depois começa a implementação do SUAS. Como foi esse processo de transição e em que medida ele afetou o seu trabalho?

Olha, nessa época, eu estava na área de monitoramento, avaliação e informação; a equipe da Secretaria foi alterada, porque migrou para o Ministério de Desenvolvimento Social. Na época, o Ministério demandava várias atividades, oficinas, e a equipe de Belo Horizonte contribuiu muito com o desenho do SUAS, espelhando o modelo da Saúde. Eu acho que todos nós bebemos deste modelo, é um modelo que fez, vamos dizer assim, uma organização de oferta pelos entes federativos, que fazia sentido: município, estado e a União. A União como fomentadora dessa ação nos municípios.

Esse modelo permitiu que você fizesse a implantação. No início, quando o Ministério estava fazendo isso, era tudo muito rápido: em um ano, a gente teve a Política Nacional [Resolução nº. 145, 2004], no seguinte, a gente já tinha NOB [Resolução nº. 130, 2005], um pouco depois a NOB-RH [Resolução nº 269, 2006], a tipificação [Resolução nº 109, 2009]... Tudo isso em um período curto, talvez de quatro, cinco, seis anos, a gente teve a formatação da Política Nacional toda como sistema. A equipe de Belo Horizonte participou – eu participei, particularmente, dessa discussão sobre território: informação, diagnóstico, identificação dos territórios mais vulneráveis para fazer a oferta da proteção básica. Participei de oficinas no Ministério, participei de atividades de conferência, e, em Belo Horizonte, a gente fez um instrumento, que foi muito interessante: a gente fez um instrumento de territorialização dos territórios da Proteção Social Básica, com diagnóstico dos territórios mais vulneráveis, e com uma quantificação que sinalizava a necessidade de CRAS. A gente tinha talvez 15, 16 CRAS e a gente sinalizava uma cobertura ótima com 70 CRAS, alguma coisa assim. Teve um prefeito que pegou este instrumento e falou “Vou implantar 35 CRAS”, e ele foi eleito e seguiu a orientação territorial que a gente ranqueou. Isso foi um avanço, porque o que a gente tinha? Até então – mesmo na gestão de esquerda do PT ou de governos que o PT compôs –, a definição do território para implantação do CRAS era orientada apenas por escolha política.

Quando a gente fez o diagnóstico e classificou do território mais vulnerável ao território menos vulnerável, a gente pôde mensurar a cobertura da oferta de serviços de proteção social básica. Essa mensuração de necessidades e oferta permitiu ranquear os territórios para serem priorizados pela intervenção da política pública. Um prefeito assumir

esse instrumento no planejamento de seu projeto disputado na eleição foi muito gratificante, porque a gente desconstruiu um modelo de uma visão instrumentalizada pelos partidos políticos, pela influência de vereadores e colocamos na mão da população um instrumento que os próprios conselheiros, na época, utilizavam o tempo inteiro para referenciar: “Falta no meu território um CRAS, a própria Secretaria está dizendo que o meu território é vulnerável e não tem CRAS...”. Então, a gente conseguiu fazer essa informação ganhar esse nível de apropriação, que qualificou o controle social e a reivindicação, a ponto de ter virado um objeto de atenção de uma proposta à candidatura do município.

Esse prefeito assume e dobra a rede de CRAS. Ele não atinge o ápice do ótimo – óbvio, que nenhuma gestão atingiria. Mas ele implanta, ele expande concurso, ele efetiva equipes de concursados, ele investe em prédios físicos, que eram todos muito ruinzinhos, muito mal-arranjados. Acho que, de todas as contribuições, na minha época – foi bom você retomar isso, porque eu estava até esquecendo –, essa construção da territorialização foi muito interessante. Eu estava coordenando a equipe, na época, que tinha geógrafo, que tinha serviço social, que tinha mestrando em formação espacial, que tinha todos os saberes necessários, mas eu era coordenadora dessa equipe, como psicóloga.

Bacana, Carla, quando você acrescenta esse “como psicóloga”, em que medida você acha que a Psicologia contribuiu para a construção desse olhar para o território?

Talvez pudesse ter contribuído mais, Mariana. Esse instrumento específico era muito quantitativo, ele era tratamento de dados demográficos no território, cartográfico mesmo – no mapa. Mas quando a gente pensou na lógica toda da sua aplicação, ele deveria também se transformar em um mapa falado, em um mapa que possibilitasse emergir naquela comunidade, naquele território, outras informações, que poderiam ser apropriadas pela comunidade, além da aridez dos indicadores – os indicadores, de fato, eram muito áridos.

Só que a instrumentalização para conseguir dar esse passo seguinte dependia muito da nossa capacidade, enquanto uma equipe de nível central, de chegar nessa capilaridade. Ela passava pelo CRAS, passava por onde tinha alguma forma das equipes chegarem. Passava pela interlocução com os grupos comunitários, sociais... Eu acho que a Psicologia tinha algo, mas eu acredito que esse passo, a gente não conseguiu dar, pelo menos não na minha época, neste lugar. Apesar de pensar nele como algo que fazia muito sentido para nós, a gente concluiu um instrumento dos indicadores, da formalidade técnica, da revelação daquilo que a estatística oficial reconhece. A gente não conseguiu ir para além disso; talvez a contribuição da Psicologia aí não tenha sido, neste momento, o mais relevante, não sei.

Carla, você comentou que você participou também de oficinas, espaços de debates no MDS, participou de conferências... Conte para a gente um pouquinho

sobre essa experiência.

Pois é, na época, o Ministério estava tentando avaliar experiências bem-sucedidas (ou existentes) de diversos municípios que poderiam ser agregadas como instrumentos que ele recomendaria, dentro da formatação da política pública. Eu participei de discussões, porque esse instrumento da territorialização foi muito bem-sucedido aqui, em Belo Horizonte. Mas o debate era meio de fachada no MDS. Estava dado que o que estava legitimado era o grupo da Aldaíza [Sposati], sem muito espaço para outros. Acho que isso também era uma questão: estávamos lá, mas não mais para ser escutados. Eu acho que a fase na qual se tinha demanda para entender a contribuição da Psicologia – e a gente entrou nessa demanda –, já tinha esgotado; estávamos, neste momento, na fase: “Precisamos da Psicologia compondo a cena, mas, já está tudo desenhado”.

Quando você diz que já estava tudo desenhado, mas que o discurso oficial ainda era “Precisamos da Psicologia”, diziam que precisavam da Psicologia para quê?

Porque, de fato, nas equipes de trabalho, a Psicologia era muito relevante. A constatação de que “Nós não vamos longe sem a Psicologia” já existia. Assim, o lugar que nós ocupamos para poder dar conta da complexidade dos fenômenos de cobertura da política de Assistência Social, nós ocupamos, legitimamente – isso estava dado não porque nos foi permitido, porque existia uma demanda, e o saber da Psicologia contribuiu para pensar soluções para essa demanda. De fato, nós ocupamos, mas o teto foi estabelecido para essa contribuição.

Então, estávamos nas equipes mínimas, está lá previsto a participação do psicólogo, e a cena tinha que continuar mantendo esse lugar e essa representação, mas não mais para fazer uma construção para além disso. O teto foi posto, entendeu? Não tinha como nos retirar formalmente, não tinha como nos retirar, de fato, porque a nossa contribuição estava consolidada, identificada, legitimada como necessária, mas também não poderia dar muito espaço porque a disputa poderia chegar neste grupo hegemônico oficial.

Ser convidada e participar de atividades do ministério, depois da elaboração da TNSS [Resolução nº 109, 2009] e da NOB-RH [Resolução nº 269, 2006] era muito mais para poder legitimar a cena do MDS, pois tudo que derivou disso não foi para a ampliação da atuação da Psicologia, tudo que derivou disso já estava desenhado. Hoje, a sensação que eu tenho é que se a Psicologia tivesse a verdadeira compreensão da relevância que ela teve na construção dessa política pública, talvez conseguisse fazer a disputa de uma forma melhor, e apresentar de uma forma mais direta os questionamentos: “Por que não vamos ocupar lugares no *staff* da política pública? Por que que nós não podemos ser secretários? Por que nós não podemos estar nesses diversos lugares, na gestão da política pública?” Porque a fala era “Esse lugar é do Serviço Social, quem tem que ser secretário é o Serviço Social, quem tem que ser gestor da política pública...” Os maus gestores psicólogos eram julgados por serem psicólogos, mas os maus gestores assistentes sociais eram julgados como equivocados. Essa narrativa foi normalizada e

reforçou o “empurra para fora” que a psicologia sofreu.

E, Carla, queria trazer para a nossa conversa uma frase que muitas vezes a gente ouve por aí, que é aquela ideia de que psicólogos “caíram de paraquedas” na Assistência Social. Eu queria que você comentasse o que você pensa sobre essa frase.

Eu acho que ela nasce do falso *gap* da formação, que não abordava de forma explícita esse campo de atuação profissional. A impressão que eu tenho é que muitos psicólogos falaram e repetiram essa frase, e me incomodava profundamente quando eles falavam isso. Me incomodava enormemente quando o Serviço Social e outras profissões falavam, mas eu relevava, pensava que, talvez, estivessem falando isso por não conhecerem. Então, não é tão absurdo, mas quando os psicólogos falavam isso, eu ficava extremamente incomodada, e talvez fosse um incômodo pouco elaborado, da minha parte. Com o tempo, consegui ir elaborando, e eu fazia isso muito em sala de aula, assim: “Gente, vocês podem não ter tido exatamente uma disciplina chamada ‘Assistência Social’, ‘Psicologia e Assistência Social’, na formação; mas o fato de não ter tido essa disciplina não retira de vocês a capacidade de compreender a Psicologia, enquanto um campo epistemológico de saber e usar os instrumentos que vocês aprenderam a partir desse campo em uma prática profissional. Compreender isso em um contexto de um objeto de uma política pública que tem como sujeito essa população apartada de acessos e com direitos violados, e em uma oferta de apoio e de suporte a essa população – seja ela para reparação de danos, seja ela para fortalecer vínculos, para criar identidade social e construção subjetiva da superação dessas privações – pensar essa passagem da Psicologia para este campo de atuação não requer muito além do que vocês já adquiriram na formação. Vocês não precisam se formar novamente para poder dar conta disso, vocês precisam é, de fato, superar esse *gap* que demanda a cartilha de como fazer. Superem a necessidade da cartilha e vamos fazer uma reflexão do que nós já temos e podemos contribuir”.

Então, não tem essa de “o paraquedas não abriu, eu me esborachei no chão”; e eu não entro de graça, caindo do céu. A gente tem formação, a gente tem capacidade de fazer reflexão teórica, a gente tem capacidade de pensar os instrumentos aplicados em uma realidade, em um contexto, em uma condição de operação, a gente tem é que se empoderar nessa condição.

E assim, eu sempre fui muito reativa a essa frase, sabe, Mariana. Quando era dita por psicólogo, eu ficava muito brava, eu ficava muito possessa, eu ficava muito reativa, assim: “Gente, para com essa bobagem! Não caímos de paraquedas, porque sempre estivemos lá, e não estivemos lá por concessão, sempre estivemos lá porque contribuímos, e essa contribuição é reconhecida; e não é uma contribuição individual, é uma contribuição de um conjunto de trabalhadores que estavam nesse lugar de fazer profissional, e, dessa forma, a gente não caiu de paraquedas”. Não precisamos ter disciplinas necessariamente... Óbvio que a disciplina ajuda muito, óbvio que a disciplina desconstrói as fantasias, te coloca lá com a materialidade de uma normativa,

de uma política pública, te ajuda a entender e te dá, vamos dizer assim, o mapinha da navegação. Óbvio que isso, em uma formação, contribui enormemente, mas não a ter não é impeditivo, nunca foi. O que era impeditivo, eu acho, era a própria fantasia que o psicólogo criou desse lugar, e a própria ambiência de estabelecer o teto, e aí esse teto era estabelecido por um outro, que não era psicólogo. E elaborar esse fazer com um teto era algo de receio.

Eu não posso falar “clínica”, eu não posso falar “terapêutica”, eu não posso dizer que eu vou fazer atendimento, eu não posso fechar a sala... Tinha lugares em que o psicólogo não podia fechar a sala de atendimento: “O que que ele está fazendo com alguém, sozinho, em uma sala?” – olha a lógica e o grau de avanço de limites que foi dado a esse fazer profissional. E aí esse limite criava um constrangimento, de fato, para esse psicólogo recém-formado, que estava entrando, e que estava nessa ambiência altamente restritiva, altamente normatizada, altamente oficializada. “E o que que eu faço então, se eu não posso falar, se eu não posso fazer, se eu não posso...?” Eu acho que essa frase foi mais um elemento desse discurso oficial, que tentou, de fato, recontar a nossa história de um jeito estranho – eu acho que eu vou usar a palavra estranho, para não usar outra, entendeu? Muito ruim.

E, Carla, você trouxe uma série de contribuições da Psicologia para a Assistência Social, como política pública. E você acha que a inserção maciça de psicólogas e psicólogos nessa política também, de alguma forma, contribuiu para mudar a Psicologia?

Eu não sei se eu consigo avaliar isso, Mariana, porque, do ponto de vista de como a Psicologia avançou nesse período, eu não tenho muito acesso. Meu limite foi no campo do ensino, mais especificamente na especialização. Eu não tive um vínculo acadêmico para entender isso, mas eu acredito que as profissões e a formação passam por essa dinâmica de mercado, né? Quando essa reserva de mercado, pela equipe mínima, abriu um espaço de contratação nacional gigantesca, eu acredito que as escolas tenham feito alguma reflexão nesse campo. Eu acredito que tenha movimentado.

Está ótimo, Carla. Queria só, antes de encerrarmos, perguntar se tem mais alguma coisa que eu não tenha perguntado, mas que você considere importante comentar, ou que você gostaria de acrescentar.

Não. Eu sou uma falante, né? Acho que eu falei tudo, e foi uma ótima oportunidade para recordar e elaborar algumas vivências.

E, para a gente, foi, sem dúvida alguma, uma contribuição superimportante, Carla. Eu te agradeço, mais uma vez, pela tua generosidade, pela tua disponibilidade de vir conversar com a gente.

Para começar, queríamos que você se apresentasse. Quem é a Carmem Senra?

Olha, eu sou uma carioca do brejo [risos]. Sou nascida em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, Carmo – quem nasce no Rio, capital, normalmente, é carioca da gema e lá, no interior, é do brejo. Fui criada no interior do Estado do Rio, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Fui criada em uma vila de funcionários da Light, que é a companhia de energia elétrica do Rio de Janeiro e, depois, na adolescência, me mudei para Minas Gerais, para uma cidade próxima, Além Paraíba. Aos 15 anos, em busca de um estudo mais reforçado para o vestibular, me mudei para o Rio de Janeiro. É assim que eu cheguei ao Rio. É lá que eu fiquei e é lá onde fiz a minha escolha profissional pela Psicologia e pela UFRJ.

A UFRJ foi um caso de amor – não pelo curso, mas pelo campus da Praia Vermelha (sabe aquela coisa que bate no coração, que você fala assim: “É aí que eu quero estudar!”?) E aí foi. Então, me formei no Rio de Janeiro e fiz Psicologia. Logo na sequência, vim para Campinas. Estou em Campinas há mais de 25 anos, então, eu já me tornei um pouco campineira. Então, eu sou uma pessoa de algumas moradas, de mudanças ao longo da minha vida, mas não na opção profissional, porque eu fiz a opção pela área da Assistência Social e é nela que eu permaneço desde então. Sou mãe de um casal de gêmeos, que hoje estão com 15 anos, que fazem parte dessa trajetória, desse crescimento. Sou casada há 25, quase 26, anos com o namorado de adolescência. Estamos juntos até hoje e somos uma família que reside aqui, em Campinas. Acho que isso é um pouquinho de mim.

Você falou que sua entrada na Assistência Social foi há muitos anos. Como se deu essa entrada? Quando ela aconteceu?

Minha entrada na assistência social está relacionada com essa história de vida pessoal. No curso da UFRJ, a gente tinha poucas opções. Se olharmos para o cenário de hoje, de SUAS, de disciplinas que foram se ampliando, não existia nada disso. Existia Psicologia Social I e II. Psicologia Social I me marcou muito: essa foi a única disciplina que eu abandonei na universidade, porque não fazia sentido, acho que em função da forma como o curso era estruturado, baseado nas aulas daqueles manuais de Psicologia, que não tinham a ver com a nossa realidade. Não fez sentido, não deu liga, e foi a única matéria que eu abandonei. E aí eu tive que voltar depois, porque era obrigatória, e

13. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 16/01/2022, no salão de festas do condomínio da entrevistada, em Campinas-SP. Além de Carmem Senra, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista) e Karoline Ruiz (responsável pela captação audiovisual da entrevista).

concluí a disciplina. Na segunda vez que a cursei, não fez tanto sentido também, foi mais para cumprir tabela, aquela questão dos créditos. Quando me formei, em 1996, eu morava no Rio de Janeiro e já namorava o meu marido. E daí vêm aqueles dilemas da vida, e uma noção que eu tive foi: “Se eu arrumo emprego aqui, eu arrumo problema para o meu relacionamento”. Então era hora de grandes decisões. E aí eu brinco que eu fiz um combo: eu me mudei, casei, formei. E aí eu vim para Campinas, onde eu não tinha família, não tinha conhecidos. Então, imagine você recém-formada, em uma cidade em que você não conhece as pessoas... Você não tem referências para ir em busca de oportunidades. Me perguntava: “por onde eu começo?” E assim fiquei por quase um ano. Cheguei a clinicar na clínica de um amigo médico, então cheguei a ensaiar uma clínica. E, aí, eis que surge, no final do ano de 1996, o concurso público aberto para a área de Assistência Social. E fui fazer o concurso público não porque era da área da Assistência Social, mas porque era um concurso público e era uma chance de emprego, de um lugar estável. Me dediquei a estudar para as provas, porque eu não tinha nenhum vínculo empregatício, tinha a carga horária totalmente disponível, morava ao lado da PUC-Campinas, que era na região central, então, tinha uma biblioteca à minha disposição. Passei no concurso e era na Assistência Social. É aí que eu entro na Assistência Social, e é aí é que eu começo a descobrir o que é esse lugar. Mas eu não diria que foi “Ah, é porque era uma opção”, ou que eu estava convencida de que, ao me formar, era por esse caminho que eu seguiria. Não foi por isso. Foi uma oportunidade que apareceu e aí fui.

E o que era a Assistência Social em Campinas, em 1996?

Olha, após a aprovação no concurso, a gente passa por aquela burocracia da convocação. E, aí, na escolha de vagas, fui começar a entender isso que você está me perguntando. De cara, eu vi que nós éramos 20 psicólogos chegando na prefeitura. Na escolha de vagas, foi apresentado um pouco da Secretaria de Assistência Social, então, foi onde comecei a me situar. O forte, naquele momento, em Campinas, era o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, que era o Renda Mínima da época, que começou em 1995. Então, era o carro-chefe da Secretaria, mas a Secretaria estava muito estruturada, os programas, os serviços estavam alinhados ao ECA¹⁴. Então, eram programas muito voltados à defesa e à proteção dos direitos da criança e do adolescente; tinha um departamento, inclusive, que era da família e da criança e do adolescente. Então, todos os programas que já existiam ali tinham essa característica, que se assemelha um pouco ao que, hoje, a gente chama de alta e média complexidade. E Renda Mínima se assemelha mais à proteção social básica. É possível, hoje, fazermos essa correlação, mas quando cheguei, eu vi uma Secretaria que estava estruturada com esses serviços. Os psicólogos foram convocados para trabalhar com assistentes sociais, então, essa característica já estava também muito impressa ali, de que seria um trabalho em duplas, articulado. Depois, eu fui conhecendo a Secretaria mais por dentro. Mas me lembro de que, na seleção, já ficou muito visível o que era, até para que pudéssemos fazer as escolhas. Mas eu conhecia

14. A sigla ECA refere-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.060, de 13 de julho de 1990).

muito pouco da cidade, não sabia nem escolher para onde ir: “Para onde eu vou? Que vaga escolho?” E, aí, me lembro que, na época, escutei alguém falando “Ah, a região leste é próxima do centro”, que era onde eu morava. Falei “Ops!”, captei assim, e fui para lá, até começar a conhecer por dentro o funcionamento dos serviços e fazer outras escolhas a partir daí.

Esse concurso que contratou 20 psicólogos para atuar na Assistência Social, em 1996, não era muito usual, na época....

Não era.

E por que você acha que, naquele período, consideraram importante ter psicólogos atuando nessa área?

Acho que tem a ver com essa lógica do trabalho a partir do ECA, porque a Prefeitura de Campinas já tinha – pouquíssimos, mas tinha – alguns psicólogos atuando na Assistência, então não era algo que a gente ia inaugurar. Isso já vinha acontecendo. Acho que viram que dava certo e fizeram uma aposta – tanto que, na lei do Renda Mínima, o modelo para o atendimento já previa essas duplas. Quando eu entrei, tinham vários profissionais que trabalhavam na Prefeitura, mas com contrato, então, eles não eram concursados. Em 1996, é feito o concurso público e essa leva de 20 psicólogos entra em um momento em que profissionais estão saindo, e a gente chega enquanto concursados. Esse foi um momento delicado porque, afinal de contas, você está chegando com colegas saindo. Colegas que gostariam de ficar. Esse caráter inovador que você está trazendo não se dá em função da quantidade [20 psicólogos contratados de uma vez para atuar na Assistência Social]. Realmente, era inusitado para o Brasil, mas Campinas já vinha nesse caminho. Desde 1992, 1993, isso já era experimentado. Então, não inaugura com o meu concurso, mas se amplia com a nossa chegada. Até nos congressos de que, logo depois, fui participar, você via que essa era uma realidade realmente que se destoava, a de ter Psicologia na Assistência.

E o que você acha que era esperado dos psicólogos e das psicólogas que foram atuar na Assistência?

Ainda era um caminho meio vago. Já havia uma experiência de atuar juntos, mas, talvez, ainda estivéssemos naquele momento em que nós, psicólogos, éramos meio que “marca d’água”, sabe? Isso apareceu muito na minha pesquisa de mestrado [Senra, 2005]: a figura do assistente social como o protagonista dessa política e a gente chegando para compor, para contribuir com o olhar da Psicologia, né? Então, ainda era vago. Ao mesmo tempo em que era vago, o campo estava aberto para você construir a sua prática. Eu não posso falar, por exemplo, que eu vivi limitações por conta da minha formação. Pelo contrário, desde o início, eu pude explorar muito esse fazer e não ser tolhida pelo “Ah, isso é do assistente social”, “Ah, isso não”. Então, de fato, Campinas, nesse período,

era um cenário favorável para a atuação na Assistência Social. Acho que o município vivia uma efervescência de construção dos programas, dos serviços. E aí, posso falar por mim, percebi uma abertura para a construção do fazer, sabe? Eu, recém-formada, chegando na Assistência Social, estava nesse processo de descoberta, mas a política ainda não estava instituída como hoje. Como profissional, a gente foi se fortalecendo nesse estar ali. Então, acho que tem esses dois caminhos: não tinha muita definição do que era a assistência social, mas, ao mesmo tempo, você podia ser, você estava ali, né?

Você falou sobre o trabalho em duplas. Seu trabalho era sempre realizado em conjunto com assistentes sociais?

Olha, quando eu entrei, fui para o Renda Mínima, né? Então, minha experiência inicial, de um ano, foi nesse programa. No Renda Mínima, infelizmente, não tinha assistente social, ou não tinha vontade política... Na época, não foi chamado assistente social para compor comigo a dupla; então, durante esse um ano de Renda Mínima, eu fui a dupla, né? Mas a convivência com assistentes sociais acontecia. A gente dividia um salão em que estavam os assistentes sociais e os psicólogos, então, convivíamos com todo mundo. Minhas atividades, que eram os grupos com famílias, eu desenvolvia sozinha, sem ter a parceria do assistente social, mas por uma questão mais política do que de previsão mesmo. O que estava previsto para o trabalho era a atuação em duplas. E todo mundo ali trabalhava assim: iam para os grupos em duplas, faziam todo o trabalho de atendimento em duplas... Eu era exceção porque, nesse período, estava tudo estruturado a partir do trabalho em duplas. Por exemplo, no Renda Mínima, eram 15 grupos com famílias – acho que, no máximo, 15 famílias por grupo –, então, um período do mês era todo tomado pelo desenvolvimento desses grupos. Você planejava as atividades desses grupos e, no final do mês, tinham questões burocráticas para resolver, porque era um programa de transferência de renda. Na época, a renda era transferida por meio de um cheque impresso e você tinha que prestar contas, né? Então, tinha a parte administrativa, burocrática. E, na gestão, a gente já tinha um trabalho de supervisão feito pela própria coordenação do programa, que consistia basicamente na discussão de casos. Então, para os casos identificados nos atendimentos em grupo que precisavam de um olhar mais atento, ou que demandavam a discussão de algum encaminhamento, a gente tinha esse espaço na gestão, que era coordenado por uma assistente social, e do qual participavam as duplas do Renda Mínima, psicólogos e assistentes sociais. Então tinha esse trabalho funcionando muito em conjunto. E a gente tinha também, mensalmente, aquilo que a gente chamava, na época, de reuniões de integração. Em Campinas, são cinco regiões administrativas e essas reuniões de integração reuniam as duplas de todas as regiões para discutir vários temas: desde profissional que vinha para uma espécie de formação, até uma integração realmente dessas equipes. Então, tinha um trabalho articulado realmente.

Você comentou que o trabalho do Renda Mínima lembra um pouco o da

Proteção Básica de hoje. Quais são as principais semelhanças e diferenças que você encontra entre esses dois momentos?

Olha, nas correlações possíveis, podemos dizer que era uma transferência de renda e a proteção básica tem isso muito forte, né? Embora eu sempre fale: transferência de renda é benefício, não é exclusividade, no SUAS, da proteção básica, mas esse é um lugar onde ela acontece fortemente. Eu desenvolvia grupos na comunidade, então já tinha esse aspecto de território – era ainda meio embrionário, mas a gente já ia na comunidade, conhecia os equipamentos dos locais onde as famílias viviam – o que é diferente de fazer um grupo em que as famílias vão ao equipamento. A gente se deslocava pelo território e fazia os grupos em diferentes espaços, desde salão de igreja até OSCs¹, o que dava uma proximidade. As famílias eram selecionadas em função de sua vulnerabilidade socioeconômica para integraram o programa de transferência de renda; a gente visitava essas famílias (muitas vezes, para incluí-las no programa); participava de reuniões de discussão de casos; buscava articulação da rede... Então há muitos elementos que se assemelham ao que se tornou depois a proteção social básica. E quando a gente identificava casos que demandariam alguma atenção especial, por exemplo, quando havia uma questão de violência de gênero ou doméstica, a gente discutia nas supervisões o encaminhamento para outro serviço da Secretaria – onde, depois, eu atuei – e que se assemelhava ao PAEFI², né? É importante dizer que Campinas, nessa época, vivia uma gestão descentralizada, administrativamente, que também favorecia isso que eu estou contando. Então, por exemplo, as Secretarias se organizavam em Secretarias Administrativas Regionais, que eram as SARs. Então, por exemplo, eu atuava na região leste, na SAR-Leste. Lá, você tinha Assistência Social, você tinha Habitação, você tinha Educação, você tinha Saúde e você tinha uma coordenação dessas secretarias. As coisas estavam descentralizadas; se precisava discutir com a Educação, estava ali do teu lado, na sala ao lado; então, isso favorecia esse trabalho em rede, sabe? Era uma época realmente fértil para ingressar em uma política pública, com esse cenário. Mas eu vejo muita proximidade com a Básica.

Além do Renda Mínima, que outros serviços tinham psicólogos e psicólogas atuando?

Na gestão, eu me lembro de pelo menos uma psicóloga; no abrigo para crianças e adolescentes, tinha psicólogo, que entrou no meu concurso também. Campinas tinha um serviço que, na época, chamava Casa Amarela, que era um serviço para atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua; e a Casa Amarela também tinha psicólogo. Logo após a minha entrada na secretaria, foi criado o SAPECA³, que é o atual serviço de família acolhedora; o SAPECA foi criado com a dupla atuando. Então, foi um modelo que foi se expandindo para todos os programas que foram criados. Nessa época, eu consigo

1. A sigla OSCs faz referência a Organizações da Sociedade Civil.

2. A sigla PAEFI faz referência ao Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

3. A sigla SAPECA refere-se ao Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente.

me lembrar mais desses.

E por quais desses serviços você passou ao longo da sua trajetória?

Eu fiquei no Renda Mínima por um ano. Aí foi aberta uma seleção interna de vagas, e tinha vagas para o Serviço de Atenção à Família-SAF e para o SAPECA. Eu me encantei muito pelo SAPECA, pela proposta. Era muito inovador, em 1998, falar sobre a possibilidade de uma criança não ir para uma instituição, mas para uma família, eu achava aquilo desafiador. E o Serviço de Atenção à Família era o que atendia as famílias que experienciavam o que, hoje, chamamos de violação de direitos. O SAF atendia famílias encaminhadas pela Vara da Infância, pelo Conselho Tutelar e por serviços da Secretaria. Eu acabei optando pelo SAF por uma intervenção – traduzindo, uma ligação da própria coordenação do SAF. De 1998 até 2003, eu atuei no SAF, que é um serviço que se extinguiu em 2003 – e aí tem uma história para essa extinção, né? Essas SARs, sobre as quais eu falei, no início, deixaram, aos poucos, de existir. A descentralização perdeu força, embora ainda tivesse mantido algumas características. Foram constituídos o Distrito de Saúde, o Núcleo de Educação, mas não todos sob uma mesma coordenação. E, aí, ao final do SAF, eu vou para o que era o CRAS, mas que não é o CRAS que a gente conhece hoje. A sigla CRAS significava Coordenadoria Regional de Assistência Social. Havia cinco CRAS, em Campinas, que eram as coordenadorias das regiões administrativas; e eu vou para essa coordenadoria, e, dali, eu vou para o CRAS mesmo, né, constituído como Centro de Referência da Assistência Social; depois do CRAS, eu vou para a gestão, fico durante três anos na gestão, e aí eu retorno para o mesmo CRAS. De onde eu saí, foi para onde voltei. Então, em termos de serviços, foram esses pelos quais eu percorri até aqui.

Quais eram as principais atividades que você desenvolvia no SAF?

Olha, o SAF era um celeiro de possibilidades de acompanhamento das famílias, eram incríveis as construções teóricas que foram possíveis ali, sabe? O que eu aprendi de trabalho em equipe foi com a equipe que estava ali. Foi um período de muito crescimento profissional; é uma bagagem que eu trago comigo, até hoje. Então, foi um dos lugares que mais me ensinaram, na minha trajetória. No SAF, você atendia famílias de toda a cidade, então eu pude conhecer Campinas. Quando eu entrei na prefeitura, eu conheci uma região e o SAF me mostrou Campinas; eu me deslocava por toda a cidade. A gente fazia visitas às famílias, tinha muitos atendimentos individuais – esses atendimentos individuais eram tanto da assistente social, ou só do psicólogo, ou dos dois profissionais em conjunto –; e nós explorávamos muito as possibilidades de trabalho em grupo. A gente desenvolvia trabalhos em grupo com famílias, atividades coletivas, que hoje estão postas aí para o SUAS, a gente também já explorava, né?

Quais, por exemplo?

A gente já tinha essa questão de que majoritariamente eram as mulheres que vinham para o Serviço, então pensávamos: “cadê esses homens?”. Lembro-me que a gente fez uma atividade de Dia dos Pais, uma oficina de construção de pipas com os filhos, em um espaço do SESI⁴ aqui na cidade, sabe? Fizemos, também, uma oficina em que as mulheres pintaram a cortina da sala de atendimento, em que puderam escolher que cara teria aquele ambiente em que a gente estava com elas. Fizemos, também, um grupo que resultou em um livreto: era um trabalho com as famílias, em que elas escolheram a história de família que elas iriam contar, e isso culminou na impressão dessa história. Na época, a gente conseguiu fazer um lançamento em um grande teatro aqui, de Campinas, com buffet, com o Dia da Beleza. Então, a gente explorava muito, porque a gente tinha um trabalho de equipe muito intenso. A gente tinha uma equipe muito comprometida, que se reunia semanalmente, em reunião que durava um dia. A gente se pegava nessas reuniões, não era tranquilo, mas tinha um enorme respeito e ética. A gente saía dali, ia para o bar, ia se encontrar, frequentava as casas uns dos outros, mas, no trabalho, era uma entrega, dentro das divergências que a gente tinha, obviamente, mas isso possibilitava discussões muito profundas, muito enriquecedoras, que culminaram na construção de um plano de atendimento que explorava esse olhar para o que a gente fazia ali. Porque, na época, a gente não tinha esse hábito de registro, de sistematização, na Assistência Social; então, as informações eram transmitidas oralmente, de profissional para profissional. “Ah, aqui, a gente faz assim, faz assado, não faz isso”. Era dessa forma que eram feitas as transmissões. E aí a gente viu: “Caramba! Esse serviço tem uma trajetória, a gente tem conteúdo para começar a registrar”, por que não, né? Foi a partir daí que a gente faz o plano de atendimento, que publicamos na revista de Serviço Social da PUC-Campinas, em 2002 [Senra, 2002] – faz 20 anos neste ano. Era muito efervescente. Isso que eu falei, no início, de que o fazer da Psicologia não estava dado, no entanto, você veja só o quanto que eu pude estar explorando, experimentando, né? No SAF, a gente fez muita parceria com a Saúde. Se eu não me engano, acho que em 2000, 2001, Campinas implanta o Programa Saúde da Família, e aí a gente pôde, enquanto equipe da Assistência, participar da seleção e formação dos primeiros agentes comunitários de saúde; em uma articulação com a Saúde, a gente elaborou mesmo uma formação para esses agentes, em que tivesse não só a formação de SUS, mas a gente estava presente, com a formação da Assistência Social, e aí estavam lá psicólogos e assistentes sociais. Então, o tempo em que trabalhei no SAF foi um período riquíssimo, da minha vida profissional, riquíssimo, de muita vivência, muita vida.

Que bacana, Carmem. E qual era tua função na Coordenadoria Regional de Assistência Social? Que tipo de atividade você desenvolvia lá?

Acho que eu vou contar para você um pouquinho sobre como que eu chego lá.

Claro.

4. A sigla SESI faz referência ao Serviço Social da Indústria.

Diferentemente do SAF, onde eu fiz uma opção, na Coordenadoria Regional, não foi uma opção. O SAF era um serviço centralizado, então ele começou a dar sinais de esgotamento desse serviço centralizado. Porque as famílias não tinham a opção de busca espontânea, de demanda espontânea, de poder chegar lá, bater na porta, e falar “Quero ser atendido nesse serviço”. Era um serviço centralizado e fechado, e isso foi dando sinais de esgotamento para nós, da equipe, de formas diferentes. Dentro da equipe, tinha uma ala que via e vivia esse esgotamento, e outra que ainda achava que tinha gás naquilo. A gente começou a discutir muito essas questões. Nesse período, Campinas vivia uma transição política, de gestão – isso é importantíssimo. Toninho, do PT⁵, assumiu a prefeitura de Campinas e isso deu uma chacoalhada, em termos de Assistência Social, né? Toninho tinha uma vice – a Izalene Tiene – que é assistente social, então, trouxe uma revigorada para o campo da Assistência.

Então, em 2001, a gente começou a viver essa efervescência – de muitos questionamentos, de questionamentos do formato do Renda Mínima, de questionamentos do formato do SAF, e isso foi borbulhando e crescendo. Eu habitava a ala que via esse esgotamento, que achava que tinha que ter um serviço que atendesse essas questões das violações – vamos usar esse termo para ficar mais familiar para gente agora –, mas que não fosse tão fechado, que não fosse encastelado. Eu achava que a gente tinha que ter uma descentralização, que a gente tinha que ir para as comunidades, para os territórios; talvez porque eu viesse da experiência do Renda Mínima. E o discurso da gestão política, que era muito forte nessa época, era da busca da ação comunitária.

Em 2003, o SAF foi extinto, e ele foi extinto de uma maneira que não foi legal. A gente estava nessa discussão toda, a gestão desejava essa extinção e o investimento na ação comunitária, só que não houve discussão com a equipe abertamente. A gente soube da extinção do SAF em uma reunião com trabalhadores, na Secretaria, em que foi apresentado o novo organograma da Secretaria e o SAF tinha um “X” no seu quadradinho. Foi assim que a gente tomou notícia, então foi da pior maneira possível. Por isso que eu falo que não foi uma escolha, foi: “Ó, isso aqui acabou, para onde eu vou?”. A gente não pôde escolher para onde cada uma ia, nessa divisão das equipes. Mas eu fui designada para ir para a Coordenadoria Regional da Região Sul e aí é assim que eu chego no CRAS. E isso aconteceu de uma maneira muito sofrida, porque tinha um apego, um vínculo emocional muito forte com aquela equipe, com aquele lugar; então não foi fácil me desapegar. Mas eu sou uma pessoa que, no sofrimento, tendo a ter uma praticidade também, né? Eu me lembro de, um dia, ir para casa à noite e chorar a madrugada inteira, de me despedir até das trincas, da casa em que a gente estava. Mas, no dia seguinte, eu acordei e falei “Vambora! Para onde eu vou? Posso já começar indo?” Então, eu me lanço para as coisas. E foi aí que eu chego na Coordenadoria Regional da Assistência Social Sul, em 2003.

5. Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, foi prefeito de Campinas entre 1º de janeiro de 2001 a 10 de setembro do mesmo ano, data de seu assassinato. Com sua morte, Izalene Tiene assumiu a administração municipal, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 2004.

E qual era o papel da Coordenadoria? O que era esse órgão?

Ao mesmo tempo em que ocorre essa extinção do SAF, o Renda Mínima também é posto em xeque. Questionava-se o fato de ser um programa de transferência de renda com a condicionalidade de participação em um grupo, e o fato de outras famílias do território não cumprirem os critérios para esse programa levantava o questionamento sobre como essas famílias poderiam ser atendidas. Então, já tinha ali, simultaneamente, esse burburinho para o Renda Mínima, de pensar em uma perspectiva mais de ação comunitária – esse era o nome, era uma forte impressão daquele governo, daquela gestão. Então, eu chego lá em 2003, já com o Renda Mínima deixando de existir, porque aí já tem o início do Bolsa Família, no cenário nacional. E aí chego em um lugar que também está em construção: o que é fazer Ação Comunitária? Então, eu chego de novo em um lugar em que o psicólogo era acolhido, ele estava ali, mas nada estava muito definido, era também um campo muito aberto do fazer. Ali, eu começo a desenvolver grupos, e muito na perspectiva que vivi em 1998, me lanço a fazer grupos na comunidade. Eu fui atrás de salão de igreja, com a diferença de que tinha que começar a constituir novos grupos, mas puxava famílias que já tinham aquele vínculo com o Renda Mínima, né? Eu fiz muitos grupos nesse período. Já existia a questão da cesta básica, que, para mim, nunca foi uma questão, então eu desenvolvia grupos com as famílias em que tinha entrega da cesta básica. O que mais? Cheguei a fazer grupo de prevenção de violência doméstica. Eu fazia um grupo com pais, em uma escola. Tinha orçamento participativo, em Campinas nesse período; a gente participava das reuniões de orçamento participativo, discutia demandas. A gente começa a fomentar, nesse período, os fóruns intersetoriais por região – não para as discussões de caso, mas para a discussão das demandas do território, com as políticas públicas, né?

Os fóruns eram compostos por trabalhadores das diferentes políticas, de cada território?

Isso. Nos fóruns intersetoriais, a gente tinha Saúde, Educação... Lembro-me que, em um centro de Saúde específico, tinha um núcleo de saúde coletiva; então, tinha uma abertura bem grande para essas discussões. Habitação estava muito junto da gente nessa época. Em alguns períodos, a Cultura chegou a se aproximar, o Esporte bem menos, né? Mas, novamente, havia uma efervescência de possibilidades ali. A gente chegou a discutir a inauguração de um equipamento intersetorial, e aí eu pude viver o que é ter um equipamento intersetorial. Não tinha recurso intersetorial – esse debate das caixinhas –, mas a gente pôde viver isso junto com a comunidade. Então, era essa a perspectiva de ação comunitária, que era o grande carro-chefe desse período, 2003, 2004. Em 2005, começa a chegar os CRAS em Campinas, aí é que a assistência social começa a ganhar um outro contorno.

E qual que era o público usuário desse CRAS?

Dos CRAS, enquanto coordenadoria regional?

Enquanto coordenadoria, isso.

É o público que está hoje no CRAS, por exemplo, onde eu atuo. Porque tinha uma marca ainda muito forte do Serviço Social no atendimento do que era denominado Plantão Social. O Plantão Social, que era o atendimento aberto para população, acontecia semanalmente e era executado só pelos assistentes sociais. A gente desenvolvia junto esse trabalho comunitário e intersetorial. Às vezes chegavam pessoas e demandas por esse atendimento do Plantão Social encaminhadas pela própria Saúde, Educação, por esses fóruns; outras vezes, chegavam demandas espontâneas. Eu desenvolvia um grupo, por exemplo, em uma OSC, a própria OSC encaminhava. Então, o público chegava por diversos canais, mas se assemelha muito ao público da Proteção Social Básica de hoje, prioritariamente.

E quais são as principais dificuldades e conflitos que você encontrou nesses vários serviços pelos quais você passou antes do SUAS?

Eu acho que algumas dificuldades existem até hoje na Assistência. Uma delas é, obviamente, uma dificuldade de recursos, de sempre poder contar com pouco, né? De você, muitas vezes, ter de colocar recursos próprios para o desenvolvimento do serviço. O SAF talvez tenha sido um lugar um pouco mais privilegiado nessa minha trajetória, porque a gente teve um projeto aprovado pelo Conselho da Criança e do Adolescente. Então, a gente conseguiu receber recurso do Conselho, o que possibilitou que a gente investisse em material de grupo, livros, para o nosso trabalho... Mas isso foi exceção; no geral, era trabalhar sem ter caneta, sem ter lápis – que é a realidade da Assistência Social. Então essa é uma dificuldade. A dificuldade de recursos humanos também; porque, você vê, quando entrei no Renda Mínima, era para eu ter atuado com uma assistente social, mas eu não tive essa profissional. E isso foi se repetindo ao longo da minha trajetória. Pode ser que, no SAF, eu não tenha vivido isso porque a equipe, ao menos, ficou ali composta, mas isso acontecia de uma forma geral na Secretaria. Tinha dificuldade de condução. Eu não posso dizer que eu tive dificuldade, por exemplo, no trato com a gestão, eu não cheguei a viver isso – eu estou falando muito da minha trajetória –, até porque a gente tinha encontros de supervisão que, de uma certa forma, ofereciam uma formação. Mas a gente já pensava que, às vezes, era uma formação mais genérica no campo da Assistência Social.

Para falar, por exemplo, de Psicologia: formação de Psicologia, no campo da Assistência, era inexistente nesse período. Então, era muito mais para fora da minha atuação que eu buscava essa formação. Então essa dificuldade existia, né? Acho que essas eram as principais dificuldades. Mas, por exemplo, eu não posso me queixar de uma coisa: se você for ouvir outros profissionais dessa época, ou até mesmo do SUAS, eles vão se queixar da relação com o Serviço Social. Eu não posso citar isso na minha trajetória, porque atuei com assistentes sociais de diversas vertentes, de pensamentos às vezes

diametralmente opostos ao meu, mas, onde eu estive, a gente conseguiu ir para o debate e construir coisas. Eu não posso vir aqui e falar assim: “Ah, fui impedida, me vi de tal forma que não pude executar”. Isso não existiu na minha trajetória; eu tive talvez esse privilégio, não sei, mas não é algo que eu possa relatar para você.

E além desse diálogo com as e os assistentes sociais, que outros caminhos vocês encontraram para lidar com essas dificuldades?

Assim, depende de onde você estava, porque eram movimentos muito diferentes. No SAF, a gente tinha uma equipe muito forte, muito coesa, de posicionamento muito combativo e firme, né? Havia um respeito por aquele serviço; então, a gente conseguia fazer muitos enfrentamentos de equipe. Na Coordenadoria Regional, isso já era mais diluído e a equipe era maior, algumas questões eram mais difíceis; da mesma forma no Renda Mínima. É que, no Renda Mínima, tinha essa pegada da reunião de integração, então, juntava a galera pelo menos uma vez por mês, o que é fundamental para que apareçam as questões do trabalho, ou até da prática: “Aqui, eu faço assim”, “Aqui, eu faço assado”... Então o Renda Mínima tinha mais essa característica, de contato. Nas coordenadorias regionais, isso já foi se perdendo um pouco, porque desarticula, de certa forma, mas era um canal que a gente buscava. A gente discutia muito os casos com a rede. Então, acho que essa questão da intersetorialidade na Coordenadoria Regional era um caminho também, era um lugar onde você trazia as questões da Assistência que apareciam, mas eu via a dificuldade da Educação e da Saúde estarem naquele espaço. Então desarticulou talvez internamente, mas ganhou essa potência de intersetorialidade, com todas as dificuldades.

E você comentou sobre a formação, que era quase inexistente [o debate sobre assistência social]. Mas tem coisas que você teve na sua formação que, ainda que não abordassem diretamente a Assistência Social, contribuíram para sua atuação na área?

Eu acho que a formação em Psicologia contribuiu. Não desfaço em nada do que eu vivi na academia. Acho que algumas coisas passaram muito distantes da prática em si, e ficaram para a compreensão da Psicologia, do ser humano, mas não que, na minha prática, estivessem ali, né? O que eu comecei a perceber na atuação foram lacunas e que eu precisava buscar formação para preenchê-las. Então, por exemplo, em 1998, fiz o curso de especialização em Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente, do LACRI⁶, na USP, com a Maria Amélia Azevedo e a Viviane Guerra; por quê? Porque eu vi que essa era uma realidade com a qual eu me deparei, da violência contra a criança, e uma violência contra criança que não era que só a que chegava no serviço para o meu atendimento, eu ia até à casa das famílias. Isso era uma coisa para a qual a formação não me preparou de maneira alguma, para estar na casa das pessoas, adentrar.

6. A sigla LACRI faz referência ao Laboratório de Estudos da Criança, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Então, foi a primeira formação que eu busquei, e que, nossa!, me abriu horizontes e me deu ferramentas para continuar na Assistência Social e que não veio da formação inicial, na graduação, né? Mas lembro-me que, por exemplo, a Psicologia Escolar, da faculdade, me ajudou muito, porque eu acho que tinha um professor já com uma outra pegada, mais aberta. Não sei como está a formação hoje na UFRJ, mas ela tinha uma característica muito forte da Psicanálise, então, era uma enxurrada, era Psicanálise de A à Z. Mas tinha uma formação muito bacana, com um privilégio de professores. Mas eu não fiquei só nisso; eu fiz Terapia Cognitiva Comportamental, com Bernard Rangé, na UFRJ. E Bernard não tinha uma visão tradicional do behaviorismo. Ele dialogava com a Psicanálise, e isso me instigava a pensar. Então, pude viver coisas assim. Fiz estágio em creche infantil, em hospital. Então, foram questões que contribuíram. Especificamente de Assistência Social, não, porque foram essas duas disciplinas, e que não agregaram muito, né? Mas aí depois, na prática, acho que o que eu mais fui vendo foram as lacunas, que foi o que eu fui buscando preencher.

Voltando um pouco para sua trajetória, você contou que saiu da Coordenadoria Regional de Assistência Social, CRAS, e foi para um outro CRAS.

Isso.

Como foi essa passagem?

Essa foi a passagem mais tranquila, porque ver que o que a gente já vinha desenvolvendo começar a ganhar forma em uma política pública era tudo que eu ansiava, enquanto profissional. Então foi uma passagem tranquila, no sentido de opção, de querer que aquilo acontecesse. É lógico que traz um medo, traz um frio na barriga. Uma coisa é você falar que você está aqui, em um equipamento, e que você se desloca até lá. Outra é falar: “Não, agora o seu equipamento é lá, no território”. É lógico que isso era uma novidade, né? Ir trabalhar diretamente lá. Então, isso traz uma inquietação, medo mesmo desse desconhecido, mas era algo que eu queria, porque fazia sentido a partir do que eu experimentava, fazia sentido estar lá, e não em um lugar em que as pessoas tinham que se deslocar para esse serviço. E eu nem fui para os primeiros CRAS, então vi a coisa começar a acontecer, até chegar a minha vez. Pude ver essa política tomar forma, até chegar a vez de ir para o CRAS mesmo; que foi em 2007, quando a coisa começa a tomar a forma do CRAS em que eu estou. O que significa 2007? Delimitar mais esse território de atuação; começar a fazer estudos – “Ah, se a gente for implantar mais CRAS, onde vão ser esses CRAS?” – começar a descobrir o que é diagnóstico socioterritorial. Baseado na nossa percepção, mas em busca de dados da Saúde, a gente foi montando esses mapeamentos, para apontar esses outros territórios. Me lembro disso acontecer aqui, em Campinas, da gente poder contribuir com essa decisão de gestão; e aí é onde começa o CRAS mesmo.

E, além do desafio de estar no território, que outras mudanças o fato de estar lá trouxe para o trabalho de vocês?

Ah, eu acho que gira 360°. É uma mudança com impactos. A gente vai para um lugar, a princípio, super pequenininho, improvisado – para você ter uma ideia, era um galpão em que a gente teve que colocar divisórias para minimamente montar salas. Então, em termos de local, não era o adequado, mas você está ali, e ali a dinâmica muda o serviço completamente, né? Primeiro, aumenta a procura, porque você está ali, na esquina da casa da pessoa, então, inevitavelmente, mais pessoas buscam pelo serviço. Logo depois que comecei a trabalhar no CRAS, desenvolvemos um projeto em que ouvíamos histórias daquele lugar, histórias que não chegam quando você está longe dali, e aí isso vai mudando a sua perspectiva, e o tipo de intervenção que você propõe a partir dali. Então, é 360; não é metade de curva, não! É inteirinha, não tem como não ser, não é? Era meio que um ensaio do Ação Comunitária: “É para lá que eu vou; é lá que a coisa tem que acontecer”. E aí quando você chega no CRAS, você se instala no território e fala: “Não, é aqui mesmo!”, só que é diferente de onde você estava, totalmente.

Você falou que muda a percepção, que mudam também as práticas. Mudam, em que sentido? O que vocês faziam nos CRAS, centros de referências, que era diferente dos CRAS, coordenadorias?

Na minha experiência, por exemplo, deixa de existir aquela coisa do Plantão Social, que é feito só pelo assistente social. Aos poucos – e aí eu estou falando enquanto psicóloga –, eu mesma vou me aproximando daquilo: “Por que eu não posso fazer essa escuta que o assistente social está fazendo?” E aí começa a quebrar isso, já que essa escuta, esse acolhimento é de todos nós. Isso, aos poucos, a gente foi construindo ali, mas é uma quebra importante, significativa, em relação ao que existia até então. Nem tanto a questão do benefício... Para mim, não foi diferente, porque já era parte da minha vivência, mas o Plantão Social era um lugar muito guardadinho para o Serviço Social, não somente pelo profissional do Serviço Social, mas também porque a Psicologia não queria estar muito próxima, não queria se meter. Acho que ir para o território fez com que eu enxergasse esse atendimento de outra forma, que é nosso. O CRAS traz isso. O CRAS traz essa perspectiva de que é nosso, e que, aos poucos, eu fui amadurecendo em mim. O telefone que toca no CRAS é de todo mundo; aquela recepção, das pessoas esperando e que você tem que orientar, é de todo mundo. Então, essas coisas foram se assentando para mim, e eu me abrindo mais, enquanto profissional, para isso. Na pesquisa de mestrado [Senra, 2005], a gente também discutia muito essa ideia do psicólogo como sendo aquele profissional detrás da mesa, que é acionado quando o assistente social precisa desse olhar mais subjetivo, dessa escuta mais qualificada. O CRAS foi rompendo isso para mim. O CRAS propiciou a ruptura dessas questões. Então, é um divisor realmente de águas para a minha prática.

E que outros desafios surgiram a partir da implementação do SUAS?

No começo, a gente não tinha equipe para implantar os PAIFs⁷, nós éramos poucos, porque Campinas ficou uma década sem concurso. Então Campinas faz uma opção, no início, que é a da contratação das OSCs para execução do PAIF. É muito doido pensar em um começo assim, mas foi assim que a coisa se deu. Você tinha profissionais de PAIF dentro da unidade estatal, no CRAS, mas a gente não executava o acompanhamento das famílias, os acompanhamentos das famílias eram executados por duplas contratadas pelas OSCs, cindindo a coisa, né? Mas foi assim que a gente começou, e isso foi difícil. Difícil porque não favorecia o entendimento do que a política estava propondo, porque você começava a ter que dividir as coisas, a lidar com essa questão de financiamento de OSC, e aí você tinha um psicólogo contratado pela OSC, com salário inferior ao seu, enquanto servidora pública... Como você estabelece essas relações? Você começa a ter rotatividade de profissionais, e aí o que você constrói de vínculos, não só com as famílias, mas até com os serviços? Então, tivemos muitas dificuldades nessa implantação, não foi algo simples, fácil de acontecer. E acho que o próprio entendimento da política, de ir assimilando a quantidade de coisas que vinham acontecendo não foi fácil. Eu lembro de ir a uma apresentação, logo em 2009, da Tipificação [Resolução nº 109, 2009], e eu escutar aquilo, e eu ficar: “Caramba! O que é isso? Onde eu estou? Quem eu sou aqui?”. Era difícil entender, e olha que eu estou falando de mim, que estava vindo nesse movimento, então você imagina para quem não estava, que estava lá preso ao Plantão Social, do assistente social, ou o psicólogo, que “Não, eu não entrego cesta básica; eu não entro em todos os atendimentos”. Tinha tudo acontecendo ali. Mas o desenho de implantação em Campinas dificultava o entendimento do que era para acontecer ali, porque, na prática, você esquartejava a família; então, isso foi muito difícil.

E você comentou que a Coordenadoria foi quase um ensaio para o que veio depois, os CRAS. E vocês acompanhavam o desenvolvimento disso para que estavam ensaiando? Chegava para vocês o que estava sendo pensado, como estava sendo desenhada a política, como seriam essas mudanças, ou veio de repente?

No caminho do de repente, não no da construção conjunta, sabe? Porque daí você tem o período de 2004 para 2005 com uma nova transição política municipal⁸, e isso traz mudanças para o cenário local. É aí que inicia o burburinho de começar a constituir CRAS, equipamentos, mas as notícias chegavam picadas, não era um processo em que a gente participava, sabe? E quando começam os três primeiros CRAS, acaba havendo um investimento nessas equipes desses três primeiros equipamentos e a gente fica meio que na sobra disso, esperando o que ia acontecer. Então, foi no caminho do de repente.

Desse tempo de transição (meados dos anos 2000) para os dias de hoje, o que

7. A sigla PAIF faz referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

8. Em 1º de janeiro de 2005, Hélio de Oliveira Santos (PDT), mais conhecido como Dr. Hélio, assume a prefeitura de Campinas, substituindo Izalene Tiene (PT).

mudou?

Na perspectiva SUAS? Eu acho que o que mudou é que muita coisa piorou. Sendo bastante sincera e honesta, às vezes eu me sinto regredindo para os anos 1990, pensando nos ataques que a política vem sofrendo, no desmonte do SUAS. A primeira imagem que me vem é a de resistir a tudo isso que vem acontecendo. Acho que a gente vive um período muito desafiador, em termos de SUAS, né? A gente viveu um período quase mágico, de construção do SUAS, uma década de muitas produções, de orientações técnicas, de normativas; aquilo tudo que, enquanto profissional que estava lá nessa caminhada, desde 1997, você vê tomando forma... não tomando forma no sentido legalista das coisas, mas no sentido de reconhecimento realmente de toda essa trajetória sobre a qual eu estou contando, se a gente está ali, de fato, em uma política, pensando esse fazer, propondo coisas. Então, é uma época de muita produção, né? E parecia que a gente ia nesse caminho de “Quero mais! Quero mais! Quero construir mais”. De poder avançar nessas discussões, porque quando a gente está falando de SUAS, a gente não está falando de uma unanimidade. Embora seja um sistema único, a gente pensa diferente dentro dessa política. Mas a gente estava caminhando para ampliar espaços para esse debate, de produções, do SUAS, do Serviço Social, da Psicologia, da chegada de outras profissões, né? E aí se me traz para hoje... Hoje, eu vejo que é resistir, nem que seja no fio da lei que nos sustenta. Então, acho que são outros desafios que estão hoje colocados para a gente.

Que desafios são esses e quais são as estratégias de resistência que vocês têm encontrado para lidar com esses desafios?

Mariana, essa é a pergunta que eu me faço todos os dias: “Que estratégias que a gente precisa construir mais, e por quais caminhos?” Eu acho que algumas já estão dadas, dentro do próprio Sistema, que é o caminho da participação. Acho que esse não tem discordância, é ali que a gente consegue... Só que, hoje em dia, isso também não está fácil. Não é só a gente falar: “Então, tá. Então bora lá, vamos participar, vamos participar dos conselhos, vamos montar fóruns”... É desafiador o cenário até para isso, porque é nadar muito contra a maré, da forma que as coisas estão, né? Estou falando isso, no sentido de que a gente vive, literalmente, uma perspectiva de redução da possibilidade de participação nesses espaços, mas eu acredito nesses espaços. Por exemplo, no ano passado, a gente viveu, em Campinas – e acho que em muitos outros municípios –, o desafio de organizar uma conferência municipal virtual, porque a pandemia nos trouxe isso. E a gente conseguiu. Fui convidada pelo Conselho Municipal de Assistência Social para participar de um debate anterior à conferência, que era sobre participação social, com uma usuária dessa política. Então são campos assim. Se me chamam, eu topo, eu estou dentro, porque eu acho que me fortalecem. Sei que o campo do Conselho, não é um lugar fácil – já tive experiência lá, sei que é um lugar árduo –, mas é um lugar importante. Os fóruns são espaços importantes. Em Campinas, a gente não conseguiu avançar; a gente viveu uma experiência de fórum municipal de trabalhador, mas a gente não conseguiu dar sequência nisso; mas se me perguntarem “É importante?” Seria

fundamental que estivesse acontecendo, assim como também seria importante um fórum de usuários. Então eu acredito muito no caminho da participação. Acredito muito nisso que a gente está fazendo aqui, nessa interface com a academia. Eu fui buscar, no meu mestrado [Senra, 2005] e no meu doutorado [Senra, 2009], beber conhecimento, mas também essa proximidade. Então, eu acho que é sempre um caminho muito interessante, que a gente deve fortalecer. E, ultimamente, eu vou me aventurando, no Instagram, no Resiste SUAS⁹, no âmbito virtual das redes que existem... De que jeito a gente também pode ampliar esse diálogo, com não só Campinas, mas com o Brasil, né? Não está fácil fazer isso nesse momento, mas eu ainda acho que é o caminho. Eu acho que deve ter outro jeito; por isso que eu falo que é uma pergunta diária que eu me faço, porque eu imagino que a gente ainda consegue descobrir outras formas de fomentar essa militância do SUAS. Quando eu olho para o SUS¹⁰, para o caminho que ele fez, o caminho de construção dessa militância de SUS, que, hoje, extrapola trabalhadores, extrapola usuários... Eu acho que, no SUAS, a gente tem que investir nesse caminho, sabe? De dizer: “Não! Não mexe no SUAS, ele é necessário!” De a gente conseguir agregar forças em defesa desse sistema. As minhas estratégias miram para esse lugar, mas me faço essa pergunta todos os dias.

E vamos continuar fazendo, né?

Vamos. Porque não está fácil, né?

Você falou sobre sua experiência em uma instância de controle social, no Conselho Municipal de Assistência Social. Conta um pouquinho para a gente como foi essa experiência.

Eu digo para você que, depois do SAF, essa é a segunda experiência mais rica na minha trajetória profissional. Eu chego no Controle Social porque eu sou convidada a compor a gestão. Em um período, eu fico em um departamento que faz a gestão do SUAS e, na sequência, vou assessorar diretamente o gabinete da secretária, que, na época, era a Jane Valente¹¹. Então, eu vou a convite da Jane para a gestão. Eu tenho muita gratidão pela oportunidade, pelo convite que ela fez, porque ela mirou em mim lá na ponta. Eu estava lá no CRAS e ela me alçou para a gestão. Não é comum acontecer isso. Quando a gente ocupa esse lugar de assessoria, chega a hora de compor um dos conselhos para representar a Secretaria, e a minha afinidade sempre foi maior com o Conselho de Assistência Social. Tive uma breve experiência no Conselho da Criança, mas não era muito a minha praia. Então eu fui para o da Assistência. Eu chego para compor a vice-presidência, e, na sequência, assumo brevemente a presidência. Foi uma experiência

9. Resiste Suas é um perfil do Instagram, criado pela entrevistada, para constituir um “espaço em defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. Pode ser acessado em: <https://www.instagram.com/stories/carolarice/2997592507203578745/>.

10. A sigla SUS refere-se ao Sistema Único de Saúde.

11. Jane Valente foi secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas entre 2013 e 2017.

muito intensa, porque, se você vai para o Controle Social e você quer aprender a fazer aquilo, aquilo te exige muito, te suga muito, porque daí você vai se dedicar a aprender todas as normativas, aprender todas as leis, conhecer o funcionamento por dentro de um Conselho. Junto com a representante da sociedade civil, que compôs comigo na época, organizamos uma Conferência Municipal de Assistência Social para mais de 500 pessoas. São desafios gigantes e que te consomem, né? No período em que estava na gestão, meu trabalho era quase exclusivamente voltado para as demandas do Conselho, fazendo ainda algumas outras coisas. Naquela época, a gente estava reordenando toda a proteção social básica; porque, depois de uma década, Campinas fez concurso público e, novamente, em uma mudança de gestão municipal, o prefeito assumiu o compromisso de convocar servidores públicos – O PAIF fez um giro total, deixou de ter as OSCs contratadas e o PAIF foi de fato para dentro do CRAS. Então, eu tinha um envolvimento, um compromisso com esse reordenamento. E foi uma experiência incrível, porque daí você conhece a rede socioassistencial da cidade e você está em um espaço de disputa de poder. Então, você começa a ver isso acontecer ali, na mesa. Aprendi a me colocar, enquanto representante da gestão pública – não necessariamente era o que eu pensava, o que eu defendia – às vezes, isso coincidia, até porque, senão, não estaria lá, mas, em alguns momentos, não necessariamente, né? Aprendi a fazer esses contornos, quase diplomáticos, de algumas questões; fazer outros embates necessários. Então, eu aprendi muito sobre articulação política, da própria política, a fazer defesa do SUAS. Foi riquíssimo. Foi sofrido. Não foi fácil, porque é um lugar de muito embate. Então, assim, é sofrido, mas eu saí com uma bagagem. Eu queria porque queria aprender sobre finanças no SUAS, sabe? Coisas que não chegam para gente lá na ponta. E vi, no Controle Social e na experiência de gestão, essa oportunidade. Eu quero aprender sobre finanças, sobre OSC, sobre como as coisas são definidas, em gestão, né? Então, eu fui movida por esse desafio. Com sofrimento, eu consegui, durante três anos, e é uma bagagem que fez diferença para minha vida, para minha atuação.

Além de ter assumido a vice-presidência, e depois a presidência do Conselho, que outras atividades você desenvolvia nesse período em que você estava na gestão, como assessora da secretária?

Olha, atuava muito fortemente no reordenamento da Proteção Básica, porque isso daí tomava muito tempo e investimento. Eram mais de 200 servidores ingressando de uma vez só, com situações peculiares, por dentro de gestão, de transição de gestão; então, isso tomava muito do meu tempo, mas eu participava de todas as reuniões de diretoria, então eu estava junto dos outros processos, mesmo que não diretamente, como estava nos da [Proteção Social] Básica, mas estava presente nessa discussão. A Alta Complexidade era um lugar em que eu contribuía, mas não tanto. Contribuía mais na Média Complexidade e na Proteção Social Básica. Eu cutucava bastante sobre gestão do trabalho, porque sempre considerei uma área indispensável, mas a gente não conseguiu avançar o tanto que era necessário.

Quais eram essas cutucadas? Você se lembra de quais os temas que você levantava?

Por exemplo, pensar formação para trabalhadores. Porque a gente não podia pensar em formação só, por exemplo, com o gestor da Básica. Formação é algo maior, é educação permanente, né? A gente tinha que pactuar isso na esfera municipal, que formação não é só para servidor público. A gente tinha uma rede de OSCs enorme e a gente tinha que integrar tudo isso. Tinha que pensar em gestão do trabalho como algo que vai além de questões burocráticas e administrativas. Gestão do trabalho, para mim, é vida dentro do sistema, colocar processos para serem construídos coletivamente. É um lugar super desafiador, mas necessário para o SUAS acontecer, porque eu acho que isso desenrola, por exemplo, questões de comunicação, que são sempre atravancadas, entre gestão e trabalhadores. Dá para você pensar inúmeras possibilidades. Não que vá resolver, eu estou trazendo o campo do ideal, mas é uma área necessária. Então eu sempre colocava a defesa da Proteção Social Básica – isso é uma marca. Qualquer pessoa com quem você vá conversar, que compartilhou dessa época em que estive na gestão, vai falar: “Carmem? Ah, Proteção Social Básica”. Porque sempre foi minha defesa, dentro do SUAS, por ser uma área inovadora, dentro do que o sistema propõe. Mas em termos de SUAS, se a gente for olhar, a gente já tinha os abrigos, serviços parecidos com os PAEFIs, mas CRAS?, PAIF?, serviço de convivência?, atendimento a idoso e pessoa com deficiência no domicílio? Essa é a parte mais nova do sistema, né? E é uma parte que toca em prevenção, algo que, para mim, na formação de Psicologia e dentro do SUAS, é um campo em que a gente tem muito para explorar. A gente sabe muito pouco ainda sobre prevenção, sistematiza ainda muito pouco sobre prevenção, do que essa Proteção Social Básica tem feito em termos de SUAS.

E depois dessa sua experiência na gestão, você volta para o CRAS. Como foi essa volta?

Essa volta foi uma escolha também. Sentia muita falta de atender famílias. Então era quase como começar a faltar oxigênio, sabe? Eu me sentia vivendo um certo embotamento afetivo. De ficar muito formal, muito naquilo que eu posso dizer. Com outras pessoas, não acontece isso, na vivência de gestão, mas eu me vi perdendo um pouco desse brilho, sabe, dessa espontaneidade, de poder gargalhar – eu comecei a ver que eu não gargalhava tanto –, além da impossibilidade de seguir com o atendimento de famílias. Diante disso e de um caldo de tantas outras coisas, eu falei: “Para onde eu tenho que ir? De onde eu vim, né?” E eu nunca tive compromisso com o *status* do lugar onde eu estava, pelo contrário, eu sofri muito para me entender nesse lugar: “Ah, na assessoria de um gabinete”. Era uma coisa de inquietação realmente. Mas chegou o momento de querer voltar a estar lá, no CRAS, na porta aberta. De voltar a dizer: “Vamos lá, vai. Me conta a sua história”. Então, foi datada essa experiência. Foi importantíssima, guardo com uma gratidão enorme. Não foi uma ruptura fácil. Não é fácil você sair de uma presidência de um Conselho, e de uma assessoria. Mas eu não me prendi a projeto político de poder, a *status*, a poder aquisitivo, ao que eu ganhava a mais.

A minha vida inteira eu vivi sendo servidora, né? E aí eu faço a opção de voltar para o CRAS, e aí volto, e foi a melhor coisa que eu fiz.

Isso foi em que período, mais ou menos?

Eu volto para o CRAS, exatamente, em agosto de 2016.

E é onde você está até agora?

Até agora. Por enquanto. Começo a vislumbrar uma possibilidade de aposentadoria, que abre outras possibilidades de projeto, na vida, né? Então, talvez isso esteja se aproximando, e aconteça em cerca de mais uma gestão, se a gente for pensar em termos de prefeito. Mas, por enquanto, eu estou no CRAS. Falar que “Ah, vai ficar no CRAS...” Eu aprendi com uma amiga que a gente nunca profetiza isso, a gente vai vivendo, né?

E é bacana te ouvir falar dessa possibilidade de uma aposentadoria próxima, você tendo começado a sua trajetória profissional no campo da Assistência Social. São anos e anos de atuação na área, passando pelos mais diferentes serviços, atuando na ponta, na gestão, no Controle Social. Acho que toda essa história, Carmem, ajuda a desconstruir uma ideia que a gente ouve com muita frequência, de que a Psicologia caiu de paraquedas no campo.

Acho super bacana isso que você está colocando, porque era difícil no começo, né? Por exemplo, um dos materiais que eu trouxe para mostrar para vocês é da I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia¹². Eu lembro de ir para aquilo com tanto gás, porque eu já tinha caminhado tanto. E tinha muito pouco material produzido sobre a área, né? Eu falava assim: “Gente, eu quero falar, eu quero conversar sobre isso, sobre o que é esse fazer”. Então, de fato, a gente já estava lá. Eu acho que, no início, tinha essa questão da oralidade, que foi esse transmitir com alcance muito restrito, mas, a partir dessas sistematizações, acho que o SUAS abriu as portas para a Psicologia.

E você, tendo acompanhado todo esse processo, quais, na sua opinião, são as contribuições da Psicologia para a implementação do SUAS, e para a criação da PNAS¹³?

Eu acho que a gente podia ter contribuído mais, sinceramente falando, porque se a gente for ver em termos de construção da política, das orientações, de tudo o mais, tem pouco psicólogo nessa história. Acho que a gente protagonizou menos do que deveria,

12. A I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, organizada pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos conselhos regionais, aconteceu entre os dias 5 a 7 de outubro de 2000, no Parque Anhembi, em São Paulo-SP.

13. A sigla PNAS refere-se à Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

e do que poderia. Então, eu sinto falta disso. Tanto que o Parâmetros de Atuação foi o primeiro documento com mais cara de Psicologia, produzido em conjunto com o CFESS¹⁴, né? [Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia, 2007]. Mas falta. Eu acho que tem uma lacuna de vozes, de espaços, de debates sobre as concepções da Psicologia. Na época, dava para ter tido isso, entendeu? E não teve.

Ainda que a Psicologia não tenha participado tão ativamente da construção da política, você acha que o fato de a Psicologia estar lá muda, de alguma maneira, o jeito de trabalhar ou o cotidiano do serviço?

Ah, muda. Muda, e a gente é mudado. Eu vejo que a gente chega com um saber que compõe ali aquela atuação, então, não me sinto mais como aquela coisa da marca d'água que mencionei. Eu sou um profissional, ou uma profissional, do CRAS, indispensável em uma equipe de Proteção Social Básica. Tem uma conquista nesse lugar para a Psicologia, né? E a gente está ali construindo essa política, e não é no sentido de mais ou menos que o Serviço Social, ou que qualquer outro profissional, é junto, sabe? Eu acho que isso é o que a gente tem mais a aprender. A experiência de trabalho em equipe no SAF, que foi muito profunda para mim, me ensinou como é uma equipe multiprofissional; como a gente se respeita, eticamente, mas também discorda, propõe outro caminho, mas constrói. Me ensinou o que eu vejo naquela família que está sendo atendida.

Acho que Psicologia tem contribuído, isso, eu não tenho sombra de dúvida. Mas também não distancio a gente para nenhum outro lugar. Eu gosto muito da perspectiva de “Somos trabalhadores do SUAS”, sabe? Então, ali, a gente compõe com os mais diversos saberes, que não são só do profissional de nível superior; eu aprendo muito com o porteiro do CRAS, eu aprendo muito com o agente de Ação Social, que é nível médio, aprendo com os cadastradores do Cadastro Único. Então, enquanto trabalhadores do SUAS, eu gosto dessa pegada.

Você acha que assumir esse lugar, de trabalhadores do SUAS, mudou, de alguma maneira, a Psicologia?

Ah, muda, né? Porque aí vem isso que eu estava falando antes, que é o rompimento desses lugares da Psicologia. Eu não sei como chega isso hoje, mas vamos pensar em profissionais novos chegando no SUAS, né? Pelo menos a minha geração viveu essa perspectiva de mudança, de um incômodo, de perguntar “O que um psicólogo faz aqui? O que o psicólogo faz que é diferente do que faz o assistente social?”. De se sentir menos do que se estivesse atuando no SUS, né? Todos esses foram questionamentos que eu ouvi ao longo da minha trajetória, seja de colegas, seja na experiência de gestão, quando eu vi esses psicólogos chegando do concurso, e ainda assim – eu estou falando de 2013 –, se sentindo deslocados nesse lugar de atuação. Eu não posso falar que é um processo concluído; eu acho que ainda não, mas falando de mim, especificamente, eu

14. A sigla CFESS refere-se ao Conselho Federal de Serviço Social.

fui fazendo muitas rupturas, em um lugar que me foi favorável, em que eu fui ficando bem profissionalmente. Tanto que eu acho que fica claro que eu gosto do que eu faço, aqui, nessa entrevista, para estar há 25 anos na Assistência Social. Assim, com todos os desafios, todos os perrengues, se você perguntar “Você gosta?” Eu respondo que gosto do que eu faço; então, é uma construção que me alimenta, profissionalmente.

E, Carmem, para finalizar, a gente sabe que você trouxe uma série de materiais que contam também um pouco dessa história, né?

É.

O que você gostaria de mostrar para gente? Que histórias você gostaria de contar a partir desses materiais que você trouxe?

Vou revirar um pouco o passado, as memórias, juntando né? Essa aqui é a única foto que eu tenho. A foto é na SAR Leste. Então, aqui, é a Carmem, psicóloga do Programa Renda Mínima, na mesinha. Era muito engraçado, gente! Só brevemente uma história: era tudo muito difícil; se vocês virem, o mobiliário, cada um de um jeito, né? E eu lembro de chegar e as cadeiras tinham nome, para não serem trocadas. Aquilo me assustou: “Nossa! Tem dono? Mas não é público?” Mas esse é um registro único, que eu tenho da época de Renda Mínima, dos grupos de família. Era muito difícil, né? Saía com a pastinha de cheque, para fazer os grupos, então, não tem foto desse período. Esse aqui é uma relíquia. É o livro *A Família pelas Famílias*, que é um livro do SAF, feito a partir de um grupo de mulheres. A gente batalhou e conseguiu fazê-lo. Em cada encontro mensal, era criada a história, e aí a gente usava várias técnicas: a de desenho – a mais conhecida –, a gente usava teatro, massinha... E tem foto de cada uma delas. A gente trabalhou muito com elas aqui, nesse livro, dentro das possibilidades tecnológicas da época. Tem uma foto no início do grupo, e uma foto ao final. Buscamos trabalhar o que foi transformado ao longo desse período. Então foi um trabalho muito significativo.

As histórias desse livro são as histórias delas, ou é uma história que elas construíram?

Elas construíram a história de uma família. Tinha, por exemplo, uma coisa que a gente não comentou, mas que eu estou lembrando agora. Por exemplo, eu tinha já lá, naquela época – estou falando, aqui, de 1994, né? – o hábito de ler com as famílias os relatórios que iam para o Judiciário, que iam para o Conselho Tutelar, dar ciência para família: “Olha, enquanto serviço, o que eu vou informar é isso”, e elas participaram desse momento. Era algo muito inovador, na época, se você pensar em termos de metodologia, de acompanhamento. Era o que deveria ser, né? Mas não era. O profissional era meio que colocado como dono desse saber, né?

Esse daqui é o trabalho da I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, do ano 2000, em

que eu e uma psicóloga daqui de Campinas, que entrou comigo nesse mesmo concurso, escrevemos um pouco sobre compromisso social e prática profissional, em um olhar para a família.

E vocês encontraram outros trabalhos sobre Assistência na Mostra?

Encontramos. Nessa foto, tem eu lá na Mostra. Não sei se foi no Anhembi. Era um lugar grandão, em São Paulo, e eram muitos painéis, muitos. Acho que foi a primeira vez em que, nacionalmente, eu pude encontrar com outros profissionais, trocar, conversar. Então, foi bem legal ter essa possibilidade. Logo depois, fomos ao III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, que foi em Brasília. Para esse, a gente escreveu um pouco sobre a experiência com a adolescência – adolescência protegida e adolescência protetora. Escrevemos um pouco sobre a experiência com um grupo de adolescentes – mães do Renda Mínima, e sobre a experiência com um grupo de adolescentes em que eles fizeram um jornal. Então, eles escreviam um jornal e era muito legal, porque, aqui, nesse grupo do SAF, em especial, as adolescentes que participavam eram adolescentes com famílias com situação de violação, com situação de violência. Tínhamos adolescentes que já tinham ficado em abrigo e que relatavam como é a vida em abrigo. Então, era uma contribuição bem específica, um espaço bem específico. A gente pôde levá-los ao abrigo municipal de crianças e adolescentes, e eles contaram como foi a experiência, como foi voltar para sua família, ou não, né? Então, foi uma experiência muito rica a de produzir o jornal. E a gente gostava disso, de tentar escrever. Isso já estava um pouco em mim: “Ah, vamos escrever, vamos apresentar, vamos buscar gente para conversar”, né?

Depois disso, o que eu deixei aqui? Tem aqui o convite – que ainda ficou guardadinho. Esse convite foi para a inauguração da Casinha. Era uma casa doada pela COHAB¹⁵, que foi toda construída e gerida intersetorialmente. Então, ainda não tinha o CRAS; e aí a gente conseguiu inaugurar. A gente fez uma assembleia com a população, na quadra da comunidade, para decidir o que teria ali. E, ali, aconteceram muitas coisas: grupos do CRAS, alfabetização de adultos, grupos de centro de convivência da equipe de saúde mental. Foi um período bem rico de atividades.

Essa pasta aqui é um achado também, com os relatos que eu fiz do grupo na escola, de prevenção à violência doméstica. Eu ia com uma assistente social para uma escola, no período noturno, e fazíamos um grupo com pais que queriam discutir outra perspectiva, sem ser a da violência.

Aí tem a dissertação de mestrado [Senra, 2005]. A dissertação foi em busca dessa mudança toda produzida pela criação do SUAS. Eu comecei o mestrado em 2004, com o Fernando Gonzalez Rey, e era muito nessa busca do “Vamos lá pensar essa prática. Vamos lá, vamos para a academia”. Fui movida por isso, mais do que pelo título em si, então, fui em busca de conhecimento. E a pesquisa de mestrado envolveu grupos de psicólogos [Senra, 2005]. A gente fez acho que 10 encontros com esses psicólogos, com perguntas disparadoras, que incomodavam, que inquietavam também – desde cesta

15. A sigla COHAB refere-se à Companhia de Habitação Popular.

básica até o que o psicólogo faz aqui. E essas respostas estão todas transcritas neste anexo. Todos os grupos estão, aqui, transcritos. E a última é a palestra do Fernando, ele veio para encerrar esse processo.

Fora isso, o que eu separei de fotos? Algumas fotos de comunidade, à época, que eu tinha. Isso é incrível, o quanto mudou, gente. Esse é o mesmo território onde eu atuo hoje; então, isso aqui, hoje, é uma rua asfaltada. Em compensação, isso aqui, que era tudo área verde, está tudo ocupado por habitações, né?

De quando, mais ou menos, você acha que essas fotos são?

Eu acho que essa foto aqui é de 2004. Em 2013, quando eu volto, isso aqui já era muito diferente, muito, né? Aqui tem foto minha, aqui é reunião de equipe, do SAF. A gente tinha o hábito de, uma vez por semana, alguém da equipe ficar responsável por propor uma dinâmica inicial, de integração, de conhecimento da equipe; então, a gente tinha isso.

Aqui, sou eu no mestrado, transcrevendo fitas cassete para a dissertação.

E, por último, é uma publicação que a gente fez aqui, em Campinas, sobre o reordenamento da Proteção Social Básica [Valente & Senra, 2015]. A gente teve uma formação muito grande oferecida pelo Instituto Paulo Freire, de São Paulo aos trabalhadores de Campinas. Participaram não só os trabalhadores de CRAS, mas os trabalhadores de distritos de Assistência Social – que são os serviços, aqui, em Campinas, onde não tem CRAS implantado – mas também os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Acho que foi uma das maiores formações, em termos de quantidade de profissionais, e que tratava do reordenamento. Ela é legal e é especial para mim porque consegue mostrar um pouco dessa trajetória. Então, aqui, fala um pouco das SARs, dessa descentralização administrativa; fala um pouco do Serviço de Convivência, em Campinas, quando era executado pelo poder público, e de como se deu essa passagem para OSCs. Então, ela é importante, para mim, na sistematização dessas informações. Acho que é isso que eu consegui. Tem uns registros perdidos, que eu não consegui localizar.

É fantástico esse material todo. E só uma última pergunta. Você falou sobre seu mestrado. E seu doutorado também foi pensando na Assistência, né?

Foi. O mestrado, eu defendo em um ano e meio, né? Coisas do Fernando Gonzalez-Rey... Eu fiz mestrado e doutorado com bolsa CAPES II, porque eu trabalhava como funcionária pública, e aí, naquela época, houve a chance de eu fazer a defesa, em um ano e meio de mestrado, para eu ingressar no doutorado com a bolsa. Isso era fundamental para mim, enquanto servidora pública. Então, foi meio louco, por alguns meses da minha vida, enquanto escrevia a dissertação. E aí eu vou para o doutorado. No doutorado, busquei analisar as estratégias de enfrentamento, na atuação na política, mas aí saí do campo só da Psicologia e ampliei para os assistentes sociais [Senra, 2009].

E que estratégias de enfrentamento te interessava estudar, naquele período?

Me interessava – e continua me interessando, porque eu acho que o que eu escrevi na tese continua válido – estudar as estratégias de enfrentamento que passavam por três eixos principais, que são o eixo técnico, o eixo coletivo e o eixo político. Não basta eu conhecer muito o SUAS, ser muito boa psicóloga, para fazer os enfrentamentos lá dentro. Não basta eu ser, tecnicamente, muito boa, entender que a minha atuação é política, não-partidária, mas que ela tem esse campo político, e ficar sozinha lutando pelas coisas; eu preciso agregar esse campo do coletivo. Então acho que a tese trouxe essa maturidade, de eu olhar para isso, de que a gente precisa ampliar estratégias de enfrentamento. E aí são diários de campo das formações da época, né? O material foi contribuindo, foi corroborando tudo isso que eu pensava realmente. A defesa do doutorado foi em 2009, que eu finalizo com a Raquel Guzzo, porque tem a saída do Fernando da PUC-Campinas.

Carmem, a gente queria te agradecer imensamente por ter aberto seu baú de histórias e compartilhar sua trajetória com a gente. E queria te perguntar, só para gente finalizar, se tem mais alguma coisa que você gostaria de comentar, ou de nos contar.

Queria dizer que eu me sinto muito agradecida, que é um presente poder contar essa história. Eu conto as minhas histórias muito para quem está próximo de mim e quer ouvir tudo isso, mas é muito especial o projeto que vocês estão desenvolvendo, de sistematizar essas histórias. Eu acho que pensar nessas memórias é importantíssimo para a Psicologia, para a política pública. Então, o coração está muito quentinho, aqui, de compartilhar tudo isso. Eu acho que eu revisei muitos lugares, muitas emoções que a gente viveu, que eu vivo, né? Me fez pensar muito. Eu acredito no SUAS, acho que essa é uma mensagem importante. Eu luto e resisto por esse sistema. Eu já atuei fora dele, eu sei o quão difícil é você viver ao sabor dos ventos políticos, partidários, enfim, de outros interesses. Não é algo que eu desejo para nenhum profissional. Estar constituído enquanto uma política pública, enquanto sistema único, para mim, é um lugar sem volta, deveria ser um lugar sem volta. E que a gente possa fazer a defesa dele! Eu tenho milhões de questões dentro do SUAS, coisas que eu não concordo, coisas que eu não defendo, coisas que eu defendo fora da tipificação, e por aí vai. Mas a minha defesa é por esse sistema único, é por essa política pública. Acho que essa é a mensagem, que a gente lute por ela.

Mais uma vez, muito obrigada, Carmem.

DEBORAH AKERMAN¹⁶

Para iniciar, eu gostaria que você falasse quem é a Deborah Akerman.

Para isso, a cada momento na vida, a gente vai dando uma resposta diferente, né? No momento, eu respondo que sou uma mulher branca, privilegiada, eu sou judia (isso conformou muito minha identidade), sou psicóloga, mãe, mulher (essa questão do gênero também me caracteriza). Em relação ao tema sobre o qual a gente está conversando aqui, normalmente, quando as pessoas pedem aquele mini currículo, eu tenho me identificado de uma forma bem simples, que eu acho que me descreve: psicóloga do SUAS¹⁷. Mas assim, eu tenho mestrado em Psicologia Social, tenho especialização em Gestão de Assistência Social, fui trabalhadora do SUAS durante muitos anos. Atualmente, eu estou aposentada do trabalho do dia a dia, mas eu tenho percebido que essa identidade – de psicóloga do SUAS – é para além do trabalho cotidiano; ela é uma forma de ver o mundo, ela é uma forma de explicar as questões que a gente vê, a realidade.

Quando eu pensei nessa questão, eu me lembrei da introdução que eu fiz na minha dissertação de mestrado [Akerman, 2013], em que eu falei dessa história minha, que é um pouco de quem eu sou. O fato de eu ser judia me faz ter a experiência de grande parte da minha família ter morrido pelo nazismo. Meu pai é imigrante, ele veio da Romênia, e da família dele que ficou lá não sobrou absolutamente ninguém, e ele veio com isso. Então, acho que essa experiência – do nazismo, do autoritarismo, do preconceito, da discriminação – é muito forte para mim. Por outro lado, a minha mãe também é judia, mas ela é judia turca. No judaísmo, tem um pouco essas descendências: o judeu europeu é Asquenazi, né? E o judeu oriental é Sefaradi, de influência mais espanhola. Então, da minha mãe, eu trago muito essa herança da questão afetiva, da importância do relacionamento, do cuidado, que são características que eu acho que conformam essa minha identidade – quando eu falo que sou psicóloga do SUAS, a questão do cuidado, a questão da injustiça social, a indignação com essa realidade, com o que que pode se tornar são elementos importantes... Enfim, acho que eu sou um pouco disso aí tudo.

Fiquei até arrepiada, muito linda a sua história. E, no campo da Assistência Social, Deborah, como se deu sua entrada?

16. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 24/01/2023, na residência da entrevistada, em Belo Horizonte-MG. Além de Déborah Akerman, participaram da sessão Maria Fernanda Aguilar Lara (responsável pela condução da entrevista), Karoline Ruiz e André de Menezes (responsáveis pela captação audiovisual da entrevista).

17. A sigla SUAS faz referência ao Sistema Único de Assistência Social.

Quando me formei em Psicologia, eu já trabalhava – trabalhei, durante a formação, nas creches da universidade. Também diz de mim esse movimento que eu vivi na universidade. Dois grandes movimentos que me caracterizam e que têm a ver com essa minha entrada na Assistência: um é a moradia estudantil – a gente ocupou uma moradia estudantil em Belo Horizonte, chamada Borges da Costa, com essa busca de um mundo melhor, de ir contra o que estava posto, porque não tinha moradia estudantil; e também criamos uma creche dentro da universidade. Era 1980? Creche, naquele tempo, era algo que gerava muito preconceito, porque a visão que se tinha era a de que uma mãe devia ficar com o seu filho o tempo todo, então você levar o seu filho para uma instituição, para outro cuidar... Todas essas questões geravam muito preconceito. Então, eu vivi essa experiência, nós ocupamos um espaço e criamos uma creche, dentro da Universidade Federal de Minas Gerais – primeiro, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, onde eu estudava Psicologia; e, depois, antes de me formar, eu fui convidada para assumir a direção de uma creche lá no campus da Saúde, que era na Faculdade de Medicina, Hospital das Clínicas e tal. Lembro que uma professora do curso de Psicologia falou comigo: “Poxa! Mas você vai assumir uma coordenação antes de se formar?”. Estava nos últimos anos, e fiquei meio apreensiva, mas era um movimento... Tinha muita informalidade posta ali porque era contra-hegemônico, não era da universidade, ela não tinha assumido ainda a creche. E aí fui. Com o tempo, a gente foi conquistando a institucionalidade, vínculo de trabalho, tudo isso. Então fiquei trabalhando na universidade com creche.

Eu estava falando de quando me formei. Quando me formei, passou um mês e pouco e falei: “Gente, acho que eu fiz o curso errado, acho que eu devia ter feito Pedagogia”, porque eu estava muito envolvida com a área da formação, da Educação, nessa perspectiva. E depois eu fui entender que na Psicologia cabem essas discussões. Eu fui entender que a Psicologia cabia em diversos espaços: ela cabe na Educação, na empresa, na Saúde.... E aí isso foi fortalecendo, né?

Então, eu fiquei na creche, depois trabalhei em algumas escolas, nessa perspectiva. Teve um período em que a creche mudou a forma como estava organizada, houve um reordenamento, não me interessou mais... Eu sou muito desses movimentos contra-hegemônicos, então, quando está tudo assim, já pronto, eu falo: “Não, então agora eu vou para outro lugar”. E aí eu fui trabalhar em uma casa de apoio para crianças e adolescentes em situação de rua, em Belo Horizonte. Na época, a gestão administrativa era de uma entidade.

Você já era formada quando isso aconteceu?

Já sim, aí eu já era formada. Me formei em 1985 e isso foi em 1992, então já tinha um tempo. Saindo da área de Educação, entrei nessa área. Nessa casa, fui contratada como psicóloga e comecei a trabalhar. Ninguém me falou o que era para fazer, eu não tinha muita ideia, eu estava vindo da área de Educação, então não sabia muito o que fazer, e fui aprendendo ali. Passou um ano, teve um concurso da prefeitura. Essa casa, na época, funcionava via convênio, não tinha parceria com a prefeitura. Passou um ano, teve um

concurso para a Prefeitura de Belo Horizonte e “O Consolador”, que era a entidade que nos contratava, nos ofertou horas de trabalho a menos, para a gente estudar para o concurso. E aí eu estudei, passei; inclusive, eu passei muito bem, fiquei em quinto lugar, e cheguei lá, na Assistência Social.

Você comentou, no início, que foi contratada pela sua formação nesse trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. Por que você acha que contrataram uma psicóloga, naquele momento?

Pois é, eu tenho pensado muito nisso. Eu acho que tem muito do imaginário da sociedade do que a Psicologia pode fazer, ainda um imaginário muito vinculado com a clínica, tanto é que me deram uma sala. Nessa época, um pouquinho antes, eu tinha passado por uma experiência de consultório... nunca deu certo; cheguei a montar um consultório, equipei ele todo, e nunca consegui ficar lá. Quando eu cheguei nessa sala, ela me lembrou o meu consultório. A sala já estava montada quando eu cheguei; tinha uma mesa, tinha um material, tinha desenho, folhas, coisas para desenhar, tinha jogos; então assim, ela era muito parecida com esse imaginário da Psicologia Clínica. E aí eu até tentei, fui chamando um a um para sentar lá, mas, na verdade, isso não funcionava com os adolescentes de rua. Primeiro, porque eles saíam e entravam quando queriam, as regras eram completamente desprezadas por eles. Comecei a perceber que não era por aí; e comecei a pensar, conversando com algumas outras colegas, que também estavam psicólogas em outras casas, o que era possível fazer. Aí eu comecei a pensar em atividades mais coletivas. Comecei a deixar a porta da minha sala aberta e os meninos foram entrando. Comecei a escutar o que eles estavam falando e, a partir daí, comecei a pensar em momentos mais coletivos para discutir determinados temas. Lembro que tinha uma outra casa, que era perto dessa, onde a gente criou a casa de conversa do grupo. Às vezes se falava “Hoje vai ter uma roda de conversa”; eu lembro que a gente começou a trazer pessoas da Saúde para discutir a questão do uso de camisinha, proteção.

E outra questão que eu acho que foi muito interessante foi que eu comecei a prestar atenção em como a casa estava organizada, como eram as suas regras, como era seu funcionamento, como era a participação dos adolescentes – acho que a Psicologia me deu subsídio para isso, a partir da perspectiva da Análise Institucional. Percebi que ali era um caminho interessante, e comecei a convidar os adolescentes para discutir essas regras. Acho que foi aí que deslanchou um pouco o trabalho, sabe? Começamos a organizar como ia ser o funcionamento, fizemos pequenas assembleias, e começamos a pensar nisso. Outra questão que me chamou a atenção lá foi essa ideia do acompanhamento, de você ser uma referência. Na Saúde, tem o acompanhamento terapêutico, mas é diferente. Entendi que eu, como psicóloga, podia ser uma referência para aqueles adolescentes. Eu não precisava chamá-los, eles vinham, traziam, voltavam, né? Então era a questão de organizar um espaço de apoio.

Você comentou que, em 1994, teve um concurso da Prefeitura, e você passou

como psicóloga. Em quais serviços você atuou, após entrar na Prefeitura? Que funções você desempenhou?

Na verdade, no concurso, eu não entrei como psicóloga. Eram cargos de recrutamento amplo, então, nesse concurso, eu entrei no cargo de Educador Social II. Isso significava que você precisava ter nível superior na área de Humanas. Era um espectro bem amplo, né? Estávamos em 1994. Então, o concurso foi bem geral, nesse sentido. Entraram junto comigo 45 pessoas; eu lembro que tinha filósofos, historiadores, psicólogos, assistentes sociais, até biblioteconomista. A gente não tinha ainda uma caracterização profissional de formação, era um cargo de espectro amplo. Bom, e aí quando eu entro, tinha uma espécie de triagem que foi feita a partir das experiências de trabalho. Nessa época, 1994, a Assistência Social ainda era muito subsidiária das outras políticas públicas: tudo que não cabia na Saúde, estava na Assistência Social; se não cabia na Educação, estava na Assistência Social; as clínicas da LBA¹⁸, as creches, né? Então, esse grupo que fez a triagem – foi até a Fundação João Pinheiro que coordenou essas triagens – viu o meu currículo. Eu tinha 10 anos de experiência com creche, então eles me levaram para o trabalho com creches, porque uma pessoa que estava vindo com essa experiência, não tinha escapatória, né? Na verdade, o concurso foi feito para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, mas como tinha esse serviço lá, eles entraram.

Aí eu fui trabalhar com creches. Em Belo Horizonte, na época, nós tínhamos 194 creches. A gente até produziu esse material aqui [Prefeitura de Belo Horizonte/SMAS, 2001], que eu acho que é bem rico, sobre essa experiência [mostra o material]: “História contada de 1993 a 2000”. Eu entro em 1994, e fico até 2000, quando a gente entrega as creches para a Educação. Então, eu acho que a minha trajetória está ligada a esse processo de definição do objeto da Assistência Social, porque a gente foi lá para a Secretaria de Educação criar as condições... Eu fui ser conselheira na Educação, representando a Assistência, para, dentro do Conselho de Educação, falar da importância de receber as creches. Ajudamos a construir lá dentro as estruturas necessárias para que eles pudessem receber as creches, na época conveniadas, já que a LDB¹⁹ é de 1996. Mas você veja bem, só em 2000 que conseguimos levá-las para lá. Então, esse processo foi muito importante, porque foi todo um debate sobre o que é da Assistência, o que que não é, o que significa a Assistência Social, qual é o objeto, né?

Eu não estava diretamente envolvida, porque eu estava com as creches, mas também teve um movimento de entrega das clínicas, das antigas LBA, para a Saúde. Depois, posteriormente, junto com as creches, tinha um atendimento aos adolescentes e às crianças, de 6 a 14 anos, no contraturno escolar, que demorou mais ainda para chegar na Educação. Então, vejo que esse primeiro período do meu trabalho no pré-SUAS – que eu acho que é interessante caracterizar – foi um trabalho de organização, de definição de objeto, do que é objeto da Assistência e do que não é. E aí, nesse caso, eu entrei muito com o que eu tinha, que era Psicologia Educacional.

Como eu tinha uma experiência, de fato, muito grande, nós criamos muitos projetos

18. A sigla LBA faz referência à Legião Brasileira de Assistência.

19. A sigla LDB faz referência à Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394, 1996)

importantes de melhoria da qualidade. Acho que vem da Psicologia a discussão sobre a supervisão de creches, a melhoria do olhar voltado para as crianças, para os adolescentes. Também vem da Assistência, que me permitiu incorporar a questão do direito – porque, até então, não tinha muito essa concepção da LOAS²⁰, a gente não estudava isso na universidade. Então, a gente trabalhou muito o direito das crianças pobres a uma educação de qualidade – hoje, a gentealaria negras, periféricas, né? Naquele tempo, não tinha muito essa discussão. E isso mobilizou muitos movimentos, desde o setor de prestação de contas, em aceitar determinados itens que podiam ser considerados supérfluos. Lembro-me de um exemplo, só para ilustrar aqui: uma instituição tinha comprado um cloro, porque ela tinha uma piscina, e trabalhava com crianças, e o setor de prestação de contas falou: “Não. Como assim, cloro? Como assim, piscina?”, em uma perspectiva de que isso seria supérfluo. Então, todo esse alinhamento da questão dos direitos das crianças pobres terem uma educação de qualidade, e essa mudança de cultura institucional da Secretaria (a gente entrou em uma Secretaria pré-Constituição) foi moroso, demorado.

Acho que essa discussão do campo dos direitos que a gente foi fazendo tem a ver com a Psicologia. Acho que eu sou muito influenciada pela Análise Institucional, então, comecei a perceber: “Uai, gente!” – “Uai, gente” é mineiro, né? – Nós estamos aqui trabalhando a questão dos direitos, mas o setor tal, que também atende o diretor da instituição, está vetando uma questão por preconceito contra as crianças pobres, por não ter essa concepção de direito”. Então assim, acho que essa experiência da Análise Institucional fez com que a gente fosse trabalhando essas culturas institucionais, e também com os diretores de creches. Nós criamos ali também fóruns com as diretoras de creches – com debates, com rodas, fomos para dentro das creches. Organizamos um trabalho, que era para estar ali presente uma vez por semana; eu era supervisora, nesse momento. A gente escolheu uma creche com potencial interessante para servir de referência – e uma creche que estava em piores condições, para a gente ir também experimentando. E fomos fazendo isso passo a passo; a gente desenhou uma escadinha, eu acho que isso é da Psicologia, e entendia que o processo de construção do campo dos direitos é subjetivo também, né? Ele precisa desses debates.

Deborah, você estava contando sobre esse período entre 1994 a 2000, em que vocês tiveram que pensar toda essa questão da entrega das creches para a Educação. Em certa medida, você já até falou disso que eu vou perguntar, mas eu queria te ouvir mais a respeito. Ainda que não tenha sido contratada por ser psicóloga, você trouxe muito da Psicologia nessa experiência. O que você avaliava que era mais desafiador, nesse momento pré-SUAS, na sua atuação?

Então, acho que, naquele momento, não estava muito posto o dilema da atuação da Psicologia. Eu localizo esse dilema mais para frente, em 2011, principalmente depois da Resolução 17, que vem colocar a Psicologia como obrigatória. Na NOB-RH/SUAS

20. A sigla LOAS faz referência à Lei Orgânica de Assistência Social (Lei, nº. 8.742, 1993).

(Resolução nº. 269, 2006), a Psicologia entra, mas ainda tem aquela questão de ser ou não preferencial, né? Apesar de ser o segundo profissional mais presente nas equipes de referência listadas na Resolução, ficou no imaginário um pouco essa ideia de que o profissional é preferencial, que podia não ser da Psicologia. E eu acho que com a Resolução 17/2011, isso fica mais demarcado. Então, nesse período, essa questão não estava posta. Eu falo muito que eu me sentia parte do mutirão de implantação da LOAS. A gente era parte desse mutirão, e eu me sentia perfeitamente adequada assim, trazendo as questões da Psicologia, da minha formação. Então, os maiores desafios dessa época têm a ver com aquilo que eu estava comentando, com a construção de uma política pública que garante direitos; então, era esse o nosso principal desafio: direitos, olhar para esse público e considerá-lo sujeito de direitos. Além disso, tinha o desafio de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem a reboque, junto à própria Constituição. Então, era um movimento de cidadania, de implementação, e implementar não é fácil, né? Então, acho que esse era o principal desafio: criar as estruturas, os conselhos. Nesse período, a gente também teve muita mobilização para criação de conselhos – Conselhos da Criança e do Adolescente, Conselho de Assistência Social, Conselho de Educação, Conselho da Pessoa com Deficiência, conferências – então toda essa estruturação de um ambiente de promoção de cidadania. Eu enxergo esse período nessa perspectiva.

Você comentou que tinha outros psicólogos com os quais você conversava. Eles atuavam nessa mesma linha do que você está trazendo? Você conhecia psicólogos que atuavam nesse período pré-SUAS devido à sua formação?

Sim. Eu acho que, na Prefeitura de Belo Horizonte, que era onde eu atuava, a gente tinha mais ou menos a mesma perspectiva. Eu acho que eu tive contato com algumas colegas que começaram a trazer algumas pesquisas. Eu lembro que as pesquisas eram sobre determinados fenômenos que a Psicologia estava investigando: trabalho infantil, violência, abuso sexual. A política era organizada em torno desses fenômenos, então as pessoas estavam aprofundando teorias sobre eles. Eu me lembro de algumas colegas psicólogas envolvidas nisso. Eu, por exemplo, trazia muito a discussão do brincar, do desenvolvimento infantil, que tinha a ver com a Psicologia também: na relação com as famílias, discutia o desenvolvimento infantil, a sexualidade, a questão dos adolescentes. Eu me lembro de algumas colegas que traziam discussão sobre o abuso, sobre a violência, sobre a questão da repetição (quem abusa foi abusado, quem trabalhou no trabalho infantil também bota seus filhos para trabalhar...). Eu me lembro desse debate que a Psicologia trazia. Era uma pesquisa sobre os fenômenos. Tinha também uma discussão um pouco mais incipiente sobre o idoso, da qual eu não participei muito. Eu acho que a gente também trouxe a questão da Saúde Mental – eu lembro que isso apareceu muito nas medidas socioeducativas, por conta do abuso de álcool e drogas. A Psicologia tinha uma experiência importante no campo do debate antimanicomial, e a gente conseguiu trazer isso para dentro da Assistência Social, na discussão dos acolhimentos institucionais – a ideia de não segregar, das instituições não serem instituições totais.

Então, acho que o debate era temático.

Eu lembro, inclusive, que a medida socioeducativa, em Belo Horizonte – que na época chamava “Programa Liberdade Assistida” e “Programa Prestação de Serviço à Comunidade” – tinha uma influência muito grande da Psicanálise, tinha uma supervisão até com o Célio Garcia, que é um psicanalista importante, que fazia uma análise dos casos, das histórias. Lembrando disso, acho que tem um ponto importante na entrada da Psicologia no SUAS que é o fato de algumas pessoas terem ficado um pouco receosas disso virar uma clínica. Eu não acho que era, não, eu acho que era uma forma que a Psicologia trazia para enxergar os processos, ou compreender os processos de desenvolvimento desses adolescentes ou os envolvimento que eles tinham com os atos infracionais. O programa em Belo Horizonte teve um desenvolvimento muito interessante, muito. Em um determinado momento, ele começou a causar um certo constrangimento – percebo isso também –, sobre a relação da Psicologia com o SUAS: “Não, espere aí! Tem um limite. Nós não vamos fazer clínica”, mas era um conhecimento da área da Saúde Mental, que estava entrando. Aí se falava assim: “Ah, mas a gente tem que trabalhar a família, não é individual”. Então a gente tinha algumas arestas para serem compreendidas e serem pensadas, que é saber aquilo que não é do SUAS. Mas foi uma contribuição importante, eu acho.

Você está relatando contribuições em diversas frentes, ou diversos espaços. Você avalia que essa contribuição, naquele momento, era mais sistematizada, mais organizada, ou não?

Olha, eu não estava no Sistema Conselhos, mas, como psicóloga que sou, eu também não recebia do Sistema Conselhos nenhuma orientação. Se não me falha a memória, a primeira publicação do CREPOP¹ foi em 2008 [Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007]. O Sistema Conselhos teve uma publicação anterior sobre violência, que não era específica do SUAS, porque exatamente a Psicologia estava tratando dos fenômenos, e não da política. Tem um fato que ilustra esse momento, que eu sempre gosto de contar, o de uma colega, professora da PUC², que estava no entrando no Conselho Regional de Psicologia – eu nem CRP³ tinha, quer dizer, eu tinha o CRP, mas eu tinha pedido a suspensão porque eu achava que era só... Eu também vivi essa questão, depois que eu fui entender, depois teve toda uma mudança aí, em que a identidade da Psicologia veio forte. Mas essa colega, que estava no CRP, estava lá começando a fazer essa discussão; aí pelos anos de 2008 ou 2009, me pediu para ir no CRP falar sobre a Psicologia no SUAS. Eu neguei, porque eu falei: “Eu não sei falar sobre isso. Eu sei falar sobre o SUAS, mas sobre a Psicologia no SUAS, eu não sei”. Quer dizer, hoje, eu faço uma leitura diferente desse aspecto. Eu acho que não tinha o Sistema Conselhos; tanto é que eu entro no Sistema Conselhos em 2011 ou 2012, a convite da Márcia Mansur,

1. A sigla CREPOP faz referência ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

2. A sigla PUC faz referência à Pontifícia Universidade Católica.

3. A sigla CRP faz referência ao Conselho Regional de Psicologia.

que foi uma conselheira do CFP⁴. Ela assumiu uma cadeira lá, como conselheira, no Conselho Federal de Psicologia, ela foi conselheira nacional de Assistência Social, e me convidou para ser colaboradora. Então, eu entro no Sistema Conselhos, nessa época, e vejo que tem uma discussão, tem muita demanda, mas uma demanda ainda pouco trabalhada. Então, é ali que a gente começa... Quer dizer, a gente começa não, antes já tinha o Joari [Carvalho], a própria Ana Bock, já tinham desenvolvido essa discussão. Mas era uma discussão ainda desvinculada dos trabalhadores – era uma discussão da Psicologia, mas não estava ainda integrada com o que estava acontecendo ali, na ponta, conosco, com a categoria.

Deborah, em que serviços você atuou e quais eram suas atividades no período de transição (entre 2000 até 2005) e no pós-SUAS (depois de 2005)?

Ainda no pré-SUAS – só para fazer essa ligação –, em 2000, a gente entregou as creches para a Educação, e começamos a pensar o que é que ficaria para a Assistência Social, porque tinha um recurso muito significativo para as creches, que era da antiga LBA, talvez o maior recurso que tinha na Assistência Social era esse. Então, nós mandamos as creches, mas não mandamos recurso, então, foi maravilhoso isso! A gente ficou com o recurso, e começamos a pensar o que da Assistência Social tinha a ver com esse público: crianças pequenas (a gente chamava assim), famílias de crianças pequenas (a gente já introduziu a matricialidade sociofamiliar ali) e aí criamos um programa que chamava “Criança Pequena”. Esse programa foi bem interessante porque aí a gente começou a trabalhar com a família e com a comunidade; acho que a gente já estava na transição do pré-SUAS para o SUAS nessa época. Nós criamos algumas frentes nesse Programa “Criança Pequena”. A gente criou uma “Casa do Brincar”, nas comunidades, onde a criança tinha que ir com a família, algum membro familiar, um irmão, uma avó, uma tia; o nosso objetivo era criar cultura lúdica e promover o desenvolvimento dessas crianças através da atividade do brincar. Criamos praças nas comunidades; a gente tinha o Dia do Brincar, em que os brincantes iam para lá, e começamos a fazer atravessamentos com outros serviços da Assistência Social. Então, nos abrigos, a gente começou a usar o recurso que a gente tinha para comprar brinquedos, para comprar um guarda-roupa para cada um, para que cada um tivesse o seu armário, a gente começou a trazer essa ideia de privacidade, de singularidade, começamos a fazer formação. Então, olha para você ver que a gente estava ainda em transição; a gente já era temático, nosso tema era criança pequena, e começamos a trabalhar esse tema, atravessando outros serviços. É bem uma transição entre o pré-SUAS e o SUAS, porque a gente já estava fazendo transversalidade ali. E começamos a fazer oficinas com as famílias de criança pequena, para discutir desenvolvimento infantil. Aí também fizemos um programa interessante, que chamava “Mala de Recurso”. A gente montou uma mala de recurso, com brinquedos, fantoche, e contratamos um brincante, para subir a favela e começar o atendimento em domicílio. Ali, a gente estava fazendo um embrião do atendimento à criança, à família com pessoas com deficiência, à criança e adolescente com deficiência.

4. A sigla CFP faz referência ao Conselho Federal de Psicologia.

Ela subia – a gente falava subia – a favela, subia as comunidades, ia nas casas brincar com as crianças, junto com a família, envolvendo a família. Então, foram programas bem de passagem.

No Pré-SUAS ainda, a gente organizou a Secretaria assim: uma diretoria com todos os programas de criança e adolescente, e outra com todos os programas de adultos. Eu era responsável por todos os programas de crianças e adolescentes, eu me lembro que eram 15 programas. Nesse período, eu conheci mais as medidas socioeducativas, os acolhimentos institucionais... Ali, esse eixo da matricialidade sociofamiliar foi ficando mais desenvolvido.

Você ficou nessa diretoria até que período?

2005 e 2006. É porque o SUAS, em Belo Horizonte, demorou a se consolidar. Foi um processo, em que os serviços foram se organizando aos poucos depois de publicada a Tipificação [Resolução nº 109, 2009]. A gente já tinha o CRAS⁵ e muitos programas de execução, mas não tínhamos o CREAS⁶. Aí com o que eu trabalhei nessa diretoria? Primeiro, com todos esses programas, e depois a gente começou a separar um pouco o que era Proteção Básica e Especial. No primeiro momento, foi isso, começamos a separar o que era Básica e o que era Especial. Nós tínhamos CRAS em Belo Horizonte, mas a Especial ainda era o SOSF – Serviço de Orientação Sociofamiliar – atendendo às famílias de crianças e adolescentes que estavam em abrigos, algo que fazia parte de outra Diretoria. Então, a gente começou primeiro a fazer a separação – Especial e Básica – e depois a gente começou a organizar os serviços, a fazer esse reordenamento. Eu fiquei um pouco nesse movimento também, de ajudar a fazer. Depois eu fui para uma regional, fui trabalhar em uma regional, coordenando um CREAS, onde tinha a Proteção Social Especial. Nesse momento, a gente já estava com essa organização da Especial e da Básica, e aí fui... fomos trabalhando nesse reordenamento mesmo para o SUAS.

E como você acha que essas mudanças, da legislação nacional, afetaram o seu cotidiano de trabalho?

Olha, eu acho que foi um processo difícil, entre generalização e especialização. Eu falei que nós vínhamos de um debate por fenômenos, na época em que eu trabalhava com crianças e adolescentes, e foi difícil para mim abandonar isso. Era difícil sair da zona de conforto. Eu conhecia muito bem a política para criança e adolescente, mas como, de repente, eu vou trabalhar com temáticas de adulto, de idosos? Então, acho que foi um processo muito difícil, foi muito dolorido.

Tem um outro caso que eu gosto de contar. Na época, eram kombis, né? Então, a gente estava com uma kombi, que atendia criança e adolescente – nessa época, a gente

5. A sigla CRAS faz referência ao Centro de Referência de Assistência Social.

6. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

estava trabalhando com combate ao trabalho infantil. Eu coordenava, mas participava de algumas ações ali também. Então, eu fui ter contato com essa família porque eles tinham uma criança em situação de trabalho infantil. Chegamos lá com a kombi e na mesma casa tinha uma outra kombi, do programa que atendia pessoa com deficiência, porque na família tinha uma criança que estava trabalhando na rua, e tinha uma pessoa com deficiência. Então a gente entendia que tinha algo ali para ser repensado, na linha da matricialidade sociofamiliar. Mas, ao mesmo tempo, a gente sentia que a gente perderia esse aprofundamento do fenômeno que a gente aprendeu a construir – como eu falei, a gente vinha, na Psicologia, desenvolvendo muitas pesquisas sobre isso. Então eu falava: “Poxa! Como é que eu não vou falar mais sobre a importância da brincadeira?” Eu fui uma das que defendi que a gente tinha que ter um equilíbrio entre uma coisa e outra; até hoje, eu acho que essa é uma equação necessária, algo que exige uma organização de agendas, inclusive. Os Sistemas de Garantia são organizados por segmentos, então você tem todo o sistema do idoso, você tem a delegacia separada, juizado separado, promotoria separada, da pessoa com deficiência, da criança e outras; então você lidar com essa totalidade é muito mais difícil. Daí eu acho que esse dilema ainda persiste, sabe? Eu dou aula sobre proteção social e violação de direitos, e tem um artigo que eu trabalho que fala muito da falta de identidade do CREAS, né?, porque você lida com fenômenos tão complexos, e a gente é um generalista. Então eu resumiria nisso: acho que o principal desafio, naquela época, do reordenamento do SUAS, foi manter um conhecimento aprofundado sobre determinados fenômenos e, ao mesmo tempo, considerar essa matricialidade sociofamiliar.

Eu gostaria de retomar agora a questão que você colocou, que você foi convidada pela Márcia Mansur para assumir um cargo em 2011, 2012. Como foi essa experiência nacional? Em que você atuava? Que debates estavam em voga?

De 2011 para 2012, a Márcia Mansur assumiu o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Nacional de Assistência Social, e me convidou para colaborar. Eu participei da elaboração da cartilha do CREAS [Conselho Federal de Psicologia, 2012]. A gente percebia, no debate que a gente fazia, que o SUAS já tinha um desenho muito avançado, mas a realidade estava muito aquém, muito aquém. Eu contei que, em Belo Horizonte, a gente estava tentando, mas, em nível nacional, a gente ainda encontrava questões, principalmente depois da Resolução 17, de 2011, que trouxe a Psicologia como obrigatória, teve uma expansão muito significativa de psicólogos no SUAS. Eu me lembro que, na época, a gente falava em 23 mil, não sei qual é o número agora. Então havia pessoas com muita crise de identidade: “O que a Psicologia faz?”. Foi um processo efervescente, de tentar responder essa demanda da Psicologia, “O que a gente vai fazer no SUAS? Como é que trabalha lá?”. As respostas que a gente tinha, pré-SUAS, não serviam mais. Então foi extremamente desafiante também, porque nós tivemos que construir novas respostas, adequadas a um novo momento da Assistência Social, organizado como SUAS e, ao mesmo tempo, com uma chegada de um número grande de psicólogas. Por outro lado,

também, veio forte, nessa época, a identidade de trabalhadora, então a gente entendeu que ser psicóloga no SUAS também era ser trabalhadora do SUAS. Nós éramos também um dos segmentos que compunham a política, porque aí começou a ser organizada uma política, em nível nacional, a partir de um grupo que se entendia como gestão, como governo. O segmento da sociedade civil era formado por trabalhadores, entidades e usuários, então começou também um movimento de entendimento de que lugar é esse, né? Nessa época, eu saí da gestão, então pude entrar de cabeça nesse movimento.

Quando eu saí da gestão, teve uma mudança de governo aqui; e eu fui para o Conselho da Criança e do Adolescente, como secretária executiva, representando os trabalhadores. Nessa época, o CFP foi muito importante para a consolidação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Então, por isso que eu acho que a Psicologia – não só, claro, estava lá o Serviço Social, Fisioterapia, Terapia Ocupacional –, mas a Psicologia foi uma das protagonistas na estruturação do campo do trabalho, no SUAS. Fizemos muitas campanhas interessantes; e me lembro que, no CFP, houve um seminário muito significativo sobre interdisciplinaridade⁷. A gente foi buscando entender qual era o lugar de cada profissão, com o que cada uma contribuía. Criamos uma campanha para concurso público; criamos um lema, relacionado ao direito, porque a discussão do trabalho envolve uma concepção de direito também dos usuários. Eu acho que também isso tem a ver com a Psicologia, acho que a Psicologia está presente também nessa luta política; não é corporativa, não é por nós, psicólogas, mas é pela Assistência Social, toda discussão do compromisso social da Psicologia, então uma Psicologia a serviço da sociedade. Então acho que a Psicologia entrou muito fortemente nisso, sabe? Nós fomos bastante protagonistas; começou uma produção grande de material.

Nesse momento em que você participava mais ativamente com essa contribuição da Psicologia para o campo, quais eram os principais desafios que você identificava?

Eu acho que a questão da defasagem entre a formação da Psicologia e a entrada das psicólogas no SUAS. Havia também uma precariedade do mundo do trabalho, tinha um rodízio muito grande, todo dia estava chegando psicóloga nova. Nesse período, eu comecei a participar também do Conselho Regional de Psicologia, comecei na Comissão⁸. A Comissão, aqui, começa em 2011, e eu assumo a coordenação em 2013, se eu não me engano, ficando três anos nela. Nessa comissão, todo dia tinha gente nova chegando. Com os salários baixos e os vínculos de trabalho precários, tinha essa preocupação de criar um corpo de trabalhadoras com mais estabilidade, porque ia formando, e ia saindo, e ia vindo outros... Então o maior desafio era esse. Teve um dia em que eu falei: “Gente, eu não aguento mais, todo dia tem gente nova”. Era uma comissão aberta e cada dia chegava uma psicóloga nova. Era um momento importante, era um lugar importante,

7. A entrevistada faz referência, aqui, ao II Seminário Nacional do FNTSUAS, realizado na sede do Conselho Federal de Psicologia, nos dias 20 e 21 de setembro de 2013. Mais informações sobre o evento podem ser acessadas em <http://fntsuas.blogspot.com/p/ii-serminariop-fntsuas.html>.

8. Déborah Akerman refere-se, aqui, à Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social do CRP-MG.

que eu identifico como um marco de mudança, né?

A gente fez um debate aqui, em Belo Horizonte, com a Bader Sawaia e a Maria das Graças [Marchina Gonçalves], fizemos uma discussão sobre a Psicologia no SUAS; eu acho que, a partir dali, ficou consolidada a mudança, tanto que a gente saiu dali falando assim: “Pronto, mudamos”. Fomos até a um congresso lá, na Sílvia Lane, levar um pouco do que as psicólogas traziam. A gente esquematizou isso: era crise de identidade, precariedade do trabalho e relação com o Judiciário, esses estranhamentos, eram esses três grandes pontos. Aí lá, no congresso, o pessoal até falou assim: “Publica isso, gente, porque agora vão ter outras questões”. Aí a gente começou a publicar isso; temos cartilha do CRP [2019], que trabalhou isso.

Houve um encontro mineiro, no auditório da FUMEC⁹ – FUMEC é uma faculdade que tem aqui, né? –, lotado. Lá, a Bader falou: “Gente, vocês podem acolher o sofrimento”. Essa frase, eu acho que foi muito significativa, porque se a gente não podia fazer terapia, se a gente não podia fazer clínica, a gente tinha ficado desprovido do fazer da Psicologia, e ali, quando ela fala isso... E vieram consequências dos debates a partir daí. A gente começou a trabalhar muito, no CRP também, com relatos de experiências dessas pessoas, depois publicando, para dizer da diversidade de ações da Psicologia. Eu acho que a gente conseguiu mudar de fase, né? Então, isso foi interessante.

Deborah, você comenta que você chegou ao Sistema Conselhos em 2011/2012. Você acompanhou o debate sobre a obrigatoriedade da Psicologia na Assistência Social, em nível nacional?

Eu cheguei já com esse debate posto. Quem estava no Conselho Federal, se eu não me engano, era Ana Bock, nessa época. Eles trabalharam muito bem, tanto é que a Psicologia entrou nesse debate – acho que obviamente teve um protagonismo do CFP nisso, né? Eu chego logo em seguida, com isso já posto, mas aí para definir qual era, então, a contribuição da Psicologia.

E você acompanhou, em Belo Horizonte, como foi essa luta para que a Psicologia fosse reconhecida?

Como eu te falei, aqui em Belo Horizonte, a gente não se sentia não reconhecido nesse debate em princípio. Entretanto, as pessoas que estavam em Belo Horizonte – Simone Albuquerque, José Cruz, Rosilene Rocha, Patrus Ananias, o André Quintão que está até lá agora – foram as pessoas que foram para Brasília, então acho que a gente se sentiu muito representada nesse debate, porque a gente foi construindo aqui o lugar da Psicologia, em que era muito apaziguado esse debate.

Apaziguado, como?

9. A sigla FUMEC refere-se à Fundação Mineira de Educação e Cultura.

Apaziguado, no sentido de que a gente tinha um espaço importante, a gente era chamado a contribuir, tinha um reconhecimento. Apesar de, como eu falei, tinha aquela questão do limite, da Psicanálise, do individual, tinha um certo medo de até onde ia, mas a gente tinha um grupo de psicólogas que entendia bem esse papel.

Tinha alguma articulação mais definida, entre psicólogos, para pensar esse papel?

No CRP, sim, desde 2011, ano em que se criou a Comissão de Psicologia e Assistência Social, no CRP, aqui, em Minas.

Antes disso, não havia algo mais sistemático?

Não, não. Em 2011, a Comissão é criada, coincidentemente, pelo meu irmão, que também é psicólogo¹⁰. Ele criou essa comissão lá no CRP; ele era conselheiro, na época. Depois eu entrei, e aí assumi, e continuo com a comissão.

Eu acho que o desafio do SUAS foi muito diferente para psicólogas e para assistentes sociais, porque, para psicólogas, teve esse desafio que eu comentei, da defasagem na formação. A gente não estudava concepção de direito, de cidadania, isso não fazia parte da formação (agora, eu acho que a formação mudou muito). A gente não estudava política pública, mal se estudava a saúde mental. Então, eu acho que, nesse momento, nós, da Psicologia, que estávamos já atuando no SUAS, tivemos um trabalho muito para dentro da categoria. Então, hoje, eu avalio que a gente talvez contribuiu menos com esse debate nacional porque a gente tinha uma demanda muito grande para dentro. Então, nós, que estávamos nas instituições de Psicologia, a gente precisou muito dialogar com a categoria, com os colegas que estavam chegando; a gente fez um movimento muito grande com as universidades também. Aqui, no CRP, e no CFP também, a gente começou a discutir currículo, a discutir concurso. Aí começaram a aparecer outros concursos para além da área clínica – campo de imaginário forte ligado à atuação da Psicologia. Nós, lá no CFP, começamos a fazer também esse debate; até fizemos um documento dizendo que Psicologia cabe no SUAS [Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2011]. Então, a gente teve que olhar muito para dentro da Psicologia. Naquele momento, eu acho que a Assistência Social foi andando, e a gente na Psicologia foi fazendo a discussão para dentro – uma espécie de ponte, tentando traduzir o movimento da Assistência Social para dentro da categoria. Fomos lamentando, e hoje a gente está tendo que correr atrás, porque esse discurso do SUAS, das normativas, acabou tendo pouca contribuição da Psicologia mesmo, porque a gente estava fazendo esse movimento.

Deborah, como você acha que a entrada maciça de psicólogas no campo da Assistência, após Resolução 17/2011, afetou a Psicologia?

10. O irmão mencionado pela entrevistada é Jacques Akerman.

Eu vejo que a gente ainda está tentando traduzir o que foi construído na Assistência Social para a Psicologia. Vou dar um exemplo aqui: um termo utilizado é Trabalho Social com Famílias, mas, na Psicologia, a gente usa mais a ideia da intervenção psicossocial. Então, quando a gente viu, já estava posto. Eu acho que a gente conseguiu resultados importantes: psicólogo pode e deve compor conselho; psicólogo deve fazer uma discussão política, compor fórum de trabalhadores; acho que a Psicologia contribuiu muito para isso. Nesse ínterim, o material de orientação estava sendo produzido [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010]; acho que Lúcia Afonso, que trabalhou no primeiro material, foi uma das pessoas da Psicologia que mais tiveram entrada na discussão dos grupos, na discussão do trabalho coletivo no SUAS. Você veja, naquele tempo, no MDS¹¹, eu não me lembro de ter psicólogas entre as diretoras; na equipe de consultoria, só conheço Lúcia Afonso que participou como psicóloga, todas as outras profissionais eram assistentes sociais. Eu me lembro de uma conferência – várias conferências, aliás –, e em uma delas, nós, inclusive, fomos questionar a coordenação da conferência porque tinha cinquenta mesas no evento, e não tinha um psicólogo. Então aí eu acho que tem uma questão, não diria que é corporativismo, mas a Psicologia tem pouca prática desse movimento político de construção. A gente estava fazendo essa construção para dentro, e perdemos o *timing* dessa construção ali, no SUAS, né? Então, agora, a gente está correndo atrás. A gente tem um movimento importante da Psicologia, hoje, né?

E aí falando das contribuições da Psicologia, sem dúvida alguma, ela contribui com trabalho coletivo, que ainda é um desafio para ser implementado – e aí eu estou falando da Psicologia, e não de psicólogas, porque mesmo profissionais do Serviço Social, como Abigail [Torres], que discute vínculo, utiliza as teorias da Psicologia para fazer essa discussão. Isso porque a Psicologia envolve a intervenção psicossocial, em um primeiro momento, é um campo psicossocial. Eu acho que a gente entrou a partir de um imaginário equivocado, de que o Serviço Social ia trabalhar com o objetivo, e a gente ia trabalhar com o subjetivo, como se fossem campos estanques. Entretanto, a Psicologia foi construindo um entendimento de que o subjetivo e o objetivo não são estanques, a gente conseguiu ir fazendo isso; então, a gente foi trazendo alguns debates importantes, nos desafios com o público, né? Porque o Serviço Social trouxe muitas contribuições: como trabalhar com comunidade, como fazer avaliação das famílias, a discussão de renda, a discussão de solidariedade, a discussão de previdência, a discussão de proteção social... Coisas que a gente não sabia direito, sobre o campo dos direitos. Mas a gente entrou com “como isso dialoga com o público que a gente atende? Como chamar o trabalho social com famílias? Como faz? Quais são as metodologias?” Aí, nessa hora, a Psicologia é uma importante teoria, prática, conhecimento, profissão, para ajudar a pensar esse desafio. Então, a gente trouxe muito essa discussão, do subjetivo. Trouxemos a discussão da autonomia, do protagonismo, da emancipação, como se transforma, como faz, metodologia de trabalho. E ainda teve muito equívoco, de achar que, por exemplo, para o trabalho ser interdisciplinar, tem que estar os dois juntos.

11. A sigla MDS refere-se ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outro equívoco é achar que o psicossocial é ir para dentro da comunidade, trabalhar com grupo porque é mais fácil, racionaliza recurso, e não pela riqueza que um trabalho coletivo tem. Ainda tem muito equívoco do trabalho muito individualizado – e aí não é só da Psicologia, não –, dessa ideia de colocar a responsabilidade na pessoa, na família... E eu acho que a Psicologia Social já tem o costume de dialogar com outras áreas; a gente dialoga com a Antropologia, com a Sociologia, né? Então, acho que, para a gente, trazer esses conteúdos das outras áreas foi importante. Da Antropologia, eu destacaria a questão cultural, que fala: “Ah, o cultural no trabalho infantil...”. Então, não basta responsabilizar a família, você tem que fazer um trabalho de desconstrução. Atualmente, eu acho também que a Psicologia trouxe elementos muito interessantes da discussão atual da interseccionalidade. Eu lembro, eu estava em uma discussão, quando a gente começou a falar de raça, de gênero. Era a Psicologia que trazia esse debate: “Poxa! É matricialidade sociofamiliar, mas estamos falando só com as mulheres, então, essa mulher está sobrecarregada”. De novo, eu acho que a Psicologia ajuda a gente a pensar esse contexto social, político, de gênero. Então, eu acho que nós ajudamos a trazer questões de gênero, de raça, a questão do estigma e do preconceito. Foi a Psicologia que lançou a campanha contra o preconceito. Na época eu participava da CONPAS (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social)¹², nós lançamos uma campanha, aqui em Minas, e fizemos esse caderninho, chamado *Orientações a Trabalhadores e Trabalhadoras para Ações Contra o Preconceito* [Conselho Regional de Psicologia do Estado de Minas Gerais & Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, 2018]. Eu acho que esse material foi escrito pelo CRP, em parceria com a SEDESE¹³, com o governo e o Conselho, então foi uma contribuição da Psicologia, das teorias que dizem da desigualdade social; a gente começou a discutir essa questão da equidade, né? Então, eu diria que essas têm sido contribuições importantes da Psicologia.

Sim. Muito incrível essa reflexão, e essa resposta que você dá para essas duas questões. Por fim, uma última pergunta, você já acabou tocando nela ao longo de toda entrevista: uma das questões que motivaram essa pesquisa é que a gente ouve com frequência que “a Psicologia caiu de paraquedas no SUAS”. O que você pensa dessa frase?

Então, voltarei lá, em 2011. Eu digo que a Psicologia, como profissão, não estava preparada para aquela expansão posta, que em todo CRAS, em toda a Proteção Básica, em todo CREAS era obrigatório ter um psicólogo. A gente não estava preparado para isso, enquanto profissão, né? Então, aí foram chegando milhares de psicólogas no SUAS, e em municípios pequenos. Hoje nós temos CRAS em todos os municípios do Brasil, então, de repente, aquela psicóloga era a única psicóloga do município; então tem isso também, a Assistência provocou a expansão do campo da atuação da Psicologia, e ela tinha demandas. Existia, também, um imaginário social sobre a Psicologia, que ela é do campo da clínica, da saúde mental. Então, eu acho que essa é a sensação de que tanto

12. A Conpas é uma comissão do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

13. A sigla SEDESE faz referência à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

a categoria não estava preparada para essa chegada, quanto o SUAS não estava bem regulamentado, debruçado sobre esse assunto, embora soubesse de sua importância.

Até hoje, eu acho que tem um estranhamento. Eu falo que o SUAS é revolucionário nesse sentido, porque o SUAS, diferente das outras políticas públicas, não tem atribuição específica, as atividades são as mesmas; eu não conheço nenhuma outra política pública que seja assim. Na Saúde, médico tem um trabalho médico, assistência social é o trabalho da assistente social, psicólogo... Mesmo que sejam equipes, mesmo que tenham trabalhos em comum, mas é o médico quem receita, a enfermeira quem... enfim. Na Assistência Social, o trabalho, as atividades do Serviço Social, da Psicologia e de outros profissionais, às vezes são as mesmas, então isso é muito desafiante, e a gente escuta, assim: “Poxa! Mas o que me diferencia?”. A gente vem de um sistema muito corporativista também, de profissões, e o SUAS fala que “Não...”. Aí, por exemplo, nós fomos vencendo isso na história do SUAS, né? No começo, para ofertar benefício eventual ou outros benefícios, só a assistente social conseguia fazer aquela avaliação, porque era um parecer – isso entra em toda a discussão do que que é privativo da Psicologia, o que que é privativo do Serviço Social. Porque a Assistência Social, como história, o Serviço Social estuda na faculdade, eles estudam previdência, a história da previdência, a história da Assistência Social, e a Psicologia não; então, ela caiu de paraquedas por isso, porque a gente não tinha formação para atuar na área... Hoje, mudou muito, mas não tanto quanto necessitaria, mas acho que já mudou bastante a formação.

Muito bom. Eu acho que é isso, e queria registrar não só nosso agradecimento, como equipe, mas também dizer que entrevista riquíssima! Foi um aprendizado muito grande. Muito obrigada, Deborah.

IOLETE RIBEIRO DA SILVA¹⁴

Para começar, nós gostaríamos que você se apresentasse: quem é Iolete Ribeiro da Silva?

Eu sou psicóloga, nasci no Estado do Tocantins, quando ainda era Goiás. Minha carreira profissional é toda ligada à Psicologia e ao ensino da Psicologia. Sempre atuei no campo dos direitos humanos e nas políticas públicas, mais diretamente na área da atenção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, mas também com o sistema socioeducativo. Sempre nas políticas públicas de Educação, de Saúde e de Assistência Social. Morei em três estados e, em todos eles, atuei nas políticas públicas, tanto lá, no Tocantins, quanto em Brasília, e aqui no Amazonas, onde moro há 20 anos. É isso.

E conta um pouquinho para a gente como se deu a sua entrada no campo da Assistência Social.

Quando eu era adolescente, participava de atividades de uma organização não-governamental, chamada COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação. Era uma ONG¹⁵ criada por profissionais de saúde, em sua maioria oriundos de São Paulo, que, no final dos anos 1960, migraram para o norte de Goiás para trabalhar com saúde coletiva. Eles tinham trabalhos na comunidade: grupo de crianças, grupo de idosos, atividades sociais, comunitárias, formação de lideranças. A partir dessas atividades, passei a gostar de trabalhos sociais. A equipe da COMSAÚDE realizava reuniões nas casas das pessoas, juntavam um grupo de mulheres no quintal de alguma casa para falar sobre direitos da mulher, e as crianças iam junto também. Eu ainda era criança, na realidade, tinha nove, dez anos e acompanhava as reuniões. Então, isso me fez entender o sentido desse tipo de atividade, porque eu via a importância para a minha comunidade. Nessa época não existia o SUAS¹⁶, mas tinha algumas atividades comunitárias que ainda não eram vinculadas a uma política pública. Quando comecei a trabalhar – tanto na Educação, quanto na Saúde –, passei a construir projetos sempre articulados com a Assistência Social. Naquela época, eram programas mais pontuais, principalmente ligados à garantia da alimentação, como distribuição de alimentos, cursos de alimentação alternativa (hoje chamada de Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCS ou programas relacionados à moradia popular ou construção de fossas sépticas. Então, eu sempre tive esse olhar para a Assistência Social, como

14. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 06/10/2022, pelo Google Meet. Além de Iolete Ribeiro, participaram da sessão Mariana Prioli Cordeiro e Maria Fernanda Aguilar Lara (responsáveis pela condução da entrevista).

15. A sigla ONG faz referência à Organização Não Governamental.

16. A sigla SUAS faz referência ao Sistema Único de Assistência Social.

uma ação integrada a outras ações políticas. Quando me formei em Psicologia – em 1989, 1990 –, comecei a atuar no campo da Educação, olhando mais para as questões da infância e adolescência, mas sempre pensando essa articulação com a Assistência Social. Durante um tempo, trabalhei com programas que hoje seriam classificados como da Assistência Social. Eram programas oferecidos em um assentamento, onde atendíamos adolescentes no contraturno escolar – a gente chamava de atividade socioeducativa, mas não tinha a ver com o Sinase¹⁷. Os programas envolviam, também, assistência às famílias daquela região, com atividades que objetivavam contribuir para a manter a frequência escolar de crianças e adolescentes. Então, associei essas atividades a ações de Assistência Social.

Esse foi o seu primeiro trabalho como psicóloga?

Sim, foi o meu primeiro trabalho como psicóloga. Antes, eu tinha tido experiência como estagiária, trabalhando também nas comunidades, com alfabetização de idosos, com acompanhamento de crianças no contraturno, mas era estágio. Esse outro trabalho foi já como psicóloga.

E você foi contratada para atuar nessa instituição em função da sua formação em Psicologia, ou era uma vaga mais ampla e você, como psicóloga, pôde assumir?

Não, fui contratada como psicóloga mesmo, porque eles entendiam que a Psicologia podia contribuir. Era uma equipe interdisciplinar com três profissionais: uma pedagoga, eu, como psicóloga, e uma assistente social.

E como era o trabalho de vocês? Quais eram as principais atividades que vocês faziam?

A gente fazia visitas às famílias para ver como estava o ambiente doméstico e a convivência das crianças naquela família, conversávamos e identificávamos se eles estavam precisando de algum auxílio. Geralmente, tinham demandas em relação ao acompanhamento das atividades escolares – às vezes, os pais me relatavam dificuldades em relação a isso e a gente tentava encontrar serviços na comunidade que pudessem auxiliar, ou então na própria instituição. Tínhamos também alguns recursos para oferecer para aquelas famílias: oficinas – como a de marcenaria; uma padaria, que também era um espaço de formação profissional; vários cursos e atividades artísticas ou mesmo reforço escolar. Algumas crianças ou adolescentes tinham mais dificuldades – era uma região com muita violência policial e uso abusivo de álcool e outras drogas, então, às vezes, a gente precisava fazer um acompanhamento mais próximo para tentar auxiliar no manejo dessas situações. Para alguns casos, acessávamos recursos

17. A sigla Sinase faz referência ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

da instituição ou outros disponíveis na comunidade: conseguíamos encaminhar aquela criança ou algum membro da família para participar de algum outro projeto, que auxiliasse nas suas demandas; outras vezes não. A gente também recorria aos serviços do GDF¹⁸, que eram serviços do Estado, mas a oferta era mais restrita, não havia tantas possibilidades ou locais para encaminhar. Então, a gente procurava acionar os demais equipamentos quando eram questões para as quais já sabíamos que havia recursos, como, por exemplo, moradia ou atendimento de saúde. Na realidade, o que o nosso trio fazia era tentar ver a situação de cada família, se aproximar dela, e ser um ponto de referência para que ela soubesse que poderia conversar com a gente. A gente não tinha tanto essa noção de que o que fazíamos, hoje, seria classificado como uma ação da Assistência Social, a gente chamava de “atendimento psicossocial”. Nosso trabalho também era muito próximo à escola: a gente conversava muito com a escola da comunidade, para tentar fazer essa aproximação, porque a escola tinha muitas queixas em relação às famílias e, às vezes, não entendia que aquelas famílias não possuíam os recursos que ela esperava. Inclusive para acompanhar as tarefas escolares, porque muitos pais tinham estudado muito pouco, não eram alfabetizados, e aí, às vezes, a escola não queria tomar conhecimento disso – só mandava a tarefa e queria que voltasse pronta. Então, a gente fazia essa mediação entre essas famílias e os serviços públicos, serviços de ONGs, ou de igrejas, que existiam ali, na região. Esse era o nosso cotidiano. A gente fazia os registros para acompanhar aquelas famílias. Só que eram projetos que dependiam de financiamento externo, e aí eles funcionavam três, quatro anos e davam uma parada, depois continuavam com outro financiador. Às vezes tinha essas interrupções.

A instituição era vinculada a que órgãos financiadores?

Na maioria desses projetos, os financiadores eram estrangeiros. Havia instituições da Alemanha e da Itália que repassavam recursos. Em momentos muito pontuais, havia recurso de convênio com o governo, mas, na grande maioria das vezes, eram recursos de fora do país. Depois, chegou uma época em que essa instituição cedeu o espaço, porque estava muito difícil manter gastos, principalmente de energia, de água, essas coisas. Ela fez um acordo com o Governo, que passou a utilizar as instalações físicas da instituição, mas com seus servidores – nessa época, eu já era concursada pública e tinha ido trabalhar na Educação, como psicóloga escolar.

Essa instituição era em que cidade, ou em que estado, e até quando você ficou lá?

Foi em Brasília. Eu me formei em 1989 em Brasília, trabalhei um período fora, no Tocantins e voltei para Brasília, onde fiquei de 1993 até dezembro de 2000. Em 2001, me mudei para o Amazonas.

18. A sigla GDF faz referência ao Governo do Distrito Federal,

E você chegou a trabalhar em algum outro serviço da Assistência Social, tanto pré quanto pós-SUAS?

Não, não trabalhei. A gente tinha atividades com a LBA¹⁹, que ainda existia nos dois municípios em que eu atuei. Tínhamos parcerias, só que eu não era servidora da LBA. A LBA nem tinha tantos servidores, eles trabalhavam muito com voluntários. Então tinha essas parcerias, às vezes, eu dava curso, sempre era chamada para fazer palestra.

Você nos disse que fazia parte de uma equipe com três profissionais de diferentes áreas. Como era esse “fazer junto”, tanto com a LBA quanto com as outras técnicas que faziam parte da equipe?

Com a LBA, foi uma experiência muito rápida porque eu era bem jovem, já estava no trabalho com a comunidade e acabava participando, mas logo ela foi extinta²⁰. Agora, com as colegas, a gente ficava na mesma sala, então a gente sempre se reunia e planejava em conjunto as atividades. Inclusive, a experiência que eu tive nessa ONG, a COMSAÚDE, foi muito importante para a minha formação profissional, porque eles não tinham muito essa preocupação com divisão de tarefas por área profissional, com o que era privativo de cada profissão. Eram profissionais de várias áreas, com formações diferentes, que trabalhavam na perspectiva de que a gente deveria pegar um problema, analisá-lo e cada um, a partir do seu olhar, falava em como poderia contribuir para pensar em soluções. Depois, enquanto servidora pública na Saúde, também atuei com esse mesmo grupo, e foi uma experiência riquíssima, no sentido de uma prática interdisciplinar – eu não conhecia esse nome, não sabia o que significava o conceito, eu fui entender isso só depois, estudando no mestrado. Mas, desde quando eu participava dos grupos como alguém que era assistido por aquelas atividades, eu já percebia esse modo de trabalho bem cooperativo. Depois, quando, já formada, fui atuar com essas colegas, a gente trabalhava também assim, nessa mesma sintonia, entendendo que mais importante do que saber o que era da Psicologia, o que era da Pedagogia, ou do Serviço Social, era tentarmos encontrar caminhos para aquelas situações com as quais nos deparávamos, porque algumas eram situações que mexiam com a gente, primeiro, por ver a mesma família, ao longo dos anos, permanecer em situações muito difíceis.

Tinha o caso de uma mãe com muitos filhos e sempre ficava tentando arrumar um marido. E sempre que conseguia um companheiro, imediatamente, ela engravidava, achando que isso ia fazer com que ele quisesse se casar, e aí não se casava, e ela ficava só. Ela não conseguia cuidar da casa, tinha problemas de saúde, alcoolismo. Ela precisava de acompanhamento, mas recusava. Então, a gente via o tempo passando e a situação se reproduzindo. Muitas dessas situações, nós considerávamos muito complexas e difíceis, e entendíamos que mais importante do que fazer uma atuação que tivesse essa

19. A sigla LBA faz referência à Legião Brasileira de Assistência.

20. A LBA foi extinta pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995.

preocupação com o que era privativo de cada um, era pensar em como auxiliar aquela família, e como contribuir para que ela conseguisse ter autonomia, conseguisse superar as dificuldades. A gente sabia que muita coisa não conseguiríamos resolver, porque seriam necessários recursos públicos e eles não existiam, mas era importante que a gente tentasse fazer o que estivesse ao nosso alcance. Então, por isso, o nosso método de trabalho sempre era esse: de trazer a situação, tentar analisar, estudar para ver o que existia de experiência naquela comunidade; identificar profissionais que a gente poderia chamar para conversar com a gente e ajudar a pensar alternativas, ou mesmo avaliar, entre nós, o que estava dando certo, o que não estava dando certo; era isso. A gente se reunia muito e conversava muito, inclusive porque usávamos a mesma sala. E todo mundo era muito jovem, muito no início do trabalho, sem experiências profissionais anteriores, com vontade de aprender, mas ainda sem tanto conhecimento. Tínhamos muito essa vontade de acertar e de aprender, para poder contribuir de alguma forma.

E tinha outras psicólogas na organização, em outras equipes?

Não, não tinha outras psicólogas. As referências que eu tinha da Psicologia eram muito mais da minha formação profissional, ou de cursos que eu buscava fazer. Isso porque a grande maioria trabalhava só com a clínica, e muitas até achavam que aquilo que a gente fazia não tinha a ver com a Psicologia, então, eu não tinha pares com quem conversar. Eu já tinha conhecido uma psicóloga, que trabalhava na Sucam²¹ – que depois virou Funasa²² –, e ela fazia um trabalho com comunidades. Depois, eu fui trabalhar com pessoas com hanseníase – depois de sair desse primeiro trabalho, de que a gente estava falando agora, fui para esse outro – eu comecei a entender outras coisas e ver outros profissionais que tinham uma atuação na comunidade. Mas, nesse primeiro momento – foram três anos nessa primeira atividade –, eu não consegui encontrar referências que me ajudassem a pensar a partir da Psicologia. E, às vezes, até eu ficava pensando: “Será que o que eu estou fazendo tem a ver com Psicologia?” Porque a referência da minha formação de graduação era somente psicologia clínica. Eu também tinha recebido uma formação muito mais direcionada para a clínica. O meu curso de graduação era muito focado na Psicologia Experimental, foi um curso criado por um biólogo, que tinha muitos laboratórios de Psicologia Experimental, muitos experimentos com animais. O curso tinha uma perspectiva biológica, eram muitas disciplinas de fisiologia, muitos laboratórios de fisiologia, e o que tinha de Psicologia era voltado para a clínica. Eu não tive nenhuma disciplina de Psicologia Social, de Psicologia Comunitária. O curso foi muito voltado para a pesquisa – porque tinha muitos experimentos com animais – ou para a clínica. Eu não tinha referências da área social ou comunitária. Foi mesmo na prática que eu fui sentindo a necessidade de outros conhecimentos. E quando eu virei servidora pública, nesse segundo trabalho, eu tive acesso a formações fora do meu serviço, fora do estado, conheci outros profissionais e vi outras experiências que me mostraram que existiam outras coisas e que o que eu queria fazer era Psicologia

21. A sigla Sucam faz referência à Superintendências de Campanha de Saúde Pública.

22. A sigla Funasa faz referência à Fundação Nacional de Saúde.

também.

E, hoje, você acha que o que o trabalho, por exemplo, do COMSAÚDE era um trabalho de psicóloga?

Hoje, eu entendo que sim. Eu consigo entender as razões dessa preocupação em estabelecer uma rede de cuidado com as pessoas, com o trabalho técnico, sem aquele viés assistencialista – na COMSAÚDE não tinha esse viés, mas tinha em alguns outros lugares pelos quais passei. Desde o início, a COMSAÚDE tinha um trabalho de formação política, em uma perspectiva de desenvolvimento da autonomia daquelas famílias: tinha processos de formação de liderança comunitária, de construção de reivindicações, era todo um trabalho de incidência política e de construção de um espaço de participação social. Mas, naquele momento, eu não tinha recursos teóricos e técnicos para entender a relação disso com a Psicologia. Eu fui entender só depois e, só com o tempo, fui ampliando essa certeza de que era Psicologia.

Eles tinham uma visão de saúde, de trabalho comunitário, bem ampla, não era focada nas questões biológicas. A maioria era profissional de saúde, mas eles não tinham uma visão patologizante das situações, eles sempre discutiam a relação entre as condições de vida e as condições de saúde, e também não separavam muito essa coisa de saúde mental e de saúde física, ou de condições de vida. Eles me ajudaram também a entender isso. Mesmo que não utilizassem uma terminologia que fosse mais familiar à Psicologia, eles diziam isso de várias formas e, à medida em que eu fui participando do trabalho, fui compreendendo dessa forma. Por exemplo, eu participei de muitas reuniões de mulheres – eu ainda era criança, mas era uma atividade em que eles não separavam as idades. As pessoas estavam ali, tinha idoso, criança... Quem quisesse ficar, ficava. Essas reuniões eram realizadas nos quintais das casas; então, eles começavam a conversar. O foco era discutir a situação das mulheres, falar dos direitos da mulher, da proteção à mulher, que a mulher não tinha que achar que era natural sofrer violência. Mas eles falavam disso de uma maneira tão leve... Eram conversas. Então, para mim, fazia muito sentido, só que eu não sabia explicar; eu não sabia as razões desses encontros, dessas conversas. Percebia que eram importantes – a gente percebia os movimentos, porque, inclusive, tinha mulheres da família que participavam, que tinham relacionamentos abusivos, sofriam violência, e eu via a transformação delas, elas passavam a entender que não tinham que aceitar. As mais velhas falavam: “Não, é assim mesmo, isso é vida de mulher”, e aí eu, criança, falava: “Mas eu não quero isso para mim, não. Se isso aí for casamento, eu nunca vou querer me casar”. E com as atividades do grupo, eu fui percebendo: “Olha, tem outra possibilidade de vida para a mulher”. Eu só ouvia, não estava ali participando da reunião, porque estava circulando – brincando com outras crianças, mas acabava ouvindo, de alguma forma, o que as mais velhas estavam falando. Então, essa forma de trabalho que elas construíram era um encontro entre pessoas, no qual mesmo tendo ali a doutora, a enfermeira, elas não se colocavam dessa forma na comunidade. Esse [trabalho] tem tido continuidade, são mais de 50 anos, e a COMSAÚDE continua atuando. Muitas pessoas que começaram o trabalho já morreram,

mas o trabalho continua. Já faz muitos anos que eu não tenho contato, mas sei que continua. E era muito isso: “Nós somos iguais, sem distinção, aqui é uma profissional falando, ali...”. E uma dessas profissionais, em um determinado momento, era uma psicóloga, que se casou com um médico e se mudou para a cidade. Aí ela participava, às vezes ela estava ali, e eu não me ligava muito nessa presença, de quem era de que profissão, porque eles não se colocavam tanto assim, né? Mas muito tempo depois, eu fiquei sabendo que ela era psicóloga, e aí também fui entendendo a forma dela estar no grupo, entendendo que não existia essa divisão entre saúde, saúde mental, modos de vida na comunidade, organização comunitária, porque tudo era tratado como coisas articuladas.

Eu acho que essa experiência foi importante para marcar a minha formação, porque a graduação não contribuiu para isso. A graduação contribuiu muito mais para aprender a ler, para aprender a escrever, para ter autorização para atuar, mas a minha formação mesmo, aconteceu depois da graduação, nos serviços e nesses movimentos de ir atrás de cursos. Inicialmente, era participando de congressos. Nos congressos, eu ouvia relatos de outras experiências, que também me despertavam a atenção, e buscava leitura, buscava cursos, até que eu tive a possibilidade de fazer mestrado. Mas como eu fiz graduação em uma instituição privada, que não tinha pesquisa, eu nem sabia o que era mestrado, não sabia sobre pesquisa. Nessas atividades de formação no serviço, é que eu fui descobrindo.

Quando eu virei servidora pública, meu primeiro emprego foi na Secretaria de Saúde, no programa de hanseníase – era um programa de DST¹ e doenças tropicais, mas eu focava mais a minha atuação no acompanhamento de pessoas com hanseníase. Era um serviço já consolidado, eu fui a primeira psicóloga de lá. Quando eles me chamaram, falaram que queriam alguém que ajudasse a trabalhar a questão da adesão ao tratamento, porque aquela região – nessa época, eu estava no Tocantins – era uma região endêmica para hanseníase, e o tratamento era de longo prazo, havia poucos medicamentos disponíveis, as pessoas não podiam ficar esquecendo, ou recomeçando, porque podia gerar resistência, e não tinha muita alternativa de tratamento. Então era muito importante que elas fizessem o tratamento com regularidade para evitar sequelas. Também tinha aqueles pacientes mais antigos, que já tinham feito o tratamento ou que nem tinham acessado o tratamento, e que já não estavam mais com o bacilo ativo, mas seguiam com sequelas nas mãos, nos pés. Esses pacientes precisavam se conscientizar da necessidade de cuidado, porque a falta de sensibilidade os expunha às lesões, às feridas, principalmente nos pés, já que eles não sentiam frio, calor, dor, e aí iam se machucando com frequência. Então, eu fui para esse serviço.

No mesmo serviço, tinha também o programa de DST/Aids, que estava no início ainda. Estava começando o *boom* da doença no país, mas já tinha, no Ministério da Saúde, um setor bem organizado. Então, a partir dessas ações do Ministério da Saúde, a gente, do serviço, acessava as formações, e eu pude viajar, ir para outros lugares, fazer cursos, conhecer pessoas que pesquisavam, conhecer pessoas que tinham mestrado, que

1. A sigla DST faz referência a Doenças Sexualmente Transmissíveis.

tinham doutorado, e eu falava: “Olha, isso existe”. E aí fui buscar fazer leituras, até que descobri o mestrado, na UnB², e me preparei para fazer a seleção. Eu não tinha muita noção de como as coisas aconteciam, nunca tinha estudado outra língua, porque a maior parte da minha formação foi lá no Tocantins – quando ainda era Goiás –, e não tinha muito acesso a essas coisas. Só estudei em escola pública e a professora da escola pública não sabia inglês, ela tinha sido colocada na disciplina sem formação – os professores eram distribuídos assim. Então, esse era um grande empecilho que eu tinha, mas eu tentei me preparar sozinha mesmo, e consegui passar na prova, e fui fazer o trabalho. Então, isso foi um reforço a mais.

Eu acho que o mestrado foi um ponto muito importante na minha formação profissional, mesmo achando que o curso da UnB era elitista. Era um curso que utilizava muitas referências estrangeiras. A maioria dos professores tinha feito formação nos Estados Unidos ou Europa, então, as referências não dialogavam com a minha experiência profissional, com o meu lugar de origem e com minha identidade negra. Mas, ainda assim, foi muito importante passar por aquela formação. Acho que foi a partir daí que eu fui, de fato, ter mais autonomia, mais segurança para o trabalho que eu realizava, e para dizer: “Eu posso construir uma forma de trabalho, posso me reconhecer como profissional dessa área”, porque, antes, eu ainda tinha muitas inseguranças, por essa ausência mesmo de referências, de não ver outras pessoas trabalhando, de não ter outros profissionais para dialogar. Porque quando eu fiz o concurso público, na Secretaria de Saúde, eu era a única psicóloga; depois eu fui para a Educação, eu era a única psicóloga; nas experiências de Assistência Social, era a única psicóloga. Então, nos anos 1990 iniciei minha atuação profissional, o mestrado, eu iniciei em 1996 – e foi só aí que eu tive mais contato com outras pessoas da Psicologia, e isso fez muita diferença. Acho que foi um diferencial na minha atuação.

E o que você estudou no mestrado, Iolete?

Quando eu apresentei o projeto, na seleção, a proposta era trabalhar com a temática de adesão ao tratamento das pessoas com hanseníase. Nessa época, éramos responsáveis por uma região muito grande do Tocantins, incluindo a região do Jalapão, que tinha um isolamento muito grande. Hoje, já tem estrada, mas, naquela época, não tinha, então a gente tinha que ir de avião, alguns iam de animal, nos cavalos – porque não tinha como ir de carro por ser rodeada por muita areia, a não ser o serviço da SUCAM, que tinha jipes com tração nas rodas que conseguiam chegar até lá, mas era uma viagem bem penosa e bem demorada. Então, a gente conseguia ir de avião. Era um avião pequenininho, cabiam quatro pessoas e nem pista de pouso tinha, era uma coisa improvisada. Íamos uma vez ao mês, a enfermeira, o médico e eu. Eles levavam a medicação, faziam o atendimento das pessoas, e eu conversava com a comunidade, conversava com as pessoas para entender como é que andava a rotina deles, se eles estavam conseguindo fazer o tratamento, tomar os cuidados para se proteger dos ferimentos, das lesões... Eu me preocupava muito com

2. A sigla UnB faz referência à Universidade Nacional de Brasília.

a questão da comunicação, de como conversar, de como explicar para que houvesse mesmo um diálogo, porque tinha uma distância tão grande nas referências culturais. Eu era da região, a enfermeira também, o médico era de fora e, às vezes, a forma como ele falava fazia com que as pessoas ficassem olhando e pensando assim: “O que mesmo ele está falando?” Então, a gente ajudava a mostrar uma forma de comunicação que fosse acessível para eles, que eles entendessem o que era o medicamento, que ação o medicamento produzia, para que eles ficassem convencidos de que aquilo fazia bem, de que eles precisavam seguir com o tratamento. Então, eu apresentei uma proposta de pesquisa sobre adesão a tratamento nesse contexto da minha experiência, mas mesmo tendo sido aprovada, a orientadora falou: “Olha, aprovei, mas eu não entendo disso. Você tem que mudar o seu tema”, e aí eu tive que mudar o tema, e passei a fazer um trabalho com idosos. Me mudei do Tocantins para Brasília, quando começaram as aulas do mestrado, fui morar em uma cidade-satélite, na periferia de Brasília, e lá tinha na comunidade, um grupo de idosos. Então, eu fiz a pesquisa com eles: eu entrevistei 96 idosos para conhecer as rotinas de vida deles, e estudar sobre as tarefas evolutivas dos idosos – minha orientadora trabalhava com a teoria do desenvolvimento no curso de vida de Paul Baltes, aí eu fiz a pesquisa sobre isso [Silva, 1998].

Ah, bacana, Iolete. Eu queria só voltar um pouquinho para o início da sua trajetória. Você comentou que enfrentavam uma série de dificuldades, como, por exemplo, quando ficavam sem recurso e o projeto era encerrado, ou quando faltava recurso para implementar alguma ação que vocês consideravam importante. Queria que você contasse para a gente quais outras dificuldades vocês encontravam no trabalho nessa organização específica.

Houve um período em que começamos a ter dificuldade em função de questões políticas, porque algumas autoridades locais começaram a ver aquele trabalho como perigoso: “Esse povo está andando demais, falando demais...” E aí começaram a criar obstáculos, dizendo: “Eles são comunistas”. Então, por exemplo, nessa época – isso foi em 1991, 1992 –, eu tive um envolvimento com a criação do Conselho Municipal da Criança, porque, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado, imediatamente nós começamos a conversar na cidade: “Vamos criar o conselho!”. Aí chegou um juiz da Infância que apoiou a ideia, e a gente começou a ir aos bairros, a conversar com a associação de moradores: “Vamos organizar, vamos montar uma reunião”, e a gente fez a reunião e criou o Conselho Municipal. Eu assumi a presidência, na primeira gestão deste Conselho Municipal e, nessa época, o prefeito começou a nos perseguir. Inclusive, isso fez com que eu decidisse sair da cidade, porque pessoas me seguiam na rua e eu ficava insegura. Então, eu fui embora da cidade, abandonei o trabalho. As pessoas que ficaram sofreram pressões, em alguns momentos até foram impedidas de trabalhar por um período. Foram muitos embates, até que se conseguisse resolver isso e superar. Como eles não conseguiram perseguir a instituição, a perseguição era individual, iam atrás das pessoas. Então, foi um período difícil, nesse sentido. E, também, se não tinha recurso para pagar os profissionais, para alguns que tinham outros empregos, estava tudo bem, porque eles ficavam meio período lá, e meio período no emprego, mas para

a maioria que não tinha outra fonte de renda, era muito complicado, porque as pessoas precisavam sobreviver. Então, isso também era um empecilho grande. As dificuldades eram dessas duas ordens, a material e a questão política.

O que era esse “andar demais” e “falar demais”?

Eles achavam que a gente tinha intenção de se candidatar, de concorrer na disputa de espaço com eles. Porque a forma de fazer política, naquela época, era muito baseada na troca, na possibilidade de levar alguma coisa e disso ser visto como “Ah, essa pessoa é boa, então, vamos votar nela” – o que, infelizmente, não é tão diferente hoje. Então, eles achavam que a gente ocupava o espaço deles ao estar na comunidade. Achavam que estávamos aparecendo muito, porque a comunidade nos identificava como um ponto de referência para saber das coisas e superar as dificuldades. Isso era visto como perigoso, porque concorria com o tipo de poder que eles queriam exercer junto àquelas pessoas.

Quando você começou a falar do seu trabalho nessa instituição, você comentou que ainda não se usava o nome Assistência Social, mas que, hoje, o que vocês faziam poderia ser chamado de assistência social, estaria dentro do SUAS. Por que você acha isso? O que tem de similar com o que, hoje, constitui o SUAS?

Essa preocupação com o núcleo familiar como um todo, de não fazer ações pontuais ou olhar só assim: “Está com fome, precisa dar cesta básica”. Dava-se a cesta básica, mas também se entendia a família e o lugar que aquela família ocupava na comunidade. Encontrava-se estratégias para ajudar a família a buscar sua autonomia, a não ser dependente daquele serviço. Pelo menos teoricamente, o SUAS propõe isso, apesar de ele ter muitas limitações, inclusive de capacidade de funcionamento – porque não tem orçamento, porque as equipes são sobrecarregadas, porque não há uma intenção dos gestores públicos de que os serviços cumpram suas finalidades –, mas eu acho que, pelo menos na intenção da política, tem essa semelhança.

Você integrou o Conselho Federal de Psicologia por um bom tempo, e você era conselheira do CFP³ no momento de criação da Política Nacional de Assistência Social. Como essa nova política, ou as discussões que resultaram nessa nova política, repercutiram nas ações do Conselho?

Nesse momento, eu estava no CFP e ele participou muito das discussões, principalmente quando fez aquela experiência do Banco Social de Serviços⁴. Acho que essa aproximação da Psicologia com a Assistência Social se deu muito a partir das políticas de proteção

3. A sigla CFP faz referência ao Conselho Federal de Psicologia.

4. De acordo com o site do CFP (<https://site.cfp.org.br/>), o Banco Social de Serviços em Psicologia funcionou entre os anos de 2003 e 2005, com o “objetivo de reforçar a presença social da Psicologia por meio da ampliação de seu espaço nas políticas públicas, oferecendo serviços aos órgãos públicos em projetos sociais construídos em parceria.”

à infância e à adolescência, porque em muitos serviços que existiam antes do SUAS, já havia alguma proximidade com a Assistência Social – o trabalho nos abrigos, nas instituições de acolhimento, por exemplo, já tinha essa identificação. Então, grande parte dos profissionais que estavam na discussão quando o SUAS foi organizado e aprovado tinha essas experiências anteriores. Principalmente pessoas do Serviço Social, que tinham trabalhado com psicólogas nesse tipo de atividade guardavam essas referências da Psicologia e a ideia de que a Psicologia tinha contribuições a dar para essa política. O Conselho Federal de Psicologia sempre procurava se manifestar, e identificava isso como uma oportunidade importante.

Nesses primeiros anos, nós participamos de muitas reuniões: reuniões com entidades de Assistência Social, reuniões com trabalhadores dessa área, reuniões com o Conselho Federal de Serviço Social, com movimentos que já existiam em defesa dessa política. A gente procurava participar desses debates, dessas reuniões, levar o posicionamento da Psicologia e dizer: “A Psicologia tem muito a contribuir, sim”, e procurávamos apontar essas possibilidades de contribuição. E uma das medidas que foram importantes nessa direção foi a criação do CREPOP⁵, e a criação da primeira referência técnica, que foi a do CRAS⁶ [Conselho federal de Psicologia, 2007]. Mas até chegar nesse momento, nós tivemos nesses outros espaços, que eram muito fora da Psicologia – não era um diálogo dentro da Psicologia, porque era com as pessoas que estavam muito mobilizadas em torno da ideia de criação do SUAS e que, na sua grande maioria, eram pessoas do Serviço Social.

E por que você acha que eles consideravam essa presença importante? Que aspectos dessas experiências prévias faziam com que considerassem importante a Psicologia estar junto nesse processo?

Eles falavam desse desafio de promoção da autonomia, do diálogo, da articulação do trabalho com pessoas que eram de grupos sociais diferentes, que tinham condições de saúde diferentes. A gente precisava fazer um esforço para compreender seus modos de vida sem ter posturas preconceituosas, e eles tinham referências de que a Psicologia contribuía com essas questões, entendendo que o público que se beneficiava das ações da Assistência Social era esse público que, historicamente, era discriminado. Então, tinha questões relacionadas à exclusão, ao preconceito, com as quais a Psicologia sabia falar e lidar, e tinha recursos teóricos e técnicos para isso.

E quais eram as principais pautas dessas várias reuniões de que vocês participavam – com entidades, com trabalhadores e trabalhadoras, com o

5. A sigla CREPOP faz referência ao Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. De acordo com o site da instituição (<https://crepop.cfp.org.br/>), o CREPOP foi criado em 2006 pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, com o intuito de promover a qualificação profissional de psicólogos/os que atuam em políticas públicas.

6. A sigla CRAS faz referência ao Centro de Referência de Assistência Social.

CFESS⁷?

Era a definição da identidade dessa política, dos princípios que ela deveria ter, e de como conciliar essa intenção de oferecer um atendimento e, ao mesmo tempo, alcançar o desenvolvimento da autonomia das pessoas – isso sempre foi colocado como desafio; do ponto de vista mais técnico, essa era uma pauta muito presente. O outro desafio era político: era como garantir que essa política virasse uma política de estado, dadas todas as dificuldades que o país já tinha enfrentado para aprovar a PNAS⁸. Porque depois da Constituição, algumas políticas avançaram – como a da Saúde, a da Criança e do Adolescente –, mas a de Assistência não tinha conseguido em função dessa coisa do primeiro-damismo, da relação do assistencialismo com o poder político, da ocupação do poder político; existiam muitas resistências em relação a isso. Um outro ponto de tensão tinha a ver com o fato de que existiam muitas instituições religiosas que ofereciam serviços e que recebiam financiamento para realizá-los. Essas instituições não defendiam que o Estado realizasse tudo, elas queriam que o Estado fizesse uma parte, e elas fizessem outra, para que continuassem recebendo financiamento. Nesse ponto, a gente já tinha as divergências, porque os conselhos profissionais defendiam que tinha que ser uma política de Estado. Por exemplo: Os Conselhos e os movimentos que representavam usuários (Pastoral da Mulher Marginalizada e Movimento de População em Situação de Rua) questionavam o fato de o CRAS ser administrado por uma organização não-governamental, a partir de convênio, além disso, defendia-se a contratação dos profissionais via concurso público. Os conselhos, sindicatos, associações de profissionais defendiam a realização de concurso público, porque uma política pública tinha que ter servidor público. Então, essas eram pautas que já expressavam a divisão entre entidades de Assistência Social e todas as outras entidades ligas aos/as trabalhadores e os outros movimentos. Inclusive, chegou um momento em que se criou uma divisão, e as entidades do campo religioso, em sua maioria instituições católicas, falaram: “Não conversamos mais com vocês”. Aí os que ficaram eram todos trabalhadores e falaram: “Então, vamos criar um espaço nosso, para termos uma representatividade nessas discussões” – foi nesse momento que surgiu o Fórum de Trabalhadores do SUAS. Porque o Ministério – o MDS⁹ – fazia debates, reuniões e convidava representações, mas o Fórum que era convidado era o Fórum Nacional de Assistência Social, que representava todo mundo, todas as entidades e todos os trabalhadores. Então os trabalhadores resolveram criar o Fórum de Trabalhadores, para que tivessem representação nesses momentos, e as entidades abandonaram esse espaço, disseram que iriam criar um outro, mas nem chegaram a criar algo que se mantivesse ao longo do tempo. Já o Fórum de Trabalhadores (FNTSUAS) permaneceu, até hoje ele existe.

E hoje tem participação de trabalhadores e trabalhadoras vinculados a

7. A sigla CFESS faz referência ao Conselho Federal de Serviço Social.

8. A sigla PNAS faz referência à Política Nacional de Assistência Social.

9. A sigla MDS faz referência ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

entidades, e não à administração direta, nesse Fórum, né? Na época, já tinha também?

A partir do racha no Fórum Nacional de Assistência Social, as entidades beneficentes proibiram seus funcionários de participar desse fórum. As pessoas que ousavam participar, eram demitidas. Inclusive, a pauta do sindicato de trabalhadores de entidades filantrópicas era muito mais afinada com as entidades do que com os trabalhadores. Então, naquela época, no FNTSUAS ficou mesmo só os trabalhadores da administração direta e quem era ligado aos conselhos profissionais e às universidades, que pesquisavam nesta área. Os que eram trabalhadores das entidades saíram. Só quando o CNAS¹⁰ publicou aquela primeira resolução que definia quem eram os trabalhadores do SUAS [Resolução nº. 269, 2006] que alguns poucos funcionários das entidades beneficentes passaram a participar. Nessa época, eu já estava no CNAS como conselheira representante do CFP no segmento de trabalhadores. O CNAS estava realizando reuniões descentralizadas, então a gente aproveitava: “Já que vamos para as regiões, vamos lá fazer, em paralelo, uma reunião do Fórum de Trabalhadores do SUAS”, e aí as pessoas vinham. Então, nesse momento, eles começaram a se aproximar, mas eu acho que esse fortalecimento só veio em um momento posterior, quando conseguimos aprovar a resolução no CNAS. Depois, me parece até que ela teve uma atualização, porque o debate era muito tenso. Quem entra, quem não entra, até que se construiu um consenso e se aprovou, e depois eu acho que teve alguma atualização, que eu não acompanhei qual foi. Mas esse foi um momento de construção, de início, que foi fortalecido depois com as outras discussões, com outras pautas, que estavam ligadas às questões do trabalho. Porque, na primeira proposta do SUAS, a presença de psicóloga e assistente social era obrigatória; depois eles fizeram uma mudança e deixaram a Psicologia só como “preferencialmente” nos pequenos municípios – por uma disputa mesmo de espaço, medo do Serviço Social perder espaço para a Psicologia. Aí tinha muitas discussões assim: “Ah, o psicólogo pode ser coordenador de um CRAS, de um CREAS¹¹?”, porque havia um movimento no Serviço Social de dizer que “Não, cargos de gestão só podem ser ocupados por assistente social”. E aí, nos debates, a gente defendia: “Não, qualquer profissional do SUAS pode ser gestor, não tem uma obrigatoriedade de ter essa limitação”. Mas era muita conversa, muita reunião. E acho que hoje as pessoas se aproximaram mais do Fórum de Trabalhadores, tem mais diversidade, mas, no início, havia uma disputa mais tensa entre as áreas e no FNTSUAS¹² a maioria era de servidores públicos, conselheiros ou pesquisadores.

E quando você fala dessa sua participação no CNAS, você estava como representante do Conselho Federal de Psicologia ou do segmento de trabalhadores?

O Conselho Federal de Psicologia entrou com a vaga de conselheiro: eu era conselheira

10. A sigla CNAS faz referência ao Conselho Nacional de Assistência Social.

11. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

12. A sigla FNTSUAS faz referência ao Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS.

do CNAS, representando o CFP no segmento de trabalhadores. Porque eu acompanhei a história, a gente constituiu esse fórum... Quer dizer, quando eu cheguei, o Fórum já existia, mas eu passei a frequentar as reuniões a partir de 2006. Nesse período, o CNAS passou por uma intervenção – não vou me lembrar a data precisa –, teve uma operação da Polícia Federal que investigou um desvio, um problema na concessão daqueles certificados do CEBAS¹³ e foi suspenso o funcionamento do Conselho. Aí o MDS, em acordo com a Polícia Federal, constituiu um grupo de trabalho para reorganizar e fazer eleição, e eu entrei nesse grupo de trabalho, representando o CFP. A gente conseguiu fazer a eleição e, nesse momento, a discussão era sobre quem representaria cada segmento – porque anteriormente à intervenção da Polícia Federal, eram sempre entidades e governo, não existiam usuários dos serviços ocupando vaga como conselheiros. Então, nesse momento, a gente fez um debate, porque no Fórum Nacional de Assistência Social havia representação de usuários – as reuniões eram em Brasília e eles não tinham condições de pagar pelo deslocamento, aí a gente se dividia, uma vez o CFP pagava, outra vez o CFESS pagava, e sempre tinha uma representação, tinha do Movimento População de Rua e da Pastoral da Mulher Marginalizada. Então, na primeira eleição que a gente organizou, essa também foi uma das regras que criamos – até para justificar o controle social, porque havia somente entidades naquele espaço, e entidades que tinham interesse em obter financiamentos dos seus projetos. Então, nós pensamos várias regras em relação a isso: primeiro, para a entidade que está como conselheira não submeter projetos para receber recurso de convênio e, segundo, usuário tinha que ser representado por usuário, não por profissional, nem por entidades que falassem por eles. Então, a gente participou desse primeiro momento. Depois, eu participei de uma eleição, representando o CFP, e a gente ficou uma gestão, mas eram poucas vagas para trabalhadores, então era uma disputa bem grande. No conselho profissional, nós tínhamos que alternar – quando estava o Serviço Social, não estava a Psicologia –, mas isso também não significava que a gente não acompanhasse, mesmo quando não éramos conselheiros. Existia essa possibilidade, porque as reuniões eram públicas.

E conta um pouquinho para a gente o que era esse Fórum Nacional de Assistência Social que você mencionou.

Esse Fórum se reunia paralelamente às reuniões do CNAS. Todo mês, nós íamos a Brasília para acompanhar a reunião do Conselho e, à noite, as entidades se reuniam. A intenção inicial era ser um espaço para a sociedade civil se organizar, construir pautas e combinar votos nas matérias que estavam na pauta do CNAS. Então, aquelas entidades que estavam como conselheiras deliberavam seus votos, mas faziam isso escutando a sociedade civil mais ampla; era essa a intenção. Só que nós vimos que havia muitos interesses diversos, algumas instituições nem compareciam às reuniões porque elas já tinham a sua pauta e não queriam discutir com mais ninguém, mas a grande maioria participava, até o momento do “racha”, no qual entidades religiosas tomaram a dianteira para dizer assim: “Nós não vamos conversar mais com essas

13. A sigla CEBAS faz referência à Certificação de Entidades de Assistência Social.

peças”. Mas durante o tempo em que o Fórum funcionou, era essa a intenção. Então, todo mês, a gente se reunia e, de vez em quando, fazia algum debate mais amplo. Tinha um movimento de reivindicação de destinação de recurso para a Assistência Social via vinculação direta de receitas da União. Reivindicava-se que fosse garantido que um percentual daquela receita seria destinado à Assistência Social. Era uma iniciativa que já existia e que a gente se somou para defender e fazer uma pressão política pela aprovação – mas, até hoje, não se conseguiu essa destinação. Entendíamos que essa era uma das fragilidades dessa política: não tinha um orçamento adequado para ações que não fossem de transferência de renda. Havia um volume para transferência de renda, que era muito maior do que a verba destinada a todas as outras ações – não que fosse absurdo, ou que fosse suficiente, mas era em torno de uns 80%, 70% – e já havia uma avaliação de especialistas em orçamento afirmando que o montante de recursos não era suficiente. Havia uma rede de serviços, de CRAS e de CREAS, que não tinha de fato recursos materiais para trabalhar. Isso acabava sendo um indicativo de que aquela política não ia conseguir atingir seus objetivos porque o orçamento não permitia isso. A gente construía esse tipo de pauta e fazíamos as reuniões, acompanhando o CNAS. Quando o CNAS realizava reunião descentralizada, nós também íamos para aquele estado onde a reunião iria acontecer, para tentar mobilizar organizações locais. Nunca foi muito fácil. Eu participava também do movimento da infância, era muito mais fácil mobilizar o movimento da infância em torno das pautas do que na Assistência Social. Havia muita divisão, inclusive, de pessoas de renome, que a gente falava “Vamos juntar”, mas continuava cada um com sua pauta. Não tinha muito essa coisa de luta conjunta em torno das demandas da Assistência Social, a gente nunca teve isso. E nos governos do PT, muitas dessas lideranças estavam nos cargos do governo, então, isso fragilizava o campo. E foi exatamente nessa época que a gente estava nesse movimento, isso também enfraquecia muito a mobilização social, porque parecia que eles já se achavam os representantes da sociedade civil, e não tinham tanta disposição assim de contribuir. Então, era uma disputa intensa para decidir quem fala, quem representa, quem aparece; era uma energia muito grande desperdiçada com essas coisas e a gente conseguia mobilizar pouco. Eu acho que sempre foi uma mobilização muito pequena, para o que a política de Assistência Social merecia, pela importância que ela tem.

Você falou sobre sua participação em várias instâncias – no CNAS, no Fórum de Trabalhadores – como representante do CFP. E, nesse período (meados dos anos 2000), tinha algum espaço organizado de debates sobre Assistência Social dentro do CFP?

Não, não tinha, isso veio a ser criado muito tempo depois, com a criação de uma comissão do SUAS – eu não vou lembrar aqui a data, mas acho que foi em 2013, 2014. Antes, o que a gente fazia? Quando tinha Conferência Nacional de Assistência Social, a gente chamava os psicólogos presentes na conferência para reunir, discutir. Lá em 2007, foi criada uma lista de e-mails, na qual todo mundo ia entrando, tinha muitos psicólogos. Quem administrava essa lista era o Joari [Carvalho], um psicólogo de São

Paulo. Acho que o primeiro espaço nacional de diálogo de psicólogos foi essa lista que o Joari criou – chamava Psicólogos no SUAS – e ela existe até hoje, mas não existia um espaço no Conselho. Alguns conselhos regionais criaram, também nesse período, comissões de Psicologia e SUAS, mas não é uma comissão obrigatória, então nem todo CRP¹⁴ tem, nem todo estado tem, só os maiores criaram essa comissão. Naquela época, a participação era essa, nessas mobilizações do Fórum Nacional de Assistência Social, e depois do Fórum de Trabalhadores do SUAS. E o Conselho apoiou muito a organização do Fórum de Trabalhadores, cedendo espaço para reunião, cedendo toda a infraestrutura do CFP de comunicação, de secretaria, de organização de reuniões, e incentivando também os conselhos regionais a fazer o mesmo nos estados, para poder viabilizar o funcionamento desses fóruns. E o Conselho do Serviço Social, da mesma forma, sempre apoiaram essa organização dos trabalhadores do SUAS. Mas era isso, no início dos anos 2000, não havia nenhuma instância organizativa do campo.

E você falou um pouquinho sobre a primeira referência técnica que o CREPOP fez, que foi voltada ao trabalho no CRAS. Você participou desse processo, né? Como foi feito o debate que resultou nesse documento? De onde surgiu a ideia?

O CREPOP foi um desdobramento da realização do Banco Social de Serviços, que tinha sido uma ideia do Marcus Vinícius de Oliveira, na época da gestão da Ana Bock, para formalizar a presença da Psicologia nas políticas públicas. O início do trabalho foi o levantamento de experiências de atuação com políticas públicas, e aí se deu visibilidade para essas experiências. No Banco Social de Serviços, tinha pessoas voluntárias. A ideia era: “Vamos nos organizar em torno de tal projeto para mostrar para a sociedade e para os gestores públicos que é possível ter Psicologia nas políticas públicas” – era uma amostra grátis, só que temporária, porque a ideia não era defender o trabalho voluntário. Foram realizadas essas experiências, registradas, divulgadas, se procurou ministérios para apresentá-las e falar: “Olha, aqui a Psicologia faz isso e isso”. E aí se compreendeu que era necessário ir além, então, surgiu a ideia do CREPOP, que foi sistematizada pelo Marcus Vinícius. Ele propôs essa ideia porque percebia a necessidade de dar elementos para que os profissionais tivessem referências do que faz o psicólogo nas políticas públicas, porque a nossa formação não respondia a esse desafio naquele momento. Além do mais, nós precisávamos comunicar isso para outros setores, porque precisávamos das vagas, da empregabilidade, e isso também serviria nesse sentido. Quando a gente no CFP pensou na primeira referência – e ela serviu de modelo para pensar as seguintes –, a ideia era falar do que os profissionais faziam em uma semana típica de trabalho. Então, fizemos essa pergunta para os profissionais e, analisando as respostas, sistematizamos um documento, que foi colocado em consulta pública, para se chegar na formulação do método de trabalho. Teve uma consultoria – eu lembro que o Peter Spink foi um dos consultores, o Oswaldo Yamamoto, também, em um segundo momento, foi consultor. Eles contribuíram para organização de um método de trabalho. E aí a gente fez isso, ouvimos profissionais nessas reuniões, nessas andanças

14. A sigla CRP faz referência a Conselho Regional de Psicologia.

pelos estados; principalmente nas reuniões do CNAS, do Fórum, a gente sempre tinha um espaço em que nos organizávamos para ouvir psicólogos, nas conferências também fazíamos isso, e íamos registrando. Chamamos especialistas para escreverem o documento e, depois do documento pronto, o colocamos em consulta pública, para que recebesse contribuições e fizéssemos o fechamento daquele primeiro texto.

E esses especialistas eram trabalhadores da política, ou eram da academia?

Eram trabalhadores da política. Tinha uma colega que trabalhava na Prefeitura de Campinas, na Assistência Social; tinha uma outra que era de São Paulo, da capital, da Assistência Social; fui eu, e mais uma pessoa que agora eu não me lembro de onde era. Mas todas elas, naquele momento, estavam trabalhando na Assistência Social.

Iolete, você comentou que o Banco Social tinha como intuito dar uma espécie de amostra grátis do que a gente pode fazer, e mostrar para os gestores de diferentes políticas públicas que a Psicologia pode estar lá. Como era esse processo de chegar lá e mostrar “Olha, a gente pode fazer isso, a gente tem feito aquilo”? Como era esse processo de convencimento de que a Psicologia poderia sim, estar lá, e que aquele também era um campo de trabalho possível para as psicólogas e psicólogos?

As experiências realizadas foram registradas – tem um livrinho com as publicações¹⁵ – e elas foram exaustivamente apresentadas em eventos, em debates com os gestores públicos. Nos ministérios que fazem a gestão das políticas, havia muitos psicólogos também, e tinha muito canal de diálogo entre o CFP e esses setores para falar: “Olha, se tiver evento sobre isso e isso, a gente tem uma experiência aqui para apresentar”. Então, isso foi muito falado, discutido, apresentado, de várias maneiras; foram experiências que ficaram conhecidas. O trabalho com a Defesa Civil foi um exemplo disso: conhecendo essas experiências do Banco Social de Serviços, eles procuraram o CFP e falaram: “Olha, a gente acha que aqui tem espaço para a Psicologia, mas a gente não sabe bem para fazer o quê”. Então, o CFP encontrou algumas pessoas de referência para estudar aquelas situações, e pensar como um psicólogo atuaria nessas situações de emergências e desastres que a Defesa Civil estava apresentando pra gente; isso já foi fruto desse diálogo. Também em função da presença do CFP em vários conselhos de políticas públicas – a gente sempre esteve presente no CNAS, no CNS¹⁶, no Conanda¹⁷, em vários conselhos. Também o fato de ter, naquela época, um governo que incentivava a participação social nesses espaços de conselhos foi muito importante. E aí aquilo servia como espaço de apresentação da Psicologia. A gente levava, nessas reuniões, materiais, publicações, as apresentações que fazíamos; tudo isso ia apresentando a Psicologia nas

15. Os relatórios do Banco Social de Serviços estão disponíveis no site do CFP e podem ser acessados em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorios-do-banco-social-de-servicos-apresentam-resultados-positivos/>.

16. A sigla CNS faz referência ao Conselho Nacional de Saúde.

17. A sigla Conanda faz referência ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

políticas públicas e também criando essa compreensão das pessoas de outras áreas, e de gestores das políticas, de que era legal contar com a Psicologia.

E você acha que esse trabalho de convencimento contribuiu, de alguma maneira, para o processo de definição de quais seriam as categorias profissionais que comporiam as equipes de referência do SUAS?

Contribuiu, sim, não só pelo trabalho realizado dentro do próprio CNAS, mas em função de termos profissionais espalhados pelo Brasil que eram boas referências para as pessoas que não eram da Psicologia, porque elas sustentavam essa ideia de que a Psicologia era importante na Assistência Social. Acho que se fosse só a gente falando não teria tanta força, quanto o fato de ter profissionais em outros lugares, em outros municípios, em outros serviços. Foi um conjunto de coisas. Não que fosse uma coisa tranquila, fácil. Nunca foi fácil, porque havia disputa de poder – tanto que os cargos de gestão, no CNAS, majoritariamente eram ocupados por pessoas do Serviço Social, e alguns psicólogos que estavam ali, ou que já passaram por ali, sempre relataram que era difícil, muito difícil se afirmar nos setores em função dessa disputa, que não era só da pessoa que ocupava o cargo, mas também da área. Uma disputa velada. O Serviço Social tem isso muito forte. Esse foco de discussão de prática privativa. A Psicologia debate mais focada na interdisciplinaridade. Então, as pessoas da Psicologia não se viam preparadas para esse embate tão duro, enquanto o Serviço Social era mais aguerrido e mantinha mais profissionais no campo.

E que outras entidades participaram desse debate sobre a definição das categorias profissionais?

Da Psicologia, só o CFP e a Fenapsi¹⁸. Do Serviço Social, tinha mais gente ligada à CNTSS¹⁹, ao CFESS, tinha a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABEPSS, parece que é o nome – e pesquisadores do Serviço Social.

Então, era basicamente Psicologia e Serviço Social.

Principalmente. Mas, um pouco mais à frente, chegaram outras áreas, a dos terapeutas ocupacionais... Houve uma época em que o pessoal da Antropologia também participou, da Educação Física, muito mais no finalzinho. É, basicamente, eram essas.

E quando você fala “finalzinho”, é em que época? Só para a gente se situar temporalmente.

Foi quando nós já íamos aprovar a resolução, eu acho que foi em 2008.

18. A sigla Fenapsi faz referência à Federação Nacional dos Psicólogos.

19. A sigla CNTSS refere-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

E como era esse processo de convencimento, os argumentos? Você comentou que tinha um desejo de reserva de mercado presente na disputa, mas quais eram os principais argumentos que eram colocados em disputa nessas reuniões?

Era em relação ao que a Psicologia fazia em outros lugares, principalmente todo o *know how* que a Psicologia tinha no campo dos direitos humanos. Sobretudo quando a gente levava isso para o CNAS, que era um espaço mais diverso, as entidades apoiavam – principalmente as representações de usuários – aí a gente ganhava reforço nesses espaços, em função desses outros segmentos. Porque no segmento de trabalhadores, a principal força era o Serviço Social.

É muito interessante isso que você está nos trazendo, Iolete. Você fala de várias instâncias distintas de participação que marcaram a sua trajetória: você participou do CNAS, do Fórum Nacional de Assistência Social, você participou do CFP, participou da construção de referência técnica. E o que te motivou a atuar e a militar nesses vários espaços?

Eu cheguei nesses espaços a partir da minha posição, enquanto conselheira do CFP. E para contar o que veio antes: cheguei no CFP a partir do meu conselho regional, no Amazonas. Aqui não tinha CRP, na realidade, o CRP era de Brasília, mas a gente tinha uma seção do CRP-01, e eu e alguns colegas já achávamos que a gente precisava de um regional aqui, porque Brasília não nos representava. A realidade amazônica é muito diferente da do centro-oeste. Eles não entendiam as nossas necessidades de suporte para mobilizar a categoria. Tinha questões de comunicação, de transporte, que são muito típicas da região amazônica, tinha demandas muito locais das quais a gente precisava falar e não sermos sempre representados por eles. Não estávamos no circuito da Psicologia nacional. Já existia um movimento, dentro do sistema conselhos, de organização para realização de um congresso nacional – o CBP²⁰ – que acontece a cada três anos, e tem delegados que são designados para participar. Eu participei de um deles. Nesse CBP, uma das conselheiras do CRP-01 me conheceu e me indicou para a chapa que, logo em seguida, foi formada para o Conselho Federal. Eu não tinha tanto contato com ela, a gente se encontrou só lá, mas como ela me indicou, me convidaram para a chapa eu falei: “Tá, vou”. Não tinha a dimensão do trabalho, mas fui! Essa chapa ganhou a eleição, e eu assumi o cargo como conselheira, representando a Região Norte. E com a distribuição das tarefas que o CFP faz para os conselheiros, eu fiquei com essa pauta da Assistência Social, porque, naquela gestão, eu era a pessoa mais próxima desse tema. Sempre fiquei com as duas pautas, de criança e adolescente, e de Assistência Social, nas primeiras duas gestões em que eu estive lá. Nesses dois primeiros momentos – que foram seis anos de trabalho –, eu fiquei nessas pautas, e por isso eu ocupei esses espaços. A pauta de um conselheiro não é pré-definida por outras pessoas, é o próprio conselheiro que vai observando oportunidades e fazendo propostas. Então, eu fui

20. A sigla CBP faz referência ao Congresso Brasileiro de Psicologia.

olhando esse campo como um campo muito importante, um momento de estruturação em que a gente precisava estar presente e chamar outras pessoas. Sempre que possível, nós fazíamos isso: identificávamos quem mais no país poderia representar essas pautas nos eventos, e começamos a incluir mesas que falassem do assunto, além desses espaços formais dos eventos do CFP. Começamos a identificar outras pessoas que pudessem ser convidadas para falar, para ir fazendo circular, junto à categoria, o tema. Era uma forma de chegar em mais pessoas, já que a gente não tinha um espaço que congregasse o pessoal da Assistência. A gente foi, então, tentando chamar as pessoas a partir dos eventos. Tinha o Congresso Norte/Nordeste de Psicologia²¹, teve a 1ª Mostra²², em São Paulo, que foi um evento grande, com mais de 8 mil pessoas; então, fomos realizando eventos assim. Também fizemos um seminário nacional de Psicologia no SUAS²³. Esses foram momentos que a gente foi criando para chamar as pessoas. Essa atuação era muito dinâmica, construída por quem representava a área e referendada pela plenária: se você tivesse alguma ideia, ia na plenária – que acontecia uma vez ao mês – e a apresentava. Se fosse autorizada, começava a fazer as atividades. Até pela experiência na área da infância e adolescência, eu entendia essa questão da representação como sendo um espaço muito importante, principalmente no CNAS, que era um espaço que tomava todas as medidas de organização da política, né? Um espaço deliberativo muito importante, e era um espaço no qual a sociedade civil tinha fala, porque, fora isso, era o governo decidindo sozinho.

Em que período foram essas duas gestões em que você participou do CFP?

Eu fiquei de 2005 até 2011, quando foi criado o regional aqui, no Amazonas, e vim para assumi-lo. Mas mesmo enquanto eu estava no regional, eu continuei representante do CFP nesses lugares da Assistência Social. Aí, em 2013, já foram designadas outras pessoas da gestão seguinte. Depois eu retornei para o CFP, em 2016, e fiquei até 2019, mas, nesse período, eram outras conselheiras que cuidavam da pauta da Assistência Social. Era uma conselheira do Ceará, que trabalhava em CREAS, Andrea Esmeraldo.

Todas essas experiências que você nos conta, no CNAS, aconteceram em que período?

Eu fiquei acompanhando o CNAS até 2008.

21. Os Congressos Norte e Nordeste de Psicologia eram realizados bienalmente pelos CRPs da região, sendo que o primeiro deles aconteceu entre os dias 27 a 30 de maio de 1999, em Salvador-BA.

22. A 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia foi realizada entre os dias 5 e 7 de outubro de 2000. Foi uma realização do CFP e dos conselhos regionais, tendo como tema “Psicologia e compromisso social”.

23. O 1º Seminário Nacional sobre Atuação de Psicólogos(as) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi realizado entre os dias 21 e 23 de junho de 2010, em Brasília, com transmissão online. O evento foi uma iniciativa dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS.

E, Iolete, você falou sobre a preocupação do CFP em mobilizar usuários, e tentar garantir que o controle social estivesse presente no CNAS. Queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso. Como foi esse debate e essa articulação com os usuários, e como a Psicologia participou desse processo de reconhecimento do lugar dos usuários dentro das instâncias deliberativas da política de Assistência Social?

Nós procurávamos sempre identificar quais movimentos já estavam organizados para poder apoiá-los, né? Esse movimento da população de rua era um movimento que já tinha uma história, já tinha lideranças. Eles tinham um processo de organização e a gente procurava dialogar para trazê-los para as reuniões, trazê-los para os eventos, até que conseguimos garantir o espaço, a vaga no edital, para que eles concorressem. Porque, antes, as exigências eram de uma regularização institucional, de CNPJ, disso, daquilo, que eles não tinham, eles eram movimento, não uma empresa, uma instituição, uma ONG. Aí, na regra do edital, a gente conseguiu colocar critérios em que eles conseguiam se encaixar como movimento. Isso já deu uma qualidade imensa para essa participação, porque, a partir do momento em que a instituição entra como conselheira, o próprio CNAS tem que garantir passagem, diária, para ela estar nas atividades – e não somente nas reuniões ordinárias do Conselho. Tinha, também, que fazer representação, e isso era muito significativo. “Tem uma audiência pública na Câmara dos Deputados, quem vai falar pelo CNAS?”, “Ah, é o representante do movimento tal”. Isso, em termos de reconhecimento, de validação da participação deles, de valoração da organização, era muito importante. Mesmo antes dessa formalização, a gente entendia que precisava viabilizar financeiramente, porque eles não tinham como se deslocar e, naquele momento, a gente não fazia essas reuniões virtuais, era tudo presencial. Então, havia uma sensibilidade dos dois conselhos, do CFESS e do CFP, para a importância de viabilizar essa participação, de facilitar de alguma forma, seja concedendo passagens e diárias, seja realizando eventos em locais onde eles pudessem estar presentes.

Iolete, é muito rica a sua experiência profissional, atuando antes da construção do SUAS e durante, como conselheira. A partir dessa trajetória, para você, qual é a principal contribuição da Psicologia para a constituição da Política Nacional de Assistência Social e, de modo inverso, como a criação dessa política – com uma identidade mais definida e com os parâmetros do SUAS – impactou a Psicologia?

Em relação à primeira questão, eu acho que, nos debates iniciais, uma contribuição muito importante foi no sentido de não estigmatizar as pessoas que utilizam os serviços do SUAS. Porque muitas vezes a gente escutava aqueles discursos carregados de julgamento moral das pessoas que faziam uso abusivo de álcool e outras drogas, ou das pessoas que não queriam ser institucionalizadas nos albergues. Essas pessoas lutavam por autonomia, recusavam alguns serviços porque elas achavam que não necessitavam daquilo, e o técnico achava que elas necessitavam. Então, acho que a nossa presença no

debate sobre essas questões foi uma contribuição importante, para falar assim: “São pessoas dignas, são pessoas que devem ser respeitadas integralmente. A gente não deve fazer julgamento moral dos seus modos de vida, e a gente precisa aprender a conversar com elas”. Porque também essa coisa da distância entre a linguagem e o modo de vida do técnico e da pessoa atendida era uma outra questão que ficava muito presente nos discursos, né? Das pessoas simplesmente falarem assim: “Ah, eles não querem. A gente oferece, eles não querem nada. Então, esses que não querem, a gente deixa pra lá”, mas sem pensar no que a gente estava oferecendo: será que nós temos que escolher por eles? Nós é que temos a capacidade de decidir o que é melhor para essas pessoas? Eu acho que esses foram pontos de contribuição muito importantes da Psicologia, nesses primeiros debates.

Sobre a segunda questão, de como a Psicologia é impactada por tudo isso e se beneficia com tudo isso, eu acho que a resposta é aprender a lidar com o não saber, é não termos tanta arrogância de chegar nos lugares e falar: “Ah, tenho conhecimento técnico”. Porque o convite é muito sedutor para a Psicologia, é como se a gente tivesse algo muito precioso e as pessoas nos dissessem: “Venham, vocês vão resolver”. Só que a gente não resolve nada, né? A gente faz junto, a gente aprende junto. Então, ter essa possibilidade de descobrir uma forma de aproximação desses grupos – que são os grupos historicamente vulnerabilizados, que têm seus direitos violados – eu acho que traz uma riqueza para a Psicologia, não somente no trabalho com a política de Assistência Social, mas em outras políticas também, de termos o pé no chão, de pensarmos mais sobre o alcance do nosso trabalho. E também é uma oportunidade de reflexão sobre o compromisso político da Psicologia, que é muito questionado. “O que Psicologia e política têm a ver?” Porque a Assistência Social nos coloca diante de pessoas vivendo situações muito dramáticas, em relação às condições de vida, então, não se trata só daquele momento ali em que você está atuando e do que você pode fazer no serviço onde você trabalha. Trata-se da nossa consciência mesmo, enquanto sujeitos políticos, em um país muito desigual. Isso nos convoca a pensar essas outras questões, né? Acho que enriquece muito a Psicologia.

Agora, eu acho muito importante a existência do SUAS, a construção dessa política, o fato de ela ter sido implantada – até pela forma como foi construída. Não teve um amplo debate, uma mobilização da base, como a gente vivenciou na Saúde. Porque, na Saúde, você tem usuários, trabalhadores participando da construção do SUS. No SUAS, nós não tivemos isso. E a gente nunca teve, em nenhum momento, uma abertura tão grande à participação das comunidades. Então a gente não tem história de organização social preocupada com a política de Assistência Social, isso faz muita falta. Porque aí as pessoas questionam: “Ah, fulano está usando o dinheiro do Bolsa Família para comprar calça jeans”. Então, a gente vivencia hoje questionamentos em relação à validade dessa política, ao que essa política pode produzir de positivo para a sociedade, porque não temos história dessa mobilização social. Isso não é uma responsabilidade só das comunidades. Eu acho que quem produziu a política, quem liderou esse movimento, fez isso a partir de especialistas, e dialogando muito pouco, inclusive, com trabalhadores. Se não teve diálogo com a população que usa os serviços, com trabalhadores, também não teve. E aí, quando nós vimos o modelo, ele já estava pronto. E eu acho que ele tem

problemas, porque existe um risco muito grande de o CRAS ser um espaço que só vive fazendo encaminhamento – mas encaminhamento para onde, se não tem uma rede de retaguarda? Então, isso gera um sentimento de impotência muito grande, acaba ficando muito restrito àquelas ações muito formais, principalmente as de transferência de renda, ou de obtenção de documentos, coisas que são importantes, mas a gente precisava de mais. E a questão do orçamento acaba limitando o que, por exemplo, o CRAS consegue fazer – porque ficou assim: “Resolvam aí, mas dinheiro não tem. Deem o seu jeito, mas dinheiro não tem”.

No caso do CREAS, eu acho que o problema é que a ideia é interessante, de você ter os dois níveis de complexidade, só que, no CREAS, se juntou muita coisa, são violações de direitos de muitas naturezas diferentes – é idoso, é mulher, é adolescente autor de ato infracional, criança vítima de violência sexual – então são violências de várias ordens. Os profissionais precisavam se especializar nas temáticas dessas violações, e eles têm que atender a tudo isso. Pelo menos na nossa realidade, aqui, no Norte, são equipes muito pequenas para dar conta de um território muito grande; elas não dão conta. Aí não tem como construir uma articulação intersetorial, porque não dá tempo, fica inviável querer exigir daquele profissional que ele dialogue com as outras políticas, se dentro da própria unidade, ele não consegue dar conta do volume de trabalho que tem. Então, esses são aspectos que matam um pouco os resultados dessa política, porque acaba não tendo fôlego para fazer tudo que ela poderia fazer, e atuar com qualidade. Existem equipes muito boas, profissionais muito bons, mas há muitos limites. Além da questão da relação de trabalho: poucos concursos e salários baixos. Aqui, no Amazonas, o mesmo estado paga para o psicólogo da Saúde um salário quatro vezes mais alto do que para o da Assistência Social, o que é um absurdo. Os bons profissionais que entraram no primeiro concurso da Assistência Social, nenhum permaneceu, eles já fizeram outros concursos, e muitos deles gostavam da Assistência Social e seriam excelentes profissionais na Assistência Social, mas é a sobrevivência: não vai ficar ganhando um pouco mais que um salário-mínimo, na Assistência Social, se pode ganhar muito mais na Saúde, ou em outro órgão público. A Assistência Social como direito ainda não se consolidou.

E, Iolete, você mencionou que esse desenho institucional foi formulado mais por especialistas – que, pelo o que você comentou anteriormente, estou entendendo que são especialistas do Serviço Social. Você acha que a Psicologia teve pouca abertura para propor mudança nesse desenho?

É porque quando a NOB/SUAS²⁴ foi aprovada, não tinha sido amplamente discutida antes. Quando a gente toma conhecimento, aí é que começamos a participar dos debates. Quando ela foi aprovada, muita coisa não estava definida, foi tipo falar

24. A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) foi aprovada em 15 de julho de 2005, por meio da Resolução nº 130 do CNAS. Ao retomar as normas operacionais de 1997 e 1998, se converteu em um novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), servindo de parâmetro para o funcionamento do SUAS.

assim: “Vamos fazer esse negócio acontecer!” O que eu até entendo, porque foi tanta resistência, durante tantos anos para sair a PNAS. Então, eu entendo essa angústia de fazer acontecer. Mas foi só depois da publicação da norma que o debate público ocorreu e que o CNAS começou a discutir mais abertamente com as categorias, e que, mesmo a partir das universidades e dos conselhos, a gente conseguiu chegar no debate. Quando chegamos, estava no momento de construção da NOB-RH/SUAS²⁵, foi esse o ponto de partida, aí que começou a discussão pública, mas antes não, foi simplesmente: “A NOB/SUAS foi aprovada”. Só um comentário: quando a NOB/SUAS foi construída, eles partiram de uma experiência que aconteceu aí, na Prefeitura de São Paulo, da qual a Aldaíza Sposati participava, e tinha psicólogos participando. Tinha a psicóloga Chica Hatakeyama Guimarães, que era do CRP também e participou desse trabalho, além de algumas pessoas da PUC-São Paulo. Ele foi publicado, acho que em um material chamado *Trabalhando com Famílias* [Castanho et al., 2004). Então, essas pessoas que escreveram a NOB/SUAS tinham essa experiência de contato com a Psicologia e isso foi importante para elas lembrarem da Psicologia lá, na formulação inicial.

Iolete, você falou do quanto estar no campo da Assistência Social mudou a Psicologia, de uma forma geral. Mas mais especificamente em relação à formação, você acha que hoje a formação em Psicologia é diferente daquela que você contou que teve, que eu tive também, que gente da nossa geração teve?

Sim, eu acho que mudou, sim. Acho que, desde as primeiras diretrizes nacionais curriculares, já houve uma mudança importante, mas eu acho que foi principalmente nos últimos seis, sete anos, que isso mudou mais. Com os estágios básicos, com as pessoas indo para as comunidades fazer atividades. Eu lembro-me de uma coisa, lá do início, que as pessoas perguntavam muito quando estávamos nesses debates na época da NOB-RH/SUAS: “Psicólogo faz visita domiciliar?” Hoje, a gente já não ouve mais esse tipo de pergunta, mas, antigamente, se questionava muito, achando que “Ah, isso não é da Psicologia, não”. Acho que a formação ajudou a construir outros olhares para a prática, e a enxergar outras possibilidades de atuação, que vão além da clínica.

Você nos contou várias experiências de participação ativa no processo de construção da política de Assistência Social que, de alguma maneira, vão na contramão de ideias que a gente ouve com bastante frequência por aí – não sei se você já ouviu também, de que a Psicologia caiu de paraquedas nesse campo e de que é uma área de atuação muito recente. O que você pensa quando você ouve ideias como essas?

25. A sigla NOB-RH/SUAS faz referência à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Aprovada por meio da Resolução nº 269 do CNAS, de 13 de dezembro de 2006, essa normativa, entre outras coisas, quem são as/profissionais que compõem as equipes de referência dos serviços do SUAS. Uma versão anotada e comentada na NOB-RH/SUAS pode ser acessada em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf.

Já ouvi bastante e acho que são pessoas que não conhecem a história que dizem isso. Elas não conhecem essa história da Psicologia no SUAS, tampouco sabem que já existia uma Psicologia na Assistência Social anterior ao SUAS: seja a partir da atuação na rede de proteção à infância, das pessoas que faziam trabalho com idosos, com grupo de mulheres. Nenhuma profissão teria um espaço em uma política, assim, de paraquedas, porque toda política pública surge em uma arena de disputa muito intensa, são muitos debates, muitas discussões, muita negociação, para você estabelecer quem atua, como atua, quais as formas de inserção. Nenhuma área profissional vai conseguir um espaço assim, caindo de paraquedas, jamais. Quem participa dos conselhos de deliberação de políticas públicas sabe disso, como são negociadas as concepções dessas políticas, as compreensões de quais serão suas finalidades, isso tudo é sustentado em um debate intenso, plural, e às vezes já possibilitado pela regulação que temos a partir da Constituição, que estabelece essa participação social como um direito, mas isso é luta. É com luta que se vai conquistando o direito de falar, de se posicionar, não é um processo tão simples, tão tranquilo assim, não. É mesmo uma arena de disputa intensa. E a Psicologia tem uma longa história. Ela só conseguiu esse espaço porque profissionais fizeram bons trabalhos antes, que serviram de referência – e não foi uma coisa de uma ou outra pessoa, foram vários os que construíram essa compreensão de que a Psicologia contribui nesse trabalho com comunidade, no trabalho com famílias, no trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade, ou mesmo em situação de violência.

Aqui, eu destacaria a importância das ações na área da infância e adolescência, porque elas eram muito mais presentes antes do SUAS do que o trabalho com idosos, que também existia, e o trabalho com mulheres. A gente tem também a importância do SUS, porque a Psicologia já estava no SUS, e também já se estabelecia uma compreensão de que era importante a presença desse profissional em várias ações e programas do SUS, e que essa presença não era limitada a um atendimento individual. Isso também foi uma referência importante para a presença da Psicologia no SUAS. Então, essa atuação não surge com o SUAS, ela não era uma novidade no SUAS; o que ocorre é que o SUAS estava em construção, quando se aprovou a NOB/SUAS, não se aprovou o desenho todo montado, esse desenho foi sendo construído, principalmente nos primeiros 10 anos, em que foram se criando uma série de regulamentações para consolidar uma ideia de sistema. E ele permanece em discussão, continuamente, é uma coisa dinâmica, mas eu acho que os primeiros 10 anos foram essenciais para consolidar essa ideia dos níveis de atuação da rede de serviços, e do que poderia ser considerado como serviço da Assistência Social, que é a questão da Tipificação dos Serviços [Resolução nº 109, 2009]. Após a publicação da NOB-RH, cada documento desse foi muito discutido, mas a primeira discussão começou com a NOB-RH. A partir daí, a tipificação foi exaustivamente debatida, não só dentro do CNAS, mas também fora, em vários seminários, eventos, com convite ao Fórum de Trabalhadores do SUAS.

Iolete, se tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer para a gente, antes de encerrarmos?

Só que, nesses últimos anos, o SUAS sofreu grande impacto dessa mudança de governo, Primeiro, a transformação do MDS em Ministério da Cidadania²⁶ foi muito negativa, porque passaram a defender uma concepção – do que eles chamavam de Desenvolvimento Humano, ao invés de Direitos Humanos – que reforçava muito a prática assistencialista, que confronta a Assistência Social como um direito, como está na nossa Constituição. No entanto, mesmo com todas essas tranqueiras desse governo, o Ministério tem servidor público, e esses servidores que não estão nesses cargos representando o governo, e que não estão no primeiro escalão, foram muito importantes para garantir a identidade do SUAS, nesse período. Então, só gostaria de falar que é muito importante que a gente lute por isso. Porque, se não fossem esses servidores, a política teria sido muito mais descaracterizada. O governo, apesar da intencionalidade de dismantelar tudo, não têm conhecimento técnico, não têm compreensão de toda a máquina estatal e, por isso, não conseguiu destruir mais. Então, a gente teria que ter esse movimento mesmo de defesa de uma profissionalização, no âmbito da política, para ela ir se aprimorando, ao longo do tempo.

Está ótimo, Iolete. Queria lhe agradecer, mais uma vez, pela sua disponibilidade e generosidade ao conversar com a gente e compartilhar suas histórias

26. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto. Em seu lugar, foi criado o Ministério da Cidadania, agrupando, em uma única casa, pastas distintas, como assistência social, cultura e esporte.

Bom, para começar, nós gostaríamos que você nos contasse quem é a Maria Lúcia Miranda Afonso.

Eu sou professora aposentada da UFMG²⁸. Lecionei na UFMG durante 27 anos, peguei o sistema de transição, e me aposentei lá, em 2003. Desde então, continuei na ativa em outras instituições, em outros trabalhos, dando consultorias e produzindo. Na UFMG – isso é muito importante frisar –, eu sou da área de Psicologia Social e Comunitária, então, eu já trago um certo olhar. Quando você me pergunta sobre a Psicologia, a primeira coisa em que eu penso é a Psicologia Social.

Na UFMG, eu trabalhei muito com grupos em instituições e comunidades, com Pesquisa-Ação, com Análise Institucional, com Intervenção Psicossocial ou Psicossociológica; então, era uma Psicologia Social muito voltada para uma vertente mais crítica e propositiva de trabalhos com o social. Quando eu comecei a fazer um trabalho mais aprofundado com grupos, publiquei dois livros sobre a temática – um deles é o *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*²⁹. Ele ficou com esse nome, mas, hoje, eu chamo essas oficinas de oficinas psicossociais ou oficinas de intervenção psicossocial, para fazer uma diferenciação do grupo terapêutico e de outras formas de grupo, porque grupo é um instrumento muito diversificado e trabalhado em diversas áreas, né? Então, para fazer uma diferenciação, eu enfatizo o caráter psicossocial. E quando eu começo a fazer algum trabalho dentro da Assistência – que foi, inclusive, pré-SUAS³⁰ –, eu já trago a ideia de uma intervenção psicossocial. Eu não chego com uma ideia de “Vamos trazer a Psicologia”, mas “Vamos trazer a Psicologia Social e a Psicologia Comunitária”, embora, hoje, entenda que todo conjunto de conhecimentos possa ser interessante de ser aplicado e adaptado a uma determinada problemática. Então, hoje, eu vejo possibilidades de aplicação de vários conhecimentos na grande área Psi, desde que pensada a questão de qual é o objeto, qual é a estratégia, qual é a problemática, qual é, principalmente, a política pública na qual esses saberes estão sendo mobilizados. Mas isso é uma coisa já mais de hoje; deixe eu voltar um pouquinho. Justamente pelo meu trabalho com grupos, começo a ser chamada por diversos

27. A entrevista, gravada em áudio e vídeo, foi realizada no dia 27/01/2023, em uma sala da Livraria Portal Psic, em Belo Horizonte-MG. Além de Lúcia Afonso, participaram, presencialmente, da sessão Karoline Ruiz e André de Menezes (responsáveis pela captação audiovisual da entrevista) e, remotamente, via Google Meet, Mariana Prioli Cordeiro (responsável pela condução da entrevista).

28. A sigla UFMG faz referência à Universidade Federal de Minas Gerais.

29. O primeiro livro foi inicialmente publicado em 2000, e o segundo em 2002, ambos pela editora Campo Social. Os dois livros passaram a ser publicados pela Casa do Psicólogo, em São Paulo, em 2006. E, em 2010, a publicação ficou ao encargo da Editora Artesã, de Belo Horizonte.

30. A sigla SUAS faz referência ao Sistema Único de Assistência Social.

programas da Prefeitura de Belo Horizonte para fazer grupos com as pessoas atendidas pelos programas de acolhimento de famílias, de pessoas, de população com trajetória de rua, de adolescentes. Então, a ideia do grupo como um instrumento de trabalho é anterior ao SUAS. Ela vem de outras políticas, ela vem do SUS³¹, da própria Pesquisa-Ação, da própria Educação Popular – todas anteriores ao SUAS, né? Então, o grupo surge como um instrumento que vai ser aproveitado dentro da Assistência Social porque ele tem esse *link*. Desde então, o que se propunha ali não era o grupo terapêutico, era a intervenção psicossocial, era a ideia de que você iria trabalhar com elementos como identidades, representações, vínculos, relações, inserção institucional, relação grupo/instituição/território. Para mim, está muito claro o que eu estou chamando de psicossocial, né? Então, por exemplo, trabalho com a questão das identidades, trabalho com a questão dos vínculos e das relações; aí você fala: “Mas isso é Psicologia?” É Psicologia, sim! Existe uma visão da importância dos processos subjetivos que estão ajudando a construir as interações sociais. Então, já naquela época, a gente buscava essa conexão.

Quando é “aquela época”? Quando você começa a fazer esses trabalhos nesses vários programas?

Vou dar um pequeno exemplo: eu participei da avaliação de um programa – eu não era da equipe do programa, eu participei de sua avaliação – chamado *Programa de Criança: Brincar e Estudar* [Associação Municipal de Assistência Social, 1999]. Ele envolveu a construção de uma metodologia de combate ao trabalho infantil, e existia em três cidades brasileiras: Belo Horizonte, Campinas, e em uma cidade do nordeste. Esse projeto já discutia a ideia de que, para combater o trabalho infantil, você tinha que não apenas abrir possibilidades educativas para as crianças, mas tinha também que apoiar as famílias e fazer articulação comunitária – para falar bem resumidamente. Além disso, considerava que a superação de várias condições que levavam ao trabalho infantil levava mais ou menos quatro anos para serem desenvolvidas. Então, o Programa tinha trabalho de grupo com as crianças, tinha trabalho com as famílias, tinha eventos comunitários, tinha articulação de rede, tinha tudo isso que virou uma tônica a ser fortalecida nos anos posteriores, né? Esse programa foi muito importante para criação, depois, do Bolsa Escola – não diretamente, pois não era assim: você fazia um embriãozinho e depois fazia o programa grande. Você fazia projetos piloto que testavam determinadas ideias, determinadas metodologias, e que depois eram incorporadas, mal ou bem, parcialmente ou de uma maneira mais integral.

Outro trabalho que foi muito legal foi o desenvolvido em abrigos para famílias da Prefeitura de Belo Horizonte, onde você tinha famílias que eram levadas para o abrigo – com o consentimento delas, evidentemente –, porque tinham perdido as suas casas ou estavam morando na rua. Só que algumas delas nunca tinham tido uma casa, ou tinham tido uma moradia diferente, então, elas chegavam, elas tinham lá uma moradia

31. A sigla SUS faz referência ao Sistema Único de Saúde.

e tinham também que seguir uma série de regras. Era um abrigo, um grande abrigo, um grande espaço, mas tinha regras internas, não era como um bairro solto. Tinha todo um trabalho com essas famílias, de adaptação, de discussão de questões, né? Houve vários trabalhos com, por exemplo, os adolescentes que estavam lá, com as mulheres que estavam lá. Trabalhos que propunham discussões variadas com aquela população.

Então, mesmo antes do SUAS – que é fruto da política nacional de 2004 – vários trabalhos já vinham sendo desenvolvidos, não só em Belo Horizonte, mas no país inteiro. Havia vários trabalhos que depois foram sendo, inclusive, agrupados e renomeados. Um trabalho que foi muito relevante para mim foi a participação na construção dos Núcleos de Apoio à Família, em Belo Horizonte (tinha esse nome em 2003). Eu fui chamada, junto com uma equipe, para participar desse processo – sempre tinha equipes, né? Sempre faço questão de dizer, não era que não tivesse nada pronto, estava sempre em um processo de construção. E pessoas, tanto da universidade, quanto dos serviços, estavam juntas construindo uma visão, com erros e acertos. Esse foi um processo muito rico. Então, em 2003, a Prefeitura de Belo Horizonte tinha os Núcleos de Apoio à Família, que depois, a partir do SUAS, foram rebatizados de Centros de Referência de Assistência Social, além de outros serviços internos. Por exemplo, tinha o que, hoje, é o CREAS³², e que antes era o SOSF, Serviço de Orientação Sociofamiliar, que já vinha acontecendo. Quando a política nacional foi aprovada e o SUAS começou a ser instalado, em 2005, esse trabalho já vinha sendo feito, então, ele foi rearticulado, mas o caminho já estava sendo trilhado. Eu não sei se você sabe, mas a Prefeitura de Belo Horizonte publicou, em 2007, um livro chamado *Metodologias* e, nesse livro, tem as metodologias que eram praticadas no município [Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2007]. Esse livro foi publicado para registrar. Depois, quando vem a Tipificação [Resolução nº. 109, 2009], em 2009, vem outros documentos. O ano de 2009 foi muito importante na organização do Sistema, muita coisa começou a ser remanejada, reorganizada e tal, mas esse livro é muito interessante.

Quando comecei a trabalhar, junto com todas essas pessoas, construindo metodologias, meu lugar era sempre o da pessoa que estava na universidade. E mesmo depois que me aposentei da universidade, continuei a ser chamada para ajudar no processo de construção de metodologias. A gente não tinha essa pergunta “como vamos colocar a Psicologia?”, não era dessa maneira que se perguntava. Você perguntava: “bom você vai fazer um programa de combate ao trabalho infantil, como seria possível não usar a Psicologia? Você vai trabalhar com criança, adolescente, família, comunidade; tem jeito de não trabalhar subjetividade?” E aí eu volto à ideia da subjetividade, sobre a qual eu já tinha uma visão psicossocial. Então, não vou pensar essa subjetividade a partir de como resolver Complexo de Édipo dos meninos, eu não tenho que fazer condicionamento operante, eu não tenho que pensar uma comunicação mais autêntica, como o Humanismo fala, né? Não, eu estou trabalhando com a subjetividade ao trabalhar identidades, valores, relações, formas de organização familiar. A família não é uma máquina, você tem ali afetos, você tem crenças, tudo isso entra no trabalho, e isso é Psicologia também.

32. A sigla CREAS faz referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Mas não é só Psicologia, isso é Antropologia, isso é Sociologia. E isso é muito legal, porque já tinha um embriãozinho da percepção da interdisciplinaridade. Então, tem a ideia da interdisciplinaridade, e não só de que o social, as instituições, os grupos podem ser pensados e analisados pela Sociologia, pela Antropologia, pela Psicologia Social, pela Psicologia Clínica, mas também a ideia de que essas coisas, muitas vezes, se articulam, se superpõem mesmo, né? Quando você vai trabalhar combate ao trabalho infantil, como é que você pode escolher falar: “não vou mexer com Psicologia Social, só com Antropologia”? Então, na verdade, o que você tem é um encontro de saberes. E desencontro também, porque muitas vezes há conflito, há dificuldade de conversar, de dialogar – o que é bom também, porque é um sistema em construção que ajuda a construir os seus conhecimentos também.

Isso é uma outra coisa que me incomoda muito nessa discussão contemporânea: você escuta muito falar da Psicologia como se ela estivesse pronta, em um lugar assim, “do Olimpo”. Aí você vai lá pegar a Psicologia e aplicá-la. Eu acho que tem muita coisa que foi construída e que deve ser pensada e aplicada, mas tem também muita coisa para ser construída e desconstruída, reconstruída e inventada; é um sistema em mudança. Um campo de saber é um sistema em mudança – e aí de nós se não pensarmos assim. A Física é um sistema em mudança, mas a Psicologia também, a Psicologia Social também. Então, ali onde a coisa não está se ajustando direitinho é onde tem um desafio, né?

Queria que você falasse um pouquinho mais sobre esse desafio.

Quando a gente começou a trabalhar com as metodologias no SUAS, nosso objetivo era desenvolver a metodologia do trabalho social com famílias. Isso é uma proposta complexa: na medida em que se afasta da visão assistencialista, você vai pensar o que é o trabalho social com famílias, vinculado a um sistema de proteção social. E a família é uma instituição importantíssima para essa proteção social, por isso precisa ser amparada, precisa ser cuidada e protegida. E essa proteção não pode ser pensada como um favor, mas como expressão de direitos. Então, o trabalho social com famílias teria que abarcar isso, certo? Teria que abarcar, principalmente, as questões de cidadania – porque já não é mais aquela família do mundo assistencialista, é uma família cidadã. Teria que abarcar a questão dos processos familiares – você tem ali desde o processo do trabalho até o processo de criação dos filhos, as relações de gênero, as relações intergeracionais, tudo isso está em pauta. Porque você sabe que você vai mexer com a família, você vai mexer com uma instituição social, e não mais com aquele grupo naturalizado. Então, se você está indo mexer com uma instituição social, volta a questão: você vai mexer com valores, você vai mexer com padrões, você vai mexer com relações, interações, representações, identidades etc.

O que é o trabalho social com famílias? Um trabalho social com famílias, no qual um dos objetivos é o combate à pobreza – quer dizer, é permitir que as famílias se organizem de tal forma que elas possam ter acessos, que elas possam ter a sua cidadania respeitada e serem encaminhadas para os recursos existentes no território – pode ser feito de uma maneira muito técnica, mas você vai esbarrar em questões culturais, de linguagem, de

relações de gênero, de crenças diversas. Então, para você fazer um trabalho social com famílias dentro do território, você precisa trabalhar essas questões. Para você defender a cidadania, você precisa pensar a subjetividade – estou pensando subjetividade, aqui, até em termos sociológicos. O sujeito sociológico não é só uma máquina de produzir, ele tem uma identidade, ele tem uma cultura e tal. Então, eu preciso pensar os processos de subjetivação articulados com os demais processos: políticos, sociais. Esse trabalho social com família precisava incorporar essa visão das questões subjetivas, que tinham que ser trabalhadas em um horizonte de cidadania e participação, porque você não faz cidadania sem participação. E, para haver a participação, você tem que ter também uma série de fatores que estão agregados ali, né?

Existem muitos trabalhos dessa época, que não são do SUAS, por exemplo, o Alain Touraine, com o método da intervenção sociológica [Touraine, 1982]. Mesmo falando de Sociologia, ele mostra que é possível fazer uma articulação entre elementos, principalmente valores, crenças e formas de organização, um modo de existir, um modo de vida que está implicado na comunidade, está implicado nas famílias. Então, você vai mexer com isso, só que, para você mexer com isso – aí a gente vai chegar um pouquinho mais perto do campo da Psicologia mesmo –, como você vai fazer? Você vai pegar o território e como é que você vai agir, como é que você vai desenvolver ações? Você vai fazer grupo? Tá, então você vai chamar as pessoas para o grupo. O que você vai fazer com esse grupo? Ah, vai fazer grupo operativo, lindo! Eu sou “apaixonadíssima” pelo Pichon-Rivière, é um dos fundamentos das minhas oficinas, mas é preciso mais do que isso: como você vai escutar as pessoas dentro do grupo? Como você vai estimular o diálogo? Como você vai abrir espaço para elas se expressarem? Como você vai trabalhar a articulação do Programa Bolsa Família com o PAIF³³? – que foi um ponto onde eu cheguei a trabalhar também. Como você vai trabalhar com as famílias o fato de que a exigência de mandar as crianças para a escola é uma defesa de um direito, e não só uma decisão autoritária sobre a família? Como você vai discutir isso com pessoas que, muitas vezes, pensam a sociedade mais a partir da religião ou a partir de uma sociedade tradicional? Como você vai fazer isso? É aí que eu acho que tem um arranjo necessário entre métodos da Psicologia, conhecimentos da Psicologia, e conhecimentos e métodos da Sociologia, da Antropologia, da Política, da Pedagogia, que são áreas necessárias ao SUAS, né? Ao mesmo tempo, na minha opinião – que muita gente pode contestar –, não bastaria levar, por exemplo, a Educação Popular, ou só um trabalho de Pedagogia do Oprimido, por exemplo (que é lindo!). Para mim, ali, precisa pensar grupo, precisa pensar Psicologia do Oprimido, precisa pensar uma Psicologia da Cidadania, precisa pensar em como os processos de opressão são questionados, criticados, tanto nos grupos, quanto nos indivíduos, porque há um momento em que é com o indivíduo que você vai trabalhar. Sabe, essas coisas são complexas e estão todas ali, misturadas. E só completando: acho que há diversos conhecimentos que são necessários para se construir essa visão de cidadania, de participação, de mobilização e de transformação. E aí quando eu falo em Psicologia, não estou falando que eu tenho que resolver a relação básica, o Complexo de Édipo e tal, muito menos a psicopatologia.

33. A sigla PAIF faz referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

Lúcia, eu queria só voltar a uma questão que você trouxe no início da sua fala. Você disse que mesmo nesse período pré-SUAS, na década de 1990, já se colocava a questão de como não ter a Psicologia no campo da Assistência Social. Eu queria que você contasse um pouquinho sobre como a Psicologia estava presente nessa área, em que equipamentos estava, o que fazia...

Bom, em primeiro lugar, há uma diferença na presença da Psicologia, dependendo do ponto do Sistema. Na Proteção Social Básica, ela pode estar de um jeito; na Proteção Social Especial, ela vai estar de outro; na rede de defesa dos direitos – que não é o SUAS, mas da qual o SUAS precisa – a Psicologia vai aparecer de outras maneiras, ela vai ter uma demanda diferenciada. Então, acontece que eu acabei atuando não apenas com serviços, mas, às vezes, dando uma consultoria, às vezes acompanhando ou avaliando um programa. Por exemplo, eu fiz todo um trabalho com Conselhos Tutelares, como não ter Psicologia, né? Mas voltando, eu só queria lembrar disso: se você vai para diferentes pontos do Sistema, vai ser diferente. E mesmo nesses diferentes pontos, há formas de mobilização diferenciadas também. Se você vai para a Proteção Social Especial, é diferente se ela é média complexidade ou alta complexidade. Que demanda você faz para o campo de conhecimento da Psicologia a partir da média ou da alta complexidade? Então, eu acho que já estava presente, por exemplo, em casos de violência doméstica, na média complexidade, você tinha que ouvir a família, tinha que ouvir a criança. Tinha que ouvir a família para tentar pensar qual seria a melhor abordagem para superação daquela situação. Na Prefeitura de Belo Horizonte, havia muitas tentativas de construção de instrumentos, que, depois, acho que foram sendo substituídos ou abandonados em função das normativas nacionais, né? Lembro-me que a gente tinha um instrumento para avaliar a vulnerabilidade da família. Nessa vulnerabilidade, a gente via se tinha casa, se tinha acesso à alimentação, se tinha trabalho, essas coisas todas – tinha, ali, toda uma avaliação que era sociológica da família. Mas tinha também uma avaliação de questões mais subjetivas – porque não bastaria dar casa, facilitar o encaminhamento para um trabalho e inserir na Saúde, porque a violência contra a criança, a violência contra a mulher, contra o idoso poderia continuar. Então, o que é que se descobria? Que tinha que proteger a cidadania dessa família, garantindo todos esses acessos, mas, ao mesmo tempo, trabalhando, de alguma maneira, as relações. Esse ponto realmente era o x da questão, porque se você vai trabalhar as relações, você está fazendo terapia? Não, né? Pode aprender a intervir, escutar, interpretar, incentivar a fala etc. com os diferentes modelos de atendimento clínico, ou da terapia breve, ou da terapia focal, ou de outras formas? Pode, né? Você aprende a escutar primeiro, antes de falar. Você aprende que, para você poder falar, fazer uma intervenção sobre a relação vivida, você tem que olhar nos olhos das pessoas, você não pode falar de cima para baixo. Tem todo um conhecimento aí: de onde ele vem? Só que o objetivo não era nada relacionado a padrões ou ideais ou formas de resolução de conflitos vinculados à Psicologia Clínica, era uma outra coisa. Eu pensava muito assim, e acho que muita gente compartilhava esse pensamento. Mesmo antes, em 2003, 2002, quando a gente buscava reduzir o grau de violência e promover cidadania e inclusão social com base na visão dos direitos da

criança, dos direitos da mulher, já estávamos fazendo uma intervenção que envolvia a subjetividade, mas não era exatamente a intervenção clássica da Psicologia, né?

Eu fiz, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, com outras duas pesquisadoras, uma pesquisa sobre o trabalho social com famílias no Brasil¹. Diversos CRAS foram estudados, entre eles havia um CRAS indígena, onde a equipe tinha que implantar o Benefício de Prestação Continuada para as pessoas com deficiência, dentro do território. Então, como fazer isso? Você podia simplesmente passar em cada casa, recensear, entregar e pronto, incluiu. Só que não, não incluiu. Por que não incluiu? Porque você fez chegar o recurso, mas você não promoveu a cidadania da pessoa com deficiência e de sua família – você promoveu um pouquinho, mas não fez um trabalho mais inclusivo. Então, essa equipe fez um trabalho de chamar as famílias para uma reunião mensal, em que elas podiam vir e chamar todo mundo da família – naquela região, eles entendiam que não adiantava chamar um único membro da família, ia todo mundo que quisesse ir. E a equipe foi explicando o que era o BPC², porque ele existia... Foi ouvindo as famílias, escutando quais eram as dificuldades vivenciadas pelos seus membros, ou no cuidado com os seus membros. E tinha, na região, um preconceito muito grande contra a pessoa com deficiência – como temos hoje no país inteiro, tinha também lá, entre aqueles indígenas. Começando a escutar, começando a proporcionar a possibilidade de questionar aquilo, mas não de uma maneira de cima para baixo, mas escutando, acolhendo essas famílias, de forma que, ao longo de vários meses, foi possível inserir mesmo no programa todas as pessoas com deficiência, e fazer todo um trabalho com as famílias. Isso permitiu que essas pessoas não ficassem mais isoladas dentro de casa: elas participavam mais da comunidade, havia maior valorização, havia outros acessos que foram estimulados a partir daí, né? Aí eu te pergunto: houve Pedagogia? Houve, Pedagogia Paulo Freireana. Houve Psicologia? Houve, houve uma concepção de grupo e de participação que vem da Psicologia. Houve Antropologia? Houve, né? Eles sabiam muito bem que estavam lidando com uma população que tinha outra tradição, outros valores, outras vivências de família. E tinha que ter mesmo tudo isso. Bom, isso foi em 2010. Apesar de ser pós-2004, acho que ainda era muito na construção do Sistema, naquelas primeiras experiências maiores de construção do Sistema.

Muito interessante. E pensando um pouco em Belo Horizonte, quais eram os principais serviços que tinham psicólogas e psicólogos antes do SUAS? Você falou sobre os que você acompanhou, mas mesmo que você não tenha desenvolvido diretamente trabalhos com eles, você ouvia falar de serviços que contavam com esses profissionais em seus quadros?

1. O “Estudo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)” foi desenvolvido por uma equipe de três consultoras: Maria Lúcia Miranda Afonso, consultora sênior que elaborou e coordenou o desenvolvimento da proposta, realizou a revisão bibliográfica e analisou as metodologias; e duas consultoras assistentes, Kellen Alves Gutierrez e Alice Dianezi Gambardella, que realizaram a pesquisa de campo. Os resultados do estudo foram publicados em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010).

2. A sigla BPC faz referência ao Benefício de Prestação Continuada.

Bom, os Núcleos de Apoio à Família, assim chamados em 2003, já tinham psicólogos no quadro, já estavam incorporados. No Serviço de Orientação Sociofamiliar já tinha também psicólogo. Nos trabalhos desenvolvidos pela Associação Municipal de Assistência Social – a AMAS, que era tipo uma grande ONG³, só que vinculada à Prefeitura, onde vários trabalhos eram desenvolvidos como projeto piloto – tinha presença de psicólogos, talvez porque ali já houvesse uma ideia de que a Psicologia poderia se incorporar, pensando o social. Eu nunca vi algo do tipo assim: “Ah, nós temos que chamar os psicólogos, porque, primeiro, as pessoas têm que tratar os seus conflitos emocionais, os seus conflitos psicológicos, para depois serem capazes de elaborar questões da criança e do adolescente, como trabalho infantil, violência doméstica.” A Psicologia tinha demandas um pouco mais específicas, porque era necessário ter um acompanhamento, era necessário ver as dificuldades de desenvolvimento da criança, do adolescente, era necessário pensar como você ia facilitar a reconstituição de um vínculo. Então existia, sim, uma especificidade da Psicologia, nas suas diferentes vertentes. Essa especificidade ficava um pouco mais borrada quando você ia para o território. Por exemplo, se você fazia um evento de funk, ou promovia um evento com jovens no território, você tinha que ter noção desde coisas como porque eles não podiam passar para o outro pedaço (porque lá tinha o grupo rival do tráfico), até a questão das identidades juvenis. Aí, sim, eu acho que havia uma demanda maior de integração de saberes, quando você fazia isso, quando você trabalhava na articulação com Bolsa Família, eu acho que era muito borrado, mas era muito necessário também, né?

Você nos contou sobre uma série de consultorias e diferentes formas de participação no campo da Assistência Social ainda nesse momento pré-SUAS. A gente sabe, também, que você fez uma série de pesquisas sobre o campo. Você acha que a Assistência Social era um tema em debate na academia, antes da PNAS⁴ e antes do SUAS?

Não, eu não acho. Eu acho que era muito mais pelas minhas articulações pessoais, sabe? Eu tinha muito contato com, por exemplo, Patrus Ananias⁵, Vera Victer, que é a esposa dele, e que foi muito atuante na Assistência Social em Belo Horizonte. Então, acompanhar o trabalho deles, a atuação deles, me ensinava muito e, na hora em que havia a necessidade de fazer um contato com a universidade, faziam contato não só comigo, mas com algumas poucas pessoas que já estavam interessadas nessa questão, naquele momento, né? Então, minha aproximação com essa área foi muito em função da minha proximidade, já naquela época, com o trabalho do Patrus, como prefeito de Belo Horizonte, e com o da Vera Victer, como secretária de Assistência Social.

3. A sigla ONG faz referência à Organização Não Governamental.

4. A sigla PNAS faz referência à Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

5. Patrus Ananias (PT) foi prefeito de Belo Horizonte de janeiro de 1993 a janeiro de 1997. Foi, também, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004–2010), durante o governo Lula.

E em outros locais, você tinha contato com pesquisadoras ou pessoas que estavam também na academia atuando nessa área, de outras cidades, ou de outros estados do país? Existia algum espaço mais institucionalizado de troca de conhecimento, ou uma certa identidade coletiva de pesquisadores e pesquisadoras desse campo?

Não. Que eu tenha participado, não. É só a partir de 2010, que eu começo a ter mais contatos, e, mesmo assim, não foram tantos, fora os de Belo Horizonte, né? Eu acho que eu me encerrei muito em Belo Horizonte, por uma série de fatores. E eu tinha também, como psicóloga social, uma convivência muito grande dentro da Associação Brasileira de Psicologia Social, a ABRAPSO, onde existiam pessoas interessadas, fazendo trabalhos, mas, sinceramente, não era aquela coisa de “então, vamos juntar e vamos discutir aqui os nossos trabalhos”, era mais aquele esquema de congresso, que precisava dar uma reformuladinha, né? Você vai lá e apresenta seu poster, vai lá e apresenta seu trabalho, e aí quem está lá, naquele momento, troca algumas ideias e pronto, né? Pelo menos essa foi a minha experiência.

E você acompanhou o processo de transição para o SUAS, em Belo Horizonte. Como foi esse processo?

Havia um investimento muito grande, porque Belo Horizonte já estava engajada, né? Quando a gente fala em Belo Horizonte, já tinha a gestão do Patrus, da Vera, de várias pessoas que depois tiveram um papel muito importante na construção do SUAS, como Haydee Almeida, a Simone Albuquerque, o José Cruz... Não era uma cidade em que o SUAS “baixou”, era uma cidade já implicada na construção do SUAS. Então, com a aprovação da PNAS, houve todo um esforço coletivo, porque Belo Horizonte também sempre foi muito pioneira na criação de conselhos, de fóruns e na organização de conferências locais. Então, isso também foi bastante estimulado, né? Minha participação, digamos assim, política e institucional, foi pequena. Se me perguntarem assim: “Você foi para as conferências?” Não, não fui. Eu fiquei muito restrita ao meu trabalho, nas consultorias, leituras, e área acadêmica e tal, mas eu sei que essa parte foi forte aqui, em Belo Horizonte. Até hoje, temos fóruns e conselhos, embora, no país inteiro, eles estejam sendo enfraquecidos.

Você nos contou um pouquinho sobre algumas consultorias, de períodos anteriores ao SUAS, mas, no momento de transição, você se lembra de quais consultorias você estava participando?

Sim. Então, em 2004, eu estava com os Núcleos de Apoio à Família, que depois viraram os CRAS, né? Em 2005/2006, participei do SOSF. Depois, fui uma das consultoras do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e, com isso, acabei também fazendo uma consultoria para o Estado e para o Município. Eu participei como uma das consultoras do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que depois teve a versão estadual e a versão municipal, de que eu também participei, e que também

eram muito interessantes porque foram planos feitos com muita participação. Como Belo Horizonte tinha toda essa visão de “vamos construir o SUAS, vamos construir o sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente, e as políticas para as mulheres e tal”, havia muita participação na construção dos planos, principalmente de combate ao trabalho infantil, de combate à exploração sexual, e da convivência familiar e comunitária.

Depois eu participei de uma consultoria, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2006, que foi muito desafiadora, porque foi uma articulação Programa Bolsa Família e PAIF, só que o PAIF estava no iníciozinho e o Bolsa Família era início também. E essa articulação era muito delicada e muito difícil, porque você tinha debates em torno das visões de proteção social ligadas ao Bolsa e ao PAIF. Bom, de qualquer maneira, eu consegui fazer um trabalho ali, e esse trabalho, para mim, foi uma semente, um embrião, do que viriam a ser outras propostas, tais como o trabalho com o PAIF e, depois, a pesquisa de 2010. Também acho importante frisar que a pesquisa da qual eu participei não foi a única. Havia, naquele momento, pelo menos umas três pesquisas nacionais acontecendo, e todas elas deram fundamentos para os documentos do PAIF⁶, que não foram escritos por nós, foram escritos pela equipe técnica no Ministério.

Daquela época, tem um documento, que é pouco conhecido, que é o sumário executivo da pesquisa sobre trabalho social com famílias, ele é de 2010 e é assinado pelo MDS⁷ [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010]. Neste sumário executivo, já tem uma série de propostas e considerações sobre a interdisciplinaridade, sobre a presença da Psicologia, sobre a prática da Psicologia não ser a prática da Psicoterapia – eu gosto de falar na prática, porque, mais uma vez, eu acho que ninguém impede o pensamento de pegar concepções e fazer adaptações. Então, esse trabalho também já trazia uma concepção, que depois – a partir de todo um esforço coletivo – veio a dar na proposta do PAIF, que é uma proposta bastante avançada do ponto de vista da proteção social para as famílias e para o território. E eu participei dessas coisas, às vezes mais próximas, às vezes aqui, em Belo Horizonte mesmo, muitas vezes, participando da construção metodológica com uma visão mais integrada, em que a gente nem falava assim: “Isso aqui é Psicologia, isso aqui é outra coisa”. Havia uma visão integrada do fenômeno social e da construção da cidadania, dos acessos aos direitos, dos acessos aos recursos, né? Muitas vezes, entrevistar uma pessoa para integrá-la ao Bolsa Família, ou ao PAIF, implicava dar a ela uma informação muito importante, do ponto de vista político e institucional: “Ah, então, você vai ter acesso a tais coisas, a partir de tal coisa, vou fazer um encaminhamento para a Saúde etc.”. Assim como, muitas vezes, era importante questionar: “Mas por que você não traz a sua filha? Ela está só fazendo serviço dentro da casa? Por que é que ela não vem também?” Muitas vezes, era preciso trabalhar crenças sobre as famílias, ou que as famílias tinham sobre elas mesmas, o

6. Entre esses documentos, estão os dois volumes das Orientações Técnicas sobre o PAIF, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2012.

7. A sigla MDS faz referência ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

que elas entendiam como cidadania, o que elas entendiam como seus direitos. Então a construção da concepção de direito não passava só por uma informação racional. E isso não acontecia de uma forma separada, como se disséssemos: “Ah, então, vamos separar isso. Agora, chama o psicólogo”. Não, não tinha disso, né? Em um certo momento, em alguns CRAS, eu soube que houve – e há – momentos em que falam: “Ah, vai fazer grupo? Então, é melhor chamar o psicólogo”, o que é uma grande bobagem, porque, para fazer um grupo do PAIF, não precisa chamar o psicólogo; na verdade, a melhor coisa era se fossem duas pessoas conduzindo, né? E essas duas pessoas poderiam ter formações diferenciadas para enriquecer a forma de intervenção, de condução do trabalho.

Lúcia, você participou da formação de muitas psicólogas e psicólogos que foram contratados para atuar nos primórdios do SUAS. Em Belo Horizonte, você estava prestando consultoria para a Prefeitura bem nesse momento de transição. Eu queria que você contasse para a gente um pouquinho sobre como era essa formação. Que tipo de profissional vocês queriam formar?

É difícil responder essa pergunta com uma resposta muito certinha, muito redondinha, tá? Eu acho que a Prefeitura queria formar profissionais que conhecessem a política. Então, sempre era demandado que explicasse o que era o PAIF, explicasse o que era o trabalho social com famílias e tal. Então, precisava conhecer a política – porque muitas vezes as pessoas que chegavam, fossem de qual formação fossem, não conheciam necessariamente a política, não tinha uma disciplina na faculdade que ensinasse: “olha, o SUAS é assim, o SUS⁸...” O SUS, até que tinha, mas, no curso de Psicologia, demorou muito para começar a ter a discussão sobre o SUAS. Mais recentemente, a UFMG lançou uma seleção para docente para ensinar sobre Psicologia e Assistência Social, mas isso foi um longo caminho. Então, a primeira coisa era que as pessoas deviam conhecer a política, e, nesse conhecer a política, havia também um desejo, nem sempre completo, nem sempre realizado, de que você soubesse como aplicar a política, como operar com a política, né? Havia também uma demanda muito grande para mim, como psicóloga social, de discutir como você chega no território, como você mobiliza, como você faz uma reunião, como você organiza a informação para que ela circule, etc. Então, de coisas que não são de hoje, que vêm sendo estudadas tanto na Psicologia Social, como na área de Comunicação Social. E o que eu procurava fazer era buscar outras referências, que não estavam necessariamente dadas pelo MDS, porque, nessa época, o MDS também começa a soltar as normativas – os cadernos que vão informar o que é vínculo, como eu trabalho com as famílias – mas vai demorar um pouco, né? Então, a gente ia buscar elementos – tais como grupo operativo, oficinas, a Pedagogia Freiriana, a Educação Popular, metodologias participativas – que também não são propriedades do SUAS.

Agora, eu confesso que isso era, às vezes, incipiente, sabe? A gente procurava trazer esses elementos, mas havia também muito receio de incorporar coisas que depois não coubessem no SUAS. Havia muito receio de você derivar, começar a fazer um trabalho de grupo aqui e, de repente, você não estar fazendo um trabalho de promoção da cidadania,

8. A sigla SUS faz referência ao Sistema Único de Saúde.

combate à pobreza e promoção dos direitos socioassistenciais, mas estar fazendo um trabalho de sexualidade na adolescência, mas para quê, né? Então, havia, e eu acho que ainda existe, esse medo, e eu acho que é um medo justificado, porém, que não deveria paralisar as iniciativas. Deveria incentivar a busca por compreender melhor, e teorizar melhor, e praticar melhor. Mas havia, sim. Muitas vezes era uma coisa meio assim: as pessoas queriam, por exemplo, aprender a fazer grupo, mas tinham medo de aprender a fazer grupo.

E aí eu tinha muita liberdade, porque eu não era empregada deles, então, eu tinha muita liberdade. Eu sempre brinquei que ser consultora é ótimo, porque você fala tudo que você quer, e eles fazem tudo que eles querem. Enfim, a gente fala muita coisa e propõe muita coisa, e não necessariamente essas coisas são integradas, né? Porque, a lógica de quem está no serviço, a lógica de quem está na gestão, principalmente, pode ser uma lógica diferente da pessoa que está pensando a consultoria; a gestão vai pensar uma série de elementos que tem a ver com a rede. “Você não pode fazer isso nesse território, porque a Educação já está fazendo, e a gente tem que articular com a Educação e tal”, coisa que a gente às vezes, naquele momento, não está pensando.

Eu criei em determinado momento, por conta de uma outra articulação, junto também com outras pessoas, jogos para discussão de Direitos Humanos, de direitos de cidadania, de meio ambiente, de bullying na escola. São quatro jogos que, depois, eu disponibilizei, gratuitamente no meu site⁹. Qualquer pessoa pode entrar lá e baixar os arquivos, imprimir e utilizar. E é muito legal, porque vem e-mails do país todo, sempre tem, quase todo dia tem um, dois, três e-mails, pedindo para usar esses jogos na Assistência, na Educação, na Educação de Direitos Humanos e tal. Eu, muito entusiasmada no início, fiz reuniões com a rede de Educação, reuniões com a Assistência Social, aí levava as caixas dos jogos, e elas ficaram encostadas lá um tempão. Só mais recentemente, eu acho que no ano passado, duas ex-alunas (Fabiana Meijon Fadul e Elizete Orozimbo) e pessoas com quem eu trabalhei nas consultorias e que têm hoje um papel na gestão da Secretaria, fizeram um seminário com a utilização dos jogos dentro da Assistência Social, o que é uma questão muito interessante, porque você junta os meninos, junta criança, adolescente, mesmo as mulheres, os idosos, você junta, e vai fazer o que com eles, né? Nesse momento é que se torna importante desenvolver metodologias participativas para o trabalho social com famílias. Então, a possibilidade dos jogos é interessante, porque tem uma proposta de ser lúdico, e de ser informativo, de ser reflexivo também, e que abre um instrumento legal para dentro desses grupos, né? Mas assim, o medo de usar, e de usar mal-usado, ou de fazer coisa que não tinha nada a ver com a Assistência, era muito grande. E é isso que eles tiveram que construir. Tiveram que sair daquela proposição muito teórica dos cadernos metodológicos, para construir alguma coisa na prática. Então, beleza, você vai respeitar a família, e vai escutar a família e tal, mas como você faz isso? Tá, você pega as pessoas, senta em torno de uma mesa; e isso basta? E aí eu acho que tem todo um campo para a Psicologia, para a Pedagogia, para a Comunicação Social.

9. O site ao qual Lúcia Afonso faz referência pode ser acessado em <https://www.recimam.org/>.

E quando você fala desse medo, era medo de quem estava lá na ponta, ou era medo de quem estava na gestão?

Eu acho que todo mundo tinha medo, cada um tinha um medo diferente, né? Acho que os técnicos tinham medo de lá, na ponta, fazer alguma coisa que pudesse ser censurada pelos seus gestores. Havia também uma certa dificuldade muito institucionalista, que era: “Tá. Como eu vou contabilizar? Como eu vou registrar esse trabalho que eu estou fazendo? Eu fiz um grupo: quantas sessões foram? Quantos grupos foram? Quantas pessoas foram? Eu consegui atingir a meta, não consegui atingir a meta?” Então, faltava muito a institucionalização da política: com qual instrumento, com qual registro, quantas vezes, quem vem, como você faz o controle disso, etc. Era uma dificuldade grande para quem estava na ponta, porque você tinha que ir, você tinha que fazer x horas, você tinha que fazer tal meta, ou x trabalho, e aí você tinha que saber como fazer isso, né? Então, isso tudo tem sido uma construção interna.

E tinha também o medo dos gestores que, pelo menos comigo, nunca era uma coisa de: “Nossa! Não, não vamos usar isso de jeito nenhum”. Não. Era sempre assim: “Nossa! Que legal, que interessante. Vem cá, faça a capacitação”. Mas na hora de operar com isso, era difícil. Lembro-me de uma capacitação que eu dei em que as pessoas ficavam andando em círculo, no sentido do raciocínio repetitivo, que era assim: “Ah, a gente tem que fazer trabalho com grupos”. Eu: “Ótimo. Então, vão aprender a trabalhar com grupo”. Mas para aprender a trabalhar com grupo, precisa aprender minimamente uma certa teoria de grupo, que eu fazia questão de passar; mas nem sempre as pessoas queriam. As pessoas queriam: “Ah, Lúcia, eu vou chegar lá, eu vou fazer o quê, depois eu faço o quê, depois eu faço o quê?” E eu fazia questão de falar: “Não, você tem que saber algumas coisas”. Aí o pessoal ficava um pouco inseguro, ou desincentivado, talvez, porque, embora eles pudessem fazer a capacitação no horário de trabalho, era um sufoco para eles saírem, chegarem na capacitação, se dedicarem, lerem um texto fora. Então, talvez por se sentirem sem incentivo para isso, eles recusavam conhecer melhor essa teoria, e aí queriam a receita prática. A receita prática não existe, na verdade! Não dou não é porque eu não queira, é porque ela não existe. Na verdade, existem *n* receitas, mas para você poder aplicá-las, você tem que saber um pouco sobre como elas foram concebidas. E aí o pessoal ficava assim: “Ah, mas a gente não pode fazer grupo”; e eu falava: “Por que não pode fazer grupo?”, “Ah, porque não tem vale-transporte para as pessoas irem lá para o CRAS para participar do grupo”, “Ah, então, tem que arrumar vale-transporte”, “Ah, mas não tem jeito de arrumar vale-transporte. Então, nós não vamos fazer nada”, “Então, tá, não faça nada”, “Ah, não, mas a gente não pode fazer nada, a gente tem que fazer alguma coisa, então, a gente vai fazer grupo”.

Grupo é muito engraçado, porque todo mundo quer fazer, mas muita gente tem medo de fazer. Ou quer fazer ações comunitárias, atividades comunitárias. Mas o que é que é uma atividade comunitária? Campanha, todo mundo sabe, porque o Brasil faz campanha há trocentos anos. O que mais? Formação de rede. Quem sabe fazer formação de rede? Como se faz uma rede? E esse aprendizado traz medo, mas tem também um

desejo de fazer. E tem entraves que são práticos, muito práticos: tipo você tem que ter vale-transporte para juntar meia dúzia de usuários em uma sala. Ao mesmo tempo, você tem entraves do ponto de vista da produção de conhecimento, que depois que você junta os seis na sala, você tem que fazer alguma coisa com eles, né?

E você acha que esse receio tem alguma coisa a ver com a formação? Porque grupo é um tema que a gente estuda na maior parte dos cursos de Psicologia, mas muitas profissões que estão presentes no SUAS não têm essa discussão na sua formação. Você acha que pode ter a ver com uma questão de “Ah, não, isso aí não é coisa da minha profissão”, ou era uma coisa mais geral, que envolvia profissionais das mais diversas áreas?

Não, eu acho que os profissionais que não tiveram uma formação sobre grupos tinham mais receio, mas psicólogo também tinha, porque o grupo, no SUAS, não é de terapia. Então, você vai fazer um grupo para trabalhar com as famílias determinada questão, seja das condicionalidades do Bolsa Família, seja do trabalho infantil, seja da violência contra a mulher. Ou você vai fazer grupo de idosos, porque ali você tem alguma coisa para desenvolver com aquele grupo de idosos, né? Esse foi um exemplo interessante, do ponto de vista da Psicologia, porque eu cheguei a montar uma metodologia de trabalho com grupo de idosos, em que havia toda uma preocupação com o desenvolvimento de algumas habilidades sociais de memória. Essa metodologia envolvia trabalho com memória, trabalho com identidade, trabalho com interação, e considerava a necessidade de escuta desses idosos para identificar se havia alguma violação de direitos no cotidiano, se havia alguma questão relacionada à identidade cultural, a resgate cultural, uma série de coisas assim. Mas isso fez com que questionassem: “Quem mandou fazer isso? Foi a Lúcia Afonso ou foi o MDS?” Porque era muito ambicioso, naquele momento, pensar que você iria fazer um grupo de idosos dentro do SUAS, cujo principal objetivo era – para a política – a redução do isolamento social do idoso e a oportunidade de defesa de seus direitos. Esse grupo partia da ideia de que ali, convivendo, você teria mais condição de detectar situações de abuso ou de violência, e também de exploração: por exemplo, se o idoso dá a sua pensão para a família viver e ele mesmo não tem acesso aos seus remédios, etc. Ou também uma inserção dos idosos, quando necessário, na Saúde, ou encaminhamento para Educação de Jovens e Adultos, etc. Lindo, né? E já era suficientemente trabalhoso, percebe? Então, assim, havia mais alguma coisa para fazer? Havia, e essa coisa não custava nada. Se você faz um resgate, por exemplo, das brincadeiras que eles brincavam quando eram crianças, você está trabalhando, ao mesmo tempo, cultura, identidade, memória, afeto, uma série de coisas que são de vários campos do conhecimento. Mas “Quem mandou fazer isso?” Era muito divertido, era muito legal, a gente criava muita coisa. Muitas coisas acabavam sendo incorporadas como uma forma de “Ah, que legal! Vamos fazer aquele resgate de brincadeira então”, como uma forma de se virar, no dia a dia, para fazer um grupo de idosos, mas não viravam elementos instrumentais operadores da política. Entendeu?

Quais eram os empecilhos para que virassem operadores da política?

Eu acho que a própria política teria que ter um refinamento dos seus objetivos, certo? Eu concordo plenamente que os objetivos são combate à pobreza e à violência, a promoção da cidadania e dos direitos socioassistenciais, em primeiro lugar, e, depois, a inserção. Acho que o pacote é esse mesmo. Mas, para operar com isso, talvez fosse importante ter um pouco mais de entendimento do que é necessário para fazer isso acontecer. Agora, acho também que essas questões são uma construção. Não adianta eu, ou qualquer outra pessoa mais bem formada e informada, chegar e falar assim: “Olha, gente, eu vou escrever aqui e vou entregar para vocês fazerem”, porque não vai dar certo, né? Tem muitas coisas que resultam de um trabalho conjunto, que são feitas na articulação com Saúde, na articulação com Educação.

Eu tenho um exemplo muito legal que eu presenciei na época da pesquisa no MDS. Foi um grupo de adolescentes que estava sendo acompanhado pelo CAPS AD¹⁰ – isso, se eu não me engano, em Londrina-PR –, e que também estava sendo acompanhado pelo CRAS, as famílias estavam inscritas no CRAS e também eram acompanhadas. Quem fazia o grupo era um profissional da Assistência e um profissional da Saúde, eles faziam juntos o grupo, e podiam fazer uma articulação entre o trabalho da saúde mental dos adolescentes e a promoção da cidadania das suas famílias. Mas isso não era feito separadamente, tipo assim: “Então, tá, a gente põe adolescente aqui, a gente chama a família, e promove a cidadania”. Isso era feito de uma maneira mais articulada e isso foi uma experiência muito boa, lá em Londrina. Mas são experiências difíceis, porque elas precisam de uma fundamentação, e elas precisam de um apoio institucional, né? É a velha ideia do projeto piloto, porque depois de ser realizado, ele vai ser ampliado e o que vai acontecer com ele quando ele for ampliado? São questões que não são só de visão, mas também de operacionalização.

Lúcia, você comentou que as suas propostas de metodologia de grupo eram consideradas muito ambiciosas, na época. Você acha que hoje mudou alguma coisa?

Pelo menos aqui, em Belo Horizonte, eu acho que houve avanços. Acho também que, já naquela época, também havia – isso é legal de recordar. Mesmo na época em que os Núcleos de Apoio à Família estavam virando CRAS, em alguns CRAS, havia grupos de convivência, e esses grupos de convivência eram grupos com mais liberdade de condução. As pessoas participavam, as pessoas eram inseridas, e elas vinham para os encontros de grupo, e o próprio grupo falava o que gostaria de fazer, e a pessoa que conduzia também podia fazer propostas. Então, havia desde passeios a discussões. Houve um, especificamente, que construiu uma colcha de retalhos, e essa experiência até ficou bem conhecida, foi apresentada em congresso e tal, porque construindo essa colcha de retalhos, as pessoas puderam resgatar a sua história, no seu retalhinho, que

10. A sigla CAPS AD faz referência ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

bordava, ou pintava, e depois juntava na colcha grande¹¹. Depois, aquilo era levado para exposição em outros lugares, as mulheres iam e discutiam com outras. Havia todo um trabalho de grupo, de processo de grupo, no qual você podia enxergar elementos da subjetividade, e elementos objetivos, porque muitas dessas mulheres que participaram promoveram mudanças nas suas vidas, saíram de relações abusivas, ou conseguiram se inserir no mercado de trabalho, superaram alguma dificuldade que tinham – não necessariamente objetiva, mas alguma dificuldade até pessoal, emocional – a partir daquele acolhimento do grupo e da interação do grupo. Então, esse trabalho foi um trabalho muito bonito, e foi daquela época, né? E essas experiências foram incorporadas, digamos assim, na sabedoria popular dos técnicos de Belo Horizonte. Porque tem isso também, as pessoas aprendem umas com as outras, né, e falam “Ah, no CRAS tal teve tal experiência. Vamos fazer aqui também”. “Ah, aqui foi desenvolvido tal coisa, a gente podia fazer, pegando tal viés”.

Eu havia dito que sim. Eu estou um pouco defasada, eu acho que a pandemia também trouxe, para mim, esse efeito, eu estou um pouquinho defasada, mas eu acredito que sim, que há um avanço no saber fazer o grupo, no saber propor o grupo, no saber propor ações comunitárias – não é só grupo, as ações comunitárias, festas, barraquinhas, campanhas, redes, né? Acho que sim.

Ótimo, Lúcia. Você nos contou aqui várias experiências suas, tanto em Belo Horizonte, quanto Brasília. Tem alguma outra experiência no campo da Assistência Social, que você não tenha mencionado, mas que você gostaria de trazer para a nossa conversa?

Naverdade, tem muita coisa que eu acho interessante, tanto coisas que eu vivi, presenciei, aprendi, quanto coisas que, em um determinado momento, não eram pensadas como possíveis de serem desenvolvidas e, alguns anos depois, passaram a ser, pois passou a ser possível identificar onde uma determinada experiência se enraíza, onde ela pode se apoiar. Belo Horizonte teve uma experiência, também naquela época, importante, que foram os Territórios da Cidadania, onde a articulação de rede era muito forte – Saúde, Educação e Assistência. Mesmo hoje, você ainda tem uma ideia de articulação importante.

Uma das dissertações que eu orientei – da Elizete Orozimbo [2017], que trabalha na Assistência – faz uma comparação entre a abordagem da família, na Assistência, na Saúde e na Educação, e discute o que a rede pode aprender com isso. Ela estava se articulando para realizar isso na regional onde ela atua. Então, tem isso também, tem diferenças entre as regionais, mas tem coisas que eu acho que são muito ricas e que podem abrir espaço para construção de concepções, de metodologias, de técnicas, que eu acho fundamentais, né? Agora, eu sou muito mais acadêmica do que os serviços. Eu tendo a achar assim: “Ah, que legal! Vamos incorporar tal coisa. Isso é bacana, isso

11. Esse trabalho da Colcha de Retalhos foi desenvolvido no CRAS Barreiro, Belo Horizonte, por Magda Carvalho Rodrigues.

pode ser bacana”. É um pouco, sabe, ligeiro para alguns momentos em que as pessoas que estão na prática precisam de uma coisa mais concisa, mais consistente, e que não pode ser tão fácil; mas é bom, é bom ter os dois tipos de vozes, né?

Eu gostaria de contar uma historinha rápida: lembro-me que quando eu fiz o trabalho da articulação PBF¹²/PAIF, criei um jogo e coloquei diversas dinâmicas de grupo adaptadas para o uso ali – não fui só eu que fiz, claro, havia todo um núcleo de trabalho pensando a condicionalidade, o combate à pobreza, etc., mas eu fiz isso também. Na época, uma professora muito respeitada, que eu aprendi demais com os textos dela, e que eu tenho como referência, chegou a me escrever, falando assim: “Muito interessante, chega a ser surreal”. E isso era uma crítica, né? Eu escutei aquilo assim, metade como elogio, metade como crítica. Porque tudo que é surreal, em um determinado momento, pode se tornar real no outro, né? E pode ser inclusive refeito, não daquela mesma maneira, mas recriado de um jeito que possa, de fato, ser aproveitado em um outro contexto. É assim que eu vejo a Psicologia hoje. Eu vejo a Psicologia diante desses desafios, de como eu vou construir uma Psicologia voltada para o fortalecimento da cidadania, uma Psicologia da Cidadania, né? Eu tenho um texto sobre isso [Fadul & Afonso, 2014], e essa é uma questão que, volta e meia, eu gosto de brincar com ela: que a gente precisa de uma Psicologia do Oprimido, uma Pedagogia do Oprimido, mas a gente também precisa de uma Psicologia da Cidadania. A gente precisa de uma Psicologia voltada para o trabalho com a questão social – acho que esse ponto é superimportante –, você vai trabalhar com a questão social e com o que a questão social envolve, né? Então, você precisa de uma Psicologia voltada para a questão social. Precisa fazer todas essas articulações: articular saberes com fazeres, quer dizer, você pode, sim, utilizar diversos saberes, mas você tem que saber em quais práticas você vai operacionalizar aquilo, e dentro de qual política, dentro de tais objetivos da política, e, enfim, todo esse trabalho de operacionalização. E aí uma coisa é se eu vejo você questionando, por exemplo, a sua relação com o seu filho, eu posso levar isso para uma terapia familiar, ou posso levar isso para uma discussão dos direitos da criança. Eu tenho sempre uma encruzilhada aí. E essa encruzilhada que me dá a direção: “Onde eu estou? De que política estamos falando? De que trabalho estamos falando?”, né?

Eu participei da equipe que fez a revisão das referências técnicas para o trabalho de psicólogas e psicólogos nos CRAS, que foi publicado em 2021 [Conselho Federal de Psicologia, 2021]. Então praticamente tudo que está lá eu assino embaixo, porque foi um trabalho de um ano, em que a gente discutia muito, brigava, mas também compartilhava, e foi um trabalho muito interessante. Depois, teve a parte da consulta pública, que foi riquíssima, né? O pessoal mandando questões, e falando “Não, não posso ignorar o sofrimento psíquico, o sofrimento mental. Quando eu estou lá, em uma das ilhas do Pará, encontro-me com uma adolescente que fez uma tentativa de autoextermínio, e que vai ser inserida em um programa da Assistência, e não tem nenhum outro de serviço de Saúde ali, como eu faço?” – isso era uma preocupação específica, tá? É importantíssimo discutir essas questões, a gente não tem respostas ainda para elas, porque a resposta

12. A sigla PBF faz referência ao Programa Bolsa Família.

para elas não é “Tudo bem. Comece a fazer terapia com ela no dia seguinte”, a resposta também não é “Esqueça todas as questões subjetivas dela, e coloca ela no grupo tal, de apoio tal”. Mas a gente tem que discutir essas coisas junto à realidade vivida, junto ao trabalho. Isso, eu aprendi muito ao longo desse tempo, e essa parte da consulta pública foi muito importante para isso.

Lúcia, a gente ouve com muita frequência pessoas, colegas, dizendo que a Psicologia caiu de paraquedas na Assistência Social. Queria que você comentasse um pouquinho essa frase.

Em primeiro lugar, eu não consigo conceber uma sociedade contemporânea sem a Psicologia, sem a noção de subjetividade, até de individualidade, porque o sujeito do qual falamos é um sujeito coletivo, mas, ao mesmo tempo, o sujeito de direitos é também o indivíduo, diante do Estado. E as questões do desenvolvimento humano, do desenvolvimento social e das formas de produção, hoje, têm tudo a ver com as implicações de como as pessoas se inserem e de como as pessoas interagem no mundo do trabalho e no mundo da vida. Então, eu não consigo entender uma sociedade contemporânea sem a Psicologia. Acho que a Psicologia veio para fazer alguma coisa. Ela pode até se transformar ao longo do tempo, o que a gente chama de Psicologia pode se transformar e, daqui a 100 anos, ser uma outra coisa. Mas, hoje, eu não consigo entender a sociedade sem a Psicologia. Então, pensar que a Psicologia caiu de paraquedas em qualquer política atual, eu acho uma acusação meio sem fundamento. Acho que é preciso pensar o que a Psicologia veio fazer em cada uma dessas políticas. Então, em vez de pensar que ela caiu de paraquedas, pensar qual é a parte que lhe cabe, em cada uma dessas políticas. E aí, no caso da Assistência, a gente sabe que tem toda a história da articulação do Conselho Federal, com a construção da Política Nacional de Assistência Social, do SUAS. A gente sabe que teve toda uma articulação para poder incorporar psicólogos nas equipes técnicas e talvez esse momento tenha sido um momento muito mais de abrir espaço, abrir campo de trabalho, do que de certezas sobre o que é que psicólogas e psicólogos iriam fazer dentro dessa nova política. Mas o que eu acho também é que, na medida em que você cria a circunstância, a circunstância também cria as demandas e os desafios. Então, por exemplo, se em vez dessa incorporação sistemática – porque, na definição da equipe multiprofissional, está lá psicólogo, né? – se em vez do psicólogo fosse o pedagogo, se em vez do psicólogo fosse o antropólogo, certamente a política iria caminhar por caminhos um pouco diferentes. Eu até penso que as pessoas com uma visão um pouco mais pedagógica, talvez gostassem muito de ter mais Pedagogia no SUAS – o que não seria ruim, desde que fosse uma Pedagogia mais libertária, né? Uma Pedagogia mais Paulo Freireana, ou de outros autores também libertários.

A ideia de que você vai construir a cabeça de alguém é uma ideia já bastante criticada. Na evolução das discussões sobre a democracia, sobre a cidadania, sobre o desenvolvimento social, o desenvolvimento local, você não tem mais essa ideia de que você vai chegar e conscientizar as pessoas, informar e, a partir da informação, tudo muda. A gente sabe que tem algumas complexidades a mais ali, né? Então, eu acho que pode ser que, em um

primeiro momento, os psicólogos entraram nessa política ainda no escuro, sem saber muito bem quais seriam as suas possíveis contribuições, os seus desafios. Eu adoraria ver psicólogos, pedagogos, antropólogos, cientistas políticos, todo mundo na equipe, porque eu acho que todo mundo tem a ver com a questão social, mas as articulações políticas foram feitas dessa maneira, e as articulações políticas vão construir novos desafios, do ponto de vista teórico-metodológico. Isso eu digo considerando a própria organização da sociedade: houve com muita presteza uma aceitação da Psicologia na indústria, nas organizações, ninguém ficou questionando “O que a Psicologia está fazendo aqui?” Todo mundo dizia: “Não, a Psicologia tem que selecionar mão de obra, fazer treinamento, aplicar dinâmica de grupo”. Ninguém ficou questionando... quer dizer, algumas pessoas criticaram, sim. Ninguém está questionando, o que é que a Psicologia faz dentro de um hospital, junto à Medicina, né? Ninguém está questionando o que a Psicologia vai fazer no sistema escolar, no sistema educativo – quer dizer, estão questionando, felizmente, de uma boa maneira. E você vê que cada lugar é um lugar que traz um desafio diferente. O que você vai fazer na Educação não é a mesma coisa que você vai fazer na Assistência, no hospital, no centro de saúde ou na indústria. Não é a mesma coisa, e não tem que ser, é assim como a ciência e um campo de conhecimento avançam: pelas oportunidades históricas de produzir o conhecimento, e saber operar com ele, diante de questões específicas.

Quando você fala “Cada política traz seus desafios”, quais são os desafios para as psicólogas e psicólogos que estão na Assistência?

Uau! Uai, eu acho que tem isso que a gente falou, que perpassou a entrevista: a construção de um conhecimento e de uma prática da Psicologia que possa fundamentar e apoiar a cidadania e a ideia de proteção social. E isso pode parecer bobo falando assim, genericamente, mas se você pensa na população com trajetória de rua, se você pensa no trabalho infantil, se você pensa nas famílias que estão recebendo o benefício do Bolsa Família, você vai encontrando realidades diferentes, e questões diferentes que vão sendo trazidas, né? Então, eu acho que eu não posso dizer assim: “Os desafios são: 1, 2, 3”, mas que existem diversos desafios aí, e que esses desafios perpassam por construções, por aprofundamentos diversos, pelo diálogo interdisciplinar, né? Enfim, são muitos, mas são importantes também.

E você trouxe também, ao longo de toda a sua fala, uma série de contribuições da Psicologia para esse campo. Mas eu queria que retomasse um pouquinho essa questão. Para você, quais seriam as principais contribuições da Psicologia para a Assistência Social?

Bom, eu acho que é a possibilidade de olhar para a questão social com um olhar mais contemporâneo, que considera que essa questão da desigualdade passa também pela compreensão que as pessoas têm – tanto como indivíduos, quanto como coletivos – das suas identidades, das suas possibilidades, dos seus projetos, né?

A possibilidade dos usuários da Assistência Social buscarem os seus direitos e buscarem realizar diversos objetivos em prol de uma melhor qualidade de vida – como ao buscarem um trabalho, uma melhor interação familiar, uma vida sem violência, uma vida sem discriminação, e ao questionarem o seu lugar no mundo – é uma coisa que o Serviço Social sempre quis tanto. Quis que as pessoas pudessem ter uma visão crítica do seu lugar no mundo, das suas condições de existência. E isso é uma tarefa, um esforço a ser feito com a colaboração da Psicologia, com a ajuda da compreensão da identidade étnica, das relações de gênero, das crenças que perpetuam a pobreza, das crenças que perpetuam a violência contra a criança e o adolescente, e das possibilidades de construção de novas maneiras de se colocar no mundo, né? Eu acho que a Psicologia tem, sim, uma contribuição, ela precisa trabalhar mais nisso, mas ela tem, sim, uma contribuição.

Você acha que a entrada maciça de psicólogas e psicólogos na Assistência Social também contribuiu para mudar a Psicologia, de alguma maneira?

Sim, acho que sim, porque eu acho que, por mais que alguns profissionais, algumas profissionais, tenham a tentação de falar “Não, o que eu aprendi na escola foi isso, então, eu vou aplicar isso aqui”, esses profissionais, que são cada vez em número maior, são chamados a contribuir, a pensar. Acho que esses últimos quatro anos foram terríveis em relação à gestão do trabalho do profissional dentro do SUAS. Porque, provavelmente, tiveram pouco espaço para propor, pouco espaço para discutir, para criticar e tal. Eu acho que há ali muitas oportunidades para esses profissionais falarem “Olha, eu posso trazer aquilo que eu aprendi assim, assado? Ele cabe aqui, mas dessa e dessa maneira. Olha, para isso, eu preciso de uma resposta; isso aqui eu não aprendi, não, mas se a gente prestar atenção nisso, se a gente fizer parceria com uma universidade, para fazer uma pesquisa...” Eu acho que está faltando fazer pesquisas, e que sejam também interessantes, e que possam ajudar a pensar respostas. Eu acho que é muito rico, sim.

Está ótimo, Lúcia. Queria te agradecer novamente pela sua disponibilidade e generosidade. Acho que, sem dúvida alguma, essa entrevista vai contribuir muito com a nossa pesquisa, e com a construção de um jeito de pensar essa história.

Eu quem agradeço, Mariana. Sempre é muito gostoso conversar sobre essas questões. Eu acho que nas referências técnicas [Conselho Federal de Psicologia, 2021] tem um trecho que resgata essa inserção da Psicologia no SUAS, e outras questões que são trazidas, porque o sistema é um sistema complexo, né? Ele não é assim: “Ah, a Psicologia pode fazer isso”, porque, na verdade, tem uma diversidade de questões e de atuações possíveis. E eu agradeço muito por estar participando desse trabalho, e depois vou querer muito ver o material, acompanhar, vai ser muito legal.

Finalmente, acho que é importante lembrar que o termo “psicossocial”, que se coloca de uma maneira para a Psicologia Social, pode receber diferentes significações em

outros campos: o do Serviço Social, o da Saúde, o da Saúde Mental, etc. Entendo que é necessário discutir melhor essas diferenças e compartilhamentos para avançar na discussão dessas ideias.

REFERÊNCIAS

- Afonso, Maria Lúcia M. (Org.) (2000). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Campo Social.
- Afonso, Maria Lúcia M. (Org.), *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: Campo Social: 2002.
- Afonso, Maria Lúcia M., Vieira-Silva, Marcos, Abade, Flávia L., Abrantes, Tatiane M., & Fadul, Fabiana M. (2012). A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisa e práticas psicossociais*, 7(2), 189-200. https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n2/Afonso,_Maria_Lucia_Miranda,_et_al.pdf
- Akerman, Deborah. (2013). *O itinerário de famílias no Sistema de Garantia de Direitos: uma análise do cumprimento de “Medidas de Proteção”* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João Del Rei]. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/DEBORAH%20AKERMAN.pdf>
- Andrade, Laura F., & Romagnoli, Roberta C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 30(3), 604–619. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>.
- Arretche, Martha. (2018). Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(96), 1-23. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Mtx4F43dy9YjLkf9k85Gg7F/abstract/?lang=pt>
- Associação Municipal de Assistência Social (AMAS). (1999). *Programa de Criança - Brincar e Estudar: a construção de uma metodologia de combate ao trabalho infantil*. Belo Horizonte: Autor.
- Avila, Alessandra. (2006). Desafios para erradicação do trabalho infantil em Pinheiros - São Paulo. In *V Congreso de Salud Mental Y Derechos Humanos das Madres de Mayo*. Buenos Aires - Argentina.
- Bahia, Luiz Henrique N. (2003). *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Renovar.
- Behring, Elaine R. (2006). Fundamentos da política social. In Motta, Ana Elisabete Motta, Maria Inês de S. Bravo, Roberta Uchôa, Vera Nogueira, Regina Marsiglia,

- Luciano Gomes, & Marlene Teixeira (Orgs.), *Serviço social e saúde: trabalho e formação profissional* (pp. 13-99). Cortez.
- Bichir, Renata, & Gutierrez, Kellen. (2019). Sistema Único de Assistência Social: ideias, capacidades e institucionalidades. In Martha Arretche, Eduardo Marques, & Carlos Aurélio P. de Faria (Orgs.), *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT* (pp. 269-298). Editora Unesp.
- Bichir, Renata, & Lara, Maria F. A. (2023). Por que a Assistência Social é importante para nossa sociedade? In Natália G. D. Sátyro, & Eleonora S. M. Cunha (Orgs.), *Descomplicando políticas sociais* (pp.83-98). Editora Fino Traço.
- Bock, Ana M. B. (2000). *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. Educ.
- Bosi, Ecléa. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Companhia das Letras.
- Botomé, Silvio Paulo. (1979/2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana Ludmila F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-203). EDUFRN.
- Brett, Kahr. (1977). *Vida e obra de W. D. Winnicott: um retrato biográfico*. Exodus Portugal.
- Campos, Regina H. F. (1983/2010). A função social do psicólogo. In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 203-212). EDUFRN.
- Castanho, Isaura de M., Wanderley, Mariangela W., Batistoni, Maria Rosângela, Gonçalves, Maria da Graça M., Freire, Vera A. A., & Chiachio, Neiri B. (2004). *Trabalho com Famílias: metodologia e monitoramento*. São Paulo: IEE, PUC-SP. <https://www5.pucsp.br/cedepe/publicacoes-acervo.html>
- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - informações para gestoras e gestores*. Autor. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/GestoresSuasfinal.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS*. Brasília: Autor. <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-CREAS.pdf>

- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CRAS/SUAS*. Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2022a). *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro (vol. 1): formação e inserção no mundo do trabalho (vol.1)*. Brasília: Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2022b). *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro (vol 2): condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social*. Brasília: Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2.pdf
- Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Autor. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/relatorio_atuacao_psi_pas.pdf.
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. (2021). *A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social - SUAS: O que temos a dizer?* Autor. <https://acervodigital.crp04.org.br/publicacoes/a-psicologia-no-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-o-que-temos-a-dizer/>
- Conselho Regional de Psicologia do Estado de Minas Gerais, & Secretaria de e Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. (2018). *Orientações a Trabalhadores e Trabalhadoras para Ações Contra o Preconceito*. Autores. Disponível em: <https://crp04.org.br/conselho-participa-da-campanha-do-suas/>.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html
- Cordeiro, Mariana P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. In Mariana P. Cordeiro, Bernardo P. Svartman, & Laura V. e Souza (Orgs.), *A Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 63-80). Instituto de Psicologia. <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/212/191/890>
- Cordeiro, Mariana P., & Curado, Jacy C. (2017). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Cordeiro, Mariana P., & Sato, Leny. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. *Estudos De Psicologia (Campinas)*, 34(1), 41–52. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>

- Coutinho, Carlos N. (2006). O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In Júlio C. F. L., & Lúcia M. W. Neves (Orgs.), *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* (pp. 173-200). Editora Fiocruz.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007) *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas e Psicólogos no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia.
- Cruz, Lillian, & Guareschi, Neuza. (2004). Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. *Aletheia*, (20), 77-90. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942004000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Cruz, Lillian R., & Guareschi, Neuza M. F. (2013). A construção da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In Lillian R. Cruz, & Neuza Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (4a ed., pp. 13-40). Vozes.
- Dantas, Cândida M. B., & Oliveira, Isabel F. (2015). A psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS. In Aline Accorssi, Andréia B. S. Bousfield, Hebe S. Gonçalves, Kátia Aguiar, & Raquel S. L. Guzzo (Orgs.), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 177-196). ABRAPSO.
- Dantas, Cândida M. B., Oliveira, Isabel F., & Yamamoto, Oswaldo H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pgrynnbFXWJcLTYmCCPhWGL/?lang=pt>
- Decreto nº 30.020, de 29 de setembro de 1951*. (1951) Cria a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, diretamente subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/106497-cria-a-comissao-nacional-de-bem-estar-social-diretamente-subordinada-ao-ministro-do-trabalho-industria-e-comercio-e-duas-outras-providencias.html>
- Decreto-Lei nº 525, de 1 de julho de 1938*. (1938). Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Duarte, Joana Maria Gouveia Franco. (2016). Desafios para Proteção Social Especial: a ambiência da violação de direitos na política nacional de assistência social. *Textos & Contextos*, 15(1), 84 - 95. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/>

ojs/index.php/fass/article/view/24096/14631

- Fadul, Fabiana Meijon, & Afonso, Maria Lucia. M. (2014). A construção da interdisciplinaridade no território da PNAS: exercícios para uma psicologia da cidadania. In Roberta Carvalho Romagnoli, & Maria Ignez Costa Moreira (Orgs.), *O Sistema Único da Assistência Social: a articulação entre a Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas* (pp. 99-120). CRV.
- Franco, Renato Jr. (2014). O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos de História*, 27(53), 5-25.
- Haraway, Donna. (2009). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Hutz, Cláudio S., & Koller, Silvia H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 2(1), 175–197. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100011>
- Jaccoud, Luciana. (2019). Trabalho, pobreza e desigualdade: a garantia de renda no sistema brasileiro de proteção social. In Marta Arretche, Eduardo Marques, & Carlos Aurélio P. de Faria (Orgs.), *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT* (pp. 165-190). Unesp.
- Jaccoud, Luciana, Hadjab, Patrícia, & Cheibub, Juliana. (2009). Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008) (v.1, 2a. ed.). In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Políticas sociais – acompanhamento e análise – Vinte anos da Constituição Federal* (pp. 175-250). Ipea. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4134/1/bps_17_vol001_completo.pdf
- Jacó-Vilela, Ana Maria. (2000). Construindo a História da Psicologia no Brasil: abordagens e modelos. In Ana Maria Jacó-Vilela, Heliana C. Rodrigues, Judith Zuquim, Maria Helena S. Patto, & Marina Massimi (Orgs.), *I Seminário de Historiografia da Psicologia* (pp. 33-48). Instituto de Psicologia da USP/FAPESP.
- Kanter, Joel. (Ed.). (2004). *Face to Face with Children: The Life and Work of Clare Winnicott*. Karnac Books.
- Lallement, Michel. (2008). *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos* (3a. ed.). Vozes.
- Lamb, Marly, Pinto, Meyre E. B., & Cnop, Janette M. (2000). Um olhar para mulheres idosas: relato de uma experiência de intervenção. *Psicologia em Estudo*, 5(1), 105–113. <https://www.scielo.br/j/pe/a/Prpp34JTBdLPvkWZXHz76mp/?lang=pt#>

- Lara, Maria Fernanda A., & Cordeiro, Mariana P. (2020). A assistência social no Brasil: uma análise histórica das relações entre OSC e Estado. In Mariana P. Cordeiro, Maria Fernanda A. Lara, Henrique A. Aragusuku, & Rodolfo L. A. Maia (Orgs.), *Pesquisas em Psicologia e políticas públicas: diálogos na pós-graduação* (vol. 1, pp. 30-49). Instituto de Psicologia. <https://doi.org/10.11606/9788586736926>
- Lei nº. 6439, de 1 de setembro de 1977. (1977). Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6439.htm
- Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm.
- Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014. (2014). Estabelece o regime jurídico entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Brasília: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm
- Lima, Fabiani C., & Schneider, Daniela R. (2018). Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 347–362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>
- Macedo, João Paulo, & Dimenstein, Magda. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293–300. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300002>
- Marcilio, Maria Luiza. (2001). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In Marcos C. Freitas (Org.), *História Social da infância no Brasil* (3a. ed., pp. 53-79). Cortez.
- Mello, Sylvia L. de (1975/2010). Psicologia: características da profissão. In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana Ludmila F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 141-162). EDUFRN.
- Mestriner, Maria Luiza (2011). *O Estado entre a filantropia e a assistência social* (4a. ed.).

Cortez.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Guia De Orientação Nº 1*. Brasília: MDS. https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). *Orientação acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SUAS_Orientacoes_conselhos_controlesocial.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010). Sumário Executivo. Estudo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: Autor. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/060.pdf>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF (Vol 1): o Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: Autor. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF (Vol 2): Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF*. Brasília: Autor. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

Miron, Alessandra X., & Guareschi, Neuza M. de F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349–362. <https://doi.org/10.1590/1982->

[3703000952014](#)

- Motta, Roberta F., & Scarparo, Helena B. K. (2013). A psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 230-239. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100025>
- Neves, Sofia, & Nogueira, Conceição. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200004>
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/RH/SUAS*. (2006). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_32553ec0d9b74b8fab89e923a38cd618.pdf
- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS*. (2012). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf
- Oliveira, Isabel F. de, & Costa, Ana Ludmila F. (2018). Psicologia e Política Social: história e debate. In Mariana P. Cordeiro, Bernardo Svartman, & Laura V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. (pp. 32-44). Instituto de Psicologia. <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/212/191/890>
- Oliveira, Samuel S. R. (2019). A Comissão Nacional de Bem-estar Social: planejamento estatal e política social, 1951-1954. *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 26, 147-161. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000500008>
- Orozimbo, Elizete Matias Barbosa. (2017). *Família e Proteção social: sentidos construídos no campo discursivo das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988* (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Una, Belo Horizonte). https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5660163.
- Patto, Maria Helena S. (2000). Para escrever uma história da Psicologia: contribuição a partir de uma experiência. In Ana Maria Jacó-Vilela, Heliana C. Rodrigues, Judith Zuquim, Maria Helena S. Patto, & Marina Massimi (Orgs.), *I Seminário de Historiografia da Psicologia* (pp. 81-96). Instituto de Psicologia da USP/Fapesp.
- Pereira, Érica C. (2007). *Os curumins da terra brasílica: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Repositório da UFSCAR.

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2430/DissECP.pdf?jsessionid=E121AE789A64C4D6114F8DDDC7712E32?sequence=1>

Pereira, Potyara Amazoneida. (2007). A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. *Ser Social*, 20, 63-83.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Portelli, Alessandro. (2010). *Ensaio de História Oral*. Letra e Voz.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (2007). *Metodologia de trabalho social com família na Assistência Social*. Belo Horizonte: Autor. http://www.pbh.gov.br/smaas/Publicacao_smaas_Metodologia.pdf.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Assistência Social (2001). *Política de educação infantil em Belo Horizonte: uma história contada pela Secretaria Municipal de Assistência Social – 1993-2000*. Belo Horizonte: Autor.

Ramminger, Tatiana. (2001). Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 42–45. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932001000100005>

Resolução nº. 269, de 13 de dezembro de 2006. (2006). Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>.

Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. (2009). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf

Resolução nº. 17, de 20 de junho de 2011. (2011). Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/#:~:text=CONSIDERANDO%20o%20processo%20>

[democr%C3%A1tico%20e,Art.](#)

- Ribeiro, Maisa E., & Guzzo, Raquel S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/837/651
- Rizzini, Irene, & Rizzini, Irma. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Loyola.
- Rodrigues, Dayanny D. L. (2021). “Primeiro Damismo” no Brasil: uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010) (Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás). Repositório da UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12490>
- Sarriera, Jorge C., Câmara, Sheila G., & Berlim, Cynthia S. (2000). Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 189-198. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100019>
- Senra, Carmem M. G. (2002). Plano de Atendimento do Serviço de Atenção à Família. *Cadernos de Serviço Social (PUCCAMP)*, Campinas, n.20/21, 51-90.
- Senra, Carmem M. G. (2005). *Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Repositório Institucional PUC-Campinas.
- Senra, Carmen M. G. (2009). *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Repositório Institucional PUC-Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15635>
- Senra, Carmem M. G., & Guzzo, Raquel S. L. (2012). Assistência Social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>
- Siqueira, Maria D. (1997). A vida escorrendo pelo ralo: as alternativas de existência dos meninos de rua. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 2(1), 161-174. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100010>
- Silva, Iolete Ribeiro da. (1998). *Papéis Sociais e envelhecimento numa perspectiva de desenvolvimento no curso de vida* (Dissertação de mestrado, Universidade Nacional de Brasília). Repositório institucional UNB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43110>

- Sposati, Aldaíza. (2002). *A política de assistência social na cidade de São Paulo* (2a ed.). Instituto Polis/PUC-SP.
- Sposati, Aldaíza de O. (2004). *A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social*. Cortez.
- Sposati, Aldaíza. (2006). O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social & Sociedade*, 26(87), 96-122.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010). *Estudo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/060.pdf>.
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2014. (2014). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Torres, Abigail Silvestre. (2016). *Convívio, convivência e proteção social: entre relações, reconhecimentos e política pública*. Veras.
- Touraine, Alain. (1982). O método da Sociologia da Ação: a intervenção sociológica. *Novos Estudos*, 3(2), 36-45. <https://novosestudos.com.br/produto/edicna/>
- Valente, Jane., & Senra, Carmem M. G. (2015). *A Educação popular no reordenamento institucional da Proteção Social Básica de Campinas*. Campinas, SP: Prefeitura de Campinas. <https://feac.org.br/portfolio-items/a-educacao-popular-no-reordenamento-institucional-da-protecao-social-basica-de-campinas-2/>
- Vicentin, Maria Cristina. (2005). *A Vida em Rebelião: jovens em conflito com a lei*. Fapesp/Hucitec.
- Winnicott, Donald D. (1987) *Privação e delinquência*. Martins Fontes.
- Yamamoto, Oswaldo H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>
- Yamamoto, Oswaldo H., & Oliveira, Isabel F. (2010). Política social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26 (n. esp.), 9-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>
- Yamamoto, Oswaldo H., & Isabel F. de Oliveira. (2014). Definindo o campo de estudo: as Políticas Sociais Brasileiras. In Isabel F. de Olivera, & Oswaldo

- Yamamoto (Orgs.), *Psicologia e políticas sociais: temas em debate* (pp. 21-47). Ed. UFPA.
- Yasbek, Maria Carmelita. (2004). As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Serviço Social e Sociedade*, 77, 11-29.
- Zanella, Andrea, Bousfield, Andréa B., & Moreira, Aida N. V. (2015). A atuação dos/as psicólogos/as nos CRAS, em Florianópolis, e alguns desafios para a formação. In Aline Accorssi, Andrea B. S. Bousfield, Hebe S. Gonçalves, Kátia Aguiar, & Raquel S. L. Guzzo (Orgs.), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 423-438). ABRAPSO. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134067/Book%20V%20pdfA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ÍNDICE REMISSIVO

Abordagem social (abordagem de rua, serviço de abordagem), 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 41, 45, 74

Acolhimento (Instituição de a., abrigo, SAICA, a. institucional, unidade de a.), 15, 19, 20, 22, 24, 27, 28, 33, 40, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 75, 76, 81, 85, 88, 90, 94, 117, 130, 134, 142, 144, 145, 163, 180, 181

Adolescente (adolescência), 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 62, 63, 70, 71, 74, 75, 85, 86, 88, 93, 97, 98, 99, 114, 117, 122, 123, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 161, 163, 164, 169, 171, 172, 175, 177, 180, 181, 186, 188, 190, 193, 195, 198

Adulto, 20, 24, 26, 27, 28, 45, 49, 52, 75, 93, 134, 145, 192

Banco Social de Serviços (Banco Social), 51, 67, 89, 162, 168, 169

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 14, 15, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 34, 37, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 57, 63, 66, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 88, 89, 90, 92, 97, 108, 109, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 145, 151, 163, 164, 165, 167, 168, 175, 185, 187, 189, 191, 193, 194, 195

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 14, 29, 30, 63, 66, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 99, 145, 146, 151, 165, 167, 172, 175, 181

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), 29, 30, 75, 76, 77, 81

Clínica, 19, 22, 25, 32, 49, 50, 53, 59, 64, 68, 70, 72, 77, 106, 107, 112, 114, 139, 143, 148, 149, 151, 157, 176, 182, 184

Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Conselho de/da categoria), 15, 31, 51, 61, 63, 66, 68, 76, 82, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 131, 132, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 195, 196, 198

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 63, 67, 132, 163, 164, 166, 170, 173

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, Conselho de Assistência Social), 62, 63, 95, 128, 142, 146, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177

Conselho Regional de Psicologia (CRP, Conselho Regional), 51, 52, 55, 59, 61, 82, 83, 100, 102, 103, 104, 143, 147, 148, 149, 151, 168, 171, 172, 176

Conselho Tutelar, 42, 74, 76, 78, 79, 85, 118, 133

Contribuição da Psicologia (contribuições da P., P. contribuiu, P. contribuíu), 5, 27, 31, 32, 34, 35, 47, 55, 58, 62, 66, 89, 90, 98, 99, 100, 101, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 131, 132, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 163, 170, 173, 174, 177, 197, 198

Creche (creches), 37, 38, 40, 47, 59, 78, 94, 99, 124, 138, 140, 141, 144

Criança (crianças, infância, infantil), 7, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 67, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 95, 97, 98, 99, 114, 117, 118, 122, 123, 124, 128, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 151, 153, 154, 155, 158, 161, 163, 164, 167, 169, 171, 172, 175, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 192, 195, 197, 198

Formação (F. em Psicologia, F. continuada), 9, 14, 17, 24, 25, 26, 32, 33, 35, 46, 47, 49, 50, 55, 56, 57, 62, 65, 67, 69, 72, 78, 83, 90, 91, 93, 94, 96, 100, 106, 111, 112, 115, 116, 119, 122, 123, 124, 130, 135, 138, 139, 140, 142, 144, 147, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 168, 176, 189, 192

Idoso (idosa), 18, 28, 37, 41, 74, 85, 86, 94, 98, 99, 130, 142, 145, 146, 153, 154, 158, 161, 175, 177, 184, 190, 192

Legião Brasileira de Assistência (LBA), 8, 9, 140, 144, 156

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 18, 89, 98, 101, 109, 110, 150, 164, 166, 172, 176, 178, 188, 189, 192, 193

Organizações da Sociedade Civil (OSC, organizações sociais, entidades sociais, ONGs), 10, 13, 14, 16, 30, 33, 34, 117, 122, 126, 129, 130, 135

Paraquedas, 111, 131, 151, 152, 176, 177, 196

Plantão social, 37, 41, 53, 54, 122, 125

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 11, 13, 16, 17, 51, 66, 131, 164, 175, 176, 186, 187, 196

Proteção Social Básica (PSB, Proteção Básica, Básica), 25, 29, 30, 31, 32, 41, 57, 66, 77, 81, 84, 108, 114, 117, 122, 129, 130, 132, 135, 145, 151, 184

Renda Mínima, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 133, 134

Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 5, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65,

66, 67, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 97, 103, 104, 105, 106, 108, 113, 117, 118, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 196, 198

Violência, 10, 15, 18, 37, 57, 74, 76, 77, 82, 85, 88, 99, 117, 121, 123, 134, 142, 143, 153, 154, 158, 175, 177, 184, 186, 192, 193, 198

SOBRE AS AUTORAS

Adriana da Cruz Barrozo

Psicóloga concursada do município de Londrina-PR. Atuou como técnica e como gestora em diversos serviços socioassistenciais vinculados à prefeitura desde 2000, especialmente em programas voltados ao atendimento a pessoas em situação de rua, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e acompanhamento das unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e Programas de Aprendizagem Profissional com Termos de Colaboração com o município.

Alessandra Marques Ávila

Psicóloga, trabalhadora da política de assistência social do município de São Paulo entre os anos de 2002 e 2017. Nesse período, atuou como assistente técnica em diversos serviços socioassistenciais, como os Espaços Gente Jovem, Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, serviços de Qualificação Profissional, Plantão Social, como supervisora técnica na Supervisão de Assistência Social (SAS) e em cargos de gestão do SUAS na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município (SMADS). Possui Especialização em Psicologia e Educação pelo IPUSP, Especialização em Desenho e Gerência de Políticas e Programas Sociais pelo INDES-BID/PMSP-SAS e Especialização em Psicoterapia e Psiquiatria da Infância e Adolescência pelo IPPIA.

Ana Bock

Professora titular na PUC-SP, ministrando aulas na graduação do curso de psicologia e na pós-graduação em psicologia da educação. Possui Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no momento de implementação do SUAS, atuando conjuntamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS) para implantação do SUAS e das equipes dos CRAS. Em sua gestão, foi aprovado documento sobre a prática das psicólogas na Assistência Social, incorporada posteriormente pelo CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, dos conselhos de psicologia.

Andrea Esmeraldo

Mestre em Psicologia, atua na política de Assistência desde o ano de desde 2002, na cidade de Maracanaú (Ceará). Coordenou diversos serviços socioassistenciais como,

Casa da Família, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro para a População em Situação de Rua (Centro POP). Atua na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) desde 2008, como conselheira e colaboradora. É participante ativa do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS (2013–2017), do Conselho dos Direitos da Mulher de Maracanaú (2017–2019) e do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS (2017–2022).

Camila Pereira Lisboa

Psicóloga, especialista em Gestão Pública, mestre e doutora em Psicologia Social. Foi trabalhadora do SUAS por dez anos, atuando como psicóloga e referência técnica na Vigilância Socioassistencial, Diretoria de Inclusão Produtiva, Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – todos coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Atualmente, trabalha como docente e pesquisadora na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA).

Carmen Senra

Psicóloga, servidora pública municipal da Secretaria de Assistência Social em Campinas desde 1997. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrado e Doutorado em Psicologia pela PUC–Campinas. Antes do SUAS, atuou no Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, no Serviço de Atenção à Família e na Coordenadoria Regional de Assistência Social. No SUAS, atuou principalmente na proteção social básica em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Experiência também na Gestão do SUAS (assessoria) e no Controle Social (presidência e vice-presidência do Conselho Municipal de Assistência Social).

Carla Ribeiro

Servidora pública do município de Belo Horizonte desde 1994, trabalha na assistência social desde o início dos anos 1990. Atuou na implementação da LOAS em Belo Horizonte e participou da construção dos primeiros pilares da política de assistência social no município. Na secretaria de Assistência Social, trabalhou fundamentalmente na gestão, com sistemas de informação, monitoramento e avaliação. Foi a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do Conselho Federal de Psicologia – CONPAS/CFP.

Deborah Akerman

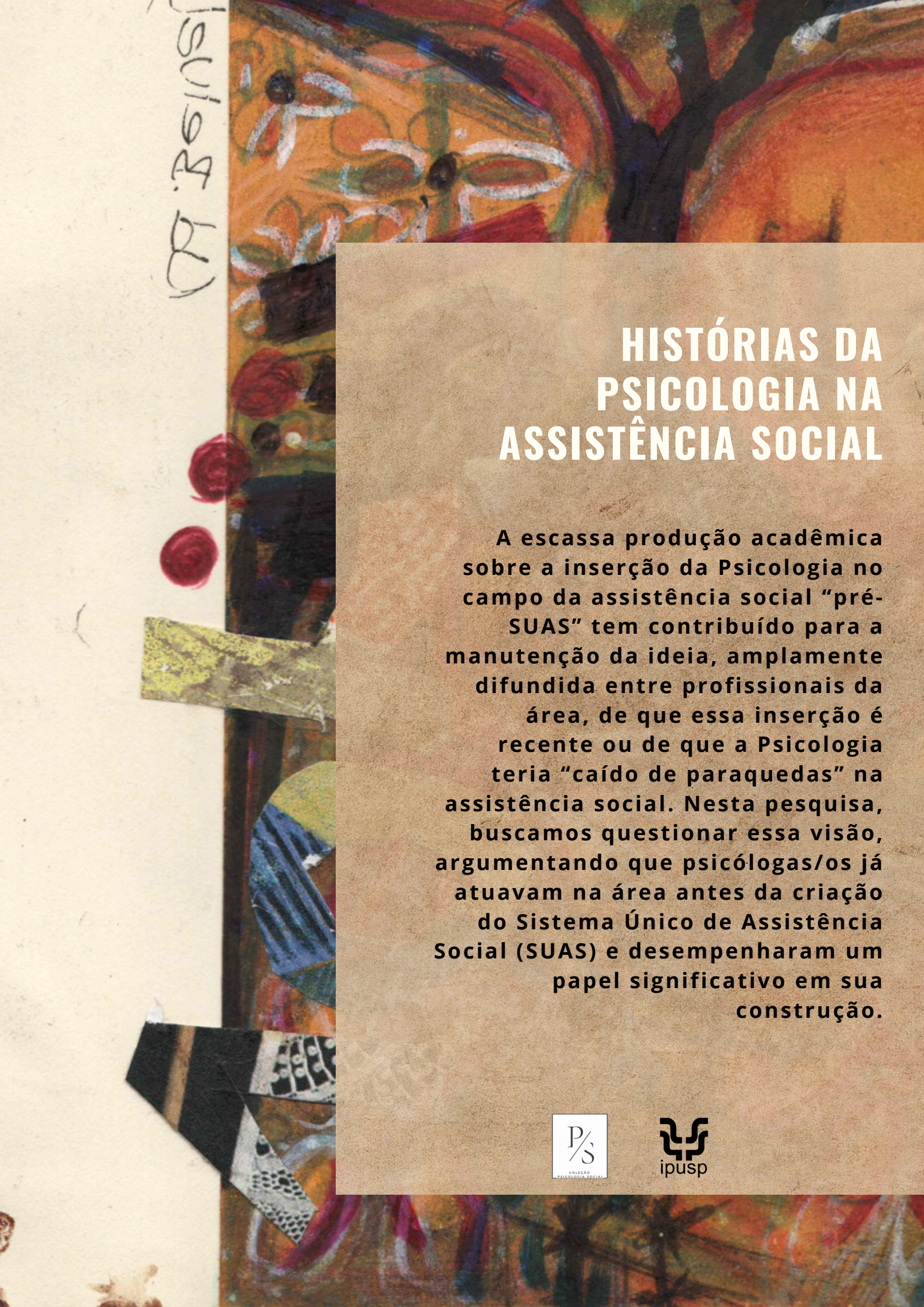
Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de São João del Rei, especialista em gestão de assistência social pela Fundação João Pinheiro. Servidora pública aposentada do município de Belo Horizonte. Concursada em 1994. Compôs o movimento de implementação da LOAS e dos pilares da assistência social em BH. Atuou em diversos programas e serviços pré SUAS especialmente voltados a crianças e adolescentes, tais como “Criança Pequena”, “Casa do Brincar”, Combate ao trabalho infantil”, entre outros. Após a implantação do SUAS, trabalhou na gestão da política de assistência social, no município de Belo Horizonte e no governo estadual de Minas Gerais. Atualmente é coordenadora geral de Proteção Social Básica no Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Iolete Ribeiro da Silva

Doutora em Psicologia, Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trabalhou em serviços socioassistenciais executados por Organizações Não Governamentais (ONGs) no momento pré-SUAS, especialmente na área de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Coordenou a elaboração da primeira referência técnica do CREPOP/CFP sobre atuação no CRAS. Participou da elaboração dos Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de assistência social (2007). Representou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Conselho Nacional de Assistência Social (2010-2011), Fórum Nacional de Assistência Social (2006-2011), Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (2010-2011).

Maria Lúcia Miranda Afonso (Lúcia Afonso)

Psicóloga social e clínica, mestre e doutora em Educação, com pós-doutorado em Psicologia Social. Professora aposentada do Departamento de Psicologia da UFMG, na área de Psicologia Social e Comunitária. Prestou consultoria para a criação de metodologias de trabalho de diversos programas e serviços da Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, especialmente considerando grupos, famílias e territórios. Colaborou, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na elaboração de metodologia para a articulação PBF- PAIF e realizou pesquisa nacional sobre famílias na proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Participou como consultora da construção do Plano de Convivência Familiar e Comunitária, em nível nacional, bem como em Minas Gerais e em Belo Horizonte. Atualmente, está vinculada ao Centro de Referência de Educação em Direitos Humanos (CEREDH) da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e mantém o blog www.luciaafonso.blog.br, dedicado à Psicologia Social, Educação em Direitos Humanos e Literatura.



HISTÓRIAS DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A escassa produção acadêmica sobre a inserção da Psicologia no campo da assistência social “pré-SUAS” tem contribuído para a manutenção da ideia, amplamente difundida entre profissionais da área, de que essa inserção é recente ou de que a Psicologia teria “caído de paraquedas” na assistência social. Nesta pesquisa, buscamos questionar essa visão, argumentando que psicólogos/os já atuavam na área antes da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e desempenharam um papel significativo em sua construção.

